

QUESTÕES DEMOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS:

OLHARES MULTIDISCIPLINARES



Maísa Faleiros da Cunha | Gláucia dos Santos Marcondes (Orgs.)

PPGD Programa de
Pós-Graduação
em Demografia



2ª edição
E-book

**Questões demográficas
contemporâneas:
olhares multidisciplinares**

**Maísa Faleiros da Cunha
Glaucia dos Santos Marcondes
Organizadoras**

**Questões demográficas
contemporâneas:
olhares multidisciplinares**

**2ª edição
E-book**



São Leopoldo
2022

© Dos autores – 2022

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Geraldo Korndörfer

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Q5 Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares. 2. ed.; E-book. / Organizadoras: Maísa Faleiros da Cunha e Gláucia dos Santos Marcondes. – São Leopoldo: Oikos, 2022.

312 p.; il.; color.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-078-9

1. Demografia. 2. Migração internacional. 3. População. 4. Política social. 5. Crise sanitária – População. 6. Saúde – População. I. Cunha, Maísa Faleiros da. II. Marcondes, Gláucia dos Santos

CDU 314

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	7
<i>Gláucia dos Santos Marcondes</i>	
<i>Maísa Faleiros da Cunha</i>	
Migrações internacionais: elementos teóricos do Observatório das Migrações em São Paulo	15
<i>Rosana Baeninger</i>	
Impactos da Covid-19 na migração internacional dos principais países de imigrantes com destino ao Brasil	37
<i>Alberto Jakob</i>	
Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia	57
<i>José Marcos Pinto da Cunha</i>	
Vulnerabilidade: conceitualizações e operacionalizações pelos pesquisadores do Nepo/Unicamp	95
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
<i>Humberto Prates da Fonseca Alves</i>	
Uma proposta de tipologia para o uso e cobertura da terra no bioma amazônico: o papel da população	124
<i>Álvaro de O. D'Antona</i>	
<i>Everton E. C. Lima</i>	
Hospitalizações causam doenças? Divórcio prejudica o desempenho escolar dos filhos? Considerações sobre a importância de se diferenciar correlação de causalidade	146
<i>Laetícia de Souza</i>	
<i>Dimitri Silva</i>	
Envelhecimento saudável no Brasil	159
<i>Luciana Correia Alves</i>	

Covid-19 e suicídios: saúde mental e sintomas sociais num mundo em crise	175
<i>Margareth Arilha</i>	
<i>Tirza Aidar</i>	
Contracepção de emergência: uma análise crítica em cenários de Covid-19	201
<i>Margareth Arilha</i>	
<i>Regina Maria Barbosa</i>	
Populações invisíveis e políticas públicas: a condição dos filhos e dependentes de presidiários no Brasil	224
<i>Joice Melo Vieira</i>	
Os números da educação básica indígena no Brasil: uma realidade ainda pouco conhecida	254
<i>Laetícia de Souza</i>	
<i>Marta Maria Amaral Azevedo</i>	
Demografia histórica nos 40 anos do Nepo: trajetória e agenda de pesquisa	291
<i>Ana Silvia Volpi Scott</i>	
<i>Maria Sílvia Bassanezi</i>	
<i>Maísa Faleiros da Cunha</i>	
Sobre os autores e as autoras	309

Apresentação

“Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares” é um título apropriado para os conteúdos reunidos nesse livro e, igualmente, para celebrar o marco de quatro décadas de existência do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Unicamp. Nesse momento histórico, com nossas vidas ainda pautadas pelas consequências de uma crise sanitária mundial, um campo de incertezas permanece a guiar muitas de nossas inquietações sobre as condições de vida das populações, mas sem perder aquela linha no horizonte que nos impulsiona a querer conhecer, entender e buscar caminhos melhores e mais justos para diversos grupos sociais.

Muito embora tenha dado ênfase ao tempo presente, o enfrentamento das incertezas e inquietações sobre a realidade social através de um labor científico dedicado, persistente e comprometido com futuros mais promissores tem sido uma constante na trajetória institucional do Nepo. O projeto vislumbrado por nossa fundadora Profa. Emérita Dra. Elza Salvatori Berquó foi a criação de um centro de pesquisa multidisciplinar que reunisse pesquisadores interessados no desenvolvimento de estudos de população, na busca incessante pelo aprimoramento de seus temas, abordagens teóricas e metodológicas orientadas pelo rigor científico, a reflexão crítica e na criação de subsídios para políticas sociais. E foi assim, movido por esse espírito, que o Nepo se desenvolveu, estabelecendo colaborações com diferentes gerações de pesquisadores, alunos e parceiros institucionais.

Ao longo desses 40 anos, esse tem sido o fio condutor das atividades de pesquisa, formação e extensão que dão forma às linhas de pesquisa do Nepo, tanto na abordagem de questões que são muito caras para o campo dos estudos populacionais quanto para os desafios impostos no tratamento de temáticas emergentes. Dessa forma, como uma das três instituições inseridas em Universidades Públicas a produzir conhecimento científico acadêmico na área de Demografia no Brasil, a história institucional do Nepo é marcada pelo pioneirismo e excelência no desenvolvimento de pesquisas sobre populações.

Com uma mirada sobre as motivações que guiam as linhas de pesquisa do Nepo, pode-se compreender a diversidade observada nos capítulos que compõem esse livro. Isso torna essa apresentação não apenas um ato introdutório dos temas que serão tratados, mas também um breve reconhecimento sobre os objetivos que orientam as atividades das equipes, os estágios de

reflexão e de achados das pesquisas em desenvolvimento e o que ainda almejamos para o futuro.

Os processos de deslocamento da população ocupam um espaço importante nos debates proporcionados pelas equipes que compõem a linha de pesquisa **Redistribuição Espacial da População**. O Nepo é reconhecido por sua vasta contribuição analítica e metodológica no tratamento de tipos de deslocamentos populacionais diversos, tais como os movimentos pendulares, a migração de retorno, a migração sazonal, migrações urbano-urbano, intrametropolitana e metrópole-interior. Para além das dinâmicas internas, os deslocamentos transfronteiriços, seja de saída de brasileiros para outros países ou a entrada recente de contingentes estrangeiros no país, têm recebido maior atenção tanto pela necessidade de geração de informações qualificadas sobre esses segmentos populacionais quanto pelo crescente envolvimento com importantes ações sociais realizadas em parceria com órgãos governamentais e grupos da sociedade civil.

Essa coletânea é iniciada com reflexões teóricas sobre essa experiência recente. Em **Migrações Internacionais: elementos teóricos do Observatório das Migrações em São Paulo**, Rosana Baeninger nos apresenta uma reflexão crítica em profundidade sobre os marcos teórico-conceituais que orientam o contexto contemporâneo dos deslocamentos populacionais, remetendo à necessidade de se pensar teórica e metodologicamente as conexões complexas que se estabelecem entre realidades locais e globais que configuram as “novas lógicas migratórias”.

A crise sanitária mundial e suas consequências para os fluxos migratórios internacionais está presente nas reflexões e dados abordados por Alberto Jakob em **Impactos da Covid-19 na migração internacional dos principais países de imigrantes com destino ao Brasil**. Ao explorar e comparar dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) para o período de 2000-2021, o autor procurou observar que tipo de alterações aconteceram influenciados pela pandemia por Covid-19. Com destaque para o fluxo de venezuelanos no Brasil, alterações na idade, nas condições de trabalho e no tempo de registro foram observadas, mas não surtiram grande impacto sobre o perfil dos imigrantes. O volume dos fluxos migratórios é o que de fato foi mais impactado pelo período restritivo vivido nas fronteiras do país.

Ainda se debruçando sobre a distribuição espacial da população, no capítulo **Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia**, José Marcos Pinto da Cunha discorre acerca das

contribuições que a análise demográfica oferece para avançar no entendimento da expansão territorial e diversificação socioespacial das grandes cidades e aglomerações urbanas, especialmente as regiões metropolitanas. Nesse sentido, destaca aspectos do debate sobre o processo de metropolização e constituição do espaço intraurbano; o contexto mais contemporâneo de diversificação da periferia, da segregação socioespacial e do processo de gentrificação, incorporando também a relação entre a mobilidade residencial e as características demográficas da população, com especial atenção às formas de organização e desenvolvimento das unidades domésticas.

O interesse e relevância pelos processos de ocupação do território brasileiro também fazem parte dos debates nos quais se inserem os integrantes da linha de Pesquisa de **População e Ambiente**. Constitui uma das temáticas centrais e presentes desde a fundação do Nepo, com uma consolidada e reconhecida produção acadêmica, de parcerias institucionais nacionais e internacionais que contemplam estudos sobre as cinco Grandes Regiões do país. Essa produção versa acerca das mudanças ambientais, desastres, usos de recursos hídricos e da terra que lançam reflexões importantes sobre as condições de vida da população a partir do aprimoramento conceitual e técnico-metodológico para a mensuração de indicadores socioambientais, de vulnerabilidade, riscos, de saúde e consumo.

Roberto Luiz do Carmo e Humberto Prates da Fonseca Alves justamente discorrem sobre parte dos desafios e avanços dessa produção no capítulo **Vulnerabilidade: Conceitualizações e Operacionalizações pelos pesquisadores do Nepo/UNICAMP**, recuperando o desenvolvimento das discussões em torno do uso do conceito de vulnerabilidade, no contexto das questões abordadas pela linha de pesquisa a partir da década de 1990. Uma importante memória de como o grupo de pesquisadores, ao longo do tempo, buscou refletir criticamente e aprimorar a apropriação de um conceito que se tornou central nos estudos e na produção desenvolvidos por diferentes equipes, em diferentes períodos, atestando sua força e potencialidade no tratamento da realidade social brasileira.

E, seguindo na abordagem dos desafios de se avançar nas formas de tratamento de questões ambientais e de usos da terra, no capítulo **Uma proposta de tipologia para o uso e cobertura da terra no bioma amazônico: o papel da população**, Álvaro de O. D'Antona e Everton E. C. Lima discutem o desenvolvimento de uma tipologia aliando conjuntos diferenciados de informações (base de divisão territorial e de população residente). Trata-se de

um exercício técnico-metodológico que busca alternativas que permitam um maior aprofundamento no tratamento das complexas interações entre população e as formas de apropriação do espaço territorial. Como, por exemplo, identificar e avaliar contextos heterogêneos de ocupação, incluindo sobreposições de áreas. A aplicação de procedimentos estatísticos integrando grupos de variáveis de naturezas distintas se mostrou viável e com potencialidades para abarcar outras dimensões para além da informação de população residente utilizada nesse exercício.

O aprimoramento das informações e das formas de mensurar, analisar e monitorar eventos populacionais é essencial para o devido entendimento dos fenômenos sociais e de seus processos, assim como para subsidiar com dados mais precisos a elaboração de políticas públicas. Essa preocupação perpassa todas as linhas de pesquisa do Nepo, mas particularmente os estudos desenvolvidos nas linhas de **Demografia e Políticas Sociais, População e Saúde e Saúde Sexual e Reprodutiva**.

No que se refere à primeira, essa motivação é mais direta dado o objetivo de fornecer subsídios para o trabalho de elaboração, gestão e monitoramento de políticas que intervêm direta ou indiretamente sobre as condições de vida da população. Não apenas atuar na capacitação de gestores públicos, mas igualmente de setores organizados da sociedade civil, sensibilizando-os para questões relativas às inter-relações entre população e desenvolvimento social.

Assim, no capítulo **Hospitalizações causam doenças? Divórcio prejudica o desempenho escolar dos filhos? Considerações sobre a importância de se diferenciar correlação de causalidade**, Laetícia de Souza e Dimitri Silva propõem um exercício de reflexão crítica sobre os equívocos gerados pelos usos imprecisos de análises que buscam fazer ligações entre causas e efeitos. E que, conseqüentemente, podem afetar negativamente comportamentos, crenças e políticas públicas. Na medida em que determinar causas e seus impactos são elementos importantes para se pensar e avaliar ações mais eficazes de políticas públicas, os autores reforçam a necessidade de se estar atento aos usos e abusos de interpretações que remetam a causalidades sem uma avaliação mais criteriosa sobre a análise empreendida.

Os estudos desenvolvidos no âmbito da linha de **População e Saúde** se debruçam sobre as condições de morbimortalidade da população decorrente dos processos de transição demográfica e epidemiológica. Os temas abordados lidam com os desafios de mensurar e analisar as múltiplas e complexas interações do processo de saúde-doença-cuidados-morte às quais a popula-

ção está exposta. A necessidade de aprimoramentos conceituais, de captação de informações de boa qualidade e cobertura, de refinamento e precisão analítica é parte inerente do debate no qual esses estudos se inserem. Igualmente essa produção é considerada essencial para contribuir de forma substantiva com conhecimento, formação de pessoal, formulação e implementação de políticas e planejamento da gestão pública em todos os níveis de poder.

Nesse sentido, as pesquisas cobrem vasta gama de temas considerando as desigualdades sociais em saúde, as consequências dos processos de transição demográfica e epidemiológica na estrutura etária e nas condições de sobrevivência da população; os impactos do fenômeno de envelhecimento populacional e da longevidade; diferenciais no acesso aos cuidados da saúde; violências e acidentes.

Nesse livro, no capítulo **Envelhecimento saudável no Brasil**, Luciana Correia Alves discorre sobre o debate internacional em torno do processo de envelhecimento populacional e as múltiplas demandas sociais e políticas que emergem a partir desse contexto. Os bônus e os ônus de se ter uma população que vive mais dependem também de informações mais precisas sobre as condições de saúde e de vida às quais os idosos estão expostos. Dessa forma, a mensuração da expectativa de vida saudável tem se tornado um indicador importante de avaliação das condições de saúde da população. Para ilustrar e inserir o Brasil nesse debate, o capítulo também apresenta um conjunto de dados que sinalizam de que forma está caminhando a saúde da nossa população idosa e possíveis demandas sociais com que teremos que lidar em um futuro breve.

Outro tema que tem despertado interesse e ganhado espaço relevante de discussão é trazido por Margareth Arilha e Tirza Aidar com o capítulo **COVID-19 e suicídios: saúde mental e sintomas sociais num mundo em crise** que faz uma reflexão teórica densa e crítica sobre como se percebe e se aborda a saúde mental e os desafios para o seu enfrentamento coletivo dados os impactos que pode acarretar no perfil de morbimortalidade da população. Particularmente no contexto da pandemia, observa-se a urgência de abordagens que priorizem formas e espaços de escuta para que as pessoas possam externalizar e lidar com as consequências de uma vida social que se tornou mais restritiva, isolada e pressionada. O capítulo também discute alguns dados para pensar sobre a consequência mais extrema que pode resultar desse contexto que é a morte por suicídio.

Ainda falando sobre a Saúde, a linha de **Saúde Reprodutiva e Sexualidade** também se faz presente desde a criação do Nepo, reunindo uma produ-

ção de estudos, relatórios, artigos, livros e ações de formação e extensão de grande reconhecimento nacional e internacional por sua qualidade e excelência. Os estudos reunidos nessa linha operam com o conceito de Saúde Reprodutiva legitimado na Conferência da ONU no Cairo em 1994. Além da adoção da perspectiva de direitos sexuais e direitos reprodutivos como direitos humanos, os trabalhos desenvolvidos também utilizam o gênero como perspectiva de análise conjuntamente com geração, raça/etnia e classe. Ao percorrer os muitos temas desenvolvidos ao longo de quase quatro décadas, podem-se encontrar discussões sobre sexualidade, saúde e políticas públicas; cuidado e atenção à saúde reprodutiva e à prevenção de DST/HIV; comportamento, práticas sexuais e reprodutivas e saúde mental; planejamento da fecundidade, práticas contraceptivas e anticoncepcionais; reprodução na juventude; envelhecimento e reprodução; aborto; novas tecnologias reprodutivas; masculinidades, saúde e reprodução; direitos sexuais e direitos reprodutivos e barreiras para sua implementação. Além da variedade temática, pode-se notar também a preocupação com a diversidade de abordagens metodológicas, qualitativas e quantitativas, na busca pelo melhor aprofundamento de questões importantes para a elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas.

Com o capítulo **Contracepção de emergência: uma análise crítica em cenários de COVID-19**, Margareth Arilha e Regina Maria Barbosa discutem as possíveis inflexões que o contexto da pandemia pode acarretar na continuidade do acesso e uso da pílula de anticoncepção de emergência (PAE) que, ao longo das últimas décadas, tem se figurado como uma opção contraceptiva consistente por um contingente importante da população feminina do Brasil, mesmo que ainda se observem profundas desigualdades entre as mulheres.

Mudando o foco da saúde, sem perder a preocupação com as políticas públicas, a linha **Família, Gênero e População** tem abrigado estudos que buscam analisar e compreender as múltiplas dimensões envolvidas nos processos de transformações nas famílias e nas relações de gênero e geração, adotando abordagens qualitativas e quantitativas, com recortes regionais e comparativos internacionais. Além dos temas considerados clássicos nos debates estabelecidos na área de estudos de família, questões emergentes ou pouco estudadas da perspectiva demográfica também figuram entre a produção reunida nessa linha. Destacam-se os temas de arranjos familiares e suas mudanças; trabalho e família; gênero e reprodução; conflitos produção/re-

produção; tendências da fecundidade e das preferências reprodutivas; demografia da infância e da juventude; relações e diferenças intergeracionais.

A invisibilidade sob a qual se colocam alguns segmentos populacionais e situações familiares é tratada por Joice Melo Vieira no capítulo **Populações invisíveis e políticas públicas: a condição dos filhos e dependentes de presidiários no Brasil**. O texto apresenta uma discussão crítica sobre o contexto de invisibilidade de grupos sociais, tal como a população carcerária, pela ausência de reconhecimento social que, conseqüentemente, alimenta a falta de informações sobre esses grupos. A partir da elaboração de uma síntese das estatísticas disponíveis sobre o perfil dos beneficiários do auxílio reclusão e do Bolsa Família que são dependentes de presos do sistema carcerário, a autora reúne dados dispersos produzidos por diversas instituições públicas, buscando avaliar que tipo de conhecimentos podemos atingir sobre a realidade dessas famílias. Uma das conclusões é a de que as informações sobre crianças e adolescentes afetados pelo encarceramento em massa são muito limitadas, de maneira que essa população específica é ainda bastante invisível no país. Contudo, poderia se dizer que permanecem com pouco apoio social para superar as condições precárias de vida e a profunda desigualdade social.

A necessidade de dar visibilidade para segmentos específicos da população a partir da produção de informações sistematizadas, de boa qualidade e cobertura constitui uma das preocupações da linha de **Demografia e Etnias** do Nepo, único centro de pesquisa brasileiro a contar com uma área específica de Demografia dos povos indígenas. A produção reunida nessa linha busca contemplar recortes teórico-metodológicos e análises demográficas, voltados para aprofundar a compreensão dos comportamentos demográficos de grupos populacionais segundo seu pertencimento étnico/racial. Assim como nas demais linhas de pesquisa, os resultados destes estudos podem subsidiar os debates e ações reivindicativas dos movimentos sociais que representam os diferentes grupos étnico-populacionais, assim como orientar as políticas públicas e os programas destinados especificamente para cada um deles.

Nesse sentido, no capítulo **Os números da educação básica indígena no Brasil: uma realidade ainda pouco conhecida**, Laetícia de Souza e Marta Maria Amaral Azevedo reúnem informações que permitem visualizar um retrato recente da educação básica indígena; dada a escassez de informações sistematizadas desse tipo, esse material pode ser de grande utilidade para a elaboração, o planejamento e o monitoramento de ações voltadas a essa modalidade de ensino. As autoras ainda ressaltam que tal panorama diz respeito

a período anterior à pandemia de Covid-19, e, pela condição de precariedade em que as escolas indígenas já se encontravam, a situação recente pode estar ainda mais deteriorada, especialmente no que se refere ao acesso a computadores e à internet, tão fortemente demandado no período durante e pós-pandemia.

E, discorrendo sobre trajetórias e histórias da produção do Nepo, chegamos até a linha de **Demografia Histórica** que abriga estudos das populações do passado brasileiro, com exploração de fontes seriais e qualitativas, aplicando teoria, metodologias e técnicas desenvolvidas em outros países e, no Brasil, adaptadas às especificidades da realidade brasileira. Com muito orgulho podemos dizer que são nossos incansáveis e criativos desbravadores das fontes do passado. Essa produção lida com as especificidades que marcam o desenvolvimento da nossa sociedade com imigração transoceânica (forçada, subsidiada e espontânea); regime escravista; uma economia agro-exportadora; com processos de industrialização e urbanização e regimes políticos mais ou menos centralizados. Questões contemporâneas também estão presentes nas discussões dessa produção, a partir de uma perspectiva histórica que permita a reflexão sobre as populações do passado e do presente, apontando tanto as diferenças como as semelhanças.

No último capítulo dessa coletânea, **Demografia Histórica nos 40 anos do Nepo: trajetória e agenda de pesquisa**, Ana Silvia Volpi Scott, Maria Sílvia Bassanezi e Máisa Faleiros da Cunha revisitam a trajetória da área dos estudos de Demografia Histórica no Brasil desde meados do século passado, destacando pesquisadores e instituições que auxiliaram na construção e consolidação dessa área de conhecimento. Em particular, o texto discorre sobre a produção desenvolvida no Nepo apontando para os principais projetos e eventos, pesquisadores que exerceram papéis fundamentais no fortalecimento dos debates nacionais e internacionais, os esforços na sistematização de bancos e fontes documentais e os avanços teóricos e metodológicos alcançados ao longo das décadas.

A publicação deste livro reforça nossa missão de contribuir e retribuir à sociedade, ofertando pesquisa de qualidade, cujos resultados possam servir como subsídios para as políticas públicas, de forma a promover uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Convidamos todos, todas e todes para que celebrem conosco os 40 anos do Nepo com boas leituras.

*Gláucia dos Santos Marcondes
Máisa Faleiros da Cunha*

Migrações internacionais: elementos teóricos do Observatório das Migrações em São Paulo

Rosana Baeninger

Introdução

Os desafios teóricos e metodológicos dos estudos acerca das migrações internacionais e internas em São Paulo compõem também a trajetória dos 40 anos do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp. A compreensão dos processos migratórios na formação social paulista e em sua transição demográfica emerge na fundação do NEPO, em 1982, contribuindo para trilhar os caminhos seguintes para o avanço no conhecimento científico na temática das migrações e da redistribuição espacial da população.

Este texto objetiva apresentar os elementos teóricos do “Observatório das Migrações em São Paulo”, projeto que compõe a linha de pesquisa “Redistribuição Espacial da População” do NEPO desde 2009. Formado por equipe interdisciplinar, busca avançar no conhecimento teórico e empírico dos processos migratórios atuais, com destaque para os novos conhecimentos acerca das migrações internacionais no Brasil e em São Paulo nos últimos anos, contemplando sempre a tríade pesquisa-ensino-extensão.

As perspectivas teóricas adotadas se baseiam nas análises das migrações internas e internacionais e na própria construção do fenômeno social em sua articulação escalar transnacional, redefinindo conceitos.

A complexidade e a diversidade do processo de redistribuição da população em âmbito mundial têm apontado para a necessidade de se recuperar e incorporar, aos estudos sobre migração, o debate atual sobre os processos de reestruturação produtiva e da reestruturação urbana, do Estado-nação e as migrações internacionais. A heterogeneidade de fluxos migratórios, de situações, de permanência, de seletividade, da não formação de comunidades, de idas-e-vindas, de reemigração, de reversibilidades (DOMENACH; PICOUE, 1990) imersos em espaços de vida (COURGEAU, 1990), em

multiespacialidades (ARIZA; VELASCO, 2012) e em um campo migratório (SCHAEFFER, 2009) que transcendem as fronteiras do Estado-nação.

Nesse sentido, o Observatório das Migrações em São Paulo alicerça suas análises em elementos teóricos, que serão apresentados a seguir, buscando apreender as “novas lógicas migratórias” (DUMONT, 2006) – nas migrações internas e internacionais em São Paulo – no âmbito da “era da mobilidade”, como tem sido denominado o século 21 (CASTLES; MILLER, 2004; URRY, 2000). A realidade atual evoca complexidades entre o local e o global (GIDDENS, 1991), transformando e reconfigurando espaços migratórios da migração interna e da migração internacional em territórios metropolitanos e não metropolitanos (BAENINGER, 2013) vinculados à circulação de mercadorias, pessoas e capitais (SASSEN, 1988; HARVEY, 1992; DUMONT, 2006).

As novas lógicas migratórias

O conceito de “novas lógicas migratórias” apresentado por Dumont (2006), que abrange o escopo teórico do Observatório das Migrações em São Paulo, está assentado em três diferentes fatores macroestruturais a partir dos quais emergem essa nova lógica da migração. De acordo com o autor, ainda que as causas dos movimentos migratórios internacionais atuais possam ser semelhantes àquelas predominantes no passado – associadas às dimensões econômica, demográfica, política, religiosa –, torna-se necessário incorporar o surgimento de “novas lógicas migratórias”. Esse novo fenômeno se associa e se relaciona com a globalização, com a internacionalização e com a mundialização; conceitos que se entrelaçam para a compreensão das migrações internacionais e das migrações refugiadas no século XXI.

A conceitualização elaborada por Dumont (2006) define a globalização como o conjunto de decisões políticas, tomadas com o objetivo de minar as fronteiras políticas, facilitando a circulação de mercadorias, pessoas e capitais, impactando diretamente nas migrações internacionais, pois tais circulações criam novas possibilidades de movimentos populacionais.

Tal aspecto também foi destacado por Sassen (1988; 2010) quando aborda o papel das cidades globais, enquanto enraizamento local e material da globalização, como lugares estratégicos para a reprodução da economia global e alocando a maior fatia das migrações internacionais no mundo. Ao reconfigurar os lugares e as escalas, o funcionamento da economia global

engendra processos e espaços transnacionais, repercutindo sobre as migrações internacionais (SASSEN, 2010) e redesenhando a dinâmica social. No âmbito da globalização financeira (DUMONT, 2006), ressalta que esta se converte em estímulo para as migrações internacionais, viabilizando e facilitando o envio de remessas. Sassen (1988) enfatiza que a nova ordem financeira internacional realoca capitais e pessoas.

O conceito de internacionalização, segundo Dumont (2006), também afeta as lógicas migratórias, pois se refere às técnicas e aos processos que reduzem o espaço-tempo para as trocas. O autor distingue duas fases da aceleração da internacionalização: a primeira, a partir de 1980, com a intensificação da facilidade dos meios transportes e o encurtamento dos voos aéreos e o início da implantação dos trens de alta velocidade e, a segunda fase, dita pelos anos 1990 com a internet, o endereço eletrônico e o telefone móvel que impactam a migração por facilitar e acelerar o acesso às informações para potenciais migrantes, permitindo a manutenção dos laços com a origem através da comunicação a distância. Do ponto de vista dos movimentos migratórios, estas mudanças são relevantes porque redefinem categorias como presença/ausência, aqui/lá, migrante/sedentário (DIMINESCU, 2009). De acordo com Dumont (2006), a internacionalização permite o desenvolvimento de “migrações reticulares” como manifestação do “desenvolvimento de redes que anulam parcialmente a noção de fronteiras e permitem uma grande flexibilidade dentro da mobilidade” (DUMONT, 2006, p. 23).

Com relação ao processo de mundialização, que consiste no terceiro conceito para o desencadeamento de novas lógicas migratórias, conforme argumenta Dumont (2006), refere-se à dimensão econômica e às ações das grandes corporações, que passam a adotar estratégias mundializadas e adaptadas ao contexto da globalização e da internacionalização. A mundialização favorece as migrações internacionais na medida em que estas organizações recorrem aos deslocamentos de profissionais para que estes possam criar as filiais de comercialização, recompor sociedades no âmbito da produção e novas parcerias. Nesse mesmo sentido, Sassen (1988) também aponta como a produção influencia a mobilidade da força de trabalho, estimulando fluxos migratórios principalmente entre locais ligados por relações econômicas como, por exemplo, através dos investimentos diretos estrangeiros.

O local e o global

As novas lógicas migratórias (DUMONT, 2006) permitem argumentar que os movimentos migratórios internos, internacionais e de refúgio não são mais circunscritos estritamente aos processos que operam e são restritos ao nacional. De fato, enfatizo que é necessária a superação do “nacionalismo metodológico” para as explicações do fenômeno migratório em todas as suas modalidades, como propõem Guarnizo, Portes e Haller (2003); Glick-Schiller (2003) e Sassen (2010), dentre outros autores.

Essas análises conduzem, portanto, à discussão sobre os limites do “nacionalismo metodológico” (WIMMER; SCHILLER, 2003) para o entendimento dos processos migratórios nacionais e dos movimentos migratórios internacionais (BAENINGER, 2012). Autores como Tarrius (1993), Wimmer e Glick-Schiller (2003), Sassen (2010) e Guarnizo, Portes e Haller (2003) apresentam conceitos que transplantam o Estado-nação como o detentor dos processos sociais. Sassen (2010, p. 89) denomina de “estatismo enraizado”, que implica “a correspondência presumida do território nacional com os processos sociais e a implicação associada de que o nacional e o não-nacional são condições mutuamente excludentes”. A superação metodológica para este limite, segundo a autora, está no estudo das cidades e do lugar no contexto da globalização e, dentre seus efeitos sociais, as migrações internacionais (SASSEN, 1988).

A nova divisão internacional do trabalho oferece o eixo da reestruturação econômica, com articulações em nível internacional, nacional e local, o que requer o surgimento de novas espacialidades e a reconfiguração de fenômenos sociais que historicamente foram construídos no âmbito nacional (SASSEN, 2010). O sistema de cidades em nível nacional e suas conexões com a uma hierarquia urbana internacional traz reflexos para a escala nacional no que se refere às migrações internacionais (SASSEN, 1988) e migrações internas (BAENINGER, 2012). A dinâmica interna das cidades e regiões constitui elemento fundamental para a configuração das migrações internacionais e do refúgio e seus espaços específicos nas cidades e metrópoles, como no caso da imigração boliviana, por exemplo, onde expressões locais dos processos sociais na costura podem apresentar elementos do global (SASSEN, 2010).

Wimmer e Glick-Schiller (2003) denominam de “nacionalismo metodológico” a perspectiva analítica das ciências sociais sempre comprometida,

desde sua institucionalização, com o Estado-nação e a formação dos espaços nacionais – a construção da ordem nacional. Segundo as autoras, este recorte epistemológico não incluía processos transnacionais que compõem os processos sociais vigentes no Estado-nação. No caso das migrações internacionais, as autoras destacam que essa perspectiva gerou categorias como o estrangeiro/estranho, aquele que ameaça a lealdade a um Estado que lhes outorga direitos (WIMMER; GLICK-SCHILLER, 2003), por isso precisa ser assimilado: o pertencimento dos indivíduos a determinado Estado-nação.

Levitt e Glick-Schiller (2007) apontam a emergência de processos sociais que cruzam as fronteiras geográficas, culturais e políticas dos países de origem e de destino, a partir do envolvimento simultâneo dos migrantes, ou ainda, “transmigrantes”, nessas duas sociedades. A autora analisa, portanto, a necessidade de uma mudança no paradigma dos estudos sobre as migrações internacionais: da assimilação para o do transnacionalismo (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003), com os consequentes processos do novo estágio do capitalismo, marcado pela reestruturação da produção, da distribuição, do consumo e da cultura. Tais fatores alimentam as migrações internacionais e facilitam a manutenção de laços com os países de origem. A autora ressalta que esses laços sempre estiveram presentes nas migrações internacionais desde fins do século 19, mas foram obscurecidos pelo paradigma da assimilação. Wimmer e Glick-Schiller (2003) percorrem a trajetória histórica da construção do nacionalismo metodológico e os processos migratórios desde o final do século 19 na Europa até os dias atuais. Considerando o período contemporâneo, pós-URSS e fim da Guerra Fria, as autoras destacam o surgimento dos estudos transnacionais. Analisam, contudo, que tal perspectiva, por vezes, deu muita ênfase à homogeneidade das comunidades transnacionais nos países de destino, acabando por reificar as abordagens anteriores do nacional.

Esses elementos teórico-conceituais se interconectam e se sobrepõem na busca de ampliação do entendimento das migrações internas e internacionais contemporâneas no contexto do transnacionalismo. Guarnizo, Portes e Haller (2003) indicam as dificuldades conceituais e empíricas no que se refere ao campo transnacional e à migração transnacional (GLICK-SCHILLER; FOURON, 1999 *apud* GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003), e concluem que as conexões transnacionais simultâneas afetam mais de um estado-nação e são frequentemente acompanhadas por migrações. Baylis e

Smith (2001) ressaltam que nos processos transnacionais estão presentes relações sociais em seus circuitos de comunicação e práticas sociais.

No entendimento das explicações da migração, Castles e Miller (2004) apontam cinco tendências gerais no panorama das migrações internacionais contemporâneas: a globalização da migração com crescimento das áreas de origem dos migrantes; a aceleração do volume de migrantes; a diversidade de modalidades migratórias; a feminização crescente dos fluxos; e a politização da imigração com a adoção de políticas nacionais, bilaterais e regionais. Estas tendências, conforme os autores, se revelam em grande medida através dos “novos esquemas migratórios” que constituem e redefinem os deslocamentos atuais.

Para este Observatório das Migrações em São Paulo, considera-se que os elementos que desencadeiam as novas lógicas migratórias internacionais, como apontado por Dumont (2006), e suas tendências gerais, conforme Castles e Miller (2004), também compõem as dimensões das novas lógicas da migração interna, internacional e do refúgio no Brasil e em São Paulo. No caso da migração interna, considera-se que o movimento de circulação de capitais e mercadorias – entre diferentes países e entre distintos espaços nacionais vinculados à globalização –, traz simultaneamente novas direções e sentidos às migrações internas, já que a circulação presente na globalização também mobiliza a própria migração interna para a dinamização dessa circulação de mercadorias, pessoas e capitais em âmbito internacional. A internacionalização, no encurtamento do espaço-tempo, beneficia também o espaço nacional e os meios de comunicação e transporte, fazendo o ir e vir e a diversidade de mobilidades de contingentes populacionais muito diversificados e mais frequentes que em décadas passadas, incluindo-se, também, a migração interna de imigrantes estrangeiros em São Paulo. A mundialização, por sua vez, altera, muda e transforma longínquos espaços nacionais com a chegada de novos capitais internacionais, profissionais qualificados e a necessidade de excedentes populacionais, via migração interna, para acomodar os investimentos do capital internacional.

De Hass (2005) enfatiza a necessidade de se reconhecer nos movimentos migratórios internacionais da atualidade a possibilidade para os migrantes e suas famílias viverem transnacionalmente e adotar identidades transnacionais. Ao se comparar as análises sobre o nacionalismo metodológico (WIMMER; GLICK-SCHILLER, 2003; SASSEN, 2010) com as proposições de De Hass (2010) sobre migração e desenvolvimento, pode-se indicar que ex-

plicar as migrações internacionais a partir da escala nacional – e dos pressupostos do Estado-nação – traduz a visão assentada em moldes desenvolvimentistas, a partir das teorias neoclássicas, funcionalistas, da modernização, do investimento a partir das remessas. Assim, explicar as migrações internacionais incorporando os desafios do enfoque transnacional, revela o autor, é assumir as heterogeneidades dos processos migratórios, a não integração, a própria integração, a remessa para o consumo (e não para o investimento produtivo), a existência de identidades entre dois países (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003).

O entendimento dos processos migratórios no século 21 se delineia a partir da inserção de espaços, regiões, cidades e localidades na lógica dessa circulação, internacionalização e mundialização, com expressivas transformações nos mecanismos de desencaixe (GIDDENS, 1991) das sociedades, tornando complexas as direções e os sentidos das migrações e de seus migrantes internos, internacionais e refugiados.

As modalidades migratórias

A incorporação conceitual de modalidades migratórias (WENDEN, 2001) na análise dos fluxos migratórios internacionais permite a contextualização mais precisa do objeto investigado, ao mesmo tempo que revela processos migratórios e formas de instalação específicas de acordo com o migrante, com a modalidade da migração e com a forma de inserção na sociedade receptora. Se as regras políticas, econômicas e sociais não são as mesmas para todos os perfis de migrante, consequentemente as práticas sociais e os mecanismos envolvidos no projeto e na realização da migração não serão os mesmos. Adotar a perspectiva de análise baseada nas modalidades migratórias significa, então, assumir alguns critérios que serão utilizados para a construção de tais modalidades.

Domenach e Picouet (1990) apontam que os critérios para compor tipologias de migração podem enfatizar as características socioeconômicas dos migrantes, a situação jurídica do migrante na sociedade de acolhimento, a duração e/ou a reversibilidade do deslocamento. Segundo Wenden (2001), as modalidades migratórias cumprem papel analítico importante quando fluxos distintos se manifestam simultaneamente, havendo desde deslocamentos motivados por reagrupamento familiar, passando pela circulação estudantil, fuga de cérebros, trabalhadores temporários, demandantes de asilo, indocu-

mentados. Nesse sentido, a autora (WENDEN, 2001) sugere que uma tipologia de análise destas novas migrações deve distinguir as formas, os fatores e os objetivos da migração.

Para o Observatório das Migrações em São Paulo, as formas consistem na temporalidade, na situação jurídica, na composição da migração; trata-se de conhecer o panorama geral das migrações atuais, suas características e tendências. Os fatores podem ser econômicos, políticos, religiosos, culturais, sociais e inclusive de ordem pessoal; é o desafio de buscar nas novas lógicas migratórias a inserção de espaços e perfis de migrantes que compõem tais movimentos migratórios, onde transitam, interconectam e processam tais fluxos de migrantes. Os objetivos da migração – entendidos aqui como as motivações – podem contemplar a questão profissional, laboral, financeira, afetiva; trata-se de analisar, através das experiências migratórias (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003) e das biografias migratórias (ARIZA; VELASCO, 2012), os projetos migratórios que perpetuam nexos existentes entre migrantes e suas migrações, entre origem e destino, entre distintas modalidades híbridas da migração. Os espaços de vida nacionais e transnacionais resultariam, portanto, desta construção metodológica das modalidades migratórias, onde redes sociais institucionais e pessoais (MASSEY *et al.*, 1998) constituem um dos elementos presentes na complexa articulação de dimensões que configuram a modalidade migratória.

No caso das migrações internacionais, trata-se de modalidades migratórias e mobilidades populacionais que não estão presentes nas noções clássicas de integração e ordem correspondentes no Estado-nação (WIMMER; GLICK-SCHILLER, 2003). Assim, as modalidades migratórias (WENDEN, 2001) trazem ao debate as dimensões transnacionais (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003; GLICK-SCHILLER, 2007a), os territórios circulatorios (TARRIUS, 1993) em âmbito nacional e internacional, a circulação de pessoas (CASTLES; MILLER, 2004), a circulação de cérebros (DE HASS, 2010), o reassentamento dos imigrantes refugiados.

No caso da migração refugiada, por exemplo, ela sintetiza aspectos das disputas políticas e geopolíticas, da acumulação por expropriação e da sobreposição de processos de expropriações. Essa modalidade migratória traduz as múltiplas formas de acumulação por expropriação, incluindo a expropriação de permanecer e pertencer ao seu Estado-nação. Dois aspectos teóricos são relevantes nesta perspectiva da migração refugiada: a dimensão de categorias para a migração refugiada, incluindo não apenas os refugiados em

sua condição jurídica, mas também os solicitantes de refúgio – categorias atribuídas pelo Estado-nação (BAENINGER, 2017) e a consequente ruptura com o nacionalismo metodológico (WIMMER; GLICK-SCHILLER, 2002; SASSEN, 2010), cujas explicações se pautam nos processos advindos do Estado-nação.

Ao romper com o nacionalismo metodológico, a perspectiva de “crise” origem-destino se desconfigura nas migrações transnacionais de refúgio, pois as causas do fenômeno emergem de processos globais, de questões geopolíticas, da divisão internacional do trabalho, do lugar dos países periféricos na periferia do capital, da acumulação por expropriação, do translocal. Canales (2015) analisa a migração como um sistema global translocal e transnacional de reprodução social, com articulações entre lugares de origem e destino por meio de um sistema de classes global e transnacionalizado. De acordo com o autor, a reprodução social de imigrantes passa também a ser globalizada, com a migração internacional produzindo a intersecção entre os processos locais de reprodução social, interconectando a reprodução social de uns e outros no contexto global das desigualdades.

Os projetos migratórios

Para o Observatório das Migrações em São Paulo, – do ponto de vista das práticas sociais presentes nos processos migratórios – adotamos a perspectiva dos projetos migratórios (MA MUNG, 2009). Trata-se de recurso teórico-metodológico que, inclusive, permite identificar as modalidades migratórias (WENDEN, 2001) que constituem os movimentos migratórios contemporâneos. De fato, Ma Mung (2009, p. 3) ressalta que o projeto migratório representa “certo grau de iniciativa nas ações dos sujeitos” em meio ao cenário das mudanças e constrangimentos globais, incluindo, assim, a dimensão/ação dos sujeitos migrantes nas “novas lógicas migratórias” (DUMONT, 2006).

A definição conceitual do projeto migratório não se refere a uma intenção estática (BOYER, 2005), mas a um processo em constante atualização (MA MUNG, 2009; BOYER, 2005). Boyer (2005, p. 57) afirma que “a perspectiva do projeto migratório conduz a um distanciamento de uma análise em termos de determinantes, para privilegiar uma análise mais dinâmica que se funda em um continuum temporal” (tradução livre).

Nesse contexto analítico, portanto, incorporar a dimensão espacial do projeto migratório – tanto para as migrações internas quanto para as migrações internacionais e do refúgio – inclui as práticas de mobilidade e migração constitutivas dos percursos sociais dos sujeitos migrantes, bem como se constituem a partir do momento em que se colocam em movimento entre origens e destinos.

O enfoque do transnacionalismo, em particular as dimensões das práticas sociais que cortam e atravessam Estados-nação, pode avançar na compreensão das relações entre os projetos migratórios e as variadas formas e nexos entre áreas de origem, de trânsito, de etapas, de destino através dos conceitos de “circulação migratória” (MA MUNG, 2009), “território circulatório” (TARRIUS, 1993), “mundo migratório” (MA MUNG, 2009), “campo migratório” (SCHAEFFER, 2009), “redes socioespaciais da migração” (CORTES, 2004), cadeias migratórias (BAILY, 1985).

Nesse sentido, as categorias imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, se mesclam, se sobrepõem, são partes dos mesmos processos sociais. Trazem desafios e especificidades para a compreensão do fenômeno migratório, para a dinâmica da população e para a própria interação desses diferentes grupos na sociedade de destino. De um lado, essas categorias implicam análises teórico-metodológicas e jurídicas que, em maior ou menor medida, articulam-se aos amparos legais que garantem a permanência dessas populações em território brasileiro. De outro lado, denotam modalidades migratórias (WENDEN, 2001) que se sobrepõem no tempo e no espaço.

O precariado imigrante

O panorama geral das migrações internacionais envolve diretamente o trabalhador e a formação do mercado global de trabalho imigrante (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003). Standing (2017) aponta que, no cenário atual, à exceção da elite, todos os demais grupos da nova estrutura social estão sendo empurrados para o precariado como resultado da flexibilidade da produção capitalista: “Com a transferência de riscos e insegurança para os trabalhadores e suas famílias. O resultado tem sido a criação de um precariado global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade” (STANDING, 2017, p. 15).

Segundo o autor, esse grupo social se encontra desprovido de todas as garantias e direitos sociais relacionados ao trabalho, tais como: renda salarial

e compromisso governamental de pleno emprego, vínculo empregatício, segurança no emprego e no trabalho, aprimoramento e capacitação laboral e representação de classe. São “trabalhadores remunerados, têm características de classe, mas consistem em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e com o Estado [...] não têm nenhuma das relações de contrato social do proletariado” (STANDING, 2017, p. 25 e 26).

O precariado tem como característica o “declínio da mobilidade social” (STANDING, 2017, p. 94). Essa mobilidade social descendente reflete a instabilidade laboral do mercado flexível, onde um trabalho que parecia transitório – por curto espaço de tempo ou apenas para não ficar sem renda-se – torna-se a condição permanente do trabalhador na flexibilidade da produção capitalista. A condição do precariado se traduz em mudanças constantes de emprego, ausência de identidade profissional, com um “trabalho útil para viver”, aceitando o que tiver de emprego em suas formas inseguras de trabalho e se sujeitando à autoexploração (STANDING, 2017, p. 33). Glick-Schiller (2020) define esta condição como deslocamentos em múltiplos processos de acumulação por expropriação.

As configurações do precariado inserem, portanto, migrantes internacionais como parte importante deste grupo social. Imigrantes que, em sua maioria, estão em busca de melhores condições de vida e de sobrevivência para sua reprodução social, imigrantes expropriados de seus direitos, de suas vidas. Glick-Schiller (2020, p. 9) enfatiza que “os expropriados podem ser definidos como pessoas de múltiplas posições de classe que respondem politicamente à medida que as redes e aspirações dentro das quais constituíram suas vidas são interrompidas nos processos contemporâneos de acumulação de capital por expropriação” (tradução livre).

A ausência da proteção social do trabalhador, o esgarçamento das relações de confiança quer seja pelo capital ou pelo Estado, o rompimento do contrato social do proletariado, as incertezas do emprego no mercado flexível configuram o precariado como um reservatório de populações migrantes, desencantadas e desesperadas com a falta de emprego e em busca de relações mínimas de confiança nas relações sociais ao redor do mundo.

O mercado de trabalho flexível encontra nas migrações contemporâneas o excedente necessário para alavancar a acumulação capitalista por expropriação, abastecendo o precariado com uma mão de obra de baixo custo, com a presença crescente de migrantes internacionais documentados e não documentados, com imigrantes transitórios, com a presença de mulheres e

crianças imigrantes, com a forte mobilidade estudantil internacional, com a migração qualificada e com o aumento dos refugiados no mundo (GLICK-SCHILLER, 2020).

No cenário dos novos processos de precarização do trabalho e os novos fluxos migratórios, as cadeias produtivas em âmbito global contribuem para a expansão da economia informal e do precariado. Portes e Sassen-Koob (1987) afirmam que a formação de amplos circuitos de subcontratação para o trabalho ultrapassa as fronteiras nacionais para garantir os padrões de competitividade, que passam a se sustentar a partir de processos de exploração da força de trabalho como cerne desses circuitos de subcontratação.

Os circuitos da produção mundial se estabelecem desde os locais de origem da força de trabalho migrante, direcionando fluxos imigratórios para atividades econômicas específicas nas sociedades de destino (BONACICH, 1993). A presença migrante como empregador, empregado por conta própria ou empregado de conacionais passa a compor um dos aspectos para o entendimento da incorporação laboral de migrantes nas sociedades de destino, com a exclusão de imigrantes da estrutura do mercado de trabalho formal ou informal do país de destino. Isto contribui para abastecer as cadeias globais de produção e os nichos étnicos com o predomínio de determinadas nacionalidades, recrutamento, treinamento e subcontratação de trabalhadores (WALDINGER, 1994). Através das redes de subcontratação do trabalho é que se organizam as trajetórias laborais de migrantes internacionais. Bailey e Waldinger (1991, p. 436) explicam que “as redes de contratação são mais do que fontes de informação – elas são também fatores independentes que constroem e moldam o trabalho e os processos de treinamento no local de trabalho. As redes de contratação reduzem a incerteza [...] facilitam o treinamento porque o intermediário que atua como recrutador pode se responsabilizar por fazer os novos empregados entrarem no sistema” (tradução livre).

Compreender a relação origem-destino nas migrações internacionais hoje requer a incorporação da perspectiva da formação do precariado em âmbito global, uma vez que as formas inseguras e de incertezas nas oportunidades de trabalho no lugar de origem revelam as causas dessas migrações internacionais, motivando a ação migratória para populações do precariado. O mercado global do trabalho imigrante (GUARNIZO; PORTES; HALLER, 2003) e os regimes emergentes de exportação de mão de obra (STANDING, 2017) garantem aos países de origem importantes remessas para o PIB (produto interno bruto). Nos países de destino, a participação de parcela

expressiva de imigrantes internacionais no mercado de trabalho enfrenta, dentre outros fatores, a inserção laboral informal e precária em suas formas inseguras de trabalho. É nesse sentido que a Recomendação 204 da OIT afirma “que a transição da economia informal para a economia formal é essencial para alcançar o desenvolvimento inclusivo e concretização do trabalho decente para todos” (OIT, 2015, p. 3). Entretanto, é de se ressaltar que mesmo o trabalho formal se reconfigura com as formas flexíveis de trabalho e também alimenta o precariado.

Especificamente no que tange ao acesso ao mercado laboral, a população imigrante – composta por diversos grupos étnicos, nacionalidades, idades, sexo, grau de instrução – utiliza-se de suas redes migratórias, na origem e no destino, para adentrar nos nichos étnicos formados por e para migrantes (WALDINGER, 1994). Contudo, a própria inserção através desse nicho em atividades laborais para imigrantes pode ser mais um elemento presente nas barreiras que impedem imigrantes a ter acesso a empregos formalizados. Além disso, existem fatores relativos à sociedade receptora – como a discriminação, a vulnerabilidade dos trabalhos oferecidos e a ausência de documentação oficial para imigrante – que engrossam ainda mais estes contingentes imigrantes no precariado. As jornadas de trabalho semanais acima do estabelecido pela lei trabalhista; a ausência de descanso semanal e férias, em especial para migrantes em situação indocumentada; os salários abaixo do contratado ou, em diversos casos, retidos por muitos meses; as condições precárias de trabalho e prejudiciais à saúde (CHAMMARTIN, 2014) retratam a situação de parcela expressiva de imigrantes internacionais no precariado nas distintas cadeias de produção global.

Barrientos (2013, p. 1069) destaca que “as redes globais de produção e as cadeias de valor fornecem uma forma específica de interação entre as operações comerciais avançadas de empresas e sua terceirização de produção de mão de obra intensiva para países em desenvolvimento”. A produção global torna-se, assim, o motor de *labour contracting* (recrutadores) e sua relação com *unfree labour* (aprisionamento), em especial quando as práticas são formalmente indiretas e os trabalhadores atraídos para a produção através de redes de recrutadores, com a contratação de mão de obra em que podem estar presentes atividades ilícitas, incluindo servidão por dívidas e o tráfico de pessoas.

Nesse sentido, a relação entre trabalhadores imigrantes e o tráfico de pessoas se assenta também nas relações mínimas de confiança social e eco-

nômica perdidas pelo precariado. As redes de subcontratação trazem a enganosa ilusão e esperança ao precariado imigrante, que enxerga na oferta de qualquer promessa de trabalho a oportunidade de resgatar a confiança de uma vida melhor; acredita que vale o risco de migrar mesmo que em circunstâncias perigosas, ilícitas, negociadas, com a presença de redes de coiotes e até mesmo colocando a própria vida em risco.

O tráfico de pessoas no precariado imigrante traduz o resultado da “transação econômica” no sistema de reciprocidade da dádiva-dívida de Marcel Mauss (MAUSS; LÉVI-STRAUSS, 2008). A sedução por obter informações privilegiadas para o acesso a migrar, a ligação com uma rede de pessoas na origem e no destino migratório, as promessas e ilusões de empregos e de mobilidade social se reconstituem através dos canais e redes nos nichos étnicos, nos sistemas de recrutamento da força de trabalho, nos processos de treinamento, “nos corretores do trabalho” (STANDING, 2017, p. 169). Essa relação mínima de confiança e de reciprocidade entre imigrantes precariados e o recrutamento ou aliciamento desses trabalhadores cria também a dependência com o outro (MAUSS, 1924), aprisionando e tornando imigrantes vítimas do tráfico de pessoas.

Esse cenário atual define a “acumulação por expropriação” (*accumulation by dispossession*) nas análises de Harvey (2004), onde há a eliminação de direitos e o controle capitalista de propriedades coletivas (FONTES, 2010b). Glick-Schiller (2020, p. 9, tradução livre) afirma que “recentemente entramos em uma nova virada conjuntural [...] Especificamente, aqueles que controlam a riqueza concentrada estão intensificando a acumulação de capital por expropriação”. Çağlar e Glick Schiller (2018) apontam que esta forma de acumulação resulta na expansão crescente dos deslocamentos de pessoas no mundo.

Desse modo, compreender as migrações contemporâneas e seus desafios teóricos e políticos requer considerar a relação origem-destino na “nova configuração de forças conjunturais” (GLICK-SCHILLER, 2020): movimentos migratórios de países pobres para países pobres, de países periféricos para a periferia do capital (BASSO, 2003). A ampliação desses fluxos Sul-Sul (PHELPS, 2014) está relacionada às restrições, cada vez mais severas, do Norte Global para a entrada apenas de imigrantes desejados, expressão da nova forma de acumulação por expropriação.

É nesse contexto geopolítico que se faz necessário incorporar a perspectiva da formação do mercado global do trabalho imigrante (GUARNI-

ZO; PORTES; HALLER, 2003) e os regimes emergentes de exportação de mão de obra (STANDING, 2017) como processos da acumulação por expropriação e o precariado imigrante. No âmbito da mobilidade do capital e da força de trabalho, as últimas décadas têm apontado a crescente especialização profissional nos lugares de origem para a exportação dessa mão de obra: “o resultado é que exércitos de trabalhadores estão sendo mobilizados e movimentados em todo o mundo” (STANDING, 2017), garantindo aos países de destino o excedente necessário para a reprodução do capital e nos países de origem importantes remessas para o crescimento do produto interno bruto.

Nos países de destino, a participação de parcela expressiva de imigrantes internacionais no mercado de trabalho enfrenta, dentre outros fatores, a inserção laboral informal e precária em suas formas inseguras de trabalho. As históricas desigualdades regionais, as disparidades econômicas e a “remercadorização” (STANDING, 2017, p. 56) da força de trabalho – a partir da oferta e demanda nos trabalhos flexíveis – impulsionam particularmente as migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014). A migração de babás filipinas, de filipinos nas plataformas de petróleo, de bengaleses no corte da carne halal, além de imigrantes em nichos étnicos globais (WALDINGER, 1994) – bolivianos na costura, senegaleses no comércio ambulante de eletrônicos, chineses no comércio popular – conformam o exército de reserva global, nas análises de Huws (2011), e o precariado como reserva flutuante, nas interpretações de Standing (2017).

Considerações finais

Para o Observatório das Migrações em São Paulo, o entendimento das migrações internas e internacionais é desenhado pelas novas modalidades migratórias e antigas modalidades (que agora se reconfiguram), com seus contornos traçados pelas novas lógicas migratórias e pelos projetos migratórios compostos e recompostos pelos sujeitos migrantes e suas motivações em diferentes espaços da migração no território paulista e fora dele.

Assim, as categorias imigrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, se mesclam, se sobrepõem, são partes dos mesmos processos sociais de acumulação do capital por expropriação e compõem categorias do Estado-nação na regulação das migrações, em especial nas migrações Sul-Sul. Essas categorias trazem desafios e especificidades para a compreensão do fenômeno mi-

gratório, para a dinâmica do precariado imigrante e para a própria interação desses diferentes grupos na sociedade de destino. De um lado, essas categorias implicam análises teórico-metodológicas e jurídicas que se articulam aos amparos legais para a permanência dessas populações pelo Estado-nação e seu controle. De outro lado, denotam modalidades migratórias (WENDEN, 2001) que se renovam no precariado e nos processos de expropriações de populações migrantes.

As determinações da dinâmica globalizante do mercado de trabalho flexível, intensificadas pós-2008 com a crise financeira (STANDING, 2017), apontam uma “nova virada conjuntural” (GLICK-SCHILLER, 2020) com impactos nas migrações internacionais. O contexto global do mercado de trabalho flexível e as migrações internacionais são condições para o atual regime de produção capitalista (STANDING, 2017), com o desmantelamento da proteção social do trabalhador, com formas flexíveis de trabalho e emprego, com a instabilidade das relações de trabalho.

Os desafios do Observatório das Migrações em São Paulo se ampliam diante das situações políticas e econômicas que vão surgindo no cenário internacional, os impactos nas migrações internacionais e a condição expropriada de imigrantes e refugiados. Com o olhar atento de um Observatório, pretende-se que os caminhos futuros de pesquisa incorporem os recentes acontecimentos de crises políticas, econômicas e sociais do mundo contemporâneo. Acompanhar a dinâmica da realidade e a intensidade das transformações em curso nos permitirá aprofundar o conhecimento teórico, metodológico e empírico acerca das configurações e das especificidades que os processos migratórios internos e internacionais assumem em diferentes espaços do território nacional e paulista no século 21.

Referências

- ALMEIDA, G.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, R. (org.). **Migração internacional**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2013. p. 23-34.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2020.
- ARIZA, M.; VELASCO, L. (org.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica: por los caminos de la investigación sobre migración internacional**. México: Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones Sociales; El Colegio de la Frontera Norte, 2012.

BAENINGER, R. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19: mudanças na era das migrações? In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (co-ord.). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp; Cardiff University, 2020. p. 211-217.

BAENINGER, R. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSSI, C. (org.). **Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos**. Brasília, DF: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p. 13-29.

BAENINGER, R. (org.). **Migrações internacionais**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2013. (Por Dentro do Estado de São Paulo – Volume 9). Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_colecacao.php>.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.

BAILEY, T.; WALDINGER, R. Primary, secondary and enclave labor markets: a training systems approach. **American Sociological Review**, US, v. 56, n. 4, p. 432-445, 1991.

BAILY, S. The Italian migration experience: understanding continuity and change. **Journal of Urban History**, Califórnia, v. 11, n. 4, p. 503-513, 1985.

BAKEWELL, O. Some reflections on structure and agency in migration theory. **Journal of Ethnic & Migration Studies**, London, v. 36, n. 10, p. 1689-1708, 2010.

BARRIENTOS, S. W. The role of labour contractors in global production networks. **Journal of Development Studies**, London, v. 49, n. 8, p. 1058-1071, 2013.

BASSO, P. **Racismo de Estado e antirracismo de classe**. São Paulo, SP: Margem Esquerda, 2015.

BASSO, P. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie. In: BASSO, P.; PERROCCO, F. (ed.). **Gli immigrati in Europa: diseguaglianze, razzismo, lotte**. Milano: Franco Angeli, 2003.

BAYLIS, J.; SMITH, S. **The globalization of the world politics: an introduction to international relations**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BEGNAMI, R. Trabalho escravo na indústria da moda: o sistema do suor como expressão do tráfico de pessoas. **Revista de Direito do Trabalho**, Brasília, DF, v. 40, n. 158, p. 35-59, 2014.

BILSBORROW, R. E. (org.). **Migration, urbanization and development: new directions and issues**. New York, NY: UNFPA/Kluwer, 1996.

BONACICH, E. The other side of ethnic entrepreneurship: a dialogue with Waldinger, Aldrich, Ward and associates. **International Migration Review**, New York, NY, v. 27, n. 3, p. 685-692, 1993.

BOYER, F. **Être migrant et Tuareg de Bankilaré (Niger) à Abidjan (Côte d'Ivoire): Des parcours fixes, une spatialité nomade**. 2005. 577 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Poitiers, França, 2005.

BRITO, F. Ensaio sobre as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 12, n. 1-2, p. 45-67, 1995.

ÇAÐLAR, A.; GLICK SCHILLER, N. **Migrants and city-making**: dispossession, displacement, and urban regeneration. Durham: Duke University Press, 2018.

CANALES, A. **E pur si muove**: elementos para una teoria de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara, México: MAPorruá Editor, 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, S.; MILLER, M. **La era de la migración**: movimientos internacionales de población em el mundo moderno. México: Instituto Nacional de Migración; Fundación Colosio; Miguel Ángel Porrua, 2004.

CHAMMARTIN, G. M. F. Las migraciones laborales internacionales: visión, trabajo y propuestas de la Organización Internacional del Trabajo. **Revista Trabajo**, Ginebra, v. 8, n. 11, p. 5-60, 2014.

CORTES, G.; FARET, L. La circulation migratoire dans l'ordre des mobilités. In: CORTES, G.; FARET, L. (org.). **Les circulations transnationales**. Paris: Armand Colin, 2009. p. 7-19.

CORTES, G. **Partir para quedarse**: supervivencia y cambio en las sociedades campesinas andinas de Bolivia. La Paz: IRD/Plural/IFEA, 2004.

CORTÊZ, T. R. Do nacionalismo metodológico ao lugar dos direitos: uma análise da fiscalização de oficinas de costura que produziam para a Zara. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGÍA, 3., 2012, Santiago, Chile. **Anais...** Montevideo: ALA, 2012.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Población**, Santiago, Chile, n. 50, p. 55-74, 1990.

DE HASS, H. Migration and development: a theoretical perspective. **International Migration Review**, New York, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DE HASS, H. International migration, remittances and development: myths and facts. **Third World Quarterly**, London, v. 26, n. 8, p. 1269-1284, 2005.

DIMINESCU, D. Le migrant dans un système global de mobilités. In: CORTÈS, G.; FARET, L. (org.). **Les circulations transnationales**. Paris: Armand Colin, 2009. p. 211-224.

DOMENACH, H.; PICOUE, M. **Las migraciones**. Tradução: Eduardo Bologna. Córdoba: Republica Argentina, 1996.

DOMENACH, H.; PICOUE, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de migración. **Notas de Población**, Santiago, Chile, n. 49, p. 49-69, 1990.

DUMONT, G. F. Les nouvelles logiques migratoires au XXI^e siècle. **Outre-Terre**, Paris, n. 17, p. 15-25, 2006.

FAIST, T. The crucial mesolevel. In: MARTINIELLO, M.; RATH, J. (ed.). **Selected studies in international migration and immigrant incorporation**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010. p. 59-90.

FAIST, T. **The volume and dynamics of international migrations and transnational social spaces**. New York, NY: Oxford University Press, 2000.

FONTES, V. David Harvey: espoliação ou expropriação? Há “lado de fora” do capital?. In: FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 2010a. p. 62-74.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 2010b.

FREIRE, C. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. 2008. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

GARRIDO, A. A.; OLMOS, J. C. C. Economía étnica – teorías, conceptos y nuevos avances. **Revista Internacional de Sociología**, Madrid, v. 64, n. 45, p. 117-143, 2006.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 1991.

GLICK-SCHILLER, N. Dispossession: a conjunctural analysis. In: CONFERENCE CITY UNIVERSITY OF NEW YORK, ANTHROPOLOGY SEMINAR, 2020. **Anais...** 2020.

GLICK-SCHILLER, N. **Beyond the Nation-State and its units of analysis: towards a new research agenda for migration studies – essentials of migration theory**. Bielefeld: COMCAD, 2007. (Working Papers – Center on Migration, Citizenship and Development, n. 33).

GLICK-SCHILLER, N. Transmigrants and Nation-States: Something Old and Something New in the U.S. Immigrant Experience. In: HIRSHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. **The Handbook of International Migration**. New York The Russell Sage Foundation, 2003.

GLICK-SCHILLER, N. Transmigrants and nation-states: something old and something new in the U.S. In: HIRSCHMANN, C.; DEWIND, J.; KASINITZ, P. (ed.). **Handbook of international migration: the American experience**. New York, NY: Russell Sage, 1999. p. 94-119.

GLICK-SCHILLER, N. The centrality of ethnography in the study of transnational migration – seeing the wetland instead of the swamp. In: SAHOO, A. K.; MAHARAJ, B. (ed.). **Sociology of Diaspora: a reader**. India: Rawat Publications, 2007. p. 118-155.

GLICK-SCHILLER, N.; BASH, L.; BLANC-SZANTON, C. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quarterly**, Washington, DC, v. 68, n. 1, p. 48-63, 1995.

GUARNIZO, L. E.; PORTES, A.; HALLER, W. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 108, n. 6, p. 1211-1248, 2003.

GUARNIZO, L. E.; SMITH, M. P. The locations of transnationalism. In: SMITH, M.; GUARNIZO, L. E. (ed.). **Transnationalism from below: a comparative urban and community research**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998. p. 3-34.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, SP: AnnaBlume, 2005.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo, SP: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 1992.

HAYDEN, B. What's in a name? The nature of the individual in refugee studies. **Journal of Refugee Studies**, Oxford, v. 19, n. 4, p. 471-487, 2006.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos**. São Paulo, SP: Cia. das Letras, 1995.

HUWS, U. Crisis as capitalist opportunity: new accumulation through public service commodification. **Socialist Register**, London, v. 48, p. 64-84, 2011.

KUSHNIROVICH, N. Ethnic niches and immigrants' integration. **International Journal of Sociology and Social Policy**, Inglaterra, v. 30, n. 7-8, p. 412-426, 2010.

LEVITT, P.; GLICK-SCHILLER, N. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. In: SAHOO, A. K.; MAHARAJ, B. (ed.). **Sociology of Diaspora: a reader**. India: Rawat Publications, 2007. p. 156-193.

LEVITT, P. **The transnational villagers**. Berkeley: University of California Press, 2001.

MA MUNG, E. Le point de vue de l'autonomie dans l'étude des migrations internationales. In: DUREAU, F.; HILY, M. (coord.). **Les mondes de la mobilité**. França: Rennes, 2009.

MÁRMORA, L. **Las migraciones internacionales en América Latina: tendencias, percepciones y políticas públicas**. Santiago, Chile: CELADE/CEPAL, 2013. (Reunión de Expertos en Migraciones).

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MASSEY, D. S. *et al.* New migrations, new theories. In: MASSEY, D. S. *et al.* **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. New York, NY: Oxford University Press, 1998. p. 1-59.

MAUSS, M.; LÉVI-STRAUSS, C. **Ensaio sobre a Dádiva**. São Paulo, SP: Edições 70, 2008.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. v. II. São Paulo: Edusp, 1974 [1923-24].

MILESI, R.; MORONI, J. Refugiados no Brasil. In: Vários Autores. **O fenômeno migratório do limiar do terceiro milênio: desafios pastorais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NOVICK, S. (org.). **Las migraciones en América Latina**. Buenos Aires: Catálogos, 2008.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Derechos de los trabajadores y trabajadoras migrantes: lagunas y desafíos en materia de protección en 5 países de América Latina y el Caribe**. Lima: OIT, 2016a.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **La migración laboral en América Latina y el Caribe: diagnóstico, estrategia y líneas de trabajo de la OIT en la región**. Lima: OIT, 2016b.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Tendencias de la inspección del trabajo frente a la formalización: experiencias de América Latina y el Caribe**. Lima, OIT, 2015.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1996.

PATARRA, N. L. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.

PEIXOTO, J. Da era das migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. **REMHU – Revista Interdisciplinas de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 27, n. 57, p. 141-158, 2019.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. **SOCIUS Working Papers**, Lisboa, n. 11, 2004.

PHELPS, E. D. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. **The Migrationist**, 2014.

PORTES, A. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 69, p. 73-93, 2004.

PORTES, A. **Migrações internacionais: teorias, tipos e modos de incorporação**. Oeiras: Celta, 1999.

PORTES, A.; SASSEN-KOOB, S. Making it underground: comparative material on the informal sector in western Market economies. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 93, n. 1, p. 30-61, 1987.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2010.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SASSEN, S. **The mobility of capital and labor**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SCHAEFFER, F. La circulation migratoire, révélatrice de la structuration sociospatiale du champ migratoire marocain. In: CORTÈS, G.; FARET, L. (org.). **Les circulations transnationale**. Paris: Armand Colin, 2009.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, SP, n. 53, p. 117-149, 2002.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1973.

SKELDON, R. Migration and development: a global perspective. Longman: Essex, 1997.

SMITH, M. P. **Transnational urbanism**: locating globalization. New Jersey, NJ: Wiley-Blackwell, 2004.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2017.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. **Annales de la Recherche Urbana**, França, n. 59-60, p. 50-59, 1993.

TELLES, V.; CANANES, R. **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo, SP: Humanitas, 2006.

TILLY, C. Transplanted networks. In: MCLAUGHLIN, V. (ed.). **Immigration reconsidered**: history, sociology and politics. New York, NY: Oxford University Press, 1990.

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

URRY, J. **Sociology beyond societies**: mobilities for the twenty-first century. London: Routledge, 2000.

VAINER, C. B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.

VILLEN, P. **Imigração na modernização dependente**: “Braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada. 2015. 304 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

WALDINGER, R. The making of an immigrant niche. **International Migration Review**, New York, NY, vol. 28, n. 1, 1994, p. 3-30.

WENDEN, C. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & migration**, Paris, n. 1233, 2001.

WIMMER, A.; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism, the social sciences, and the study of migration: an essay in historical epistemology. **International Migration Review**, New York, NY, v. 37, n. 3, 2003, p. 576-610.

WIMMER, A.; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences. **Global Networks**, [S. l.], v. 2, n. 43, p. 301-334, 2002.

Impactos da Covid-19 na migração internacional: principais tendências no Brasil

Alberto Jakob

Introdução

A pandemia de Covid-19 que o mundo tem vivenciado especialmente a partir de 2020 tem causado muitos problemas nas mais distintas áreas, em especial na economia dos países e na saúde da população.

Em termos das componentes demográficas, seu impacto é claramente visível na mortalidade, mas também na natalidade e sobretudo na migração. Em se tratando de migração internacional, pudemos vivenciar um fechamento de fronteiras dos países sem precedentes na história mundial a partir de 2020, e relatos de pessoas que inclusive ficaram presas sem poder regressar a seus países de origem, ou sem a oportunidade de tentar uma vida melhor em outros países.

Se antes, a cada ano, os fluxos migratórios cresciam significativamente em volume de pessoas até 2019, em 2020 a pandemia trouxe uma realidade totalmente distinta do ocorrido até então.

E se havia um gradual surgimento de novos fluxos além dos já conhecidos com direção a países do hemisfério norte, com maior significância daqueles com origem e destino nos países do hemisfério sul, o Brasil vinha cada vez mais sendo receptor de migrantes sobretudo a partir de 2010 com a entrada de haitianos, e mais recentemente de venezuelanos.

Para se ter uma ideia, segundo a OECD (2021), os fluxos migratórios para os 40 países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico diminuíram mais de 30% no ano de 2020 em comparação ao ano anterior, resultando em 3,7 milhões de pessoas. Este foi o nível mais baixo desde 2003, sem dúvida em função da pandemia de covid-19.

Em termos do Brasil, Oliveira; Cavalcanti e Macedo (2021) mostram que houve uma redução de 16,8% no volume de autorizações de trabalho em 2020, e de quase 50% no número de registros de imigrantes em relação a

2019. E mais, os movimentos de entrada e saída do país caíram 67,8% neste período, com base nos registros dos postos de fronteira.

Por outro lado, estes autores apontam que foram gerados 23.945 postos de trabalho, ocupados especialmente por haitianos e venezuelanos, em Santa Catarina e na região sul em geral.

Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2021, p. 18), analisando os efeitos da pandemia sobre os fluxos migratórios e sobre as movimentações no mercado de trabalho formal, dizem que, mesmo o fluxo tendo se reduzido drasticamente, seu impacto no mercado de trabalho teria sido “de forma momentânea e bastante desigual”, afetando setores de atividade e perfis de trabalhador específicos.

Os autores afirmam que, mesmo havendo uma queda de 51,7% nos movimentos de fronteira do Brasil entre janeiro a julho de 2019 e o mesmo período de 2020, mais pronunciada na fronteira terrestre, afetando mais os venezuelanos, e uma redução de 75% dos registros migratórios, os saldos entre admitidos e demitidos no mercado de trabalho formal ficaram positivos em 7.340 em 2019 e 5.490 em 2020, e afetando menos os haitianos e venezuelanos.

Neste sentido, este estudo se propõe a analisar os impactos da pandemia de covid-19 na migração internacional com destino ao Brasil. Mais do que apenas uma análise baseada em revisão bibliográfica, aqui é feita uma comparação de dados de 2000 a 2019 com aqueles referentes ao período de pandemia, a saber, 2020 e 2021, também com o intuito de verificar se as tendências apresentadas por outros autores se mantêm com resultados de dados mais recentes.

Deve-se observar que esta temática é estudada no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), sobretudo pelo grupo de pesquisa do Observatório das Migrações em São Paulo, que possui obras publicadas (FERNANDES; BAENINGER, 2020; BAENINGER; VEDOVATO; NANDY, 2020; BAENINGER *et al.*, 2021), com análise de dados de uma pesquisa realizada por meio de 2.475 formulários online respondidos entre maio e julho de 2020.

Mas, no caso deste texto aqui apresentado, a fonte de dados é outra; são registros administrativos, mais especificamente os microdados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), obtidos no Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e que foram disponibilizados pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra).

Estes microdados contemplam o período do ano 2000 a 2020 e também de janeiro a outubro do ano de 2021, ampliando, assim, o escopo dos migrantes internacionais no Brasil em relação à pesquisa citada anteriormente, por se tratar de dados que se referem ao universo dos imigrantes no país, e são ainda mais atuais.

A imigração internacional no Brasil

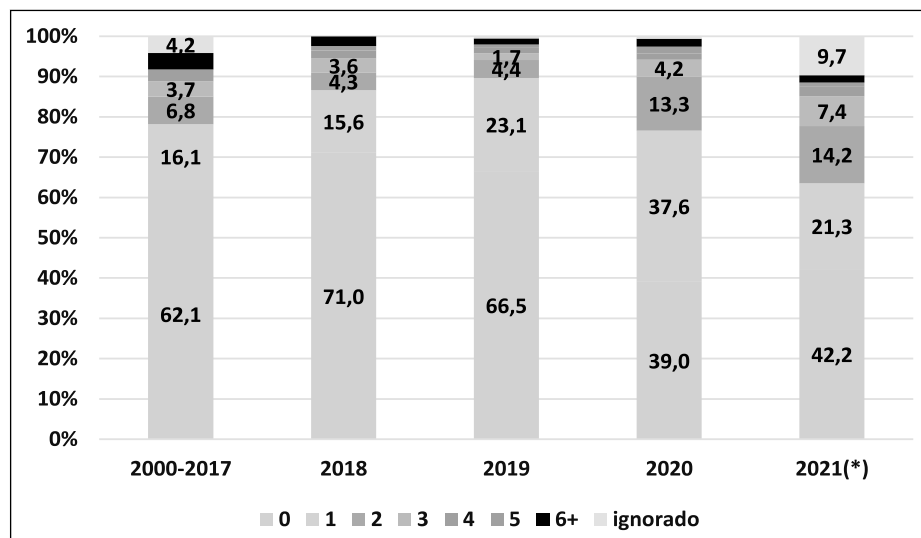
Inicialmente, deve-se apontar que os dados referentes a este estudo dizem respeito a imigrantes que solicitaram um cadastro no Registro Nacional Migratório (RNM), sendo, portanto, registros administrativos da Polícia Federal, que caracterizam o SISMIGRA.

Em uma tentativa de avaliar o tempo de obtenção deste registro, o Gráfico 1 traz esta informação, calculada em termos da diferença entre o ano de obtenção do registro (ano do microdado) em relação ao ano de entrada do migrante.

O Gráfico 1 mostra que, até 2019, o RNM era obtido em até 1 ano para quase 90% dos migrantes internacionais. Mas, para 2020, o tempo aumentou em praticamente 1 ano, uma vez que 90% dos migrantes obtiveram o registro em até 2 anos. E aumentou um pouco mais em 2021.

Este foi então o primeiro indicativo de mudança nas variáveis presentes nos microdados do SISMIGRA no decorrer do período de pandemia, o ligeiro aumento no tempo de obtenção do registro dos imigrantes internacionais, sobretudo em função dos fechamentos dos postos da Polícia Federal e de demais órgãos públicos devido ao período de quarentena por que o país passou em 2020 e 2021.

Gráfico 1 – Porcentagem de imigrantes internacionais no Brasil segundo tempo de obtenção do Registro Nacional Migratório (RNM), e por ano de obtenção, 2000-2021



Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabelações especiais e gráficos elaborados pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

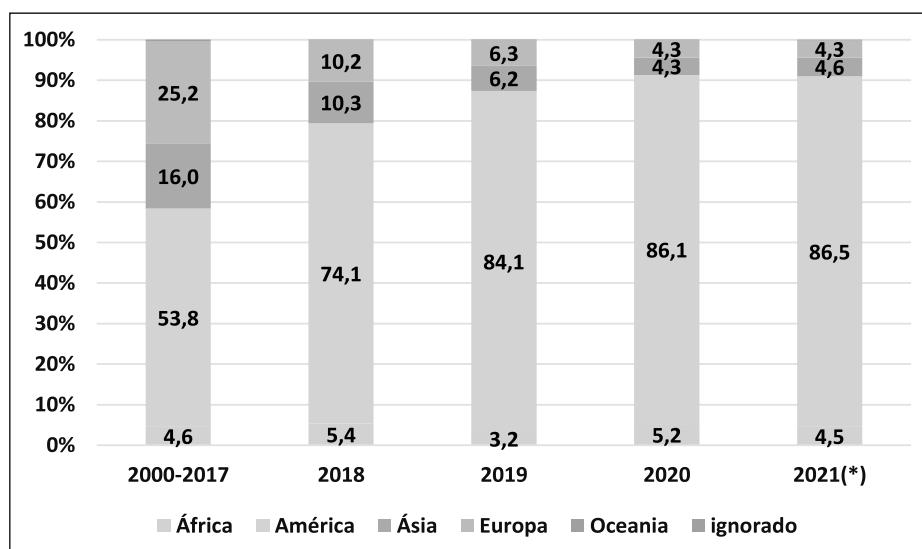
Nota: o volume de imigrantes contabilizados no SISMIGRA foi de 1.152.596 (2000-2017), 121.774 (2018), 182.931 (2019), 92.749 (2020) e 123.989 (2021).

Para efeitos deste estudo acadêmico, utiliza-se aqui o ano de obtenção do RNM como *proxy* do ano de entrada do migrante internacional,¹ mesmo sabendo que até 2019 isso era bem razoável, mas mais recentemente poderia não ser um bom indicador, como vimos para o ano de 2021, embora a maioria dos imigrantes deste último ano tenha obtido o registro em até 1 ano (63,5%).

Feita essa ressalva, o Gráfico 2 mostra os imigrantes internacionais segundo seu continente de nascimento.

¹ Embora pareça mais óbvia a utilização da referência temporal como o ano de entrada do imigrante no Brasil, este texto utiliza o ano de obtenção do Registro Nacional Migratório nas análises, por considerar que é, a partir deste ponto, que o imigrante poderá se inserir no mercado formal de trabalho brasileiro. De qualquer forma, como apontado, o ano de obtenção é quase o mesmo do ano de entrada.

Gráfico 2 – Porcentagem de imigrantes internacionais no Brasil segundo continente de nascimento, e por ano de obtenção do registro, 2000-2021



Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais e gráficos elaborados pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Pode-se perceber, a partir do Gráfico 2, que a participação dos imigrantes internacionais naturais do continente americano cresceu ao longo do tempo, chegando a 84% em 2019 e 86% em 2020 e 2021, com tendência de crescimento ainda, sobretudo em função da redução da participação de europeus e asiáticos.

Uma vez que quase 90% dos imigrantes eram naturais do continente americano, a Tabela 1 traz os principais países de origem destes migrantes internacionais.

Os dados da Tabela 1 mostram que, desde o período 2000-2017, os haitianos possuem uma significativa presença entre os migrantes internacionais no Brasil, variando entre 13% e 15% na participação total da migração do continente americano, com exceção do ano 2020, que foi um pouco atípico, com participação de quase 30%. Isso deve representar uma liberação adicional de registros para eles naquele ano.

Mas o principal resultado visto na Tabela 1 é a participação dos venezuelanos na migração com destino ao Brasil, sobretudo a partir do ano 2018, em um crescente de 36% neste ano até 65% em 2021.

Tabela 1 – Imigrantes internacionais no Brasil segundo principais países de naturalidade, e por ano de obtenção do registro, 2000-2021

2000-2017			2018			2019		
País	Valor	%	País	Valor	%	País	Valor	%
Bolívia	116.356	18,8	Venezuela	32.245	35,8	Venezuela	89.828	58,4
Haiti	92.925	15,0	Haiti	14.214	15,8	Haiti	19.860	12,9
EUA	76.485	12,3	Colômbia	9.788	10,9	Colômbia	9.419	6,1
Argentina	61.097	9,9	Bolívia	7.851	8,7	Bolívia	9.262	6,0
Colômbia	50.711	8,2	Uruguai	5.573	6,2	Argentina	5.714	3,7
Peru	39.691	6,4	Argentina	4.893	5,4	Uruguai	4.408	2,9
Paraguai	37.176	6,0	EUA	3.116	3,5	EUA	3.202	2,1
Uruguai	36.543	5,9	Peru	3.054	3,4	Peru	3.189	2,1
Cuba	27.694	4,5	Paraguai	2.855	3,2	Paraguai	3.152	2,0
México	19.075	3,1	Cuba	1.891	2,1	México	1.281	0,8
Chile	16.636	2,7	México	1.298	1,4	Chile	1.208	0,8
Venezuela	16.507	2,7	Chile	1.133	1,3	Cuba	1.081	0,7
Outros	29.332	4,7	Outros	2.265	2,5	Outros	2.327	1,5
Total	620.228	100,0	Total	90.176	100,0	Total	153.931	100,0

(Cont.)

2020			2021 (*)		
País	Valor	%	País	Valor	%
Venezuela	40.251	50,4	Venezuela	69.974	65,3
Haiti	23.629	29,6	Haiti	15.343	14,3
Colômbia	3.678	4,6	Colômbia	4.543	4,2
Bolívia	2.442	3,1	Argentina	3.389	3,2
Argentina	2.343	2,9	Paraguai	2.635	2,5
Uruguai	1.592	2,0	Bolívia	2.441	2,3
Peru	1.237	1,5	Cuba	2.232	2,1
Paraguai	1.079	1,4	EUA	1.429	1,3
EUA	972	1,2	Uruguai	1.404	1,3
Cuba	828	1,0	Peru	1.268	1,2
Chile	489	0,6	Chile	800	0,7
México	344	0,4	México	438	0,4
Outros	949	1,2	Outros	1.312	1,2
Total	79.833	100,0	Total	107.208	100,0

Fonte: SISMI-GRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Assim, uma vez que a participação de venezuelanos e haitianos na migração com destino ao Brasil somou 70% em 2019 e 80% em 2020 e 2021, estes grupos de imigrantes foram selecionados como aqueles que caracteri-

zam a migração internacional com destino ao país, e serão analisadas variáveis relativas a eles no próximo tópico.

Características dos imigrantes haitianos e venezuelanos no Brasil

Os microdados do SISMIGRA não disponibilizaram as idades simples dos migrantes que obtiveram seu RNM, mas sim faixas etárias, talvez por questões de sigilo da informação, para que não haja possibilidade de reconhecimento da pessoa.

Sendo assim, as Tabelas 2 e 3 trazem estas informações de faixas etárias para os migrantes do Haiti (Tabela 2) e da Venezuela (Tabela 3).

Período	Sexo	Faixa Etária						Total
		0 a 14	15 a 24	25 a 39	40 a 64	65 ou mais	Não espec.	
2000-2017	Masculino	3,5	18,9	64,7	12,7	0,1	0,0	63.220
	Feminino	7,4	21,3	62,2	8,9	0,2	0,0	29.705
	Total	4,8	19,7	63,9	11,5	0,1	0,0	92.925
2018	Masculino	10,6	23,1	54,0	12,2	0,1	0,0	7.763
	Feminino	13,3	22,6	54,9	8,9	0,3	0,0	6.451
	Total	11,8	22,9	54,4	10,7	0,2	0,0	14.214
2019	Masculino	10,0	27,1	51,9	9,7	0,2	1,0	11.090
	Feminino	13,2	26,1	52,0	7,6	0,4	0,8	8.762
	Total	11,4	26,7	51,9	8,8	0,3	0,9	19.852
2020	Masculino	9,1	30,5	50,7	8,4	0,2	1,1	13.540
	Feminino	13,3	27,9	49,4	7,7	0,4	1,4	10.081
	Total	10,9	29,4	50,1	8,1	0,3	1,2	23.621
2021(*)	Masculino	6,9	28,0	52,3	9,6	0,2	3,0	8.796
	Feminino	9,8	27,4	50,7	7,5	0,7	4,0	6.546
	Total	8,1	27,7	51,6	8,7	0,4	3,5	15.342

Tabela 2 – Porcentagem de imigrantes haitianos segundo faixa etária e sexo, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Primeiramente, os dados da Tabela 2 mostram que os migrantes do sexo masculino representavam 68% dos migrantes haitianos no período 2000-2017, mas em 2018 e 2019 eram 55-56% e em 2020 e 2021 pouco mais de

57%. Ou seja, os migrantes do sexo masculino não tinham uma participação muito maior do que os do sexo feminino.

Também em 2000-2017, perto de 64% dos imigrantes haitianos tinham entre 25 e 39 anos de idade, enquanto gradualmente foram perdendo participação em prol do grupo etário imediatamente inferior, de 15 a 24 anos. Esta tendência continuou nos anos 2020 e 2021.

Já os dados referentes aos imigrantes venezuelanos (Tabela 3) mostram volumes de homens e mulheres muito mais próximos, chegando a 50,9% de homens em 2019 e 52% em 2020 e 2021.

Tabela 3 – Porcentagem de imigrantes venezuelanos segundo faixa etária e sexo, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

Período	Sexo	Faixa Etária						Total
		0 a 14	15 a 24	25 a 39	40 a 64	65 ou mais	Não espec.	
2000-2017	Masculino	11,9	17,5	47,5	22,4	0,7	0,0	8.983
	Feminino	13,1	17,9	50,4	17,4	1,2	0,0	7.524
	Total	12,4	17,7	48,8	20,1	0,9	0,0	16.507
2018	Masculino	9,8	24,3	42,8	21,9	1,2	0,0	17.243
	Feminino	10,9	24,3	39,8	23,2	1,8	0,0	15.001
	Total	10,3	24,3	41,4	22,5	1,5	0,0	32.244
2019	Masculino	19,9	24,6	35,1	19,0	1,3	0,2	45.689
	Feminino	19,9	24,4	32,9	20,7	1,9	0,1	44.132
	Total	19,9	24,5	34,0	19,8	1,6	0,1	89.821
2020	Masculino	23,3	23,4	34,0	17,8	1,2	0,3	21.016
	Feminino	24,8	24,3	30,1	18,8	1,8	0,2	19.228
	Total	24,0	23,8	32,2	18,3	1,5	0,3	40.244
2021(*)	Masculino	22,7	21,3	26,6	13,3	0,8	15,3	36.320
	Feminino	23,6	20,7	25,1	13,8	1,3	15,5	33.626
	Total	23,1	21,0	25,8	13,6	1,1	15,4	69.946

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Também os dados da Tabela 3 mostram uma desconcentração maior de imigrantes venezuelanos na faixa etária de 25 a 39 anos, com participações a cada ano maiores, sobretudo de crianças de 0 a 14 anos. Isto caracteriza uma migração mais representativa de famílias, em comparação com os haitianos.

Neste sentido, as Tabelas 4 e 5 trazem a informação dos imigrantes haitianos e venezuelanos segundo estado civil e sexo, para tentar caracterizar melhor o migrante em relação a uma *proxy* de situação familiar.

Tabela 4 – Porcentagem de imigrantes haitianos segundo estado civil e sexo, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

Período	Sexo	Estado Civil					Total
		Solteiro	Casado	Viúvo	Outro	Desconhecido	
2000-2017	Masculino	74,1	22,1	0,1	3,7	0,0	63.220
	Feminino	69,8	24,3	0,1	5,8	0,0	29.705
	Total	72,7	22,8	0,1	4,4	0,0	92.925
2018	Masculino	74,9	18,0	0,2	1,3	5,7	7.763
	Feminino	69,2	21,3	0,3	2,8	6,3	6.451
	Total	72,3	19,5	0,2	2,0	6,0	14.214
2019	Masculino	82,4	14,6	0,2	2,8	0,0	11.090
	Feminino	75,6	19,1	0,3	4,9	0,1	8.762
	Total	79,4	16,6	0,2	3,7	0,0	19.852
2020	Masculino	87,5	11,0	0,1	1,3	0,0	13.540
	Feminino	80,8	16,5	0,3	2,4	0,0	10.081
	Total	84,6	13,4	0,2	1,8	0,0	23.621
2021(*)	Masculino	86,8	11,0	0,1	2,1	0,0	8.796
	Feminino	82,5	14,4	0,3	2,7	0,1	6.546
	Total	84,9	12,4	0,2	2,4	0,1	15.342

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Pelos dados apresentados na Tabela 4, percebe-se que, independentemente do sexo, os imigrantes haitianos tinham mais representatividade no grupo dos solteiros, desde o ano 2000. Existe uma preponderância maior de mulheres na categoria de casados em relação aos homens, mas não chega a ter muita diferença, no máximo 5 pontos percentuais.

Além disso, o grupo dos solteiros vai aumentando ainda mais sua participação entre os imigrantes haitianos, tanto em termos absolutos quanto relativos, passando de 72% a 85% do total de imigrantes que obtiveram seu RNM.

Tabela 5 – Porcentagem de imigrantes venezuelanos segundo estado civil e sexo, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

Período	Sexo	Estado Civil					Total
		Solteiro	Casado	Viúvo	Outro	Desconhecido	
2000-2017	Masculino	62,4	34,0	1,3	2,4	0,0	8.983
	Feminino	61,4	34,5	1,4	2,6	0,0	7.524
	Total	61,9	34,2	1,3	2,5	0,0	16.507
2018	Masculino	87,0	11,5	0,1	0,9	0,5	17.243
	Feminino	84,1	13,0	0,5	1,8	0,5	15.001
	Total	85,7	12,2	0,3	1,3	0,5	32.244
2019	Masculino	89,9	8,4	0,1	1,7	0,0	45.689
	Feminino	87,5	9,7	0,5	2,3	0,0	44.132
	Total	88,7	9,0	0,3	2,0	0,0	89.821
2020	Masculino	90,1	8,1	0,1	1,7	0,0	21.016
	Feminino	88,3	8,8	0,6	2,4	0,0	19.228
	Total	89,2	8,4	0,3	2,0	0,0	40.244
2021(*)	Masculino	89,9	6,7	0,1	3,2	0,0	36.320
	Feminino	88,3	7,4	0,5	3,7	0,1	33.626
	Total	89,1	7,1	0,3	3,5	0,0	69.946

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Já no caso dos venezuelanos, a Tabela 5 mostra alguns contrastes mais bruscos. Havia mais imigrantes na categoria de casados até 2017 em relação aos haitianos (34% contra 22,8%, respectivamente), porém a representatividade dos solteiros aumentou muito mais entre os venezuelanos, de 62% em 2000-2017 a 89% em 2020 e 2021.

Isso mostra um perfil bem diferente dos imigrantes venezuelanos comparando-se sobretudo aqueles dos anos 2000 e após 2017. Os casados eram 34% até 2017 e 12% em 2018.

Aliadas a esta análise do estado civil, as Tabelas 6 e 7 trazem dados relativos à profissão dos imigrantes haitianos e venezuelanos no Brasil.

Tabela 6 – Porcentagem de imigrantes haitianos segundo profissão, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

Profissão	2000-2017	2018	2019	2020	2021(*)
Não classificada	16,5	16,0	16,7	24,8	32,5
Sem ocupação	10,8	17,3	19,5	18,7	16,5
Estudante	5,0	15,1	15,1	14,8	12,4
Pedreiro	15,0	8,8	7,2	8,3	6,9
Vendedor	3,6	8,2	7,7	5,4	4,7
Menor de idade	15,8	3,6	4,2	3,8	3,1
Trabalhador agrícola	1,2	2,2	2,3	2,0	2,3
Cozinheiro	2,4	2,7	2,3	1,8	1,5
Padeiro	4,0	2,4	1,8	1,5	2,3
Outras profissões	25,7	23,6	23,2	18,9	17,8
Total	92.925	14.214	19.860	23.629	15.343

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Tabela 7 – Porcentagem de imigrantes venezuelanos segundo profissão, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

Profissão	2000-2017	2018	2019	2020	2021(*)
Estudante	12,7	17,5	19,0	18,6	15,3
Não classificada	5,2	4,4	4,9	14,7	17,1
Menor de idade	41,8	1,8	8,7	9,3	16,7
Prendas do lar	4,1	5,3	9,3	9,0	6,3
Sem ocupação	1,4	6,0	4,8	7,6	14,8
Pedreiro	0,2	6,8	6,8	5,9	5,2
Vendedor	0,5	7,4	7,6	5,7	4,5
Mecânico	0,4	4,2	3,2	2,5	1,9
Cozinheiro	0,3	3,5	3,2	2,9	1,8
Outras profissões	33,4	42,9	32,4	23,7	16,3
Total	16.507	32.245	89.828	40.251	69.974

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Inicialmente, a Tabela 6 mostra que tem havido uma diversificação maior das atividades relatadas nas profissões dos imigrantes haitianos, tanto que a categoria “não classificada” tem crescido significativamente nos últimos anos. Também se percebe certa tendência de leve redução daqueles sem ocupação, assim como de estudantes, menores de idade e outras profissões.

A categoria de “não classificada” também cresceu de forma abrupta entre os imigrantes venezuelanos (Tabela 7) a partir de 2020. Observa-se também a tendência de redução da participação dos estudantes e aumento daqueles com profissões não classificadas entre os venezuelanos, mas, ao contrário dos haitianos, houve aumento dos sem ocupação (de 7,6% em 2020 para 14,8% em 2021), e de menores de idade (de 9,3% para 16,7%, respectivamente).

Porém, deve-se chamar a atenção para algumas questões desta categoria menor de idade. Até 2017, havia dados em branco no quesito de profissão, que considere aqueles menores de idade, pois existiam as categorias sem ocupação, estudante, outra ocupação, etc. Nos anos posteriores não havia mais a categoria de dados em branco.

Pode à primeira vista assustar este valor de 41,8% de menores de idade venezuelanos em 2000-2017 e depois cair para 1,8% em 2018, mas os dados absolutos mostram que os menores de idade ou brancos eram perto de 7 mil até 2017, depois apenas os menores eram 593 em 2018, mas aumentam para 7.824 em 2019, 3.756 em 2020 e 11.684 em 2021.

Ou seja, reduziram-se em números absolutos em 2020, mas mantiveram a tendência de alta em termos percentuais, uma vez que as demais categorias de profissão também se reduziram neste ano em termos absolutos.

Mas em 2021 houve um aumento substancial, tanto em termos absolutos quanto relativos, mostrando sim uma presença mais significativa de crianças entre os imigrantes venezuelanos.

Porém, o que mais chama a atenção é que mais da metade dos imigrantes venezuelanos não tinham profissão em 2021, sejam eles estudantes, menores de idade, com prendas do lar ou sem ocupação (53%). Comparativamente, este número foi de 31% entre os haitianos.

Este fato denota também uma característica de maior vulnerabilidade entre os venezuelanos, em termos de conseguir inserção no mercado formal de trabalho no Brasil.

Por fim, em termos de onde se localizam estes migrantes, as tabelas 8 e 9 mostram os municípios com mais de 1.000 imigrantes haitianos ou venezuelanos em 2000-2017, e mais de 200 a partir de 2018.

Tabela 8 – Principais municípios de residência de imigrantes haitianos, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

2000-2017		2018		2019		2020		2021(*)	
Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
São Paulo (SP)	15.768	São Paulo (SP)	1.430	São Paulo (SP)	1.809	São Paulo (SP)	3.633	São Paulo (SP)	1.363
Curitiba (PR)	4.378	Curitiba (PR)	672	Joinville (SC)	766	Joinville (SC)	1.153	Cascavel (PR)	877
Cascavel (PR)	2.572	Cascavel (PR)	543	Cascavel (PR)	617	Porto Alegre (RS)	951	Joinville (SC)	599
Joinville (SC)	2.514	Joinville (SC)	452	Curitiba (PR)	588	Curitiba (PR)	817	Toledo (PR)	475
Porto Alegre (RS)	2.327	Porto Alegre (RS)	388	Porto Alegre (RS)	586	Campos Novos (SC)	554	Curitiba (PR)	404
Caxias do Sul (RS)	1.999	Itajaí (SC)	329	Chapecó (SC)	462	Cascavel (PR)	427	Itajaí (SC)	322
Itajaí (SC)	1.991	Chapecó (SC)	302	Florianópolis (SC)	423	Guarulhos (SP)	334	Porto Alegre (RS)	310
Chapecó (SC)	1.932	Sorocaba (SP)	286	Sorocaba (SP)	384	Criciúma (SC)	323	Pato Branco (PR)	261
Bento Gonçalves (RS)	1.864	Florianópolis (SC)	280	Maringá (PR)	306	Campinas (SP)	303	Canoas (RS)	216
Balneário Camboriú (SC)	1.466	Maringá (PR)	218	Campos Novos (SC)	291	Canoas (RS)	302		
Florianópolis (SC)	1.447	Palhoça (SC)	205	Caxias do Sul (RS)	280	Pinhais (PR)	251		
Sorocaba (SP)	1.259			Bento Gonçalves (RS)	274	Chapecó (SC)	249		
Pinhais (PR)	1.122			Canoas (RS)	240	Sorocaba (SP)	248		
Palhoça (SC)	1.040			Guarulhos (SP)	234	Pato Branco (PR)	233		
				São José (SC)	226	Blumenau (SC)	227		
				Blumenau (SC)	218	Lajeado (RS)	226		
				Pinhais (PR)	217	Santo André (SP)	210		
				Campinas (SP)	213	Toledo (PR)	203		
				Toledo (PR)	204				
				Palhoça (SC)	203				

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Comparando os dados das tabelas 8 e 9, podemos perceber a diferença entre os perfis de haitianos e venezuelanos em termos de seus municípios de residência. Enquanto os haitianos se localizam mais na cidade de São Paulo, e em diversos municípios de distintas Unidades da Federação (UFs), no caso dos venezuelanos a concentração era muito mais marcante até 2019, especialmente em Boa Vista (RR).

A Tabela 8, por exemplo, mostra que houve até um expressivo crescimento na obtenção de registros para imigrantes do Haiti, entre 2019 e 2020, especialmente para São Paulo (aumentou o dobro, de 1.809 para 3.633), assim como para outros centros industriais e capitais, como Joinville, Porto Alegre, Curitiba. E em 2021 houve uma brusca redução nos volumes de registros obtidos nestes municípios apontados acima, com aumentos para Cascavel e Toledo, no oeste do Paraná.

Já no caso dos venezuelanos, a Tabela 9 mostra que, em 2020, houve uma grande redução da tendência de crescimento do número de imigrantes venezuelanos em Boa Vista, assim como nos demais municípios, mas em 2021 parece haver uma desconcentração dos municípios de residência dos venezuelanos, embora ainda tenha a predominância da capital Boa Vista.

Tabela 9 – Principais municípios de residência de imigrantes venezuelanos, por ano de obtenção do registro, 2000-2021

2000-2017		2018		2019		2020		2021(*)	
Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor	Município	Valor
Boa Vista (RR)	4.969	Boa Vista (RR)	16.540	Boa Vista (RR)	45.908	Boa Vista (RR)	13.413	Boa Vista (RR)	23.484
São Paulo (SP)	2.267	Pacaraima (RR)	5.697	Manaus (AM)	14.660	Manaus (AM)	11.751	Manaus (AM)	8.931
Rio de Janeiro (RJ)	1.804	Manaus (AM)	2.953	Pacaraima (RR)	5.403	Pacaraima (RR)	2.142	Pacaraima (RR)	6.340
		São Paulo (SP)	1.001	São Paulo (SP)	1.863	São Paulo (SP)	912	Curitiba (PR)	2.050
				Mucajá (RR)	664	Curitiba (PR)	738	São Paulo (SP)	1.959
				Rorainópolis (RR)	620	Amajari (RR)	301	Joinville (SC)	872
				Caracará (RR)	444	Rorainópolis (RR)	280	Cascavel (PR)	687
				Cantá (RR)	419	Joinville (SC)	211	Chapecó (SC)	609
				Bonfim (RR)	395	Mucajá (RR)	204	Foz do Iguaçu (PR)	437
				Alto Alegre (RR)	205			São Gabriel da Cachoeira (AM)	429
				Amajari (RR)	203			Blumenau (SC)	384
								São José dos Pinhais (PR)	366
								Itapiranga (SC)	366
								Florianópolis (SC)	323
								Colombo (PR)	302
								Guarulhos (SP)	262
								Rorainópolis (RR)	234
								Mucajá (RR)	215
								Araucária (PR)	206
								Bonfim (RR)	203

Fonte: SISMIGRA, Portal de Imigração do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tabulações especiais elaboradas pelo autor.

(*) Dados de janeiro a outubro de 2021.

Deve-se observar que os venezuelanos entram no Brasil em geral pela fronteira terrestre em Pacaraima (RR) e se dirigem à capital estadual Boa Vista ou Manaus (AM), onde se concentram imigrantes que entram no país por fronteira terrestre.

Ou seja, são situações distintas de concentrações e desconcentrações em municípios expressivos entre 2019 e 2021 para haitianos e venezuelanos. A Tabela 1 já mostrava que o ano de 2020 foi muito mais expressivo para a concessão de vistos para os haitianos, pode-se até dizer que houve um ponto fora da curva.

Mas ainda tentando entender melhor os fluxos migratórios de haitianos e venezuelanos, outro dado interessante que os microdados do SISMIGRA traziam até o ano de 2018 era a possibilidade de cruzar a UF de entra-

da do imigrante com a UF ou município de residência no momento de obtenção do RNM.

Analisando em primeiro lugar os haitianos, no período 2000-2017 foram concedidos 92.925 registros para estes imigrantes, sendo que 39% haviam entrado no país por São Paulo (36.144), 31% pelo Acre (28.871) e 14% pelo Amazonas (13.043), perfazendo 84% do total de imigrantes haitianos. Mas suas principais UFs de residência foram praticamente as mesmas: São Paulo, Santa Catarina e Paraná, explicitando a importância do grande centro econômico de São Paulo, mas também na região sul do país.

O ano de 2018 (último ano desta informação de UF de entrada) traz uma modificação das principais UFs de entrada, porém as mais significativas UFs de residência foram basicamente as mesmas do período anterior. Dos 14.214 registros obtidos por haitianos em 2018, em 45% eles entraram por São Paulo (6.376), 12% pelo Rio de Janeiro (1.773) e 10% pelo Acre (1.477). Mas as principais UFs de residência continuaram sendo São Paulo, Santa Catarina e Paraná.

Considerando agora apenas aqueles haitianos que entraram por uma UF e estavam na mesma UF no momento de obtenção do registro, eles eram perto de 31% (28.925 dos 92.925 em 2000-2017 e 4.361 dos 14.214 em 2018), sendo que destes a maioria era do estado de São Paulo (63% em 2000-2017 e 58% em 2018), ou do Rio Grande do Sul (16% e 18%, respectivamente).

Assim, a partir destes dados, pode-se dizer que os haitianos estavam encontrando seus nichos de mercado nas indústrias paulistas ou da região sul, que possui importância sobretudo na área de criação e abate de animais, como frangos.

Mas com relação aos venezuelanos, este fluxo de localização de moradia em relação ao local de entrada foi observado como bem diferente dos haitianos. Os venezuelanos se concentravam muito mais em suas UFs de entrada.

No período 2000-2017, dos 16.507 registros concedidos, 42% entraram por Roraima (6.902), 31% por São Paulo (5.494) e 19% pelo Rio de Janeiro (2.524). E a grande maioria deles (74%) estavam residindo nas mesmas UFs de entrada quando obtiveram seu registro.

E isto se afirmou ainda mais em 2018, onde, dos 32.245 registros concedidos a venezuelanos, 93,5% deles entraram por Roraima (30.153). Em relação aos que estavam na mesma UF no momento da obtenção do registro, estes contabilizaram também 74%, mas, desta vez, 95,3% destes estavam ainda em Roraima.

Assim, pode-se dizer que os perfis de haitianos e venezuelanos são bem distintos em termos de estratégias de locais de moradia. Enquanto os primeiros buscam mais oportunidades de trabalho em grandes centros comerciais, como a zona industrial de São Paulo e os centros de abate de animais do sul do país, os últimos cada vez mais estavam aguardando seus registros no próprio local de entrada no Brasil, em Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Considerações finais

Este estudo realizado com dados dos imigrantes internacionais que obtiveram seu Registro Nacional Migratório (RNM) de 2000 a 2021 mostrou que, em primeiro lugar, a migração para o Brasil segundo lugar de nascimento está se tornando cada vez mais de curta distância. Imigrantes naturais de países do continente americano tiveram participação de 84% da migração em 2019, e 86% em 2020 e 2021, ainda com tendência de alta, conforme apontado no Gráfico 2.

Da mesma forma, foi observado que, dentre estes imigrantes de países do continente americano, os naturais da Venezuela e do Haiti são a grande maioria, chegando a 71% em 2019 e 80% em 2020 e 2021. Existe ainda uma tendência de alta, mas especialmente entre os venezuelanos, que representavam 58% do volume de imigrantes do continente americano em 2019, e passaram a 65% em 2021 (Tabela 1). Obviamente houve uma redução expressiva no volume de imigrantes entre 2019 e 2020, mas o ano de 2021 já dá sinais de recuperação dos números anteriores à pandemia, sobretudo em função da abertura dos postos de fronteira terrestre que permitiram a entrada de venezuelanos.

Deve-se lembrar que a análise realizada aqui foi feita com base no ano de obtenção do RNM, não de entrada, mas verificou-se com o Gráfico 1 que até 2019 a grande maioria dos imigrantes conseguia seu registro em até 1 ano, assim pode-se considerar uma *proxy* do ano de entrada, conforme dito antes. E também que em 2020 e 2021 aumentou este tempo de obtenção, mas foi em função do fechamento dos postos de fronteira da Polícia Federal por conta da pandemia.

Em segundo lugar, os dados mostraram que havia uma tendência de redução da idade média do imigrante internacional no Brasil, que se mante-

ve no período de pandemia, e que era ainda mais significativo entre os venezuelanos, conforme apontaram as tabelas 2 e 3.

Também esta redução da idade do imigrante internacional pode estar relacionada com as modificações no estado civil destes, uma vez que a proporção de solteiros tem aumentado significativamente ao longo do tempo, em prol principalmente da redução da participação dos casados (Tabelas 4 e 5). Esta tendência tem sido a mesma para haitianos e venezuelanos, e também continua no período da pandemia (anos 2020 e 2021).

Em terceiro lugar, com relação ao mercado de trabalho, inicialmente o que mais chama atenção com respeito à profissão dos imigrantes haitianos e venezuelanos (Tabelas 6 e 7) é o expressivo aumento de profissões não classificadas em outra categoria, do ano 2019 para 2020 e 2021. Esta participação foi de 5% em 2019 para 15% em 2020 e 17% em 2021 para os venezuelanos, e de 17% para 25% e 32% para os mesmos anos, no caso dos haitianos, o que pode representar um aumento na diversificação de profissões, não elencadas até então.

Por outro lado, aqueles imigrantes classificados como sem ocupação até reduziram levemente sua participação entre os haitianos, de 2019 a 2021, e aumentaram levemente de 4,8% para 7,6% entre 2019 e 2020 no caso dos venezuelanos. Porém, o ano de 2021 mostrou 14,8% de participação destes últimos, o dobro do ano anterior.

Cavalcanti, Oliveira e Macedo (2020), trabalhando com dados do Caged Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), apontaram que, embora o fluxo migratório tenha caído de forma drástica em 2020, o impacto no mercado de trabalho foi momentâneo e desigual, afetando setores de atividade e perfis de trabalhadores específicos. O saldo resultante entre admitidos e demitidos foi de 7.340 em 2019 e 5.490 em 2020, comparando-se os mesmos meses destes anos, de janeiro a agosto.

Cavalcanti e Oliveira (2020) afirmam que houve um forte impacto no mercado de trabalho entre 2019 e 2020, mas de curta duração, e que os haitianos e venezuelanos foram os menos afetados por esta crise. Os efeitos mais negativos teriam sido nas regiões sudeste e nordeste, mas, ao contrário, os estados da região sul do país aumentaram o saldo entre admitidos e demitidos. As ocupações de setores industriais e agropecuários foram menos afetadas que comércio e serviços. Os autores mostram ainda que, no caso dos frigoríficos, o abate de suínos admitiu 57% a mais e demitiu 5,7% a menos entre 2019 e 2020.

Tudo isso mostra que houve impactos bastante diferenciados a partir do perfil do imigrante, sendo que os imigrantes internacionais mais afetados com a pandemia estariam residindo na região sudeste e trabalhando em setores de comércio e serviços, como restaurantes e lanchonetes, e os menos afetados estariam trabalhando no abate de suínos, de aves e nos supermercados, uma vez que houve uma expressiva troca da alimentação fora de casa pelo consumo em casa.

Os dados mostram que houve uma queda brusca no número de registros obtidos (de 182.931 em 2019 para 92.749 em 2020, ou seja, de -50,7%), mas o ano de 2021 já aponta uma recuperação deste volume, com aumentos de 33,7% em comparação a 2020 (123.989 registros até outubro de 2021).

E, no caso dos venezuelanos, o impacto foi menor para a concessão de vistos. Entre 2019 e 2020, houve uma redução de 45% (de 89.828 para 40.251, respectivamente), e em 2021 já houve uma recuperação com crescimento de 74% em relação a 2020 (de 40.251 para 69.974, nos mesmos anos), segundo mostrado na Tabela 1.

Por fim, em quarto lugar, com relação aos destinos dos fluxos migratórios, enquanto os haitianos se localizavam mais no município de São Paulo (Tabela 8), e em menor volume em outros municípios da região sul, como Porto Alegre, Curitiba, Joinville e em 2021 em municípios do oeste do Paraná (Cascavel e Toledo), para os venezuelanos, os principais municípios (Tabela 9) eram Boa Vista, a capital de Roraima, Pacaraima, por onde entravam no Brasil, e Manaus, onde existe o polo industrial na região norte, além também, em menor volume, dos municípios mencionados para o caso dos haitianos.

Assim, pode-se dizer que os haitianos entram no país em maior proporção por via aérea e permanecem mais no município de São Paulo, enquanto os venezuelanos entram mais no Brasil por via terrestre, pelo estado de Roraima, e permanecem mais neste estado, e sobretudo na capital Boa Vista.

Concluindo, os dados mostram que, após um período de expressivo crescimento de volume de registros obtidos até 2019, o ano de 2020 mostrou uma queda brusca de concessão de registros, metade do ano anterior, espelhando o fechamento de fronteiras e de postos policiais que dariam início ao processo de concessão dos registros.

Mas o ano de 2021 parece mostrar uma recuperação da concessão de registros, o que expressa também uma demanda maior por estes documentos

necessários para a entrada no mercado de trabalho formal brasileiro.

Como outras obras literárias mostram, o mercado formal de trabalho teve maior impacto para outras nacionalidades que não a haitiana e venezuelana, que representam participações bem menores de imigração internacional, além de outros perfis migratórios. Porém, merece atenção o dado de 14,8% de venezuelanos sem ocupação em 2021, destoando de forma significativa dos demais anos (7,6% em 2020, por exemplo).

Fernandes e Baeninger (2020) haviam apontado que 52% dos imigrantes que responderam sua pesquisa online estavam trabalhando antes da pandemia (1.184 pessoas), e apenas 28% trabalhavam depois da pandemia (624 pessoas), sendo que 48% das pessoas da pesquisa eram venezuelanos. Trata-se de uma amostra de 2.475 questionários, que poderia ser respondida mais por aqueles sem trabalho no momento de preenchimento, mas poderia também se tratar de uma tendência a ser explorada.

A análise futura do ano de 2021 como um todo, e inclusive de 2022 poderá dar mais elementos para elucidar se existe realmente uma tendência de aumento expressivo de venezuelanos sem ocupação no país. Talvez este poderia ser o principal impacto da pandemia na imigração internacional para o Brasil, além obviamente da significativa queda do volume de imigrantes, que, como dito, caiu pela metade de 2019 para 2020.

Referências

BAENINGER, R. *et al.* Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Uberlândia, MG, v. 4, p. 1-35, 2021.

BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coord.); VON ZUBEN, C. *et al.* (org.). **Migrações internacionais e a pandemia da Covid-19**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W. F. Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos. **PÉRIPOS, Revista de Pesquisa sobre Migrações**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 11-35, 2020.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil: relatório anual 2020**. Brasília, DF: OBMigra, 2020 (Série Migrações).

FERNANDES, D.; BAENINGER, R. (coord.); CASTRO, M. C. G. *et al.* (org.). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil: resulta-**

dos de pesquisa. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

JAKOB, A. A. E. Os migrantes estrangeiros na Amazônia brasileira na década de 2010. In: COTINGUIBA, M. L. P. *et al.* (org.). **Mobilidade humana na Pan-Amazônia**: implicações teóricas e experiências empíricas. Boa Vista, RR: EdUFRR, 2020. p. 48-67.

JAKOB, A. A. E. Os migrantes estrangeiros documentados na Amazônia brasileira no período pós-2010. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 11., 2019, São Paulo, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2019.

JAKOB, A. A. E. A migração recente na Amazônia brasileira: como analisar?. In: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018a. p. 251-259.

JAKOB, A. A. E. Os desafios na análise da imigração internacional recente no Brasil: o caso dos venezuelanos na Amazônia brasileira. In: VON ZUBEN, C. *et al.* (org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018b. p. 183-186.

JAKOB, A. A. E. Mobilidade populacional na Amazônia brasileira. In: VACA, L. E. A.; STAEVIE, P. M. **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém, PA: NAEA, 2016.

MAGALHÃES, L. F. A.; BÓGUS, L.; BAENINGER, R. Covid-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, DF, v. 29, n. 61, p. 15-32, 2021.

OECD – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **International Migration Outlook 2021**. Geneva, 2021. Disponível em: <<https://www.oecd.org/migration/international-migration-outlook-1999124x.htm>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

OLIVEIRA, T.; CAVALCANTI, L.; MACEDO, M. **Dados consolidados da imigração no Brasil 2020**. Brasília, DF: Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento de Migrações, 2021.

SILVA, R. C. C.; DI PIERRO, M. C. Os impactos da Covid-19 nas migrações internacionais e na efetivação de direitos educativos de migrantes e refugiados adultos: notas de pesquisa. **Scielo Preprints**, São Paulo, SP, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1942>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SISMIGRA – PORTAL DE IMIGRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <encurtador.com.br/enAFJ>. Acesso em: 08 fev. 2022.

Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia¹

José Marcos Pinto da Cunha

Introdução

A demografia como ciência² possui uma forte conexão com todas as demais disciplinas das ciências sociais por cuidar de elementos importantes à análise de outras dimensões da nossa sociedade. A despeito de algumas divergências sobre seu campo e alcance, a demografia, indiscutivelmente, preocupa-se em conhecer o volume e as características, mas, sobretudo, o comportamento das variáveis responsáveis pela modificação da população, que como ente coletivo é, ao fim e ao cabo, o objeto de preocupação de muitas das disciplinas das ciências sociais e do planejamento público. Logo, esse ensaio não tem a pretensão de qualificar ou inaugurar uma nova e específica demografia, mas apenas refletir sobre alguns olhares específicos que, sob a lente da Demografia, suas questões e ferramentas, poderiam contribuir para a compreensão do processo sobre a expansão territorial e diversificação socioespacial das grandes cidades e aglomerações urbanas, especialmente as regiões metropolitanas.

A ideia de discutir o contexto intraurbano traduz uma preocupação de dupla ordem, em particular no que se refere à variável demográfica sobre a qual mais diretamente se debruçará esse ensaio, isto é, a mobilidade espacial da população³: a primeira das preocupações está ligada às especificidades

¹ Esse texto corresponde a uma versão reduzida de um ensaio produzido durante o período sabático desenvolvido no Centre D'Estudis Demogràfics da Universidad Autònoma de Barcelona e contou com o suporte financeiro da FAPESP.

² Na verdade, até hoje não há total consenso sobre a demografia ser uma ciência, em particular pela ausência de um corpo teórico específico. De qualquer forma, existem fortes argumentos em favor desse estatuto como os formulados por Hauser e Duncan (1975) e as reflexões de Álvaro Vieira Pinto (CELADE, 1975).

³ Opta-se pelo termo “mobilidade espacial da população” por considerar ser esta uma noção mais abrangente que “migração” na medida em que, sob essa denominação, poderíamos contemplar outros

dos condicionantes dos movimentos demográficos em escalas espaciais menores, como, por exemplo, a metropolitana (SOBRINO, 2007); a segunda, de certa forma em função da primeira, remete às respostas e implicações das tendências demográficas neste âmbito espacial. Não está demais lembrar que a opção pela ênfase na mobilidade espacial de forma alguma desconsidera que outros temas caros à demografia também sejam de grande interesse nessa escala, como, por exemplo, os diferenciais de fecundidade e mortalidade – que entre outros impactos têm influência sobre o crescimento vegetativo e, portanto, na redistribuição da população no espaço.

No primeiro caso, a utilização do recorte “intraurbano” inspira-se no conceito desenvolvido por Villaça (2000)⁴ que, no nosso entender, adequa-se às condições do que se poderia chamar de “fato metropolitano”, ou seja, a realidade concreta da complementaridade econômica, social e espacial e circulação de pessoas num espaço mais amplo que o municipal. Ou seja, é justamente no âmbito do processo de disputa por localizações (VILLAÇA, 2000)⁵ em um espaço urbano cada vez mais ampliado e diversificado que emergem os movimentos populacionais dos quais preponderantemente se ocupa esse ensaio.

Já no segundo caso, ou seja, no que tange às implicações demográficas da dinâmica intraurbana, uma linha de análise denominada “Demografia do Habitar” (*Housing Demography*, MYERS, 1990)⁶ estabelece um conjunto de elementos e condições a partir dos quais as tendências demográficas poderiam influir, mas também serem impactadas pelo processo de produção e modificação dos estoques residenciais. Como trataremos de mostrar, não há como negar que os estudos realizados no bojo dessa linha de pesquisa abrem um leque de opções para que os demógrafos possam utilizar seu ferramental a fim de contribuir para o entendimento dos processos de produção do espa-

tipos de movimentos que, ao menos pelos cânones dos estudos migratórios (NAÇÕES UNIDAS, 1972; BILSBORROW, 1998), poderiam ser tratados como migração, como é o caso da mobilidade pendular.

⁴ Refere-se ao espaço de circulação dos indivíduos em busca de trabalho e consumo. Já o termo “fato metropolitano” refere-se com a existência, de fato, das condições que caracterizariam o processo de metropolização como a integração e fluidez do território e constituição de um espaço intraurbano que se amplia para além do município central. Ambas as questões serão melhor desenvolvidas mais adiante.

⁵ Para Villaça, “A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações [...]. (A localização) Está associada ao espaço intra-urbano como um todo, pois refere-se às relações entre um determinado ponto do território urbano e todos os demais” (VILLAÇA, 2000, p. 24).

⁶ Trata-se de uma tradução livre para o termo em inglês.

ço habitado. Nesse percurso serão considerados os aspectos conceituais ligados ao processo de metropolização (situação na qual com mais clareza se apresenta a constituição e acentuação do fenômeno intraurbano) e, também, às suas principais características, em especial em países como o Brasil.

Tendo em vista a ênfase que se pretende adotar com relação à mobilidade espacial da população e à interferência sobre esta de outros aspectos demográficos (como as características por sexo e idade ou características familiares da população), pretende-se também desenvolver um argumento por meio do qual seja possível apresentar alguns elementos que têm sido levantados para relacionar questões demográficas às tendências de expansão físico-territorial das grandes aglomerações urbanas e metropolitanas e algumas de suas implicações com a segregação socioespacial.

Para tanto, este ensaio está organizado em cinco seções. A primeira dedica-se a refletir sobre o processo de metropolização e constituição do que seria o espaço intraurbano. A segunda realiza um breve debate sobre a forma metropolitana e alguns processos contemporâneos mais significativos, como a diversificação da periferia, a segregação socioespacial e o processo de gentrificação, este último processo ainda pouco explorado em países como o Brasil. A terceira está focada na relação entre a mobilidade residencial e as características demográficas da população, com especial atenção às formas de organização e desenvolvimento das unidades domésticas e domicílios, no intuito de refletir sobre como os elementos demográficos, em especial aqueles ligados à composição familiar, seriam influenciados ou poderiam influenciar esta dinâmica. Finalmente, a última seção resume algumas das principais conclusões derivadas destas reflexões.

I. A metropolização e a constituição do espaço intraurbano

O termo metrópole é utilizado de diferentes formas por diferentes estudiosos, sendo que, em muitos casos, este se refere à cidade com vários milhões de habitantes concentrados e, em geral, adensados ao território, enquanto, em outros, simboliza o território que envolve essa grande cidade mais sua interlândia, composta por cidades de tamanhos variados, mas cujos habitantes têm a primeira como uma importante referência de espaço de vida e reprodução social. Na introdução de um importante livro organizado em torno de reflexões sobre várias regiões metropolitanas do mundo, Dureau e colegas (2000), reconhecendo a diversidade de situações e, portanto, a difi-

culdade de conceituar e diferenciar esses tipos de aglomerações de maneira única e uniforme, identificaram critérios básicos sobre os quais a noção de metrópole poderia se instaurar, considerando o termo metrópole como referida a uma parte do urbano com duas dimensões: tamanho populacional importante e a posição forte dentro dos sistemas urbanos transnacionais (DUREAU *et al.*, 2000, p. XV).

No âmbito nacional, autores como Davidovich (2003) e Lencioni (2006a) discutem os elementos relevantes para a configuração destes espaços diferenciados, sendo que, além do porte, outras características deveriam ser consideradas como variedade de atividades econômica, o espaço privilegiado da inovação produtiva, grande volume de fluxos de informação e o local de comando e de estruturação de redes (LENCIONI, 2006a).

No caso brasileiro não seria possível pensar as diferenças de crescimento e expansão das RMs, seus ritmos e temporalidades, sem considerar seus processos históricos de formação, desenvolvimento e as consequentes posições na rede de cidades do país. É inegável que, se, por um lado, as grandes metrópoles brasileiras, em especial a de São Paulo, têm suas dinâmicas recentes muito mais influenciadas por componentes endógenos⁷, como os sugeridos por Dupont e Pumain (2000), por outro lado, isso acontece em função da significativa redução dos fluxos migratórios de longa distância, seja pelos efeitos da crise econômica (que afetou fortemente o poder atrativo dos grandes centros), seja pela menor pressão demográfica hoje existente nas principais áreas de expulsão demográfica.

A despeito dos tamanhos populacionais, nível de desenvolvimento das forças produtivas e grau de consolidação do processo metropolitano, é notável que muitos dos processos sociodemográficos, em particular aqueles relacionados à mobilidade espacial da população, repetem-se em todas as RMs brasileiras: o caráter centrífugo da mobilidade residencial, o processo de segregação e o crescimento disperso e difuso são elementos recorrentes em todas elas (BRITO; SOUZA, 2005; LIMONAD, 2006; DOTA, 2015; CUNHA, 2018). Talvez seja por estas características compartilhadas pelas várias RMs

⁷ Ou seja, o processo de redistribuição da população gerado internamente por elementos ligados à mobilidade residencial e seus condicionantes como o mercado de terra e o mercado de trabalho. Sobre esse tema ver também Cunha (2015) e Vignoli Rodríguez (2019). Note-se que se utiliza nesse ensaio termo “mobilidade residencial” como sinônimo de “migração intrametropolitana” visando fixar a ideia de que a primeira noção parece ser mais precisa que a segunda para indicar os condicionantes envolvidos nesse tipo de mobilidade da população.

que o conceito de espaço intraurbano de Villaça surja como um bom caminho para se compreender as relações, integração, fluidez, contiguidades e complementariedades socioespaciais que, no nosso entender, melhor demarcam a realidade e o fato metropolitano.

A partir de uma diferenciação das escalas espaciais e dos fluxos que as estruturam, Villaça (2000) identifica dois níveis: o espaço regional e o espaço intraurbano, sendo que, em ambos, os fluxos materiais seriam elementos estruturadores. Assim, enquanto no espaço regional se destacariam os fluxos de informações, de capital e de mercadorias, no nível intraurbano ganharia proeminência o fluxo de pessoas em busca da sua reprodução social e de seu cotidiano. Dito de outra forma, o objetivo desta distinção seria o de destacar o espaço regional como sendo, por excelência, o espaço da produção enquanto o intraurbano, do consumo. Segundo o autor, o espaço intraurbano seria

[...] estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho –, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. (VILLAÇA, 2000, p. 20).

Embora não explicitamente reconhecido no excerto acima, o conceito de espaço intraurbano de Villaça também dá margem para se pensar em todo o processo de assentamento humano que acontece no interior da cidade ou em uma aglomeração urbana maior. De fato, em um dos capítulos de seu livro, no qual discute a segregação socioespacial, a consideração da disputa pelo espaço urbano a partir de um recorte de classes não deixa dúvidas sobre a forma desigual de acesso à cidade.

Assim, a questão da segregação socioespacial, sobretudo num contexto metropolitano tão discutida e debatida na bibliografia nacional e internacional (VILLAÇA, 2000; VIGNOLI RODRIGUEZ, 2001; TORRES, 2004; MARQUES; TORRES, 2005; TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; SABATINI; SIERRALTA, 2006; FLORES, 2006; SAMPSON, 2011; ALONSO, 2013; entre outros) cuja problemática perpassa as formas de uso e ocupação do solo urbano, bem como o processo de valorização e apropriação deste, não pode ser considerada sem se levar em conta que as possibilidades (ou dificuldades) de circulação em busca do consumo e do trabalho (a essência do conceito para Villaça) não se restringem apenas ao que acontece no interior de uma cidade específica, mas também depende do contexto espacial

bem mais amplo no qual, via de regra, a cidade central (mas não apenas ela) exerce forte influência.

Portanto, considerar o conceito de espaço intraurbano significa partir do pressuposto de que analisar a dinâmica sociodemográfica das regiões metropolitanas passa necessariamente por considerar um espaço de circulação e movimento de pessoas bem mais amplo que o municipal (especialmente no caso do município central), no qual são observadas complementaridades entre os vários territórios que assumem diferentes funções, tornando bem mais complexo o tecido urbano metropolitano com visíveis impactos sobre o fluxo de pessoas.

II. Sobre o padrão espacial de ocupação das metrópoles

Autores como Reis Filho (2006), Limonad (2006) e Lencioni (2006b; 2013; 2017) nos ajudam a perceber que o processo de expansão territorial das RMs brasileiras tem assumido caráter distinto do que se observava no início do processo de metropolização, o que seria uma das consequências espaciais dos efeitos da reestruturação produtiva e do processo de globalização, a partir de uma ampliação da articulação entre os centros urbanos não necessariamente mais adjacentes. Estas tendências também já vinham sendo anunciadas em estudos anteriores para outros países como no caso de Soja, 2015 em seu livro “Postmetropolis” e de outros autores que propuseram diferentes conceitos como megalópole (GOTTMANN, 1957); cidade global (SASSEN, 2005); metápole (ASCHER, 1995); cidade-região (SCOTT *et al.*, 2001; LENCIONI, 2006b, 2017), etc.⁸. Além dos estudos de Lencioni já mencionados, para a América Latina essas novas formas urbanas também foram consideradas em outras análises com as de Mattos (2010), Brenner (2014) e Silva (2018).

Sendo assim, deve-se considerar que o processo de expansão territorial e redistribuição da população nos contextos metropolitanos já não pode deixar de levar em conta os impactos deste novo e emergente padrão de expansão territorial sobre a dinâmica demográfica, em especial sobre a mobilidade de população e, claro, sobre as condições de vida dos cidadãos e cidadãs que expandem cada vez mais seus espaços de vida⁹.

⁸ Em seu detalhado estudo, Moura (2009, p. 56) lista mais de três dezenas de denominações destas que poderiam se consideradas as novas formas urbanas típicas do século XXI.

⁹ Conceito introduzido por Courgeau (1988) que diz respeito à “[...] porção do espaço onde o indivíduo realiza suas atividades” (p. 16, tradução livre).

Se é bem verdade que esta forma de pensar a nova face da expansão metropolitana já aponta para o surgimento de uma nova forma espacial, como uma macrometrópole (SOUZA, 1978; REIS FILHO, 2006; REIS FILHO; TANAKA, 2007; EMPLASA, 2012; CUNHA *et al.*, 2013; REIS FILHO; BENTES, 2017; SILVA; CUNHA; ORTEGA, 2017; SILVA, 2018), também se deve considerar que essas novas formas de dispersão da população, que cria, nos termos de Abramo (2007), uma cidade Com-Fusa, na qual a concentração e difusão espacial convivem, pode ter efeito sobre o que ocorre dentro dos limites mais restritos das áreas metropolitanas, ou nos termos aqui utilizados, no espaço intraurbano.

Como já observado, pode-se dizer que uma das características mais recorrentes do processo de desenvolvimento socioespacial das metrópoles brasileiras é o seu caráter centrífugo (MATOS, 1995; RIGOTTI, 1994; JAKOB, 2003; CAIADO, 2004; BRITO; SOUZA, 2005; LOBO; MATOS, 2011; DOTA, 2015; CUNHA, 2015; 2018). Mesmo à luz das tendências atuais da redução do crescimento demográfico destas áreas, este movimento centrífugo ainda se faz notar, em boa medida incentivado pelos fluxos migratórios intrametropolitanos ou, como se prefere denominar, pela mobilidade residencial. É nesse sentido que é utilizada a noção de potencial endógeno de crescimento, ou, como utilizado por Vignoli Rodriguez (2019) mais recentemente, “potencial de redistribuição interna”, para esta capacidade latente das metrópoles de se expandir em função da concentração demográfica nas áreas mais centrais e também pelos processos de modificação das formas de uso e ocupação da terra. Estas tendências também parecem prevalecer em várias outras RMs do mundo (DUPONT; PUMAIN, 2000).

Mais recentemente, esta realidade foi documentada em um livro sobre as nove RMs federais brasileiras (CUNHA, 2018), que revela a continuidade da expansão destas áreas para zonas cada vez mais distantes, embora com algumas diferenciações entre o que seria a periferia tradicional e o que seriam as “novas periferias” (COSTA, 2006), ou seja, territórios progressivamente ocupados pelos condomínios fechados, talvez um dos principais artefatos urbanos¹⁰ representativos dessa nova forma de urbanização dispersa. Nesse caso, a continuidade de um antigo processo de valorização da terra, que res-

¹⁰ Termo utilizado por Mattos (2000) para se referir às várias edificações, shoppings, serviços e infraestrutura que surgem nas grandes cidades visando dar suporte à sua incorporação no sistema global de cidades.

tringe o acesso às áreas mais centrais para boa parte da população de baixa renda, e as novas tendências de autosegregação por parte dos grupos sociais mais abastados (COSTA, 2006; SPONCHIADO, 2016; SPOSITO, 2016), seriam elementos importantes para se compreender a continuidade da dispersão demográfica, proporcionada sobretudo pela mobilidade residencial.

II.1. Periferia, periferias: a diversidade socioespacial da metrópole

A relevância da manutenção da discussão sobre a dicotomia centro-periferia em nossas metrópoles tem sido frequentemente contestada, sendo que tal diferenciação muitas vezes é abandonada por ser considerada ultrapassada ou mesmo inadequada para refletir as novas tendências da expansão urbana, particularmente em nossas grandes metrópoles. De fato, no debate nacional, autores como Ribeiro e Lago (1994), Bógus (1992) e Rolnik, Kowarick e Somekh (1990), entre outros, há muito tempo alertavam para a crescente dificuldade de considerar a distinção centro-periferia ou, pensado em outros termos, de levar em conta a prevalência de uma situação dual nas aglomerações urbanas brasileiras, já que nelas ocorreria significativa heterogeneidade da ocupação, verificando-se a presença, no mesmo espaço, de ricos e pobres, incluídos e excluídos. Tais considerações ainda persistem e podem ser encontradas em estudos como os de Nery, Souza e Adorno (2019).

Pode-se dizer que a noção sociológica de periferia difere, em muitos aspectos, do que seria seu sentido espacial relacionado com “contorno” e “proximidade”. Intrinsecamente associada a esta noção de caráter eminentemente geográfico existe outra noção, a de “centro”, onde estariam concentrados os espaços de comando, atividades produtivas e, sobretudo, de serviços diversificados e de qualidade, ou seja, locais de moradia daqueles que podem pagar os altos preços da terra. Se, nas décadas de 1960 e 1970, dada a intensificação do processo de urbanização, da formação e consolidação de grandes cidades e das áreas metropolitanas, era evidentemente mais fácil estabelecer essa diferenciação na América Latina, certamente hoje esta tarefa seria muito mais difícil, em função da forma como se molda o tecido urbano das nossas cidades.

Em outros termos, nota-se que, a cada década do desenvolvimento urbano brasileiro (e talvez latino-americano), torna-se mais difícil fazer essa distinção. No entanto, é menos complexo identificar as periferias se consideradas do ponto de vista sociológico. Para Bonduki e Rolnik (1979), o processo de periferação poderia ser entendido como a ocupação e densificação

das zonas de baixo diferencial de renda da terra, onde seria mais acessível viver e, portanto, o local típico de assentamento da população de baixa renda. Caldeira (2000), por exemplo, distingue três momentos da periferização no Brasil, sendo as duas primeiras as que levaram a uma concentração demográfica e econômica nas cidades e ao estabelecimento da dicotomia centro-periferia. Já no terceiro momento, no período pós-1980 identifica-se uma terceira forma que se sobrepõe ao padrão tradicional; nela,

[...] as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Vários estudos reforçaram a ideia da existência de espaços socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estaduais e normalmente localizados nas extremidades das áreas metropolitanas. Em geral, seguiu-se uma espécie de modelo radial-concêntrico (TASCHNER; BOGUS, 2000), no qual um padrão construtivo baseado em lotes populares (em geral irregulares) e autoconstrução (TORRES *et al.*, 2003) se estabeleceu nas extremidades até pelo menos o final dos anos 1980. Na verdade, o recorte centro-periferia, apesar de suas limitações, tem sido utilizado por muitos autores como forma eficaz para estudar a diversidade socioespacial da metrópole. No entanto, deve-se considerar que atualmente a estrutura urbana é muito mais complexa em termos sociodemográficos ou econômicos. Como assevera Maricato (2011, p. 104),

[...] as periferias e regiões que circundam as grandes cidades brasileiras passaram por mudanças determinadas pela reestruturação produtiva ou globalização: elas continuam apresentando os bairros pobres periféricos sem urbanização [...] e ganham, nos últimos 25 anos, a companhia dos ‘loteamentos’ ou condomínios fechados, que lembram os subúrbios americanos. O tema da periferia urbana também ficou mais complexo. A cidade dispersa, [...] a ‘cidade arquipélago’, [...] a ‘cidade urbana’, [...] objetos caros ao debate urbanístico internacional no começo do século XXI, são conceitos ‘novos’ que correspondem a uma nova forma de ocupação do espaço urbano/regional [...].

A verdade é que a própria periferia tradicional mudou e se diversificou. A visão original de uma área em que prevalece a “falta” ou o “não” (TORRES; MARQUES, 2001; BONDUKI, 2001; CYMBALISTA, 2006, entre outros), ou seja, falta do Estado, de políticas públicas, de infraestrutura, de mobilidade adequada, certamente não mais caracteriza parte significativa dessas áreas. Nas favelas, por exemplo, há uma grande diversidade em ter-

mos urbanísticos e de condições de vida (UN-HABITAT, 2010; PRETECEILLE; VALLADARES, 2000), sendo que, em alguns casos, como em São Paulo e Rio de Janeiro, o mercado imobiliário nestes assentamentos é tão ou mais ativo que na própria cidade formal.

Assim, reconhecer que seja imprescindível uma releitura da categoria centro-periferia não significa admitir que tal categoria esteja obsoleta para a elucidação do que é observado nas grandes metrópoles, especialmente nas latino-americanas (SOBRINO, 2007). Na verdade, é possível observar amplas zonas da cidade onde tanto o preço do solo urbano quanto o perfil da população ainda sugere a permanência das periferias “tradicionais”, ou, como denominam Torres e Marques (2001), das hiperperiferias. Considera-se, tal como Caldeira (2000), que em nossas metrópoles ocorre uma espécie de sobreposição de diferentes padrões de segregação e estruturação urbano-metropolitana, entre eles, o tradicional centro-periferia.

II.2. Segregação socioespacial e o fenômeno da gentrificação: corolários da expansão das metrópoles

Para Sabatini e Sierralta (2006, p. 170), segregação consiste na

[...] relação espacial: a da separação ou proximidade territorial entre pessoas ou famílias que pertencem ao mesmo grupo social, seja qual for a definição deste. Assim, por mais que a segregação residencial esteja relacionada com a renda e diferenças sociais ou possa influenciá-las, por exemplo, contribuindo para aumentar as desigualdades, este conceito aponta para um fenômeno espacial que é independente destas variáveis.

Concordando com a definição acima, se, por um lado, as novas tendências do processo de expansão espacial de nossas metrópoles exigem repensar as categorias até agora utilizadas para rotular suas especificidades, por outro, também é necessário se pensar nos condicionantes e consequências destes novos ou, talvez, mais diversificados padrões.

Da mesma forma que não é possível se pensar que alguns riscos, como a pobreza, atinjam de forma semelhante todas as pessoas pertencentes aos estratos sociais mais baixos, vários estudos (SABATINI, 2006; FLORES, 2006; TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005; ALONSO, 2013, entre outros) já demonstraram que os locais onde vivem estas pessoas podem exercer um papel central sobre suas condições de vida e, portanto, sobre o grau de vulnerabilidade destes indivíduos. Vale lembrar alguns enfoques interessantes que permitem conhecer melhor as consequências da segregação, tais como aque-

les preocupados em captar os chamados “efeitos de bairro” (JENCKS; MAYER, 1990; SAMPSON, 2011), ou aqueles baseados na ideia da existência de uma “geografia de oportunidades” (GALSTER; KILLEN, 1995).

A partir da primeira abordagem surgem várias formas de analisar os mecanismos pelos quais a segregação incide sobre certos comportamentos ou fenômenos. Já no segundo caso, ou seja, a chamada “geografia das oportunidades”, parte-se da perspectiva do efeito do lugar onde se vive sobre o comportamento dos indivíduos e famílias. Este efeito seria configurado, por um lado, pelos elementos objetivos existentes (ou não) nestas áreas – como acesso e qualidade dos serviços, em particular os públicos (saúde, educação, segurança etc.), infraestrutura, características do mercado de trabalho etc. – e, por outro, por variações espaciais subjetivas – representadas, basicamente, pelas redes sociais existentes, que também poderiam representar impactos significativos (GALSTER; KILLEN, 1995). Tais perspectivas criam possibilidades de análise importantes para a formulação de políticas públicas visando à melhoria dos serviços públicos e dos impactos dos mesmos sobre a vida das pessoas.

Outro objeto que começa a ganhar espaço na agenda dos estudos urbanos latino-americanos refere-se ao processo de gentrificação ou, como referido em outros estudos, o processo de elitização de certas parcelas do espaço urbano¹¹. Em uma visão atenta sobre os fenômenos mais contemporâneos das grandes metrópoles, sem dúvidas nenhuma esse é um que deve começar a receber maior atenção em particular nos países da América Latina, já que nos países do norte se trata de um tema em pleno desenvolvimento e parte dos grandes debates sobre gestão e planejamento urbanos.

A partir de uma revisão da bibliografia sobre o tema, chega-se facilmente ao texto de Hamnett (1991), que, embora não seja quem trata da questão originalmente, é dos primeiros que retomam o debate e apresentam uma excelente discussão sobre o conceito. Como ponto de partida, é importante definir o que o autor entende por gentrificação. Para ele, o fenômeno é

Simultaneously a physical, economic, social and cultural phenomenon. Gentrification commonly involves the invasion by middle-class or higher-income groups previously working-class neighbourhoods or multi-occupied ‘twilight

¹¹ É bem verdade que, no caso do Brasil, em geral, ao se tratar da ocupação de vários setores da cidade por parte das elites (em particular parte da periferia geográfica), a questão não diz respeito, necessariamente, ao que na Europa vem sendo tratado como gentrificação, que se refere mais claramente às áreas centrais e mais antigas das cidades.

areas' and the replacement or displacement of many of the original occupants. It involves the physical renovation or rehabilitation of what was frequently a highly deteriorated housing stock and its upgrading to meet the requirements of its new owners [...] (HAMNETT, 1991, p. 175).

Citando Smith (1986, p. 463), o autor enfatiza o fato de que a gentrificação não representa apenas mudanças sociais dos bairros e vizinhanças, mas também apresenta impactos nas ofertas imobiliárias e, portanto, sobre o mercado de moradias (HAMNETT, 1991). Dessa forma, o fenômeno pode ter importantes implicações sobre mudanças no espaço urbano a partir da remoção ou substituição da população para dar nova “aparência” à zona. Nesse sentido, não é difícil imaginar que, assim como o processo de segregação socioespacial, a gentrificação deve estar associada a mudanças demográficas.

Hamnett (1991) destaca duas formas diferentes de compreender a gentrificação, sendo uma ligada às preferências dos consumidores (*consumers preferences*) e a outra voltada à compreensão do processo de produção do espaço habitado (*action of producers or production of residential space*). Para tanto, ele contrapõe dois autores principais: Ley (1981) e Smith (1979). Grosso modo, enquanto para a primeira linha de argumentação o fenômeno seria explicado pelas mudanças na estrutura de produção e divisão espacial (e social) do trabalho, a ampliação das classes dos profissionais e administradores do setor de serviços, sua concentração nas grandes cidades e, especialmente, suas características quanto às preferências, escolhas e comportamentos; no segundo, a argumentação estaria baseada na oportunidade de reaproveitar determinadas áreas da cidade, com proveito da vantagem de defasagem da renda da terra (*rent gap*) entre as áreas mais valorizadas e as menos valorizadas.

Assim como em relação à produção das periferias “tradicionais” metropolitanas, amplamente estudada e analisada, interessa também refletir sobre a “produção de gentrificados”. Por exemplo, refletindo sobre o efeito da criação de novos empregos nas regiões mais centrais das cidades para pessoas mais preparadas e com maior nível educacional, Mullins (1982, p. 53 *apud* HAMNETT, 1991, p. 182) salienta que “the development of office employment cannot wholly explain the residential increase of inner city educated labour simply because the bulk of these workers [...] reside in the suburbs and commute [...]. Other processes must have been involved in this residential development”.

Portanto, assim como a segregação, o estudo da gentrificação abre grandes oportunidades para uma contribuição específica da demografia. Como se vê, não só possibilita o reconhecimento e a análise dos diferentes perfis socioeconômicos das pessoas envolvidas, assim como das composições familiares (NAKANO, 2015), como também permite avaliar as estratégias adotadas por tais indivíduos e grupos familiares em busca de qualidade de vida que envolve, ademais dos elementos culturais e ambientais, a mobilidade espacial¹².

Talvez a gentrificação não seja tão visível no Brasil como é, por exemplo, na Europa (BENACH; ALBERT, 2018; LÓPEZ-GAY, 2018). De qualquer forma, já é possível ver em muitos centros metropolitanos do país iniciativas que sugerem a existência do fenômeno, em particular no que se refere às mudanças de certas áreas em termos de aparatos culturais e comerciais (GEVEHR; BERTI, 2017) e até mesmo das formas de ocupação dos imóveis com o advento, por exemplo, dos “apartamentos turísticos” (mais conhecidos como Airbnb) (LÓPEZ-GAY *et al.*, 2019).

III. Expansão territorial e redistribuição espacial da população: onde entra a demografia?

São inúmeros os estudos que tratam do processo de metropolização no Brasil, suas causas e consequências, a partir de vários pontos de vista. Desde textos mais gerais, como o de Santos (2005), que insere este processo no contexto da urbanização brasileira, até o conjunto de análises desenvolvidas pelo Observatório das Metrópoles para várias das RMs brasileiras (RIBEIRO *et al.*, 2012; RIBEIRO; COSTA; RIBEIRO, 2013; RIBEIRO; RIBEIRO, 2018, entre outros), a metropolização tem sido tratada a partir de várias lentes, que buscam compreender os elementos responsáveis por sua gênese (DAVIDOVICH, 2004; LENCIONI, 2013; MEYER, 2000), os processos de produção do espaço habitado (MARICATO, 2000; 1996; MARICATO;

¹² Em um interessante estudo para a Suíça, Rérat e Lees (2011) buscam compreender o fenômeno em duas cidades propondo a recuperação da noção de capital em Bourdieu, agora atribuída ao local onde se vive, ou seja, o “capital espacial”. Segundo Rérat e Lees (2011, p. 127): “We argue that Bourdieu’s analytical framework enables us to understand the strategies pursued by gentrifiers in their attempt to establish inner city neighbourhoods as sites of cultural reproduction and community [...]”. Segundo os autores, esta noção parte da ideia de colocar em foco a questão da mobilidade das pessoas, não como uma ação do cotidiano simplesmente, mas como um potencial de mobilidade, que somente uma localização mais ou menos privilegiada permitiria.

ARANTES; VAINER, 2000; ROLNIK, 2015; SANTOS, 1990), a segregação socioespacial (KOWARICK, 1979; MARQUES; TORRES, 2005; CUNHA *et al.*, 2006), os elementos políticos e institucionais envolvidos (CARDOSO; ZVEIBIL, 1996; FERNANDES, 1992) e as implicações para as políticas públicas (RIBEIRO; SANTOS JR., 2007; MARQUES; FARIA, 2013).

Do ponto de vista da demografia também é possível identificar vários estudos realizados sobre regiões metropolitanas brasileiras, em especial aqueles voltados à apreensão dos elementos responsáveis pelo processo de concentração e expansão territorial nestas áreas (MATOS, 1995; RIGOTTI, 1994; JAKOB, 2003; CAIADO, 2004; LOBO; MATOS, 2011; SILVA, 2013; CUNHA, 2015; DOTA, 2015; LOBO; CUNHA, 2019; LOBO; CARDOSO; ALMEIDA, 2018). Mesmo que com objetivos e com ênfase em processos distintos, estes estudos não deixam dúvidas sobre a grande importância da migração como componente essencial do processo de formação e expansão demográfica e territorial.

Estes e tantos outros estudos, a maior parte deles baseados em dados censitários, contribuíram para mostrar como a demografia, especialmente no que se refere à análise dos dados sobre mobilidade espacial, pode contribuir para uma melhor compreensão de como se dá o processo de expansão demográfico e territorial das grandes metrópoles. Através das informações sobre os fluxos migratórios, a pendularidade e, obviamente, as características daqueles que se movem no interior dessas áreas, todas estas contribuições têm levado a uma melhor compreensão dos processos, não apenas de metropolização, mas também da formação de grandes aglomerações urbanas.

A partir desses estudos, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, o menor crescimento demográfico das RMs brasileiras se explica não apenas pela significativa redução da fecundidade, mas sobretudo pelo comportamento do componente migratório, que passou por importantes transformações. Não há dúvidas de que, com a redução da migração de mais longa distância (BAENINGER, 2012; BRITO, 2009), as possibilidades do crescimento destas metrópoles reduziram-se significativamente nas últimas décadas, principalmente no começo do século XXI.

É bem verdade que, como mostram estudos recentemente divulgados, ainda existe uma diversidade de comportamentos no que se refere ao papel e peso da migração externa no crescimento destas regiões, realidade, aliás, também observada para outras regiões metropolitanas do mundo, como atesta o amplo estudo organizado por Dureau e colegas (2000) com base em uma

análise comparativa de dezenove destas áreas. Do ponto de vista demográfico, ou dos componentes demográficos deste processo, as autoras reafirmam o papel da mobilidade da população, embora com distintas nuances, a depender do momento de cada área, reconhecendo que a predominância de um tipo de mobilidade (no caso, a de origem externa ou a de origem interna) não significa a inexistência da outra, já que, segundo elas, fatores endógenos e exógenos se combinam para a produção do espaço construído (DUPONT; PUMAIN, 2000, p. 19).

De fato, considerando a persistência histórica de importantes diferenças entre as regiões no Brasil, não se pode dizer que a migração de origem externa deixará de ter importância no crescimento de nossas metrópoles “nacionais”¹³, já que muito da sua redução esteve ligado à crise pelas quais passaram estas áreas nas últimas décadas, situação que levou, inclusive, a um incremento significativo da migração de retorno, em particular para o Nordeste.

Em uma hipótese de retomada do crescimento econômico, não é exagero pensar que os fluxos migratórios de mais longa distância voltem a se intensificar, muito embora nunca nos ritmos das décadas de 1970 e 1980, até por se estar em um contexto de menor pressão demográfica¹⁴. No entanto, ao divulgar estas reflexões nesse momento, é inevitável pensar sobre os efeitos que a pandemia do Covid-19 produziu – no período entre 2020 e 2022 –, no processo migratório nacional, quem sabe até a nova intensificação da migração de retorno e, pior ainda, a interiorização do vírus em função dessa mobilidade forçada pela recessão nos grandes centros. Esse fato totalmente inesperado no começo de 2020 apenas reforça a dificuldade de se pensar prospectivamente a evolução de um fenômeno tão sensível às mudanças estruturais e conjunturais.

Análises desenvolvidas para as nove RMs Federais¹⁵ do Brasil mostram que uma das conclusões que se pode destacar refere-se ao fato de que

¹³ Para usar a mesma terminologia do Regic (IBGE, 2008).

¹⁴ A questão da pressão demográfica, em geral ausente dos estudos migratórios, não deve ser negligenciada, já que pode ajudar a compreender parte da redução dos fluxos populacionais, sobretudo das áreas mais deprimidas do país em termos socioeconômicos, como é o caso do semi-árido nordestino. Este elemento, lembrado por alguns autores como Singer (1980); Martine (1994); Brito (2009) e Cunha (2015), pode, sem dúvida, ajudar a explicar as grandes mudanças na migração nacional nas últimas décadas.

¹⁵ Utiliza-se este termo apenas para referenciar as RMs institucionalizadas nos anos 1970, a partir de legislação federal, uma vez que, após a constituição de 1988, esta prerrogativa foi repassada para os estados.

realmente existem diferenças importantes entre as RMs segundo o seu tamanho e posição na rede urbana brasileira, sendo que, enquanto a migração interestadual tem maior relevância nas metrópoles de abrangência nacional, como São Paulo e Rio de Janeiro, a migração intraestadual, ou seja, aquela originada no interior dos estados, é a que responde por maior parcela dos fluxos migratórios registrados pelas metrópoles regionais, especialmente no caso daquelas do Nordeste. Vale lembrar ainda que a migração intrametropolitana (ou mobilidade residencial como se prefere denominar), ou seja, aquela que ocorre no interior da região e envolve fluxos migratórios estabelecidos entre os vários municípios metropolitanos, vem sendo um dos grandes motores de expansão e dispersão da população nas regiões metropolitanas do país.

Embora não seja pretensão deste ensaio analisar os condicionantes deste tipo de movimento de caráter centrífugo, não se pode deixar de considerar que os mesmos refletem, em grande medida, a disputa existente no meio intraurbano pelo espaço, e que envolvem grupos sociais bem distintos. Assim, se, por um lado, observa-se a tradicional periferização da população de baixa renda, que historicamente foi se instalando (da forma possível) em áreas cada vez mais distantes e precárias e com baixo diferencial de renda da terra (BONDUKI; ROLNIK, 1979), por outro lado, mais contemporaneamente, nota-se um processo de periferização da população de média e alta renda, que, tal como era feito no interior dos centros metropolitanos, também passa a ocupar e a reservar espaços e localizações privilegiadas da região. Na verdade, como adverte Rolnik (2015) em seu esplêndido livro “Guerra dos lugares”, na sociedade e na cidade contemporânea mesmo as áreas menos valorizadas se tornam interessantes.

Portanto, para compreender a dinâmica demográfica que envolve a formação e expansão do espaço intraurbano, mesmo não sendo possível depreciar o papel do componente vegetativo (afinal, as zonas da cidade e da região crescem ou decrescem também pelo balanço entre nascimentos e mortes de seus residentes), não há como deixar de priorizar a análise da mobilidade residencial, suas características, causas e consequências. Com vistas a resgatar as dimensões demográficas intervenientes no processo de crescimento e expansão metropolitana é que a próxima seção se debruça sobre as relações entre o comportamento demográfico e a produção do espaço habitado.

IV. A mobilidade no espaço intraurbano: avançando na compreensão do fenômeno

Baseado em grande medida no que Myers (1990) rotula como “Demografia do Habitar” (Housing Demography) e em um conjunto amplo de estudos que buscam associar os comportamentos e perfis demográficos à produção e ao desenvolvimento do mercado de moradias (ou habitacional), o que se discute nessa seção são as possibilidades de que a consideração das características demográficas da população (como idade, sexo, cor, estado civil etc.) possa contribuir para o melhor entendimento do que está acontecendo em nossas grandes cidades e regiões metropolitanas, em particular, no que se refere à mobilidade da população.

Sem desconsiderar a central importância dos elementos econômicos, políticos e da organização social e suas intrincadas relações na produção do espaço urbano (GOTTDIENER, 1993), pode-se dizer que, de um ponto de vista racional, sobretudo levando em consideração a máxima econômica da relação entre oferta e demanda, a associação entre a produção habitacional e a dinâmica demográfica é, de certa maneira, intuitiva, já que, grosso modo, se pode pensar que não apenas o incremento ou redução da população em uma determinada área, mas também mudanças no seu perfil (por exemplo, na estrutura etária ou nos arranjos familiares) terão efeitos diretos sobre a demanda por residências. Trata-se da velha e ainda válida questão do “quem casa (ou se une) quer casa”. Como lembra Myers (1990, p. 5), “*housing and population are intimately related by fact that the vast majority of the population resides in household living groups sheltered in housing units*”.

Segundo Myers (1990), a relação entre a demografia e a produção de moradias poderia ser considerada a partir de quatro eixos distintos, embora relacionados: a formação das unidades domésticas (*households*); as escolhas habitacionais (*housing choices*); a construção de casas ou mudanças em seu estoque (*inventory changes*); e, finalmente, os padrões espaciais e suas consequências. Embora não se pretenda discutir cada uma destas dimensões, até porque algumas delas fogem do domínio temático deste ensaio, busca-se identificar linhas de análise e possibilidades metodológicas para se avançar no conhecimento da constituição das periferias metropolitanas (e sua diversidade), bem como dos elementos que interferem sobre a mobilidade residencial das pessoas ou das famílias.

Não se pode negar e muito menos reduzir a importância de estudos que reconhecem especificidades nos comportamentos demográficos das pessoas que realizam algum tipo de mobilidade espacial, especialmente nos grandes centros urbanos. Estudos recentes que abordam as causas e consequências do processo de gentrificação, como os de Rérat e Lees (2011) para duas cidades da Suíça, López-Gay (2018), para Barcelona, e Nakano (2015) para o município de São Paulo, são excelentes exemplos sobre a relevância de elementos ligados às preferências, estilos de vida, e, portanto, as características sociodemográficas específicas tendem a incentivar movimentos de população; o mesmo pode ser observado em estudos, já mencionados, que analisam a mobilidade intrametropolitana, especialmente aquela direcionada para as periferias.

No entanto, deve-se desde já explicitar uma crítica com relação a muitos desses trabalhos, que buscam, de maneira um tanto racional, relacionar os desejos ou preferências das famílias à oferta de moradias. Na verdade, ao focar a atenção no caso brasileiro (ou latino-americano, de forma mais geral), acredita-se que a visão racional ou voluntarista que emerge de muitas dessas contribuições deva ser relativizada, razão pela qual se compartilha da visão de Dubresson (2000, p. XXXI), expressa no excerto abaixo:

Pero en fondo, ¿Quién tiene verdaderamente la posibilidad de escoger? [...] No todos los ciudadanos, en efecto, disponen de las especies de capital necesarias, ni de la posibilidad de reconvertirlas entre sí, para llevar a cabo una estrategia relativa a la tierra inmobiliaria, por ejemplo, en particular los pobres [...].

Ou seja, deve-se reconhecer que os elementos estruturais e contextuais são tão ou mais importantes que as características individuais no processo de mobilidade. Nas palavras de Findlay *et al.* (2015, p. 396), “*Mobile lives are linked not only to increasingly fluid life courses, but they are also associated with work, study, and residential behavior with other socio-economic contexts that are driving changes in mobility*”. Mesmo no caso do processo de gentrificação, como já se comentou, o debate das causas do fenômeno situa-se justamente no confronto em considerá-lo fruto de novas preferências ou parte do processo de produção social do espaço.

Portanto, não obstante a demanda (induzida especialmente pelo demográfico) seja um elemento importante, nem sempre esta é essencial para explicar o que ocorre no tecido urbano das grandes cidades. Tanto é assim que fatos como a conhecida bolha imobiliária observada em muitos países (HARVEY, 2010; ROLNIK, 2015), bem como muitas das transformações da

cidade (NAKANO, 2015; FIX, 2009), claramente refletem interesses de outra ordem, em geral capitaneados pelo capital especulativo e pela financeirização do espaço urbano (HARVEY, 2010; ROLNIK, 2015; FIX, 2009; 2007).

Desta forma, trata-se de uma área sobre a qual resta muito o que explorar e compreender. As considerações que se apresentam a seguir expõem elementos importantes para se compreender os motivos (e não necessariamente as causas)¹⁶ das mudanças residenciais no espaço intraurbano. Trata-se, assim, de resgatar tanto teórica como empiricamente os argumentos para se estabelecer uma relação do demográfico com as reais forças que dão movimento ao mercado imobiliário e que, portanto, interferem sobre a constituição do espaço habitado.

IV.1 Mobilidade residencial e ciclo de vida familiar

Não é nova a ideia, bem como a defesa teórica de que o projeto de mobilidade espacial, mais que decisões individuais, envolvem negociações e interações que passam no seio da família ou, de modo mais amplo, na unidade doméstica (household). No caso brasileiro, estudos de diferentes enfoques teóricos e metodológicos, como os de natureza sociológica preocupados com a explicação da migração semelhantes ao clássico estudo de Wood (1982), ou aqueles de natureza etnográfica sobre a produção dos espaços periféricos na cidade, como o de Durham (2004), apenas para citar dois exemplos, não deixam muitas dúvidas sobre o caráter coletivo do processo decisório. Assim, mesmo que muitas vezes o movimento seja realizado de forma individual, a definição e consecução do projeto de mobilidade espacial, seja de curta ou de longa distância, em boa parte das vezes, tende a depender de acertos ocorrido dentro dos grupos familiares. Nesse sentido, De Hass (2008), em seu interessante ensaio sobre a relação entre migração e desenvolvimento, deixa explícita sua simpatia pelo enfoque da “Nova Economia da Migração Laboral”¹⁷ desenvolvida no final dos anos 1970 que, segundo ele, “[...] significou um afastamento das abordagens neoclássicas orientadas para o ator em dire-

¹⁶ A diferenciação de causas e motivos é inspirada em Singer (1980), em seu clássico texto sobre migração interna. De forma muito inspirada, o autor diferencia as causas (estruturais) dos motivos (individuais) da migração. Nessa mesma linha é que se considera importante fazer esta distinção para compreender o processo de mobilidade da população no espaço intraurbano. De alguma forma, esta visão também se percebe no texto de Hamnett (1991), quando propõe uma forma de conciliação de visões distintas sobre o processo de gentrificação.

¹⁷ Tradução livre do termo “New Economics of Labour Migration” (NELM).

ção a uma perspectiva teórica baseada no nível familiar, reconhecendo a relevância tanto da agência quanto das restrições estruturais para o desenvolvimento” (DE HASS, 2008, p. 37, tradução livre).

Parece ser consenso entre alguns autores (por exemplo, MYERS, 1990; LEVIN; MONTAGNOLI; WRIGHT, 2009) que um dos primeiros estudiosos a considerar as motivações que levam as pessoas ou famílias a se moverem no espaço foi Peter H. Rossi (1955 *apud* MYERS, 1990), que no seu seminal estudo *Why Families Move* discute o papel do ciclo vital familiar¹⁸ como elemento que teria importante impacto sobre as necessidades e preferências das famílias. Logo, a partir desta perspectiva abre-se um amplo caminho de análises e reflexões sobre como a dimensão familiar interferiria sobre as mudanças residenciais. Antes, porém, de adentrar este tema, seria conveniente realizar uma breve discussão sobre o uso do ciclo vital como conceito e seu papel como estruturante das motivações para os deslocamentos populacionais.

De maneira geral, o conceito refere-se à noção de que a família possui estágios pelos quais passa desde sua constituição até seu desaparecimento. Desde o casamento (ou união) até o momento da viuvez ou de seu completo desaparecimento haveria a ocorrência de uma série de outros eventos, entre eles o nascimento dos filhos, a saída destes da casa, etc. (SWEET, 1990, p. 37). Nesse sentido, como assevera Kendig (1990, p. 136), sua utilidade para analisar a questão da demanda por moradia seria de duas ordens: permitiria examinar combinações de características que teriam influência sobre a demanda e também como esta demanda é afetada pelos diferentes estágios de vida pelos quais passam os indivíduos.

Obviamente que a identificação destes estágios tem sido criticada em função do seu caráter linear, que supõe uma sequência única de momentos (ver, por exemplo, OLIVEIRA, 1980; HÖHN, 1990; BILAC, 1997), sobretudo considerando que, nas últimas décadas, a família tem passado por grandes transformações, parte delas ocorridas no bojo do que se tem chamado de “segunda transição demográfica” (LESTHAEGHE; VAN DE KAA, 1986) e que muitos sequer passam pelos arranjos considerados pelo modelo tradicional do ciclo vital (GOBER, 1990).

A importância que a maioria dos estudos que relaciona a dinâmica demográfica à demanda habitacional (ou mobilidade residencial) outorga à

¹⁸ Infelizmente não foi possível acessar a publicação original.

questão do ciclo vital (SPEARE, 1970; SWEET, 1990; KENDIG, 1990; RÉRAT; LEES, 2011, entre outros) faz com que seja necessário operacionalizar estes estágios pelos quais passam as famílias. Considerando a unidade doméstica (*household*)¹⁹ como um espaço de “decisão racional”, Brummel (1979, p. 339) recupera a noção de ciclo vital como uma variável importante, considerando sua influência sobre as necessidades e preferências existentes no seio destas unidades domésticas (*households*).

Interessa notar que, já nos anos 1970, trabalhos como o de Alden Speare (1970), com metodologia bem menos sofisticada, mas nem por isso sem os devidos cuidados metodológicos, demonstravam a importância de se considerar o ciclo vital para se compreender a propensão à mudança por parte dos indivíduos. Ainda que considerando a forte relação entre idade e ciclo vital, o autor em questão mostra por meio de sua análise que a primeira variável, embora seja importante, não revela aspectos da mobilidade como o faz o ciclo vital, já que as experiências nestes diferentes estágios não seriam uniformes entre as pessoas.

Para efeitos da reflexão proposta neste ensaio, considera-se que o fenômeno da mobilidade residencial, embora muito ligado a momentos específicos da vida, em especial da vida adulta, deve ser pensado como expressão da articulação entre várias características demográficas para além da idade, como a condição familiar e conjugal.

Essa articulação é muito bem explicitada em estudos como o de Skarburskis (1997). A partir de uma perspectiva de gênero e lançando mão de um complexo modelo estatístico, o autor trata de demonstrar o impacto dos ganhos financeiros das mulheres sobre a formação de novas famílias e sobre a demanda por diferentes tipos de habitação, para finalmente chegar a estimar o efeito líquido da diminuição das diferenças salariais por sexo sobre a demanda agregada por habitação e, portanto, sobre as mudanças na cidade. Sem desconsiderar dimensões importantes como a cultural, por exemplo, o estudo atesta não apenas o impacto da idade (talvez o mais imediato e evidente), mas também do padrão de nupcialidade, da fecundidade e da organização familiar, que atuam fortemente sobre a propensão de formação de novos domicílios.

¹⁹ No presente ensaio, os termos “unidade doméstica” ou “arranjo doméstico” (ainda que neste último caso já exista uma alusão à composição interna) serão usados como tradução possível para “household”, uma vez que o termo “família” não se aplicaria, por exemplo, ao caso do indivíduo que vive sozinho.

Claro está que todas as considerações sobre os impactos das características e mudanças demográficas sobre a demanda habitacional acabam repercutindo em um fenômeno que, basicamente, é um corolário desta relação, ou seja, a mobilidade residencial gerada em função das necessidades ou novas demandas criadas em função destas mudanças. Como já salientado, embora o “olhar demográfico” permita avançar sobre alguns dos condicionantes da mobilidade espacial, certamente ela não esgota a questão. Gober (1990), por exemplo, deixa claro que a maioria dos modelos de interpretação da mobilidade residencial enxergam o problema da localização residencial apenas do ponto de vista da demanda, deixando de lado a questão da oferta, neste caso, “ênfatizando a forma como as escolhas são limitadas por instituições financeiras e governamentais, agentes imobiliários e proprietários” (GOBER, 1990, p. 233, tradução livre).

IV.2 Mobilidade residencial e o curso de vida

Como já se comentou, a noção de ciclo vital, embora útil e muito utilizada para a compreensão dos processos de decisão quanto às mudanças domiciliares, também é motivo de várias críticas, especialmente quanto à sua incapacidade de captar o caráter dinâmico e não necessariamente familiar do fenômeno. Sendo assim, o conceito de curso de vida, assim como para outros temas da realidade social, surge como uma alternativa interessante e capaz de dar conta da complexidade desse percurso decisório. Com as mudanças nos padrões de nupcialidade e de formação de famílias, em particular com a segunda transição demográfica, os esquemas tradicionais e padronizados de família representados pela noção de ciclo vital não mais se adequariam às análises de fenômenos tão dinâmicos, como é o caso de migração ou, de maneira mais ampla, a mobilidade espacial da população.

Segundo Elder; Johnson e Crosnoe (2003), o conceito de *life course* daria respeito a “[...] uma sequência cronológica de papéis e eventos socialmente definidos que são desempenhados ao longo do tempo e espaço” (ELDER; JOHNSON; CROSNOE, 2003, p. 15, tradução livre).

Para Findlay e colegas (2015), este conceito passa a ser usado na medida em que a noção de ciclo vital deixa de revelar adequadamente a realidade das fases pelas quais passam os indivíduos e famílias nas décadas atuais, indicando a existência de uma extensa literatura que mostra a vantagem do novo enfoque como os trabalhos de Mulder (1999) e Clark *et al.* (2006). No mesmo sentido, Kendig (1990) argumenta em favor do enfoque do curso de vida

como melhor alternativa ao uso do ciclo vital familiar, considerando que esta forma de analisar a mobilidade residencial daria uma base mais flexível e dinâmica para a compreensão das escolhas feitas pelos indivíduos. Para o autor, com esse enfoque seria possível sumarizar as trajetórias em termos de diferentes experiências de relações conjugais, nascimento de crianças, emprego e outros aspectos da carreira profissional (*life careers*).

A mesma busca por maior flexibilidade analítica é encontrada no estudo de Findlay *et al.* (2015), no qual os autores propõem uma estrutura teórica para se pensar a mobilidade nos domicílios (households) a partir dos movimentos realizados ao longo do tempo por seus membro buscando analisá-los como resultado das práticas sociais e das relações estabelecidas no interior da família.

Apenas para reforçar este argumento, recupera-se outro estudo em que Coulter; Van Ham e Findlay (2016), repensando a questão da mobilidade e imobilidade dos indivíduos, criticam o que consideram ser uma visão determinística do conceito de ciclo de vida, uma visão que seria incapaz de captar a variabilidade das situações existentes na sociedade. Para os autores, a perspectiva do curso de vida “[...] procurou capturar esse crescente dinamismo e diversidade teorizando vidas como trajetórias compostas por múltiplas ‘carreiras’ interligadas, por exemplo, nos domínios do emprego, saúde e parcerias [...]” (COULTER; VAN HAM; FINDLAY, 2016, p. 355).

Além de defenderem uma maior atenção à mobilidade residencial de curta distância da população (que, segundo eles, vem recebendo muito menos atenção que a migração internacional), os autores também consideram que as formas tradicionais de analisar a mobilidade – especialmente aquelas que partem da ideia de uma origem e de um destino, ou mesmo de que as decisões são tomadas no nível familiar –, se não ultrapassadas, são ao menos carentes de uma revisão, levando em conta o caráter dinâmico do fenômeno. Segundo esta forma de pensar, considerar a mobilidade como uma prática ou como um processo, mais que um evento ocorrido no tempo, implicaria o melhor conhecimento do processo decisório (e das relações de poder) que resultaria no movimento ou mesmo na imobilidade. Elementos como as barganhas, negociações, *trade-offs* e até mesmo as relações de gênero dentro das famílias poderiam ser mais bem entendidos a partir de uma visão processual do fenômeno (COULTER; VAN HAM; FINDLAY, 2016). Portanto, não seria possível resgatar profundamente as relações de poder no processo decisório sem considerar a dimensão temporal deste processo e, em particular, as

relações ao longo do tempo e no âmbito das biografias individuais dos desejos, satisfações, intenções e fato concreto do movimento (COULTER; VAN HAM; FINDLAY, 2016).

Em suma, há muitos argumentos em favor do uso do enfoque do curso de vida em detrimento daquele baseado no ciclo vital: flexibilidade *versus* engessamento das situações familiares, visão longitudinal *versus* leitura pontual da realidade, possibilidades de avaliar e relacionar comportamentos individuais *versus* comportamento coletivo, entre outros.

Sem dúvidas, a proposta oferecida e os resultados prometidos pelo uso da noção de curso de vida demonstram ser este o caminho mais adequado para se compreender o processo de decisão sobre a mudança ou a mobilidade residencial. No entanto, como será enfatizado mais adiante, a opção por este caminho exige esforços adicionais tanto no que se refere às fontes de dados e metodologias quanto ao desenvolvimento de esquemas teóricos que, infelizmente, nem sempre estão disponíveis ou completamente terminados.

À guisa de conclusão: demografia do espaço intraurbano, até onde podemos chegar?

Conhecer e analisar a dinâmica demográfica e, em especial, o comportamento de seus componentes no espaço urbano implica a possibilidade de elucidar as forças que contribuem não apenas para a alteração do volume da população, mas também do perfil da demanda por uma série de serviços, atividades ou infraestrutura oferecidas nas cidades. Significa também, e não menos importante, conhecer como a população se redistribui no espaço, contribuindo assim para o entendimento da forma como a cidade se expande e para onde se expande. Embora não sejam os únicos, tais conhecimentos contribuirão para o enfrentamento dos desafios encarados pelos que pretendem buscar caminhos e soluções para boa parte dos problemas sociais dos quais cotidianamente a população residente sofre.

Não há dúvidas de que as questões demográficas relevantes que deveriam ser encaradas pela demografia no estudo do espaço intraurbano vão muito além das aqui tratadas. Assim, embora este ensaio tenha se centrado na mobilidade espacial, vários outros aspectos deveriam merecer atenção, pois dizem respeito diretamente à qualidade de vida ou possibilidades de melhoria das condições gerais de reprodução da população nos centros urbanos. Mesmo sendo indiscutível que a mobilidade populacional é um elemen-

to-chave para a compreensão da dinâmica urbana, é inegável também que, não apenas do ponto de vista demográfico, mas também do lado social, outras questões são tão ou mais essenciais. Basta, por exemplo, lembrar que o crescimento vegetativo (ou natural, resultado da diferença entre nascimentos e mortes) por si só pode ter impactos decisivos sobre o processo de redistribuição espacial da população, mesmo na ausência de mobilidade espacial²⁰. Da mesma forma, questões cruciais que hoje se analisam na demografia como a queda de fecundidade, o envelhecimento, entre outros, também são temas que merecem atenção também no âmbito intraurbano.

Feita a ressalva, volta-se ao tema da mobilidade buscando, sobretudo, responder à pergunta que dá título a esta seção final. Afinal, em que medida a demografia pode realmente influenciar e, portanto, ajudar a compreender a forma como a cidade é ocupada? Seria o comportamento demográfico apenas uma consequência ou uma resposta ao processo de produção do espaço urbano? Pode-se pensar em uma relação dialética entre ambas as dinâmicas.

Embora se possa pensar que o fator demográfico, a partir da visão da demanda, seja um elemento central para se analisar os problemas urbanos, na verdade, a questão não parece ser assim tão simples, tendo em vista a dinâmica da produção do espaço. Gober (1990), por exemplo, contribui para esta reflexão a partir de seu alerta para se evitar (ou ao menos relativizar) uma visão determinista quanto ao impacto do demográfico sobre a condição de ocupação dos domicílios. Para ela, as mudanças demográficas no território podem resultar tanto da reestruturação dos domicílios (households) quanto da mobilidade residencial, sendo necessário que as análises incorporem a forma contemporânea de como estes domicílios são distribuídos no espaço urbano, sendo, portanto, fundamental ir mais além da visão do ciclo vital baseada na família nuclear tradicional; a composição dos domicílios (households) é mais complexa e pode, segundo a autora, afetar a localização das

²⁰ Embora o senso comum tenda a associar a ideia de redistribuição espacial da população à mobilidade espacial desta, sabe-se que o componente vegetativo pode ter influência decisiva sobre o processo de concentração ou desconcentração da população na medida em que áreas que crescem mais rapidamente (maior intensidade de nascimentos em relação às mortes) tendem a ganhar importância relativa na cidade. É o que acontece com as regiões periféricas que, mesmo não apresentando necessariamente uma fecundidade muito superior à média municipal, pela composição familiar dos domicílios (em geral, onde predominam as famílias no começo dos seus ciclos vitais e, portanto, com crianças e novos nascimentos) tendem a incrementar progressivamente seu peso relativo na população total, em favor das áreas mais centrais, em geral habitadas por famílias em estágios mais avançados do ciclo vital ou por pessoas sozinhas.

residências e a mobilidade geográfica em escalas espaciais cada vez menores (GOBER, 1990, p. 245-246).

No outro sentido da relação, ou seja, “da moradia para a população”, Mulder (2006) considera alguns comportamentos demográficos que poderiam ser motivados pela oferta habitacional, como a migração, a formação de novas famílias e a chegada de filhos. No entanto, todas estas possibilidades tampouco seriam simples e diretas e, mais do que isso, não ocorreriam da mesma forma em tempos e espaços diferentes.

Não é o caso de aprofundar esta discussão, mas acredita-se ser importante levar em conta ao menos algumas das potencialidades e limitações das fontes de dados disponíveis e das possibilidades e dificuldades de gerar novas fontes de informação. No primeiro caso, as pesquisas domiciliares já existentes, em particular os Censos Demográficos, representam ricas fontes para estudos com base nos enfoques relativos aos ciclos de vida familiar, já que permitem analisar de forma conjunta elementos da mobilidade espacial da população com suas características socioeconômicas e familiares. Como destacado, muito já se avançou sobre o conhecimento da dinâmica demográfica e, sobretudo, da mobilidade espacial da população no interior das grandes metrópoles brasileiras e também da América Latina. O estudo dos fluxos de pessoas, suas direções e sentidos, as características sociodemográficas dos envolvidos, assim como análises que enfatizam como a mobilidade espacial de população em suas diversas modalidades tem influenciado o crescimento, expansão e diversificação socioespacial das metrópoles é, indiscutivelmente um ponto a ser destacado na contribuição dos estudos demográficos para o conhecimento dessas áreas.

É preciso, no entanto, atentar-se para a limitação dos dados censitários representarem um corte “transversal” e “pontual” da realidade, além do fato de apresentarem limites no que tange às possibilidades de analisar os deslocamentos populacionais em escalas menores que os municípios, fato que compromete a compreensão da dinâmica intraurbana. Na verdade, essa última limitação tem prejudicado a compreensão dos processos intraurbanos no Brasil, problema que não se observa em vários outros países latino-americanos nos quais as informações sobre deslocamento populacionais apresentam detalhamento espacial bem maior, evitando o problema causado pelo tamanho demográfico desproporcional dos municípios centrais da regiões metropolitanas brasileiras.

Já no segundo caso, ou seja, sobre as possibilidades de gerar novas informações, em particular visando à utilização de um enfoque longitudinal ou processual a partir do resgate da noção de curso de vida, as dificuldades incrementam-se ainda mais. Em primeiro lugar, porque no Brasil as pesquisas do tipo painéis (ou de visitas repetidas) são muito raras, pelo menos no caso de mobilidade espacial da população. Segundo, porque tais pesquisas são de complexo delineamento e envolvem custos e tempo nem sempre disponíveis – esta limitação, aliás, não parece ser prerrogativa apenas de países em desenvolvimento.

Obviamente que pesquisas qualitativas e de caráter etnográfico, dos quais estudos como os de Durham (2004) e Almeida; D’Andrea e De Lucca (2009) são apenas alguns bons exemplos, seriam caminhos alternativos para avançar nesse sentido; contudo, também nesse caso os problemas seriam de duas ordens: o primeiro, de representatividade estatística, questão sempre presente nos estudos demográficos, e o segundo, e talvez o mais sério, da falta de esquemas teóricos capazes de dar conta da complexidade do fenômeno visto a partir da perspectiva do curso de vida (COULTER; VAN HAM; FINDLAY, 2016). Tais limitações, por certo, não devem impedir qualquer tipo de incursão analítica nesta linha, no entanto, são elementos que não podem ser negligenciados.

As questões apresentadas neste ensaio, ainda que não desenvolvidas em toda a sua complexidade, tratam de mapear alguns dos principais temas que circundam o processo de produção e expansão das grandes aglomerações urbanas, com ênfase nas relações existentes entre estes processos e a mobilidade espacial da população.

Todas as questões aqui problematizadas como o crescimento e expansão territorial, a segregação socioespacial, a gentrificação, a pendularidade e outros fenômenos típicos das áreas metropolitanas são necessariamente perpassados (e influenciados) pela dinâmica demográfica, em especial pela mobilidade residencial, que, se não os modela, ao menos os reforça e lhes dá conteúdo específico. O outro lado da moeda, ou seja, a compreensão dos motivos que levam a que a mobilidade das pessoas no espaço intraurbano tenha características específicas, é também uma questão que precisa ser mais bem conhecida e exposta, sobretudo levando em conta a distinta e específica escala espacial em que tais movimentos acontecem.

Referências

- ABRAMO, P. Cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, PE, v. 9, n. 2, p. 25-54, 2007.
- ALDEN SPEARE, J. Life cycle stage, and residential mobility. **Demography**, New York, NY, v. 7, n. 4, p. 449-458, 1970.
- ALMEIDA, R.; D'ANDREA, T.; DE LUCCA, D. Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, SP, n. 82, p. 109-130, 2009.
- ALONSO, R. M. L. **Lugar de residência e inserção laboral: faz diferença morar aqui ou lá? Mestrado em Demografia**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- ASCHER, F. **Métapolis: ou l'avenir des villes**. Paris, França: Odile Jacob, 1995.
- BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.
- BARRETO, I. J. O surgimento de novas regiões metropolitanas no Brasil: uma discussão a respeito do caso de Sorocaba (SP). **Espaço e Economia, Revista Brasileira de Geografia Econômica**, Rio de Janeiro, RJ, Ano 1, n. 1, p. 1-12, 2012.
- BENACH, N.; ALBERT, A. La gentrificació como una estratègia global. In: Institut D'Estudis Regionals i Metropolitans de Barcelona (iermB). **Gentrificació i dret a la ciutat**. Barcelona, 2018 (Regió Metropolitana de Barcelona: Territori, Estratègies, Planejament, n. 60).
- BERTHOUD, R.; GERSHUNY, J. **Seven years in the lives of british families: evidence on the dynamics of social change from the british household panel survey**. Bristol: Bristol University Press, 2000.
- BILAC, E. D. Arranjos domésticos e condição migratória. In: PATARRA, N. L. *et al.* (org.). **Migração condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- BILSBORROW, R. Concepts, definitions and data collection approaches. In: WHITE, M. J. (ed.). **International handbook of migration and population distribution**. Dordrecht: Springer, 2016. p. 118-122. (International Handbooks of Population, v. 6).
- BILSBORROW, R. Introdução. In: UNFPA. **Migration, urbanization, and development: new directions and issues**. New York, NY: FNUAP, 1998.
- BLOSSFELD, H.; GOLDSCH, K.; ROHWER, G. **Event history analysis with stata**. Abingdon: Psychology Press, 2012.

BÓGUS, L. M. Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: BÓGUS, L. M.; WANDERLEY, L. E. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo, SP: Cortez, 1992.

BONDUKI, N. Depoimento. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, SP, Ano XVII, n. 42, 2001. (Periferias Revisitadas).

BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. **Periferias**: a ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. São Paulo, SP: PRODEUR/USP, 1979. (Cadernos de Estudos e Pesquisa, 2).

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **e-Metropolis**, Rio de Janeiro, RJ, n. 19, Ano 5, p. 6-26, 2014.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. **Texto para Discussão 366**, Belo Horizonte, MG, 2009.

BRITO, F.; SOUZA, J. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 4, p. 48-63, 2005.

BRUMMEL, A. C. A model of intraurban mobility. **Economic Geography**, US, v. 55, n. 4, p. 338-352, 1979.

CAIADO, M. C. S. **Estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas**: a diferenciação socioespacial da população na Região do Distrito Federal e Entorno. 2004. Dissertação (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, SP: EdUSP, 2000.

CARDOSO, E. D.; ZVEIBIL, V. Z. (org.). **Gestão metropolitana**: experiências e novas perspectivas. Rio de Janeiro, RJ: IBAM, 1996.

CELADE. **La demografía como ciencia**. Santiago, Chile, 1975.

CLARK W. *et al.* Residential mobility and neighbourhood outcomes. **Housing Studies**, London, v. 21, n. 3, p. 323-342, 2006.

COSTA, H. S. M. (org.). **Novas periferias metropolitanas**: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no eixo Sul. Belo Horizonte, MG: Editora C/Arte, 2006.

COULTER, R.; VAN HAM, M.; FINDLAY, A. M. Re-thinking residential mobility: linking lives through time and space. **Progress in Human Geography**, London, v. 40, n. 3, p. 352-374, 2016.

COURGEAU, D. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale**: migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris: Éditions de L'INED, 1988.

CUNHA, J. M. P. (org.). **Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano**: convergências e especificidades regionais. São Carlos, SP: Editora da UFSCAR, 2018.

CUNHA, J. M. P. **Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo**. Campinas, SP: Librum Editora, 2015. (E-book).

CUNHA, J. M. P. *et al.* A mobilidade pendular na macrometrópole paulista: diferenciação e complementariedade socioespacial. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 30, p. 433-459, 2013.

CUNHA, J. M. P. (org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. A. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. **Notas de Población**, Santiago, Chile, n. 82, p. 33-67, 2007.

CUNHA, J. M. P. *et al.* Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 337-363.

CYMBALISTA, R. O lugar aonde as pessoas chegam antes da cidade. **Sexta Feira**, São Paulo, SP, n. 8, p. 10-15, 2006.

DAVIDOVICH, F. A 'volta da metrópole' no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Metrópoles entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DAVIDOVICH, F. Metrôpole e contemporaneidade, algumas pontuações. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (org.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo, SP: Contexto, 2003.

DE HASS, H. **Migration and development: a theoretical perspective**. Oxford: International Migration Institute; University of Oxford, 2008. (Working Papers 9).

DOTA, E. M. **Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes**. 2015. 261f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

DUBRESSON, A. Una puesta en perspectiva comparativa de 19 metrópolis mundiales. In: DUREAU, F. (coord.). **Metrópolis en movimiento: una comparación internacional**. Bogotá: Alfaomega, 2000. p. xxiii-xxxvi.

DUPONT, V.; PUMAIN, V. De la ciudad compacta a las metrópolis policéntricas. In: DUREAU, F. *et al.* **Metrópolis en movimiento: una comparación internacional**. Bogotá: Alfaomega, 2000. p. 3-20.

DUREAU, F. (coord.). **Metrópolis en movimiento: una comparación internacional**. Bogotá: Alfaomega, 2000.

DURHAM, E. R. A sociedade vista da periferia. In: DURHAM, E. R. **A dinâmica da cultura**. São Paulo, SP: Cosac & Naify, 2004. p. 377-407.

ELDER JR., G. H.; JOHNSON, M. K.; CROSNOE, R. The emergence and development of life course theory. In: MORTIMER, J. T.; SHANAHAN, M. J. (ed.). **Handbook of the life course**. New York, NY: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 3-19.

ELDER JR., G. H. Time, human agency, and social change: perspectives on the life course. **Social Psychology Quarterly**, Washington, DC, v. 57, n. 1, p. 4-15, 1994.

EMPLASA – EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A. **Macrometrópole Paulista**. São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

FERNANDES, E. Juridical-political aspects of metropolitan administration in Brazil. **Third World Planning Review**, Inglaterra, v. 14, n. 3, p. 227-243, 1992.

FERREIRA, M. P.; GOMES, S.; TORRES, H. Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H. G. (ed.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo, SP: Editora do Senac, 2005.

FINDLAY, A. *et al.* New mobilities across the life course: a framework for analysing demographically linked drivers of migration. **Population Space and Place**, Inglaterra, v. 21, n. 4, p. 390-402, 2015.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, PR, n. 122, p. 19-38, 2012.

FIX, M. Uma ponte para a especulação: ou a arte da renda na montagem de uma “cidade global”. **Caderno CRH**, Salvador, BA, v. 22, n. 55, p. 41-64, 2009.

FIX, M. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

FLORES, C. Consequências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

GALSTER, G.; KILLEN, S. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. **Housing Policy Debate**, London, v. 6, n. 1, p. 7-43, 1995.

GEVEHR, D. L.; BERTI, F. Gentrificação: uma discussão conceitual. **Políticas Públicas & Cidades**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 1, 2017.

GOBER, P. The urban demographic landscape: a geographic perspective. In: MYERS, D. (ed.). **Housing demography: linking demographic structure and housing markets**. Madison: University of Wisconsin Press, 1990. p. 232-248.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo, SP: EdUSP, 1993.

GOTTMANN, J. Megalopolis: or the urbanization of the Northeastern Seaboard. **Economic Geography**, US, v. 33, n. 3, p. 189-200, 1957.

HAMNETT, C. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New York, NY, v. 16, n. 2, p. 173-189, 1991.

HARVEY, D. **O enigma do capital as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

HAUSER, P. M.; DUNCAN, O. D. **El estudio de la población**. Santiago, Chile: CELADE, 1975.

HÖHN, C. The family life cycle: needed extensions of the concept. In: BONGARTS, J.; BURCH, T.; WACHTER, K. **Family demography: methods and their application**. New York, NY: Clarendon Press-Oxford, 1990.

HOLDSWORTH, C. **Family and Intimate Mobilities**. Harmondsworth: Palgrave Macmillan, 2013.

HOOIMEIJER, P.; MULDER C. Residential relocations in the life course. In: VAN ANWISSEN, L.; DYKSTRA, P. (ed.). **Population issues: an interdisciplinary focus**. New York, NY: Kluwer, 1999. p. 159-186.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, RJ, 2008.

JAKOB, A. A. E. **Análise sociodemográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 220 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

JENCKS, C.; MAYER, S. The consequences of growing up in a poor neighborhood. In: LYNN, L.; MCGEARY, M. G. H. (ed.). **Inner: city poverty in the United States**. Washington, DC: National Academy Press, 1990.

KENDIG, H. L. A life course perspective on housing attainment. In: MYERS, D. **Housing demography: linking demographic structure and housing markets**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990. p. 133-154.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1979.

LEES, L.; RÉRAT, P. Spatial capital, gentrification and mobility: evidence from Swiss core cities. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New York, NY, v. 36, n. 1, p. 126-142, 2011.

LENCIONI, S. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Á. et al. (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, RJ: Consequência, 2013. p. 17-34.

LENCIONI, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A.; GUICHARD, D. F.; OLIVEIRA, F. J. G. (org.). **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006a. p. 41-58.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. In: LIMA, L. C.; ELIAS, D.; SILVA, J. B. (org.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo, SP: Annablume, 2006b. p. 65-76.

LESTHAEGHE, R.; VAN de KAA, D. Twee demografische transitities? (Two demographic transitions?). In: LESTHAEGHE, R.; VAN de KAA, D. (ed.). **Bevolking: groei en krimp, mens en maatschappij**. Deventer: Van Loghum Slaterus, 1986. p. 9-24.

LEVIN, E.; MONTAGNOLI, A.; WRIGHT, R. E. Demographic change and the housing market: evidence from a comparison of Scotland and England. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 46, n. 1, p. 27-43, 2009.

LEY, D. Inner city revitalization in Canada: a Vancouver case study. **Canadian Geographic**, Ottawa, v. 25, n. 2, p. 124-148, 1981.

LIMONAD, E. Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. In: BECKER, B.; SANTOS, M. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2006. p. 147-172.

LOBO, C.; CUNHA, J. M. P. Migration and commuting in the areas of influence of the brazilian metropolises. **Mercator**, Fortaleza, CE, v. 18, p. 1-15, 2019. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e18017>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

LOBO, C.; CARDOSO, L.; ALMEIDA, I. L. Mobilidade pendular e integração regional: uma metodologia de análise para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, SP, v. 20, n. 41, p. 171-189, 2018.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, RJ, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.

LÓPEZ-GAY, A. *et al.* Apartamentos turísticos, ciudad y población en América Latina: los casos de Ciudad de México y São Paulo. **Revista Latinoamericana de Población**, Rio de Janeiro, RJ, v. 13, n. 25, p. 5-35, 2019.

LÓPEZ GAY, T. Cambio en la composición social y gentrificación en Barcelona: una mirada a través de los flujos migratorios y residenciales. **Papers: Regió Metropolitana de Barcelona: Territori, Estratègies, Planejament**, Barcelona, n. 60, p. 80-93, 2018.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARICATO, E.; ARANTES, O.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

MARQUES, E. C. L.; FARIA, C. A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fiocruz, 2013.

MARQUES, E.; TORRES, H. (org.). **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdade sociais. São Paulo, SP: Editora Senac, 2005.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Texto para Discussão 329**, Brasília, DF, 1994.

MATOS, R. E. S. **Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte**. 1995. 223 f. Dissertação (Doutorado) – CEDEPALR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1995.

MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina: de la ciudad a lo urbano generalizado. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, Chile, n. 47, p. 81-104, 2010.

MATTOS, C. A. Globalização e metropolização: Santiago, uma história de mudança e continuidade. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O futuro das metrópoles**: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro, RJ: Revan/Fase, 2000.

MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2009.

MULDER, C. H. Population and housing: a two-sided relationship. **Demographic Research**, Germany, v. 15, n. 13, p. 401-412, 2006,

MULLINS, P. The 'middle-class' and the inner city. *Journal of Australian Political Economy*, Austrália, v. 11, p. 44-58, 1982.

MYERS, D. **Housing demography**: linking demographic structure and housing markets. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990.

NACIONES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna**: manual VI. Nueva York, NY, 1972.

NAKANO, A. K. **Elementos demográficos sobre densidade urbana**: São Paulo, uma cidade oca? 2015. 348 f. Dissertação (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

NERY, M. B.; SOUZA, A. A. L.; ADORNO, S. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 33, n. 97, p. 5-36, 2019.

OLIVEIRA, M. C. A. Algumas notas sobre o ciclo vital como perspectiva de análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1980, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1980.

PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, RJ: Revan/Fase, 2000.

REIS FILHO, N. G.; BENTES, J. C. G. (org.). **Dez anos de diálogo sobre dispersão urbana**. São Paulo, SP: FAUUSP, 2017.

REIS FILHO, N.G.; TANAKA, M. S. (coord.). **Brasil: estudos sobre a dispersão urbana**. São Paulo, SP: FAUUSP, 2007.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo, SP: Via das Artes, 2006.

RÉRAT, P.; LEES, L. Spatial capital, gentrification and mobility: evidence from Swiss core cities. **Transactions of the Institute of British Geographers**, New York, NY, v. 36, n. 1, p. 126-142, 2011.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. C. (org.). **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2018.

RIBEIRO, L. C. Q. *et al.* (coord.). **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMS, RIDES e AUS à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório das Metrópoles, 2012.

RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR., O. A. (org.). **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo Centro/Periferia em questão**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 1994.

RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XI**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital, 2013.

RIGOTTI, J. I. R. **Fluxos migratórios e distribuição da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte: década de 70**. 1994. 119 f. Dissertação (Mestrado) – CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1994.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2015.

ROLNIK, R.; KOWARICK, L.; SOMEKH, N. **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1990.

ROSSI, P. H. **Why families move**. Glencoe: Free Press, 1955.

SABATINI, F. *et al.* Promotores inmobiliarios, gentrificación y segregación residencial en Santiago de Chile. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 79, n. 2, p. 229-260, 2017.

SABATINI, F.; SIERRALTA, C. Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 169-195.

SAMPSON, R. J. **Great american city: Chicago and the enduring neighborhood effect**. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, SP: EdUSP, 2005.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo, SP: Nobel, 1990.

SASSEN, S. The global city: introducing a concept. **The Brown Journal of World Affairs**, New York, NY, v. 11, n. 2, p. 27-43, 2005. Disponível em: <<http://www.saskiasassen.com/pdfs/publications/the-global-city-brown.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

SCOTT, A. J. *et al.* Cidades-regiões globais. **Espaço & Debates**, São Paulo, SP, Ano 17, n. 41, p. 11-25, 2001.

SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Rio de Janeiro, RJ: Letra Capital Editora, 2013.

SILVA, K. A. A. **Novas formas urbanas e o olhar através da demografia: a estruturação da Cidade-Região Paulista**. 2018. 306 f. Dissertação (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018.

SILVA, K. A. A.; CUNHA, J. M. P.; ORTEGA, G. M. Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, v. 19, n. 40, p. 721-748, 2017.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SKABURSKIS, A. Gender differences in housing demand. **Urban Studies**, Inglaterra, v. 34, n. 2, p. 275-320, 1997.

SMITH, N. Gentrification, the frontier, and the re-structuring of urban space. In: SMITH, N.; WILLIAMS, P. (ed.). **Gentrification of the city**. London: Routledge, 1986. p. 15-34.

SMITH, N. Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital, not people. **Journal of the American Planning Association**, Chicago, v. 45, n. 4, p. 538-48, 1979.

SOBRINO, J. Patrones de dispersión intrametropolitana en México. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, DF, v. 22, n. 3, p. 583-617, 2007.

SOJA, E. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Massachussets: Blackwell Publishers, 2000.

SOUZA, M. A. **Cidades médias e desenvolvimento industrial: uma proposta de descentralização metropolitana**. São Paulo, SP: Secretaria de Economia e Planejamento; Coordenadoria de Ação Regional – SEP, 1978.

SPONCHIADO, D. **Para dentro das portarias, por detrás das cancelas: características e condicionantes da autosegregação das elites em Campinas**. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2016.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo, SP: Contexto, 2016.

SWEET, J. A. Changes in the life-cycle composition of the United States population and the demand for housing. In: MYERS, D. **Housing demography: linking demographic structure and housing markets**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990. p. 35-61.

TASCHNER, S. P.; BÓGUS, L. M. M. A cidade dos anéis: São Paulo. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org.). **O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade**. Rio de Janeiro, RJ: FASE; IPPUR, 2000.

TORRES, H.; FERREIRA, M. P.; GOMES, S. Educação e segregação social: explorando o efeito das relações de vizinhança. In: MARQUES, E.; TORRES, H. G. (ed.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo, SP: Editora do Senac, 2005.

TORRES, H. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 19, n. 54, p. 41-56, 2004.

TORRES, H. *et al.* Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, v. 17, n. 47, p. 97-128, 2003.

TORRES, H.; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, PE, n. 4, p. 49-70, 2001.

UN-HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y Caribe**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

VIGNOLI RODRIGUEZ, J. **Los efectos de la migración interna sobre el perfil etario de la población de las grandes ciudades de América Latina, 1980-2010**. 2019. 249 f. Tese (Doutorado) – Escuela de Graduados de la Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2019.

VIGNOLI RODRIGUEZ, J. **Segregación residencial socioeconómica: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa?** Santiago, Chile: CEPAL, 2001 (Serie Población y Desarrollo 16).

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel; Fapesp; Lincoln Institute, 2000.

WOOD, C. H. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **International Migration Review**, New York, NY, v. 16, n. 2, p. 298-319, 1982.

Vulnerabilidade: conceitualizações e operacionalizações pelos pesquisadores do Nepo/Unicamp

*Roberto Luiz do Carmo
Humberto Prates da Fonseca Alves*

Introdução

A linha de pesquisa População e Ambiente do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo) desenvolveu ao longo dos seus quarenta anos de existência uma grande quantidade de projetos de pesquisa, construídos principalmente com o objetivo de compreender as relações entre as dinâmicas populacionais e as dinâmicas ambientais.

Inicialmente, os estudos sobre urbanização e pobreza, em suas conexões com as questões migratórias, foram realizados desde a década de 1970 pelo Prof. Daniel Hogan, criador e responsável pela linha de pesquisa População e Ambiente do Nepo (HOGAN; BERLINCK, 1978a; 1978b). A partir da década de 1980, Hogan realizou as primeiras pesquisas do Nepo sobre a questão ambiental, que focalizaram a infraestrutura urbana e o acesso da população a serviços básicos (HOGAN, 1987).

No início da década de 1990, avançaram os estudos sobre a dinâmica urbana brasileira e suas decorrências ambientais (HOGAN, 1995), com o aprofundamento dos debates sobre a pobreza e sua persistência na sociedade brasileira, evidenciando a necessidade de construção de uma nova base teórico-conceitual que fosse capaz de compreender a consolidação desses processos.

Em meados da década de 1990, ganharam força as concepções de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, aplicadas às questões ambientais (BRUNDTLAND, 1987). No campo dos estudos sobre pobreza, ganham relevância as ideias de Amartya Sen sobre “desenvolvimento como liberdade” e dos “entitlements” para a redução da pobreza (SEN, 1981). É nesse momento que se iniciam as primeiras discussões no Nepo sobre “vul-

nerabilidade”, que é tratada em um primeiro momento como um conceito que remete ao que seria o “reverso da sustentabilidade”, ou seja, para ser sustentável o desenvolvimento social deveria reduzir as diversas vulnerabilidades. Outra perspectiva inicialmente considerada foi no sentido de que, para diminuir as diversas vulnerabilidades sociais, seria necessário que a população ampliasse os seus “entitlements”, aumentando os seus diversos tipos de “ativos” para fazer face aos riscos relacionados com a pobreza.

Essas discussões iniciais foram muito importantes, trouxeram reflexões iniciais que marcaram os primeiros pontos do caminho que foi seguido nas décadas seguintes. Posteriormente, a discussão tomou outros rumos, marcada principalmente pela perspectiva de associação entre vulnerabilidade e riscos de diversas ordens. O presente capítulo descreve as decorrências desse rumo tomado pelos pesquisadores do Nepo a partir do final da década de 1990 até o período recente. Trata-se, de certa forma, da análise de uma trajetória de construção do conhecimento, descrita a partir da utilização de um conceito por diversas linhas de pesquisa que se cruzam em momentos diferentes ao longo do tempo.

Portanto, o presente capítulo aborda como, ao longo do tempo, o conceito de vulnerabilidade foi apropriado, definido, redefinido e operacionalizado em diversas publicações, resultantes de projetos de pesquisa realizados no Nepo a partir da segunda metade da década de 1990.

1. Construções teóricas e operacionalizações do conceito de vulnerabilidade

As formas de definição e análise da vulnerabilidade, assim como a sua operacionalização, ainda carecem de estratégias capazes de traduzir e refletir a sofisticação conceitual. Trabalhos preocupados em operacionalizar o conceito ainda apresentam distinções que estão estreitamente relacionadas a domínios disciplinares específicos, principalmente em relação à escala e ao objeto de análise. Por um lado, nas abordagens mais próximas às ciências sociais, a vulnerabilidade tende a ser abordada em relação a indivíduos, famílias ou grupos sociais, geralmente de forma qualitativa e sem considerar as dinâmicas dos sistemas biofísicos (DFID, 1999; LAMPIS, 2010). Por outro lado, operacionalizações relacionadas a estudos sobre riscos e desastres com origem em eventos naturais tendem a capturar a vulnerabilidade em termos territoriais (regiões e ecossistemas) e qualiquan-

titativos (CUTTER; FINCH, 2008; FURLAN; BONOTTO; GUMIERE, 2011; HAHN; RIEDERER; FOSTER, 2009; SULLIVAN; MEIGH, 2005). Portanto, essa disparidade entre as duas tradições de estudos sobre vulnerabilidade, em termos de escala e de tipo de objeto de análise, deve ser considerada na operacionalização empírica do conceito. Assim, essa lacuna entre essas duas abordagens reflete limitações importantes para a operacionalização do conceito de vulnerabilidade, que foram enfrentadas ao longo dos anos por pesquisadores do Nepo.

Deste modo, as análises empíricas do conceito de vulnerabilidade abrangem um espectro de perspectivas, que vão desde abordagens mais sociais até as mais ambientais. Cidade (2013) revisa as diferentes abordagens da vulnerabilidade, mostrando as dificuldades na construção de uma base conceitual comum. As ciências naturais estão preocupadas com os desastres ambientais, e as ciências sociais com os processos socioeconômicos e seus efeitos sobre a pobreza. Assim, de um lado, vulnerabilidade social e, de outro, vulnerabilidade físico-ambiental correspondem a dois conceitos que representariam duas perspectivas e significados distintos em relação à vulnerabilidade. Nesse sentido, buscam-se perspectivas convergentes, que considerem tanto a dimensão social quanto a físico-ambiental da vulnerabilidade. Portanto, na literatura sobre o conceito de vulnerabilidade, pode-se identificar desde enfoques mais biofísicos, passando por perspectivas mais sociais, até abordagens que procuram integrar as duas dimensões (LINDOSO, 2017; CIDADE, 2013).

Dentre as abordagens que buscam a integração entre as duas dimensões – a social e a ambiental –, destacam-se os estudos sobre a vulnerabilidade socioambiental. Outra corrente, que enfatiza os aspectos demográficos, são os estudos sobre a vulnerabilidade sociodemográfica, que têm uma ampla discussão realizada ao longo do início do séc. XXI. É em diálogo com esses dois campos – sociodemográfico e socioambiental – que se situa grande parte dos trabalhos desenvolvidos no Núcleo de Estudos de População, que são objeto desse capítulo.

Estudos sobre a vulnerabilidade *social* têm sido produzidos com muita frequência por instituições acadêmicas e governamentais nas últimas décadas. O conceito de vulnerabilidade social procura aprimorar as abordagens tradicionais sobre a pobreza e seus métodos de mensuração, baseados no nível de renda monetária e em medidas fixas, como a linha de pobreza. Assim, a vulnerabilidade social traria uma perspectiva mais ampla sobre as condições de vida dos grupos sociais mais pobres e, além disso, levaria em conta

os recursos e estratégias das próprias famílias para enfrentarem os impactos que as afetam (MOSER, 1998; KAZTMAN *et al.*, 1999).

Os estudos sobre desastres naturais (*natural hazards*) e avaliação de risco (*risk assessment*) deram origem à noção de vulnerabilidade *físico-ambiental*. A abordagem físico-ambiental do conceito de vulnerabilidade tem sido desenvolvida principalmente pelos estudos de desastres naturais, com o objetivo de identificar *áreas em situação de risco*, por meio da elaboração de mapas de suscetibilidades a desastres naturais, que normalmente incluem a sobreposição de mapas com diferentes características do meio físico, tais como solos, hidrografia, declividade etc. Geralmente mais associados com as engenharias, as ciências naturais (geologia) e a geografia física, os estudos sobre a vulnerabilidade físico-ambiental dão mais ênfase às características do meio físico e não se aprofundam nos processos sociais que interagem com esse meio (LOPES, 2006; NASCIMENTO *et al.*, 2018).

Já o conceito de vulnerabilidade *socioambiental* pode ser definido como a coexistência, cumulatividade ou sobreposição espacial de situações de pobreza e privação social e de situações de exposição a risco e/ou degradação ambiental. Deste modo, pode ser usado para analisar as relações e interações entre as dimensões sociais e ambientais da vulnerabilidade (ALVES, 2006).

Por sua vez, o conceito de vulnerabilidade sociodemográfica é constituído a partir do destaque atribuído aos aspectos da dinâmica demográfica, e de como a evolução desses aspectos demográficos exige que se considere uma dimensão temporal na análise, tendo em vista que a estrutura por idade da população que habita determinado espaço geográfico pode variar muito ao longo do tempo, configurando características que podem potencializar riscos sociais e ambientais de diversas ordens (BUSSO, 2002; CUNHA, 2004; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009).

Também é importante destacar que, nas últimas décadas, o conceito de vulnerabilidade tem adquirido grande importância para as comunidades científicas de mudanças climáticas e de mudanças ambientais globais. Com relação às mudanças climáticas, a definição de vulnerabilidade mais utilizada é a do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Segundo o quarto relatório de avaliação do IPCC de 2007, vulnerabilidade é a suscetibilidade e incapacidade de um sistema de lidar com os efeitos adversos da mudança climática. Com base nesta definição do IPCC, a vulnerabilidade tem três componentes (ou dimensões): grau de exposição, suscetibilidade e capacidade de adaptação (IPCC, 2007; LINDOSO, 2017).

Na mesma linha, Adger (2006) analisa a evolução das aproximações da vulnerabilidade originada em trabalhos das ciências sociais e naturais que lidam com as relações sociedade-natureza. O autor aponta para uma atual predominância de conceituações que compreendem a vulnerabilidade a partir de três componentes que incluem a exposição a perturbações ou estresse externo, sensibilidade à perturbação e a capacidade de resposta. A exposição, em geral, é definida como o grau, duração, e/ou extensão no qual o sistema está em contato ou sujeito a uma perturbação. Assim, a exposição refere-se à fonte de perturbação, sendo um elemento externo ao sistema sob análise. Em outras palavras, o sistema pode ser muito vulnerável a certa perturbação, choque ou estresse, mas persiste estável se não estiver exposto aos mesmos (ADGER, 2006; KASPERSON *et al.*, 2005). Outro componente, a sensibilidade, diz respeito às características internas do sistema que o tornam mais ou menos sensível a um determinado estímulo. A sensibilidade consiste no grau em que o sistema é modificado ou afetado por distúrbios internos ou externos, sendo um atributo do sistema, existindo anteriormente à perturbação (GALLOPÍN, 2006). Já a capacidade de resposta é geralmente definida como a habilidade do sistema de se ajustar frente a um distúrbio, obtendo vantagens das oportunidades oferecidas e enfrentando as consequências das transformações ocorridas (GALLOPÍN, 2006; SMIT; WENDEL, 2006).

2. Uma síntese cronológica dos estudos desenvolvidos no Nepo sobre vulnerabilidade

Nesta parte do presente capítulo, apresenta-se uma breve síntese cronológica dos trabalhos realizados por pesquisadores do Nepo no que diz respeito à conceituação e operacionalização da vulnerabilidade, destacando quais foram os conceitos, os métodos, as variáveis e os indicadores utilizados em cada trabalho. O objetivo desta descrição é demonstrar como esse processo avançou ao longo do tempo, e como ocorreu paulatinamente a incorporação de elementos relacionados ao meio físico, que em vários trabalhos aparecem como definidores de perigos ou riscos a que estão expostos determinados grupos populacionais¹.

¹ Destaca-se que em nenhum momento houve a pretensão do grupo de pesquisadores do Nepo em levantar informações do meio físico, especificamente no que diz respeito às características do solo, assim como os riscos geotécnicos associados. O que houve foram aproximações sucessivas em relação ao perigo decorrente da ocupação de áreas de risco, tais como aquelas com declividade acentuada. A

Conforme descrito na sequência, na busca de um refinamento analítico, os estudos avançaram em várias frentes: formulação e reformulação conceitual; estudos operacionalizando o conceito de vulnerabilidade a partir de dados secundários, com uma análise basicamente quantitativa; estudos de caso, em escalas locais, com abordagens qualitativas e quantitativas.

Pelo menos desde a segunda metade da década de 1990, a temática da vulnerabilidade tem sido estudada por pesquisadores do Nepo. Nos primeiros trabalhos produzidos sobre o tema, já no início dos anos 2000, duas frentes simultâneas foram desenvolvidas. Uma das frentes tinha como objetivo operacionalizar o conceito de *vulnerabilidade social* no âmbito dos estudos populacionais e urbanos. A outra frente tinha como preocupação fazer uma ampla revisão bibliográfica, de caráter mais teórico e conceitual, sobre as diferentes acepções e dimensões do conceito de vulnerabilidade: social, econômica, demográfica, geográfica, ambiental. Deste modo, foram trilhados caminhos paralelos, um mais empírico e outro mais teórico, nos primeiros estudos sobre a vulnerabilidade no Nepo.

Entre os primeiros trabalhos empreendidos no Nepo com o objetivo de avançar teórica, empírica e metodologicamente no conhecimento da vulnerabilidade estão os de Cunha (2004) e Cunha *et al.* (2005a; 2005b; 2006). Nessa sequência de trabalhos, os autores partem do conceito de *vulnerabilidade social* (buscando ampliá-lo para *vulnerabilidade sociodemográfica*), no âmbito dos estudos populacionais e urbanos para apreender as desigualdades sociodemográficas intraurbanas, criando zonas de vulnerabilidade para a cidade de Campinas.

Para analisar a vulnerabilidade, os autores focam nos ativos das pessoas e famílias, a partir das fontes seguintes: capital físico, capital humano e capital social. Ressaltam que, a partir de dados secundários, existem dificuldades mais intensas em captar o capital social. A análise é baseada nas áreas de ponderação do censo demográfico de 2000 e usa os seguintes indicadores, relativos ao capital físico; capital humano e capital social.

busca do diálogo com outras disciplinas mostrou que, para que fosse possível avançar na análise, seria importante incorporar análises sobre riscos geotécnicos, onde os elementos específicos de caracterização do solo e susceptibilidade a deslizamentos estivessem desenvolvidos de maneira adequada. Como se apresenta neste capítulo, a solução encontrada foi utilizar análises de risco geotécnico realizadas por grupos especializados, e considerar essas análises como ponto de partida físico para ajudar a operacionalizar o conceito de vulnerabilidade. É neste patamar que os trabalhos se encontram agora, ou seja, na continuidade de busca de indicadores e de variáveis que permitam entender como pensar a vulnerabilidade dos diferentes grupos sociais, que ocupam diferentes locais do espaço urbano frente aos variados riscos de caráter ambiental e social.

Capital físico:

- Densidade de moradores por cômodo;
- % chefes de família (ou individuais) com renda de “0 a 2 SM” (inclusive);
- % pessoas morando em domicílios do tipo “casa”;
- % pessoas morando em domicílios do tipo “cômodo”;
- % pessoas morando em domicílios “próprios em aquisição”;
- % pessoas morando em domicílios “alugados”;
- % pessoas morando em domicílios sem canalização de água;
- % pessoas morando em domicílios sem banheiro;
- % pessoas morando em domicílios com 2 ou mais banheiros;
- % pessoas morando em domicílios sem rede geral de esgoto;
- % pessoas morando em domicílios sem coleta de lixo.

Capital humano:

- % pessoas analfabetas com 15 anos ou mais de idade;
- % chefes de família (ou individuais) com menos de 4 anos de escolaridade;
- Razão de dependência (Pop. “0 a 14” + “65 ou mais” / Pop. “15 a 64” anos);

Capital Social:

- % chefes de família (ou individuais) femininos, com “10 a 19” anos de idade;
- Tamanho médio da família 01 (principal);
- % pessoas sendo agregados da família;
- % pessoas ocupadas sem carteira de trabalho assinada, com > 14 anos;
- % crianças de 7 a 14 anos que não frequentam escola ou creche;
- % famílias com renda não proveniente do trabalho.

Para cada um dos indicadores foi feita uma análise fatorial e calculados os escores fatoriais para cada uma das áreas de ponderação. Foram obtidos cinco valores (dois para o capital físico, um para o capital humano e dois para o capital social). Em cada um desses valores distintos, criaram-se mapas das zonas de vulnerabilidade, e, por fim, foi criado, a partir de uma análise de conglomerados, um *cluster* das áreas de ponderação por zonas de vulnerabilidade em Campinas.

Assim, por meio do conceito de vulnerabilidade social, procurou-se avançar no entendimento dos condicionantes – além da pobreza – da diferenciação das pessoas ou famílias em termos da “incapacidade de resposta frente à contingência [...] e uma inabilidade para adaptar-se ao novo cenário gerado pela materialização do risco” (CEPAL, 2002, p. 1 *apud* CUNHA *et al.*, 2006, p. 145).

Cunha *et al.* (2006, p. 148) também destacam que

o potencial analítico [do conceito de vulnerabilidade social] para abordar a problemática social no espaço intra-urbano, em relação a outros conceitos frequentemente utilizados, como, por exemplo, pobreza, é evidente, na medida em que o mesmo permite considerar outras dimensões fundamentais para captar distinções entre famílias ou pessoas com os mesmos níveis salariais ou de consumo.

[Assim,] o “enfoque da vulnerabilidade tem como potencialidade contribuir para identificar indivíduos, grupos e comunidades que por sua menor dotação de ativos e diversificação de estratégias estão expostos a maiores níveis de risco por alterações significativas nos planos sociais, políticos e econômicos que afetam suas condições de vida individual, familiar e comunitária” (BUSSO, 2001, p.25 *apud* Cunha *et al.*, 2006, p. 148).

Cunha *et al.* (2006) apontam ainda que o conceito de vulnerabilidade social carece de mais discussão e validação empírica, além de confronto com outros conceitos – como segregação socioespacial, *urban sprawl*, pobreza e exclusão social.

Fazendo uma breve observação metodológica sobre os trabalhos de Cunha (2004) e Cunha *et al.* (2004; 2005a; 2005b; 2006), cabe destacar que as análises empíricas buscaram operacionalizar o conceito de vulnerabilidade social, utilizando uma análise agregada por área. Assim, embora o conceito se refira a indivíduos e famílias, a análise empírica é realizada por áreas, devido à maneira de divulgação dos dados da amostra do censo demográfico agregados por áreas de ponderação.

Paralelamente a esses estudos de caráter mais empírico desenvolvidos por José Marcos P. da Cunha e colegas, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica e pesquisa teórica e conceitual sobre o conceito de vulnerabilidade por parte de Daniel Hogan e Eduardo Marandola. Nessa pesquisa, os autores descreveram e discutiram as diferentes acepções e dimensões do conceito de vulnerabilidade: social, econômica, demográfica, geográfica, ambiental (HOGAN; MARANDOLA JR., 2005; 2006; 2012; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006; 2009).

Em Hogan e Marandola Jr. (2005; 2006), é feita uma ampla discussão a respeito de uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. Neste trabalho, abordam-se principalmente as dimensões social, demográfica e ambiental da vulnerabilidade. Primeiro, discute-se de que maneira as vulnerabilidades social e demográfica podem ser entendidas como novos conceitos para se estudar a pobreza. Posteriormente, é feita uma análise sobre como o conceito de vulnerabilidade pode ser utilizado para apreender a dimensão relacional sociedade-natureza. Assim, o objetivo principal da discussão desenvolvida no artigo de Hogan e Marandola Jr. (2006, p. 25) é angariar elementos das diferentes abordagens do termo “vulnerabilidade” para esboçar uma discussão conceitual a partir de dois grandes temas. O primeiro tema é o da pobreza. O segundo é a problemática ambiental.

Hogan e Marandola Jr. (2006, p. 32 e 40) constataam que pessoas e áreas vulneráveis do ponto de vista social ou sociodemográfico, muitas vezes, também são vulneráveis em sentido ambiental, o que mais uma vez revela a inter-relação entre essas duas dimensões da vulnerabilidade. Além disso, os autores afirmam que pensar a relação sociedade-natureza requer uma postura trans e multiescalar, que permita captar as diferentes vulnerabilidades em diferentes escalas espaciais e temporais. Nesse sentido, a incorporação de diferentes elementos na estrutura de causalidade da vulnerabilidade, desde as diferentes escalas espaciais (local, regional, global) até as diferentes dimensões dos fenômenos (social, política, econômica, ambiental, demográfica, cultural), contribui para uma visão mais complexa e integral da vulnerabilidade.

Buscando uma integração entre as dimensões social e ambiental da vulnerabilidade, os autores apontam a contribuição de Susan Cutter, que faz uma crítica aos estudos dos perigos naturais que não incorporavam a discussão sobre desenvolvimento e pobreza em suas análises, não mencionando as causas e aspectos *sociais* dos desastres naturais. Destacam ainda que Cutter (1996) lista pelo menos 18 definições de vulnerabilidade, revelando a multiplicidade de aplicações e nuances do conceito, que vão desde posições ligadas diretamente a fenômenos naturais, passando por conceitos vinculados estritamente às explicações sociais, até aqueles que procuram equilibrar ambas as dimensões. Essa diversidade reflete a multidimensionalidade da própria vulnerabilidade, que não pode ser restrita a um ou outro campo científico (HOGAN; MARANDOLA, 2006, p. 34).

No que diz respeito aos avanços nas discussões teóricas, os trabalhos realizados por Daniel Hogan e Eduardo Marandola apontam a vulnerabilidade como um conceito neutro, intrínseco dos sistemas, lugares, grupos ou pessoas, que expressa a capacidade de reação aos riscos e perigos. Segundo os autores, para entender a vulnerabilidade, ou seja, a capacidade de resposta e condições de enfrentamento de cada grupo populacional ou lugar aos perigos, é importante o desenvolvimento de metodologias e análises que permitam mensurar a vulnerabilidade em sua multidimensionalidade – social, econômica, demográfica, geográfica, ambiental, dentre outras (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2006).

A vulnerabilidade é, portanto, um qualitativo, ou seja, envolve as qualidades intrínsecas (do lugar, das pessoas, da comunidade, dos grupos demográficos) e os recursos disponíveis (na forma de ativos) que podem ser acionados nas situações de necessidade ou emergência (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009, p. 8).

Neste contexto, é de grande importância conhecer a capacidade (de famílias, grupos sociais, comunidades) em mobilizar ativos para o enfrentamento de determinados riscos e perigos. Dentre esses se destaca a família como suporte, já que os arranjos familiares e a estrutura familiar das populações se configuram como um dos elementos-chaves no estudo da vulnerabilidade.

Outra referência importante para as análises e discussões de Daniel Hogan e Eduardo Marandola Jr. e Kaztman e Filgueira (2006, p. 71), que consideram que, para explicar os diferenciais de vulnerabilidade em domicílios urbanos, há uma perspectiva que usa como fator explicativo o grau de ajuste entre os ativos que os domicílios podem mobilizar e, ainda, os requisitos de acesso às fontes de renovação e acumulação dos ativos necessários.

Marandola Jr. e Hogan (2006, p. 36) destacam ainda que na Sociologia Ambiental e na área de População e Ambiente se dão os esforços mais sistemáticos, no âmbito das ciências sociais, para abordagens da dimensão social em conjunto com a dimensão ambiental da vulnerabilidade. Nesse sentido, a noção de “populações em situação de risco” foi muito utilizada em trabalhos do GT População, Espaço e Ambiente da ABEP, consolidando uma percepção de que perigos e riscos ambientais atingem de forma mais intensa populações socialmente vulneráveis. Portanto, este referido GT da ABEP, composto por diversos pesquisadores do Nepo, tem exercido papel fundamental no avanço conceitual e metodológico, no contexto da demografia, dos estudos sobre risco e vulnerabilidade.

Uma segunda safra de estudos desenvolvidos por pesquisadores atuantes e/ou formados no Nepo ocorreu a partir da segunda metade dos anos 2000. Esses estudos tiveram um caráter mais empírico e privilegiaram a operacionalização do conceito de *vulnerabilidade socioambiental*.

Um desses estudos é o artigo de Alves e Torres (2006), que tinha um duplo objetivo. De um lado, procurava discutir metodologicamente a utilização de pesquisas do tipo *survey* para a análise da vulnerabilidade socioambiental em áreas urbanas. De outro lado, pretendia identificar situações de vulnerabilidade socioambiental no município de São Paulo, por meio da análise das principais características socioeconômicas e demográficas das famílias e domicílios pobres localizados em áreas de risco ambiental, tais como aquelas muito próximas de cursos d'água. Para isso, utilizou-se o "Survey do Acesso da População mais Pobre de São Paulo a Serviços Públicos" realizado pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/Cebrap – com o apoio do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – Ibope, em novembro de 2004. Com uma amostra de 1.500 domicílios, esse *survey* pesquisou as famílias 40% mais pobres do Município de São Paulo.

Assim, o artigo procurou verificar, por meio da utilização dos dados do *survey* produzido pelo CEM-Cebrap, a existência de associação entre vulnerabilidade social e risco ambiental, no âmbito de famílias e domicílios do município de São Paulo. Mais especificamente, foram analisadas as relações entre exposição a risco ambiental *versus* condições de acesso à infraestrutura urbana; exposição a risco ambiental *versus* características socioeconômicas dos domicílios; exposição a risco ambiental *versus* condições de moradia e habitabilidade no ambiente doméstico; e exposição a risco ambiental *versus* características do entorno e vizinhança.

Os resultados do trabalho mostram significativas diferenças entre os domicílios segundo faixa de proximidade de cursos d'água, principalmente para aqueles localizados à beira de córregos (menos de 20 metros de distância). Os moradores próximos de curso d'água são mais pobres, menos escolarizados, com menos acesso a serviços públicos, residem em domicílios mais precários do ponto de vista construtivo e estão mais expostos a vetores de doenças transmissíveis, assim como têm mais frequentemente seus domicílios localizados em favelas (ALVES; TORRES, 2006).

Ao analisarem a vulnerabilidade socioambiental das famílias de baixa renda, utilizando os dados do *survey* produzido pelo CEM/Cebrap, Alves e

Torres (2006) destacam ainda algumas vantagens deste tipo de metodologia e fonte de dados:

- o estudo de dados ao nível domiciliar e familiar, como contraponto à utilização de áreas como unidades de análise, particularmente às que utilizam dados censitários agregados por área;
- a possibilidade de análises em períodos intercensitários podendo assim captar mudanças desde o último censo;
- a inclusão de variáveis socioeconômicas, demográficas e ambientais no *survey* que não estão presentes no censo demográfico, tanto nos dados do universo como da amostra.

Uma sequência de trabalhos posterior a esse foi a efetuada por Alves *et al.* (2010) e D'Antona; Alves e Mello (2010), feitos para todo o litoral de São Paulo, Mello *et al.* (2010), com um foco mais específico no Litoral Norte, e Alves *et al.* (2010), criado para a Baixada Santista. Em todos os trabalhos foi utilizado o mesmo conjunto de variáveis. A exceção é Mello *et al.* (2010), onde também foi calculado o conjunto da população que vive, no Litoral Norte, em uma faixa de até 500 metros da linha da costa. O resultado foi que, dos 219 mil habitantes da região no ano 2000, 62 mil moravam nessa área em cerca de 17,5 mil domicílios.

Nessas publicações, os autores pensam a vulnerabilidade às mudanças climáticas, de modo específico, considerando suas dimensões de suscetibilidade e exposição ao risco ambiental, e organizando os dados em torno de variáveis socioeconômicas, demográficas e ambientais.

O conceito que utilizam é o de *vulnerabilidade socioambiental*, definido a partir das situações onde há coexistência, cumulatividade ou sobreposição espacial de pobreza/privação social e de exposição a risco e/ou degradação ambiental.

Metodologicamente foi usada a escala dos setores censitários, utilizando as variáveis renda, escolaridade, atendimento pela rede de esgotos, rede de água, coleta de resíduos sólidos, combinadas com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), criado pela Fundação SEADE; e utilizadas as variáveis ambientais de altimetria e declividade. As variáveis estão sinteticamente organizadas a seguir:

Variáveis socioeconômicas

- Renda (r) – salários mínimos (SM)
 - Categorias: ≤ 2 SM; $2 \text{ SM} < r \leq 5 \text{ SM}$; $5 \text{ SM} < r \leq 10 \text{ SM}$; $\geq 10 \text{ SM}$
- Escolaridade – anos de estudos
 - Categorias: sem instrução até 3 anos estudos; 4 até 10 anos estudos; maior do que 11 anos estudos
- Rede geral de esgotos
 - Categorias: Atendimento de esgotos
- Rede geral de água
 - Atendimento de água
- Coleta de resíduos sólidos
 - Categorias: Coleta de resíduos sólidos
- IPVS – Criado pela Fundação SEADE
 - Categorias: renda, escolaridade e ciclo de vida familiar

Variáveis ambientais

– Baseado em Modelo Digital de Elevação (MDE), foi feita uma divisão entre as áreas mais susceptíveis a deslizamento (declividade superior a 30°) e as demais.

Com a combinação da informação das duas dimensões (socioeconômica e ambiental), os autores criaram mapas de distribuição do Índice de vulnerabilidade socioambiental (IVSA), seguindo a seguinte classificação:

- IVSA Muito Alto: Declividade $>30^\circ$ e IPVS alto ou muito alto.
- IVSA Alto: Declividade $>30^\circ$ e IPVS baixo, muito baixo ou médio.
- IVSA Moderado: Declividade $<30^\circ$ e IPVS alto ou muito alto.
- IVSA Baixo: Declividade $<30^\circ$ e IPVS baixo, muito baixo ou médio.

Os resultados desse conjunto de trabalhos mostram um panorama das características socioeconômicas e ambientais no litoral paulista em geral (e na Baixada Santista e Litoral Norte em particular), tendo em vista uma caracterização inicial das áreas em situação de vulnerabilidade socioambiental. Esta caracterização permitiu identificar áreas de Muito Alta, Alta, Moderada e Baixa vulnerabilidade socioambiental, obtidas através da sobreposição espacial entre o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e áreas expostas ao risco de deslizamento (declividades superiores a 30 graus), que é

um dos principais riscos ambientais existentes no litoral paulista e que deve aumentar significativamente com o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos associados às mudanças climáticas.

Assim, através da utilização de metodologias de geoprocessamento, foi possível identificar e caracterizar (em termos quantitativos e espaciais) situações de vulnerabilidade socioambiental nos municípios do litoral paulista. Com isso, esse conjunto de trabalhos trouxe uma importante contribuição metodológica para os estudos de população, ao realizar a integração de fontes censitárias de dados sociodemográficos com cartografias ambientais (áreas de risco), para análise da vulnerabilidade socioambiental (ALVES *et al.*, 2010; 2011; MELLO *et al.*, 2010).

Em outra linha, Santos (2011) defendeu dissertação de mestrado sobre risco e vulnerabilidade na cidade de São Sebastião a partir de três metodologias: levantamento e sistematização de dados primários, a partir de trabalhos de campo, entrevistas semiestruturadas com moradores das áreas de estudo e levantamento e sistematização dos dados secundários do Censo Demográfico 2000, que forneceram o primeiro cenário demográfico para análise dos lugares no contexto local e regional. Assim, a partir da observação de algumas estratégias escolhidas pelas famílias que vivem em situação de risco ambiental, verificaram-se aspectos importantes da vulnerabilidade: os ativos econômicos e sociais que podem ser mobilizados pelas famílias para o enfrentamento de situações de perigo.

Os dados demonstraram que não apenas a heterogeneidade das áreas de estudo, mas também o perfil socioeconômico e demográfico de seus habitantes são aspectos que acarretam diferentes percepções do risco e condições de vulnerabilidade. A capacidade de resposta aos perigos está muito relacionada às estruturas de oportunidades existentes, como a composição familiar e os bens próprios acumulados durante a vida. Embora a dimensão da renda possa ser um aspecto importante, a ajuda de familiares é a garantia de que é possível mobilizar este ativo social não vinculado diretamente à situação socioeconômica em momentos de adversidades.

Sinteticamente, as variáveis consideradas na análise qualitativa da vulnerabilidade desenvolvida por Santos (2011) foram:

1 – Composição/arranjo familiar:

- a. número de pessoas vivendo no domicílio;
- b. parentesco;
- c. parentes que vivem próximos.

2 – Características sociodemográficas:

- d. estrutura etária;
- e. renda familiar;
- f. tempo de residência.

3 – Percepção do risco/ experiência do risco/perigo.

4 – Estratégias de enfrentamento dos perigos.

O trabalho chega à conclusão de que as estratégias de enfrentamento ao perigo, apesar de diversificadas e operadas de formas distintas, possuem em comum a mobilização não apenas de ativos econômicos como também de redes familiares e de relacionamento. Outro elemento que pode interferir na capacidade de resposta aos perigos é o tempo de residência no município. O tempo de moradia é importante, pois, além do morador ter mais tempo de experiência do risco do lugar, favorece o estabelecimento de relações de vizinhança que podem ser importantes ativos a serem mobilizados. Isso fica evidente nas estratégias diferenciadas entre os mais antigos e os migrantes mais recentes, acionando redes de parentes ou recorrendo a sistemas estatais e privados de proteção. Assim, as estruturas das famílias, a condição migrante e o capital social foram vistos como centrais para entender as dimensões da vulnerabilidade e também a forma como as pessoas constroem a noção de risco e a sua própria aceitabilidade (SANTOS, 2011).

Outra abordagem, com foco na mobilidade e no risco, são os trabalhos de Marandola Jr. *et al.* (2012a; 2012b).

Em Marandola Jr. *et al.* (2012a), analisa-se a relação entre mobilidade e vulnerabilidade do lugar a partir de dados secundários e de visitas qualitativas a campo. O trabalho busca discutir a questão das mudanças ambientais e climáticas globais a partir da escala regional, fazendo frente à ênfase no binômio local-global. Com um foco no município de Caraguatatuba, no Litoral Norte, o trabalho faz uma caracterização da mobilidade populacional, seja por migração intrarregional, pendularidade ou deslocamentos cotidianos. A partir desse elemento foram feitos trabalhos de campo com o intuito de analisar a vulnerabilidade do lugar, tomado como centro de significados e sociabilidade.

Os bairros escolhidos representam diferentes contextos socioeconômicos e posições distintas no tecido e na cidade. São eles: Rio D'Ouro e Perequê-Mirim, em Caraguatatuba, e as divisas do município de Caraguatatuba com São Sebastião (Porto Novo) e com Ubatuba (Tabatinga). No trabalho, a

vulnerabilidade é analisada no seu qualitativo, captada através das experiências de campo, que buscaram descrever a dinâmica do lugar e suas implicações em relação aos aspectos da mobilidade, que compõem a região, e as mudanças climáticas. Em Marandola Jr. *et al.* (2012b) se faz uma análise sobre a evolução da população, dos domicílios e das formas de habitar nas principais áreas de risco em Caraguatatuba. Partindo das implicações do processo de urbanização na região, os autores tomam as áreas de risco mapeadas por UNESP (LOPES, 2006) e identificam as populações mais diretamente afetadas por tais riscos, utilizando os censos de 2000 e 2010. Frisamos que não há tentativa de medir a vulnerabilidade nesse trabalho, mas simplesmente estimar a evolução das populações e dos domicílios em áreas de risco.

A dissertação de mestrado defendida por Anazawa (2012) mostra alguns dos avanços teóricos e metodológicos no campo de estudos sobre vulnerabilidade. Teoricamente, debate-se a vulnerabilidade como um processo dinâmico associado a um sistema socioecológico, onde os grupos populacionais e os territórios a eles correlatos apresentam *acessos diferenciados aos recursos disponíveis* por diferenças nas estruturas de oportunidades.

O trabalho de Anazawa (2012) explora e amplia os conceitos de ativos e estrutura de oportunidades (KAZTMAN *et al.*, 1999), tipicamente adotados em um contexto sociodemográfico, através da inclusão de uma dimensão ecológica, que incorpora elementos do ambiente físico e natural, cujo acesso (ou a impossibilidade dele) passa a compor a condição de vulnerabilidade de indivíduos, famílias ou grupos. O lugar das pessoas passa a ter uma expressão na composição dos ativos. Incorporar a perspectiva territorial na formulação conceitual, na definição das medidas, na operacionalização dos conceitos, no monitoramento, na avaliação e na revisão de políticas públicas implica necessariamente manejar as potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder. Reconsiderar o território, suas dinâmicas e as relações sociais que nele se desenrolam, permite uma releitura do conceito de vulnerabilidade e de sua inserção em uma agenda que postula a observação das cidades em um contexto de Sistemas Socioecológicos (ANAZAWA, 2012).

Para operacionalizar o conceito, a pesquisadora propõe um conjunto de representações gráficas, no que seriam novas cartografias da vulnerabilidade. O estudo de caso é feito para as cidades de Caraguatatuba e São Sebastião, para os anos de 1991 e 2000, e são criados Índices de Vulnerabilidade Socioecológica (IVSE).

Para operacionalizar uma cartografia da vulnerabilidade socioecológica são pensados os seguintes elementos. Foram utilizados dados topográficos, hidrográficos e socioeconômicos, divididos em quatro divisões de capital:

- **Capital financeiro**
 - Rendimento do chefe da família
 - Domicílios próprios
- **Capital humano**
 - Escolaridade do chefe da família
 - Alfabetização dos filhos
 - Razão de dependência
- **Capital Social**
 - Chefe da família mulher sem instrução
 - Índice de isolamento à pobreza (IBGE)
- **Capital físico-natural**
 - Cobertura de esgotamento sanitário
 - Cobertura de coleta de lixo
 - Declividade
 - Forma do terreno
 - Proximidade à rede de drenagem
 - Proximidade ao mar
 - Risco tecnológico

Com tais indicadores, foram construídas cinco representações:

1. Espacialização do IVSE;
2. Apresentação dos perfis de ativos sob a forma de losangos, onde os eixos, que possuem sua origem no centro e terminam nos vértices do losango, são utilizados como barras de escala que medem o grau de acesso a cada categoria de capital (ou seja, em uma fórmula com o mesmo valor de índice, o perfil de ativo pode ser bastante diferenciado);
3. Valores dos diferentes índices de capitais e vulnerabilidade para 2000 e 2010
4. Imagens de sensoriamento remoto
5. Registro fotográfico de campo.

A partir de tais elementos foram definidas tipologias das trajetórias da vulnerabilidade socioecológica entre 1991-2000 (ou seja, compreendendo as mudanças em termos da vulnerabilidade em pontos distintos do tempo para o mesmo espaço).

Assim, o índice IVSE proposto por Anazawa (2012), bem como os objetos para sua representação, que incluem um conjunto de representações, tais como mapas de superfície de vulnerabilidade, histogramas e gráficos de perfis de ativos, permitiram observar e medir diferenciais intraurbanos de vulnerabilidade, introduzindo um olhar sistêmico, integrador e mediador, onde a cidade é vista como inserida em um sistema urbano que pode ser modelado como um sistema socioecológico. Por envolver o tratamento de dados da paisagem físico-natural e de dados socioeconômicos desagregados territorialmente, a construção destas representações demandou a utilização de geotecnologias diversas.

Alves (2013) fez uma homenagem ao artigo “População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo”, de autoria do Prof. Dr. Daniel Hogan, de 1993, que foi um dos artigos do primeiro livro do GT População e Meio Ambiente da ABEP.

Depois de 20 anos da publicação do livro e do artigo de Hogan (1993), o trabalho de Alves (2013) teve como objetivo fazer uma análise atualizada do município de Cubatão-SP, a partir dos resultados do Censo 2010, utilizando alguns conceitos e metodologias presentes no debate mais recente sobre população, espaço e meio ambiente, que são tributários das valiosas contribuições do saudoso Daniel Hogan.

Assim, o objetivo do artigo foi operacionalizar empiricamente o conceito de vulnerabilidade socioambiental, por meio da construção de indicadores socioambientais, com integração de dados socioeconômicos e demográficos do Censo 2010 do IBGE e de dados que representem áreas de risco ambiental, para análise de situações de vulnerabilidade socioambiental em escala intraurbana no município de Cubatão-SP. Deste modo, o conceito de vulnerabilidade socioambiental foi operacionalizado a partir de um índice de vulnerabilidade socioambiental, construído por meio da combinação entre um indicador de renda domiciliar *per capita* e de um indicador de exposição ao risco ambiental, tendo o setor censitário como unidade de análise. Foram considerados três tipos de áreas de risco ambiental: as que possuem declividade superior a 30 graus, consideradas bastante suscetíveis a processos de instabilização e a deslizamentos; aquelas às margens de até 50 metros de

curtos d'água, sujeitas a enchentes e/ou doenças de veiculação hídrica; e as áreas de manguezais.

Os resultados de Alves (2013) revelam que a associação entre pobreza e exposição ao risco ambiental gera situações de alta vulnerabilidade socioambiental, com forte concentração e sobreposição espacial de situações de suscetibilidade/pobreza e de exposição a risco ambiental em determinadas áreas do município. Assim, a classificação dos setores censitários de Cubatão, com base no índice de vulnerabilidade socioambiental, mostrou que as áreas de alta vulnerabilidade socioambiental possuem condições socioeconômicas significativamente piores, além de maior concentração de crianças e jovens, do que aquelas com baixa vulnerabilidade socioambiental, e mesmo em relação às situações intermediárias de moderada vulnerabilidade socioambiental, com destaque para as diferenças em relação à cobertura de esgoto e à população residente em aglomerados subnormais (favelas). Além disso, os resultados mostraram que quase um terço da população do município de Cubatão reside nessas áreas de alta vulnerabilidade socioambiental (com alta pobreza e alta exposição ao risco ambiental), o que é bastante expressivo e preocupante, tendo em vista os cenários de aumento da intensidade e frequência de eventos extremos nos próximos anos e décadas, no contexto das mudanças climáticas.

Marandola Jr. e D'Antona (2014) fazem uma discussão a respeito justamente do objeto do presente capítulo – a conceitualização e operacionalização da vulnerabilidade –, argumentando que a vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multidimensional, o que traz grandes desafios para sua compreensão e operacionalização. Nesse sentido, eles propõem que se faça uma *conceitualização operacional* ou uma *operacionalização conceitual* da vulnerabilidade, no sentido de não se limitar aos dados disponíveis e não se paralisar diante das dificuldades de mensuração.

Os autores destacam a importância dos dados censitários, uma vez que eles são fundamentais por fornecerem uma base comparável, tanto espacial como populacional, que pode ser agregada e desagregada. Porém, eles ressaltam que não se pode esperar que os dados censitários mensurem a vulnerabilidade em si. Eles contribuem na caracterização da população e dos municípios, tangenciando a vulnerabilidade. Uma estratégia para enfrentar os limites dos dados censitários seria a utilização de métodos mistos (quantitativos e qualitativos) e análises multiníveis, articulando as diferentes escalas de análise (MARANDOLA JR.; D'ANTONA, 2014).

E destacam ainda que

[...] o trabalho de operacionalizar a vulnerabilidade nos leva a repensar constantemente sua compreensão conceitual, indicando que as duas coisas devem andar juntas: a reflexão acadêmica e o enfrentamento na gestão pública. Em vez de contraposição, portanto, temos sinergias nesse duplo trabalho de problematização e operacionalização do conceito de vulnerabilidade, essencial para a compreensão e promoção de segurança na sociedade contemporânea (MARANDOLA; D'ANTONA, 2014, p. 58).

Um desdobramento mais recente dos trabalhos descritos acima de Alves *et al.* (2010) e Alves (2013) é o artigo de Alves (2021), que operacionalizou a vulnerabilidade socioambiental, utilizando as cartas geotécnicas de suscetibilidade a deslizamentos e inundações do Serviço Geológico do Brasil. Ao utilizar tais cartografias, Alves (2021) traz um avanço metodológico e empírico aos estudos de vulnerabilidade do Nepo.

Na metodologia do trabalho, Alves (2021) operacionalizou duas dimensões do conceito de vulnerabilidade. Assim, de um lado, operacionalizou-se a *vulnerabilidade social da população*, ainda que esta tenha sido mensurada por meio da agregação por áreas (setores censitários) do Censo Demográfico 2010. Para operacionalizar a dimensão vulnerabilidade social, foi utilizado o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), produzido pela Fundação SEADE a partir dos resultados do Universo do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. De outro lado, foi operacionalizada a *vulnerabilidade físico-ambiental*, que se refere à fragilidade ou suscetibilidade *do território* a processos do meio físico que podem gerar desastres naturais, tais como deslizamentos e inundações. Para isso, foram baixadas as Cartas Geotécnicas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações, a partir do site do Serviço Geológico do Brasil².

Alves (2021) considera que nos locais onde ocorre a sobreposição espacial de situações (áreas, setores) de vulnerabilidade social e de situações/áreas de vulnerabilidade físico-ambiental (suscetibilidade a deslizamentos e inundações), configura-se uma *situação de vulnerabilidade socioambiental*. Esta sobreposição é identificada e mensurada por meio da superposição espacial

² Em Alves (2021), a vulnerabilidade físico-ambiental refere-se à fragilidade ou suscetibilidade *do território* a deslizamentos e inundações. Tomando como referência a população residente naquele território, a vulnerabilidade físico-ambiental pode ser considerada como sendo uma situação de *exposição da população* a processos do meio físico que podem gerar desastres naturais, tais como deslizamentos e inundações. Assim, populações socialmente vulneráveis estão em princípio *mais expostas* a desastres ambientais, ao residirem em territórios mais suscetíveis a inundações e deslizamentos.

de dois tipos de cartografia digital: 1) cartas geotécnicas de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações do Serviço Geológico do Brasil, e 2) malhas digitais dos setores censitários do Censo 2010 do IBGE; sendo que ambas as cartografias abrangem os 62 municípios das três principais regiões metropolitanas da Macrometrópole Paulista³.

Assim, fazendo uma combinação entre as duas dimensões da vulnerabilidade socioambiental – vulnerabilidade social e vulnerabilidade físico-ambiental –, foi gerado um ‘índice de vulnerabilidade socioambiental’ (IVSA). Este índice possibilitou o desenvolvimento de uma análise em escala espacial intraurbana (setores censitários) e ao mesmo tempo com um recorte espacial macrometropolitano, abrangendo 62 municípios de três regiões metropolitanas, a partir de uma base de dados composta de um conjunto de indicadores sociais e ambientais de diferentes fontes (Censo 2010, IPVS, Serviço Geológico). Também cabe destacar o esforço analítico e metodológico para integrar dois conceitos (ou definições) de vulnerabilidade – um social e outro físico-ambiental – com tradições teóricas e epistemológicas distintas, por meio da integração de indicadores sociais e ambientais (ALVES, 2021).

Os resultados de Alves (2021) mostram que, além de apresentarem maiores concentrações de crianças e jovens, as áreas (setores censitários) com alta vulnerabilidade socioambiental possuem características socioeconômicas muito piores do que aquelas com baixa vulnerabilidade socioambiental, e mesmo em relação às situações intermediárias de moderada vulnerabilidade socioambiental. Entre as variáveis que mais diferenciam as áreas de alta vulnerabilidade socioambiental, destacam-se a cobertura de esgoto, as características de entorno dos domicílios (ausência de identificação do logradouro, esgoto a céu aberto, ruas sem arborização, sem pavimentação e sem calçamento), e principalmente a população residente em aglomerados subnormais. Os resultados mostraram ainda que 1,8 milhões de pessoas vivem nessas áreas classificadas como de alta vulnerabilidade socioambiental.

³ A chamada Macrometrópole Paulista abrange as regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Sorocaba e Vale do Paraíba/Litoral Norte, e as aglomerações urbanas de Jundiaí e Piracicaba, agregando 173 municípios situados em um raio de 200 quilômetros da capital paulista. Esta região se configura como o maior e mais complexo sistema urbano brasileiro, concentrando 30,5 milhões de habitantes no ano de 2010, e correspondendo a 74% da população e 83% do PIB do Estado de São Paulo e 27% do PIB brasileiro. A Macrometrópole Paulista abrange cerca de 50 mil km² de área, que correspondem a 20% do território paulista, além de abrigar metade da mancha urbanizada do Estado de São Paulo (EMPLASA, 2015).

Por fim, cabe fazer uma breve discussão metodológica, destacando a questão da operacionalização do conceito de vulnerabilidade, por meio de dados e indicadores, utilizados nos estudos desenvolvidos no Nepo. Operacionalizar o conceito de vulnerabilidade não é uma tarefa simples. Em termos da definição dos potenciais “ativos”, existem limitações importantes em termos da disponibilidade de fontes de dados que possam ser utilizados para a construção das categorias analíticas. Grande parte dos trabalhos se utiliza das informações obtidas nos Censos Demográficos, realizados pelo IBGE. Os censos possuem uma riqueza muito grande de informações, com cobertura em níveis espaciais que vão desde o setor censitário⁴ até municípios que, com a agregação das informações, podem compor regiões, unidades da federação e o total do país. Entretanto, por essa característica de definição operacional do setor censitário, a base espacial da informação pode variar muito ao longo do tempo, refletindo principalmente o adensamento demográfico de alguns espaços específicos, o que exige o desmembramento e reconfiguração dos setores de acordo com o número de domicílios.

Assim, as informações censitárias permitem a caracterização de indivíduos e de domicílios, o que viabiliza a configuração dos indicadores de vulnerabilidade. Entretanto, faltam elementos empíricos para avançar na configuração de indicadores mais refinados, que incorporem, por exemplo, as dimensões relacionais que configuram conceitos como “capital social”. Mesmo em pesquisas realizadas especificamente com esse objetivo, a complexidade dos procedimentos metodológicos dificultou um avanço efetivo.

Nesse sentido, os trabalhos que operacionalizam o conceito de vulnerabilidade são marcados por limites em relação à disponibilidade dos dados, o que de certa forma acabou dificultando o aprofundamento das discussões teóricas e das análises empíricas desenvolvidas pelos pesquisadores do Nepo.

De qualquer maneira, cabe ressaltar que houve uma sofisticação e refinamento empíricos e metodológicos dos indicadores de vulnerabilidade desenvolvidos nos trabalhos do Nepo, descritos no presente capítulo. Assim, o Índice de Vulnerabilidade Socioambiental (IVSA), por exemplo, passou por modificações e melhoramentos desde sua primeira versão de Alves *et al.* (2010) até sua versão mais recente de Alves (2021). Já o Índice de Vulnerabilidade

⁴ Definição operacional de realização do censo que se refere ao espaço a ser percorrido por um recenseador durante o período do censo, geralmente com cerca de 300 domicílios em áreas urbanas, e menos domicílios em áreas rurais.

Socioecológica (IVSE), proposto por Anazawa (2012), traz relevantes avanços empíricos e metodológicos na representação do conceito de vulnerabilidade, com tratamento e integração de dados da paisagem físico-natural e de dados socioeconômicos desagregados territorialmente.

Por último, é importante destacar que, apesar das referidas limitações metodológicas, os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do Nepo proporcionaram contribuições e avanços empíricos e conceituais muito relevantes para a operacionalização do conceito de vulnerabilidade. Entre as principais contribuições, destacam-se os diversos trabalhos do Nepo que incorporaram e operacionalizaram os conceitos de vulnerabilidade socioambiental e de vulnerabilidade sociodemográfica.

As operacionalizações da vulnerabilidade socioambiental explicitaram a constatação de que há uma tendência de os grupos populacionais de baixa renda residirem em áreas de risco e degradação ambiental, com cumulatividade e sobreposição espacial de situações de pobreza e de exposição a risco ambiental. Já as operacionalizações da vulnerabilidade sociodemográfica mostraram a importância das variáveis demográficas (como estrutura etária, composição familiar, etc.) na determinação das situações de vulnerabilidade, para além do foco das perspectivas economicistas que dão primazia à renda e à pobreza como principais determinantes da vulnerabilidade.

Considerações finais

A discussão sobre pobreza e suas implicações sociais, assim como os estudos no sentido de enfrentar as suas decorrências, motivou a realização de pesquisas no âmbito do Nepo/Unicamp. A partir da década de 1990, ganhou destaque a utilização de conceitos capazes de identificar e compreender as múltiplas dimensões envolvidas nos processos de diferenciação socioambiental entre grupos populacionais, sendo que no Nepo o conceito mais amplamente empregado foi o de vulnerabilidade.

Ao longo do presente capítulo, procurou-se descrever e discutir como, ao longo desse período, os pesquisadores do Nepo definiram, redefiniram e operacionalizaram o conceito de vulnerabilidade. Nesse processo, evidenciase uma crescente complexificação na definição conceitual, acompanhada de diversas tentativas de operacionalização empírica do conceito e da utilização de metodologias que se tornaram cada vez mais sofisticadas.

No período mais recente, com a eclosão da pandemia de Covid-19, novamente foi necessário revisitar o conceito de vulnerabilidade. No momento inicial da pandemia, com a incidência maior de casos e de mortalidade principalmente entre os grupos populacionais mais idosos, no âmbito dos estudos e da divulgação das informações epidemiológicas, ganhou repercussão a nomenclatura “grupo de risco”, que passou a ser utilizada para referir alguns grupos sociais, que seriam potencialmente mais afetados pelo coronavírus. Entretanto, conforme destaca Grimberg (1998), essa nomenclatura remete a uma estigmatização social, à semelhança do que ocorreu com a denominação de “grupos de risco” para contrair AIDS, que foi comum nos anos iniciais daquela pandemia. Dourado (2020) retoma essa perspectiva ao criticar o uso da terminologia no caso da Covid-19 e destaca que os diferentes pertencimentos do indivíduo devem ser considerados para avaliar o seu grau de vulnerabilidade em situações de avanço de epidemias ou pandemias, rejeitando a noção de um “risco” específico para determinados grupos sociais, que cria uma falsa sensação de segurança para os grupos que não são classificados dessa forma.

Ao considerar a possibilidade de contrair Covid-19 como a exposição a um risco de adoecimento, que vai impactar determinados grupos sociais e determinados indivíduos de acordo com a sua capacidade de resposta, manifesta nos diversos níveis e dimensões da vida, abre-se a possibilidade para pensar a pandemia considerando, por exemplo, contextos em que existe vulnerabilidade a outros riscos sociais e ambientais. Nessa linha, Carmo e Teixeira (2020) retomam uma das formulações sobre o conceito de vulnerabilidade ao afirmar que, no contexto da pandemia, a maior ou menor vulnerabilidade pode representar a diferença entre sobreviver ou morrer. Essa vulnerabilidade é definida a partir de “ativos”, que podem ser mobilizados pelos diversos grupos sociais no enfrentamento da pandemia, dentre os quais o mais óbvio é o acesso ao sistema saúde, seja público ou privado. Entretanto, os autores destacam que esse não é o único ativo importante. Para esta pandemia, o acesso à infraestrutura urbana básica, que viabiliza, por exemplo, o ato de lavar as mãos, é fundamental.

Com essa afirmação, Carmo e Teixeira (2020) resgatam as definições de vulnerabilidade em sua vertente descrita por autores como Busso (2001; 2002) e Kaztman e Filgueira (2006), que destacam os aspectos sociodemográficos associados às características de infraestrutura urbana que caracterizam as cidades latinoamericanas, as quais em grande parte são deficitárias

dos serviços de infraestrutura básica necessária para a sobrevivência digna de seus residentes, o que, no contexto da pandemia, se revela como um indicador estreitamente relacionado com a mortalidade.

Portanto, pode-se constatar que a potencialidade do conceito de vulnerabilidade continua elevada para possibilitar a compreensão da realidade social brasileira. Principalmente por conta da grande quantidade de riscos sociais, econômicos e ambientais que rondam a população brasileira na atualidade.

Referências

- ADGER, W. N. Vulnerability. **Global Environmental Change**, Amsterdam, v. 16, n. 3, p. 268-281, 2006.
- ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental nas três principais regiões metropolitanas da Macrometrópole Paulista: uma análise de indicadores socioambientais. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. 24, p. 1-20, 2021.
- ALVES, H. P. F. Análise da vulnerabilidade socioambiental em Cubatão – SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 2, p. 349-366, 2013.
- ALVES, H. P. F. *et al.* Vulnerabilidade socioambiental na Baixada Santista no contexto das mudanças climáticas. In: VAZQUEZ, D. A. (org.). **A questão urbana na Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento**. São Paulo, SP: Editora Universitária Leopoldianum, 2011. p. 207-222.
- ALVES, H. P. F. *et al.* Vulnerabilidade socioambiental nos municípios do litoral paulista no contexto das mudanças climáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17, 2010, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2010.
- ALVES, H. P. F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 23, n. 1, p. 43-59, 2006.
- ALVES, H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 20, n. 1, p. 44-60, 2006.
- ANAZAWA, T. M. **Vulnerabilidade e território no litoral norte de São Paulo: indicadores, perfis de ativos e trajetórias**. 2012. 218 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, São José dos Campos, SP, 2012.

BRUNDTLAND, G. H. **Relatório Brundtland**: nosso futuro comum. New York, NY: United Nations, 1987.

BUSSO, G. **Vulnerabilidad sociodemográfica en Nicaragua**: un desafío para el crecimiento económico y la reducción de la pobreza. Santiago, Chile: CELADE, 2002.

BUSSO, G. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios del siglo XXI**: una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos. Santiago, Chile: CEPAL/CELADE, 2001.

CARMO, R. L.; TEIXEIRA, A. C. C. Covid-19 e precariedade urbana. In: VALENCIO, N.; OLIVEIRA, C. M. (org.). **COVID-19**: crises entremeadas no contexto de pandemia (antecedentes, cenários e recomendações). São Carlos, SP: UFSCar, 2020. p. 151-163.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Vulnerabilidad sociodemográfica**: viejos e nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas. Santiago, Chile, 2002.

CIDADE, L. C. F. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, SP, v. 15, n. 29, p. 171-191, 2013.

CUNHA, J. M. P. *et al.* A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 143-168.

CUNHA, J. M. P. *et al.* Vulnerabilidade social no contexto metropolitano. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA – ALAS, 25., Porto Alegre, RS. **Anais...** Montevideo: ALAS, 2005a.

CUNHA, J. M. P. *et al.* Social vulnerability in the metropolitan context: the case of Campinas. In: POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA 2005 ANNUAL MEETING, 2005, Philadelphia. **Anais...** Alexandria: PAA, 2005b.

CUNHA, J. M. P. Um sentido para a vulnerabilidade sociodemográfica nas metrópoles paulistas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 21, n. 2, p. 343-347, 2004.

CUNHA, J. M. P. *et al.* A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

CUTTER, S. L.; FINCH, C. Temporal and spatial changes in social vulnerability to natural hazards. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington, DC, v. 7, n. 105, p. 2301-2306, 2008.

CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, London, v. 20, n. 4, p. 529-539, 1996.

D'ANTONA, A. O.; ALVES, H. P. F.; MELLO, A. Y. I. Risco e vulnerabilidade socioambiental nas cidades do litoral do estado de São Paulo, Brasil, no contexto das mudanças climáticas. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, 2010, La Habana, Cuba. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2010.

DFID – DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. **Sustainable livelihoods guidance sheets**. London, 1999. Disponível em: <<http://www.dfid.gov.uk>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

DOURADO, S. P. C. A pandemia de COVID-19 e a conversão de idosos em “grupo de risco”. **Cadernos de Campo (São Paulo, 1991)**, São Paulo, SP, v. 29, supl., p. 153-162, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29isupl153-162>.

FURLAN, A.; BONOTTO, D. M.; GUMIERE, S. J. Development of environmental and natural vulnerability maps for Brazilian coastal at São Sebastião in São Paulo State. **Environmental Earth Science**, New York, NY, v. 69, n. 3, p. 659-669, 2011.

GALLOPÍN, G. C. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. **Global Environmental Change**, Amsterdam, v. 16, n. 3, p. 293-303, 2006.

GRIMBERG, M. Relações entre epidemiologia e antropologia. In: ALVES, P. C.; RABELO, M. C. (org.). **Antropologia da saúde: traçando identidade e explorando fronteiras**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 1998. p. 98-106.

HAHN, M. B.; RIEDERER, A. M.; FOSTER, S. O. The livelihood vulnerability index: a pragmatic approach to assessing risks from climate variability and change: a case study in Mozambique. **Global Environmental Change**, Amsterdam, v. 19, n. 1, p. 74-88, 2009.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. Bringing a population-environment perspective to hazards research. **Population and Environment**, New York, NY, v. 34, n. 1, p. 3-21, 2012.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR, E. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 23-50.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR, E. Towards an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. **Population, Space and Place**, Inglaterra, v. 11, n. 6, p. 455-471, 2005.

HOGAN, D. J. A Qualidade ambiental urbana: oportunidades para um novo salto. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 9, n. 3, p. 17-23, 1995.

HOGAN, D. J. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 101-131.

HOGAN, D. J. Dinâmica demográfica e poluição ambiental. **Textos Nepo 12**, Campinas, SP, 1987.

HOGAN, D. J.; BERLINCK, M. T. Conditions of migration. access to information and first jobs: a study of migrant adaptation in São Paulo, Brazil. In: RICHMOND, A. H.; KUBAT, D. (org.). **Internal migration: the new world and the third world**. Berkeley: Sage Publications, 1978a.

HOGAN, D. J.; BERLINCK, M. T. Adaptação da população e cultura da pobreza na cidade de São Paulo: marginalidade social ou relações e classes? In: HOGAN, D. J. (org.). **Cidades: usos e abusos**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1978b.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **IPCC fourth assessment report (Working Group II)**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.

KASPERSON, R. E. *et al.* Vulnerable people and places. In: HASSAN, R.; SCHOLLES, R.; ASH, N. (ed.). **Ecosystems and human wellbeing: current state and trends**. Washington, DC: Island Press, 2005. p. 143-164.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. (org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006. p. 67-94.

KAZTMAN, R. *et al.* **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago, Chile: OIT, 1999.

LAMPIS, A. ¿Qué ha pasado con la Vulnerabilidad Social en Colombia? Conectar libertades instrumentales y fundamentales. **Colombia Sociedad y Economía**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 229-261, 2010.

LINDOSO, D. P. Vulnerabilidade e resiliência: potenciais, convergências e limitações na pesquisa interdisciplinar. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, SP, v. 20, n. 4, p. 131-148, 2017.

LOPES, E. S. S. **Modelagem espacial dinâmica aplicada ao estudo de movimentos de massa em uma região da Serra do Mar paulista, na escala de 1:10.000**. 2006. 276 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2006.

MARANDOLA JR, E.; D'ANTONA, A. O. Vulnerabilidade: problematizando e operacionalizando o conceito. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (org.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos, RiMa, 2014. p. 45-61.

MARANDOLA JR., E. *et al.* Mobilidade e vulnerabilidade do lugar no litoral norte de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém, PA. **Anais...** São Paulo, SP: ANPPAS, 2012a.

MARANDOLA JR., E. *et al.* Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo, Brasil. In: CONGRESO DE ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 5, 2012, Montevideo. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2012b.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar *vs.* vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, p. 161-181, 2009.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006.

MELLO, A. Y. I. *et al.* Análise da vulnerabilidade socioambiental nas áreas urbanas do Litoral Norte de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis, SC. **Anais...** São Paulo, SP: ANPPAS, 2010.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, Amsterdam, v. 26, n. 1, p. 1-19, 1998.

NASCIMENTO, M. C. *et al.* Análise da vulnerabilidade físico-ambiental causada pelas chuvas intensas na Região Metropolitana de Maceió. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 19, n. 67, p. 268-288, 2018.

SANTOS, F. M. **Populações em situação de risco ambiental em São Sebastião, litoral norte de São Paulo**. 151f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

SEN, A. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford: Clarendon Press. 1981.

SMIT, B.; WENDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. **Global Environmental Change**, Amsterdam, v. 16, n. 3, p. 282-292, 2006.

SULLIVAN, C.; MEIGH, J. R. Targeting attention on local vulnerability using an integrated index approach: the example of the climate vulnerability index. **Water Science and Technology**, London, v. 51, n. 5, p. 69-78, 2005.

Uma proposta de tipologia para o uso e cobertura da terra no bioma amazônico: o papel da população – CNPq-PQ¹

*Álvaro de O. D'Antona
Everton E. C. Lima*

Introdução

Estabelecer relações espaciais entre variáveis de distintos tipos tem sido um dos desafios do campo de População e Ambiente. As dificuldades se dão por conta das naturezas dos fenômenos abordados e, consequentemente, em decorrência da sobreposição de unidades territoriais de análise particulares a cada processo considerado. Assim, por exemplo, enquanto variáveis sociodemográficas se apresentam no recorte dos municípios ou de unidades territoriais de coleta – como os setores censitários –, a cobertura da terra se apresenta em pixels, e determinados riscos podem ser agregados por bacias hidrográficas.

A não aderência, ou a não correspondência, dos limites das unidades territoriais em que se apresentam os vários conjuntos de variáveis não é apenas uma questão técnica decorrente das formas como os dados são coletados. A não correspondência é geralmente um sinal de que os processos considerados se dão espacialmente de forma distinta, o que implica reconhecer que existem dificuldades conceituais inerentes a cada tipo de objeto que se coloca em relação nos estudos populacionais voltados às temáticas ambientais.

Partindo da padronização da unidade territorial de análise para a distribuição espacial da população e da cobertura da terra, este trabalho tem como objetivo criar uma tipologia espacial de usos e cobertura da terra no

¹ Agradecimentos a José Diego Gobbo Alves, mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, doutorando em Ambiente e Sociedade, pela participação na construção da base de dados geocodificadas. Ao CNPq, pelas bolsas dos autores: CNPq-PQ 308219/2019-8; CNPq-PQ 306800/2019-5.

Bioma Amazônia (IBGE, 2019), tomando como base áreas ocupadas por população. O uso da grade estatística com células com aproximadamente 1km² é a estratégia utilizada para a espacialização das classes de cobertura da terra e da variável população residente em uma mesma base. Pela relativamente diminuta dimensão das células, a grade estatística oferece a possibilidade de análises multiescalares desde a micro (a célula) até a macrorregião. Além disso, a resolução espacial superior àquela que se pode obter com unidades territoriais como os setores censitários propicia uma maior aderência a outras delimitações que possam se sobrepor à área de interesse, tais como: limites de unidades de conservação e de terras indígenas, bacias hidrográficas; assentamentos agrícolas; e o próprio bioma, conforme empregado em nosso trabalho.

O uso da grade é apropriado para estudos de População e Ambiente, pois os seus atributos a torna compatível/comparável com instrumentos utilizados em análises ambientais espaciais, como as imagens de sensoriamento remoto. O tamanho e a padronização das células se destacam também por oferecerem melhor percepção da distribuição espacial da população, sobretudo em relação às áreas não ocupadas, e por sua adequação para a aplicação de medidas estatísticas espaciais (BUENO; D'ANTONA, 2016). Apesar de ser uma forma comum de disseminação de dados oficiais em muitos países, a disponibilização de grade estatística pelo IBGE se deu somente em 2016, exclusivamente para algumas variáveis do censo demográfico brasileiro de 2010 (IBGE, 2016). A concepção da grade e da abordagem para a sua produção por método híbrido (agregação e desagregação espacial de dados), tendo por base a localização de domicílios recenseados em 2010 e fazendo uso de algoritmos nos casos de insuficiência da localização, foi desenvolvida na tese de doutorado em Demografia do IFCH-Unicamp, defendida em 2014 por Maria do Carmo Dias Bueno (BUENO, 2014).

No contexto amazônico aqui analisado, o emprego dos dados censitários nesse formato permite melhor representar a distribuição espacial da população, tornando possível visualizar padrões de ocupação característicos de processos bem documentados pela bibliografia, sem a necessidade do suporte de imagens geradas por sensoriamento remoto. Nas células da grade, evidenciam-se, por exemplo, os pequenos assentamentos ao longo dos rios (geralmente, ocupações mais antigas); os projetos de colonização ao longo de rodovias (o equivalente demográfico do padrão de desmatamento identificado como 'espinha de peixe'); e a concentração urbana, incluindo seus efeitos

no entorno, dentre outros sinais fundamentais para a compreensão dos efeitos de processos de ocupação que, ao longo da história, se orientaram para o Norte do Brasil.

Entendemos que a grade estatística populacional tenha aplicações nos estudos das dinâmicas do uso e cobertura da terra, particularmente no aperfeiçoamento dos trabalhos interdisciplinares sobre o desmatamento da Amazônia. Sabe-se que os fatores demográficos não são definidos como variáveis causais em modelos de mudanças nos usos e cobertura da terra, mas sim como variáveis de controle, ou associadas a outros *drivers* de desmatamento (FERRETTI-GALLON; BUSCH, 2014; CÔRTEZ; D'ANTONA, 2014). Levando-se em conta que o desmatamento nos trópicos é multicausal, multi-escalar e associável à ação antropogênica (ACHARD *et al.*, 2002), estabelecer efetivas relações espaciais entre os principais *drivers* do desmatamento – por exemplo, vetores de ocupação como as estradas, projetos de colonização e os agronegócios (MARGULIS, 2003; LUDEWIGS *et al.*, 2009; ASSUNÇÃO; CHIAVARI, 2015; FERREIRA; COELHO, 2015) – é uma contribuição pertinente aos estudos socioambientais, nos quais se incluem os estudos populacionais.

Diante deste contexto, neste trabalho, através da aplicação de estatísticas multivariadas como análise de agrupamentos (*cluster*), buscamos cumprir com o objetivo anteriormente apresentado e classificar o Bioma Amazônia, tendo em vista diferentes recortes entre as células de 1km² e a distribuição espacial da população na região. Este estudo buscou, assim, avançar no debate sobre o uso e a cobertura da terra, contrastando com o papel desempenhado pela população da região na classificação aqui proposta.

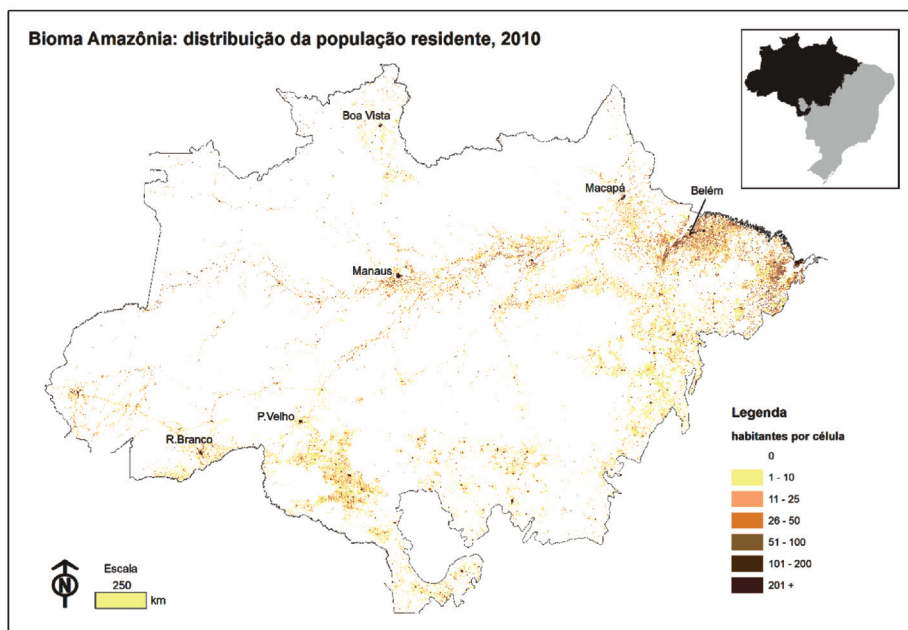
Dados e métodos

A proposta deste trabalho envolve, com base num conjunto de informações relacionadas ao uso da terra no Bioma Amazônia, gerar possíveis agrupamentos que caracterizam o uso do solo na região rural deste bioma. Ou seja, buscamos criar uma tipologia para forma de uso da terra no bioma da região que inclui a população residente como parte do sistema classificatório. Como forma de analisar os dados, empregamos dois métodos multivariados de classificação de informação com o emprego de uma análise de agrupamento e, subsequentes conjuntos nebulosos (*fuzzy*).

As variáveis de população (número de homens e de mulheres, população total, número de domicílios permanentes, situação rural ou urbana) são do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2016). Os dados estão dispostos em uma grade estatística no recorte do Bioma Amazônia (Figura 1), perfazendo um total de 4.208.891 células com 1km², incluídas em um geodatabase criado no ArcMap 10.9.

Os dados de cobertura da terra em 2010 foram extraídos do Terra-Class-INPE (INPE, 2013) e sintetizados em 10 classes, no recorte do Bioma Amazônia (Figura 2). Por meio de operação espacial, a cobertura foi transposta para a grade do IBGE de tal modo a computar o percentual da área de cada célula ocupado por cada classe de cobertura da terra anteriormente definida. Consequentemente, a tabela empregada em nossa análise contém, para as células da grade estatística, o percentual de cada cobertura da terra a ela sobreposta e os dados censitários fornecidos pelo IBGE.

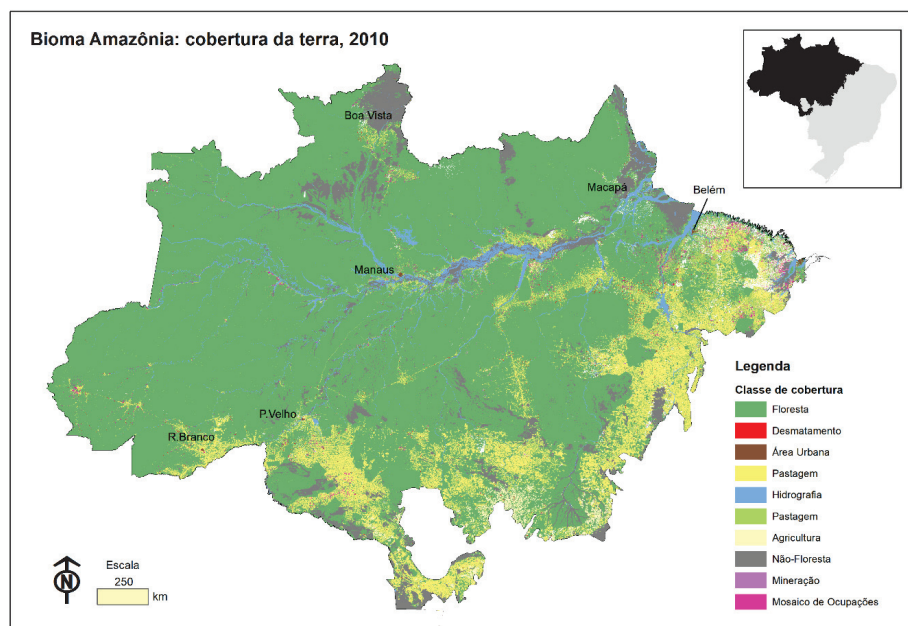
Figura 1 – Distribuição espacial da população do Bioma Amazônia na grade estatística, 2010



Fonte: IBGE (2016). Grade Estatística do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: População residente distribuída em células com aproximadamente 1km².

Figura 2 – Distribuição espacial da cobertura da terra no Bioma Amazônia, 2010



Fonte: INPE (2013). Adaptado de TerraClass 2010.

Análise de agrupamento

A análise de agrupamento, em sua aplicação, engloba uma variedade de técnicas e algoritmos, com o objetivo de encontrar e separar objetos em grupos similares. A análise de agrupamentos estuda todo um conjunto de relações interdependentes. Ela não faz distinção entre variáveis dependentes e independentes, isto é, variáveis do tipo causa e efeito, como na regressão.

Neste sentido, a análise de agrupamento pretende resolver o seguinte problema: “dada uma amostra de n observações, cada uma delas contendo p -variáveis, procurar um esquema de classificação que agrupe essas observações em g -grupos” (BUSSAB; MIAZAK; ANDRADE, 1990). A técnica reúne os objetos (ou observações) verificados em grupos, de tal forma que exista homogeneidade das observações dentro de cada grupo e heterogeneidade entre os distintos grupos, tendo como proposta final apresentar classificações. Deste modo, as observações pertencentes a um grupo são

relativamente semelhantes, em termos dessas variáveis, e diferentes de outras classificadas em outros agrupamentos (KAUFMAN; ROUSSEUW, 2009).

Em termos práticos, a análise de agrupamentos constitui uma metodologia numérica multivariada, com o objetivo de propor uma estrutura classificatória, ou de reconhecimento da existência de grupos, objetivando, mais especificamente, dividir o conjunto de observações em um número de grupos homogêneos, segundo algum critério de homogeneidade (CRUZ; REGAZZI, 2001). É um método simples, calcado nos cálculos de distância, no entanto, não requer conhecimento estatístico prévio da relação entre variáveis para a sua aplicação.

Para a aplicação do método, o primeiro passo consiste em formular o problema de aglomeração, definindo as variáveis que serão utilizadas na análise de agrupamentos. No nosso caso, os dados selecionados envolvem informações referentes sobre uso e cobertura do solo no Bioma Amazônia, descritos na Tabela 1.

Tabela 1 – Conjuntos de variáveis da grade estatística, Bioma Amazônia, 2010

Variável	Descrição da informação
Floresta	Floresta (% da célula)
Mosaico	Mosaico (% da célula)
Desmatamento	Desmatamento (% da célula)
Urbana	Área Urbana (% da célula)
Pastagem	Pastagem (% da célula)
Hidrografia	Hidrografia (% da célula)
Vegetação secundária	Vegetação Secundária (% da célula)
Agricultura	Agricultura (% da célula)
Não floresta	Não Floresta (% da célula)
Mineração	Mineração (% da célula)
População	Total da população em cada célula
Área	Comprimento das células

Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

Considerando apenas o Bioma Amazônia brasileira, temos 4.208.891 células a serem analisadas. Importa destacar que muitas dessas áreas não são ocupadas, o correspondente a 3.961.127 células sem população. Para esta análise, separamos dois conjuntos de dados: 1) considerando todas as células que contêm pelo menos um indivíduo nela habitando, totalizando 246.446 células; e 2) células ocupadas por população e apenas situadas na região rural do bioma, totalizando 235.696 observações.

Os dois recortes se deram em função dos resultados de análises preliminares (não apresentadas no capítulo) que levaram em conta toda a grade, células com e células sem população residente. Em tais análises, constatamos que 1) o peso/influência relativa das células com cobertura florestal e sem população provoca um extenso grupo que agrega tipos de cobertura muito distintos; e que 2) o peso/influência das células com população em áreas urbanas gera um grupo que agrega células povoadas em porções com coberturas e tipos de ocupação geralmente muito distintas (células urbanas populosas estão agregadas às células predominantemente com pastagens, uso agrícola e mesmo em regeneração florestal). Deste modo, optamos por buscar melhores formas de capturar a diversidade de situações/condições nas porções rurais povoadas, estatisticamente obscurecidas pelas porções florestadas sem população e pelas porções urbanas.

Emprego do CLARA (Clustering LARge Applications)

Para este exercício empírico, empregamos análise de agrupamentos através do particionamento das n -observações em k -grupos. Os métodos de particionamento mais utilizados envolvem estimar um ponto central (chamado de médias dos atributos das observações ou centroides, que caracterizam os métodos de k -médias), ou através de um objetivo representativo para o *cluster*, chamado de k -medoides (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2009). Neste caso, o medoide é o objeto mais próximo aos demais objetos do grupo (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 1987; 2009). O representante do grupo é uma instância do próprio grupo, localizado próximo ao centro de um agrupamento e não mais um centroide (ponto médio). Em outras palavras, um medoide pode ser definido como o ponto no *cluster*, cujas dissimilaridades com todos os outros pontos do *cluster* são mínimas (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 1987).

Como se trata de um grande conjunto de informações, empregamos o método de particionamento baseado em amostragem. Uma variante do método Partition Around Medoids (PAM), o CLARA (Clustering Large Applications) visa classificar observações contidas em um grande conjunto de dados (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2009). Neste sentido, em vez de levar todo o conjunto de informações para a análise de agrupamento, o método elenca uma pequena parcela dos dados para representá-los (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2009). Os medoides são escolhidos para amostra utilizando o algoritmo PAM. Dado que a amostragem é escolhida de uma maneira aleatória, seu resultado representa todo o conjunto de informações originais (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2009).

Os medoides escolhidos são próximos daqueles que seriam escolhidos caso fosse utilizada a totalidade da base de dados. O método envolve o emprego de testes com diferentes amostragens feitas na base de dados (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2009). Para cada amostra é aplicado o PAM, e este retorna o melhor agrupamento em cada resultado. A média de dissimilaridade é estimada para todo o conjunto de dados; deste modo, o CLARA pode ser aplicado sobre o melhor agrupamento estimado em cada amostra. Além disso, a robustez do método CLARA depende do tamanho da amostra (KAUFMAN; ROUSSEEUW, 2009).

Um passo posterior na análise é a definição do número ótimo de agrupamentos. Este foi definido em cada situação pela estatística de silhueta média (VALE, 2005), tendo como base a seguinte escala: i) para um valor de silhueta média entre 0,71 a 1,0, indica que uma estrutura forte de *clusters* foi encontrada; ii) entre 0,51 e 0,70 a estrutura de *cluster* encontrada é razoável; iii) entre 0,26 e 0,50 a estrutura de agrupamentos é fraca e pode ser artificial. Nestes casos, é aconselhável o uso de outros métodos; e iv) valores 0,25 ou menores, nenhuma estrutura substancial foi encontrada (VALE, 2005).

Método de agrupamento baseado em conjuntos nebulosos

Diferentemente da análise de *cluster* usual, que cada elemento só pode pertencer a um conjunto determinado, podemos assumir que as células que caracterizam o Bioma Amazônia são heterogêneas o suficiente – verdadeiramente diferentes –, algo que vai além de uma variação aleatória. Neste caso, o agrupamento *fuzzy* é capaz de descrever a ambiguidade dos dados,

tais como a existência de pontos que estão entre dois ou mais *clusters* (LE-NARD; ALAM; BOOTH, 2000; SATO; JAIN, 2006). Assim, os grupos encontrados não mais podem ser descritos como claros, mas estes são tidos como nebulosos.

Na análise de agrupamento sob a ótica de conjuntos nebulosos não há fronteiras nítidas entre os *clusters*, e um objeto pode pertencer simultaneamente a vários agrupamentos (DIAZ; MONICHE; MORILLAS, 2006; ROUSSEEUW; DERDE; KAUFMAN, 1989). A essência do método de agrupamento *fuzzy* é considerar não apenas a alocação de um objetivo a determinado *cluster*, como também o seu grau de pertencimento neste agrupamento (SATO; JAIN, 2006). Assim, esta análise pode fornecer informações úteis sobre a estrutura natural dos dados, pois ela permite certa ambiguidade nas informações, que muitas vezes ocorre na prática (ROUSSEEUW; DERDE; KAUFMAN, 1989).

A aplicação do método de agrupamento nebuloso será adequada se os grupos não puderem ser separados uns dos outros de forma clara, ou se algumas unidades pertencentes a um *cluster* são indecisas (SATO; JAIN, 2006). Quando consideramos métodos de agrupamento *fuzzy*, cada unidade é designada para vários grupos, e o grau de pertencimento de uma unidade para diferentes aglomerados é quantificada por meio de coeficientes de adesão que variam entre 0 e 1 (GORGULU, 2010). A soma dos coeficientes de adesão é sempre igual a 1. Assim, para cada unidade de análise é atribuído um *cluster* que tem o coeficiente de adesão mais elevado. As funções de pertencimento são as funções que caracterizam a nebulosidade num agrupamento *fuzzy*, indicando se os elementos no conjunto nebuloso são contínuos ou transitórios (ROUSSEEUW; DERDE; KAUFMAN, 1989). Para algoritmos de agrupamentos com partição clara, cada instância (objeto) pertence a apenas um grupo (*cluster*). No entanto, pode ser permitido a uma instância pertencer a todos os grupos com um grau de pertinência, $u_{i,j}$ $\in$ $[0,1]$, que representa o coeficiente de pertinência da j -ésima instância ao i -ésimo grupo (*cluster*).

No agrupamento nebuloso, cada *cluster* é um conjunto *fuzzy*. Um grau de pertencimento igual, ou próximo, a uma unidade identifica os pontos centrais de um *cluster*, enquanto que os valores mais baixos de adesão num *cluster* apontam para os pontos de fronteira. Esses pontos fronteirícios podem ser classificados dentro dessa estrutura como pontos indeterminados,

com um grau de indeterminação proporcional à sua semelhança com os pontos centrais (GORGULU, 2010).

Neste trabalho, fizemos uso de um algoritmo comumente empregado em agrupamentos *fuzzy*, o *c*-means. Dunn (1973) introduziu uma versão *fuzzy* do algoritmo *c*-means de agrupamento, que mais tarde foi aprimorada por Bezdek (1981). Os algoritmos *fuzzy c*-means utilizam o conjunto de vetores de características, juntamente com alguma estimativa inicial sobre a subestrutura do *cluster*, para obter uma partição dos objetos em conjuntos difusos; e, como um subproduto do processo de particionamento, este produz um vetor de características protótipo representando cada subpopulação (BEZDEK; EHRLICH; FULL, 1984). Este algoritmo é conhecido por particionar de maneira razoável os dados originais. Além disso, o algoritmo também produz particionamentos muito rapidamente em comparação com algumas outras abordagens (BEZDEK; FULL, 1984).

Resultados e discussões

Do conjunto de informações, podemos também ver na Tabela 2 como o uso e cobertura do solo se dispõem em função de áreas ocupadas e sem população. Levando em conta as 3.961.127,00 células sem população, 94,1% do total de células na grade do Bioma Amazônia (4.207.573,00 células), nota-se o predomínio da classe Floresta na cobertura das células: em média, 77,9% da extensão da célula apresenta cobertura florestal. Em média, 4% da extensão da célula estão cobertas por vegetação secundária, porções geralmente entendidas como áreas em pousio, em algum estágio de regeneração da cobertura vegetal. Por outro lado, observa-se que coberturas associáveis à atividade humana também aparecem em células sem população residente: em média, 6,7% das células apresentam cobertura de pastagem (associável à pecuária); 0,7%, cobertura associável à agricultura; 0,2% de mosaico de usos-coberturas. O não povoamento se dá até mesmo em células totalmente cobertas por cada uma dessas três classes (%máximo igual a 100).

Tabela 2 – Descritiva dos tipos de uso e cobertura da terra na Amazônia, células com e sem população. Bioma Amazônia, 2010

Variável	Células sem população			Células com população		
	%mínimo	%médio	%máximo	%mínimo	%médio	%máximo
Floresta	0,0	77,9	100,0	0,0	20,2	100
Mosaico	0,0	0,2	100,0	0,0	3,5	100
Desmatamento	0,0	0,1	100,0	0,0	0,6	83
Urbana	0,0	0,0	100,0	0,0	1,6	100
Pastagem	0,0	6,7	100,0	0,0	36,9	100
Hidrografia	0,0	2,5	100,0	0,0	5,2	100
Vegetação secundária	0,0	4,0	100,0	0,0	18,3	100
Agricultura	0,0	0,7	100,0	0,0	1,3	100
Não floresta	0,0	6,9	100,0	0,0	7,9	100
Mineração	0,0	0,0	100,0	0,0	0,1	100
Quantidade de células	3.961.127			246.446		

Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

O número de células com população residente (246.446) corresponde a 5,9% do total de células no Bioma Amazônia. Nas células povoadas, foram contados 18.528.161 de habitantes no Censo Demográfico 2010, sendo que 13.833.236 de habitantes residiam em células sobrepostas a áreas urbanas – cerca de 75% da população total. Apesar da concentração populacional em células urbanas, a Tabela 2 evidencia a existência de população residente não apenas em células com coberturas diretamente associáveis à presença humana, tais como as classes Mosaico de Ocupações, Urbana, Pastagem e Agricultura, mas também em células com alguma cobertura florestal e/ou com porções com vegetação secundária.

Considerando o propósito de criação de tipologia espacial de usos e cobertura da terra em áreas ocupadas por população, selecionamos para as análises de *cluster* subsequentes apenas as 246.446 células com população diferente de zero, conforme segue.

a) Todas as células com alguma população

A Tabela 3 apresenta os resultados da análise de *cluster* pelo algoritmo CLARA, removendo células sem população. Ao considerar as variáveis de

cobertura e uso de solo, população e área das células, conseguimos distinguir dois agrupamentos. Os valores das tabelas indicam o medoide, e servem como estatística para a descrição geral dos agrupamentos gerados.

Tabela 3 – Resultado da análise de *cluster* pelo algoritmo CLARA. Bioma Amazônico, 2010. Células com alguma população

Variáveis	Descrição dos <i>clusters</i> . Valores dos medoides	
	Floresta e pastagem	Áreas urbanas e veg. secundária
Floresta	25,7	0,0
Mosaico	0,0	0,0
Desmatamento	0,0	0,0
Urbana	0,0	7,2
Pastagem	44,5	0,0
Hidrografia	0,0	2,1
Vegetação secundária	23,9	73,3
Agricultura	5,9	0,0
Não floresta	0,0	0,0
Mineração	0,0	0,0
População	10,0	567,0
Área	0,04	0,04
Quantidade de células	239.852	6.594

Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

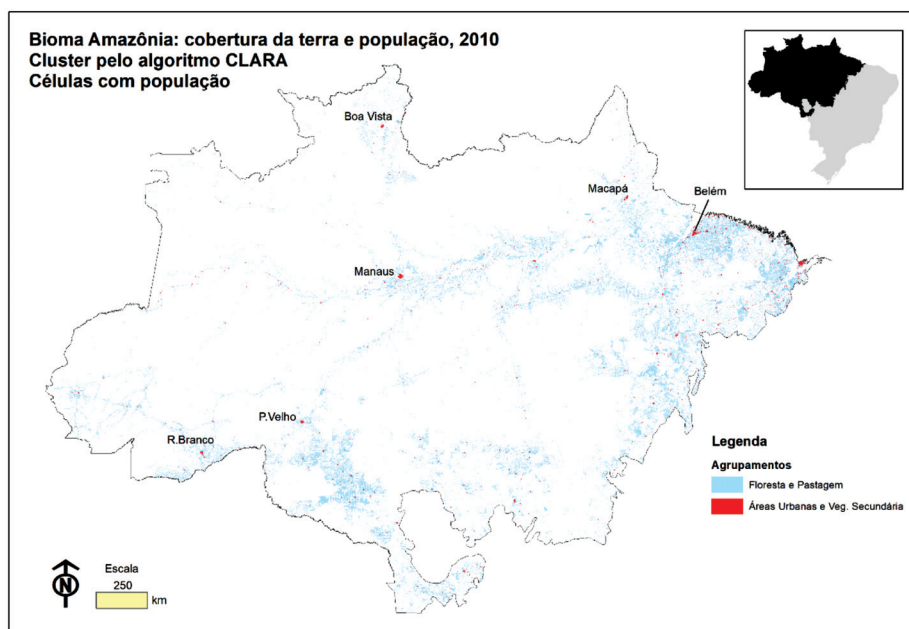
Nota: O valor da silhueta média para a solução de dois *clusters* é igual a 0,83.

Cada nomenclatura indica que há uma predominância no agrupamento de determinada classe de uso e cobertura do solo.

O primeiro *cluster*, com 239.852 células e somando a população desses espaços, contabiliza 4.065.362 habitantes e é bem representado por áreas que apresentam maior parte floresta, porém também representadas por uma boa fatia de pastagem. Estas duas variáveis são as mais importantes na definição deste agrupamento. O segundo agrupamento é o oposto; as células agregadas correspondem a porções mais populosas (áreas urbanas) e bem representadas por porções com vegetação secundária. Em tal grupo, contabilizam-se 6.594 células com população residente somada de 14.459.509 habitantes, sen-

do 13.486.582 habitantes em 5.004 células em áreas urbanas. Essa disparidade, em termos populacionais, dos dois agrupamentos identificados também pode ser analisada pelos valores dos medoides (valor de 10 para o primeiro agrupamento *versus* 567 no segundo). A Figura 3 traz a distribuição espacial das células com população residente dos dois *clusters*.

Figura 3 – População e cobertura da terra no Bioma Amazônia, 2010, células rurais e urbanas com população – *Clusters* pelo algoritmo CLARA



Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

A classificação acaba por reproduzir, no plano da população, a distinção entre rural e urbano, provavelmente em decorrência do elevado número de habitantes em células urbanas. Em nossa avaliação, os dois agrupamentos gerados não oferecem uma leitura suficiente para o entendimento do quadro regional, tendo em vista que não permitem distinguir porções com papéis e configurações significativamente distintas. Por exemplo, ao agregar células urbanas e células com predominância de vegetação secundária em um mesmo grupo, confundem-se aquelas porções com ocupação mais intensas (maior densidade demográfica) com aquelas porções menos povoadas, geralmente associadas com áreas em pousio ou até mesmo em regeneração florestal. Da

mesma forma, ao agregar células com floresta e células com pastagem em um mesmo grupo, confundem-se tipos de ocupação e de habitantes geralmente bem distintos.

b) Células rurais com alguma população, *cluster* CLARA

Para minimizar o efeito das células urbanas no sistema classificatório, e tendo em mente que as áreas urbanas mais adensadas apresentam um padrão mais regular de uso e cobertura do solo, em contraste com as demais classes, seguimos a análise apenas com as células definidas como rurais.

Desta vez, ao desconsiderar as localidades urbanas, observamos que uma nova quantidade de agrupamentos aparece, Tabela 4.

Tabela 4 – Resultado da análise de *cluster* pelo algoritmo CLARA. Bioma Amazônico 2010

Variáveis	Descrição dos <i>clusters</i> . Valores dos medoides			
	Floresta pouco habitada	Floresta habitada	Pastagem	Não floresta
Floresta	54,8	68,3	0,0	0,0
Mosaico	0,0	0,9	0,0	0,0
Desmatamento	0,0	0,0	0,0	0,0
Urbana	0,0	0,0	0,0	0,0
Pastagem	13,3	0,0	79,0	0,0
Hidrografia	0,0	0,0	0,0	0,0
Vegetação secundária	32,0	28,0	21,0	0,0
Agricultura	0,0	0,0	0,0	0,0
Não floresta	0,0	0,0	0,0	100,0
Mineração	0,0	0,0	0,0	0,0
População	17,0	171,0	16,0	9,0
Área	0,04	0,04	0,04	0,04
Quantidade de células	105.508	6.716	104.158	19.314

Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

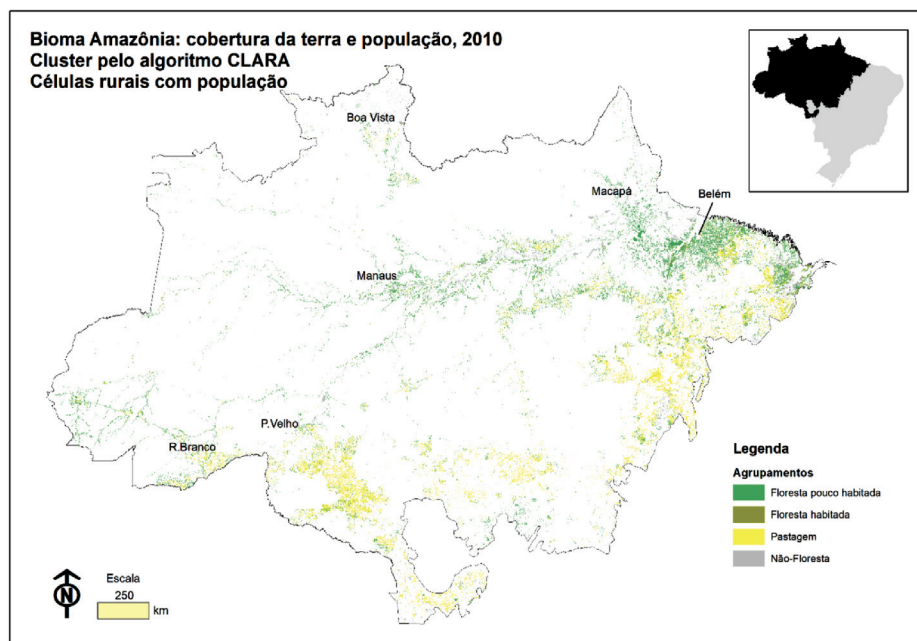
Nota: O valor da silhueta média para a solução de quatro *clusters* é igual a 0,44.

Cada nomenclatura indica que há uma predominância no agrupamento de determinada classe de uso e cobertura do solo.

A melhor solução foi representada por quatro *clusters*, definidos como: Floresta pouco habitada, Floresta habitada, Pastagem e Não floresta. Importa ressaltar que a estatística de silhueta média apresentou um valor relativamente baixo, 0,44. Levando em consideração a escala considerada anteriormente, isto indica que a estrutura de agrupamentos é fraca e pode ser artificial, ou que muitas das células são heterogêneas o suficiente e podem pertencer a mais de um agrupamento ao mesmo tempo. Neste sentido, uma análise de *cluster fuzzy* pode ser mais adequada; ela será apresentada em seguida.

Em que pese a estrutura de agrupamentos ser fraca, a solução encontrada apresenta certa sensibilidade para capturar a presença de populações em ou junto a áreas com cobertura florestal, aspecto relevante para questionar determinadas dicotomias quase de senso comum em que floresta e gente são colocadas como antagônicas. Cabe também destacar a definição de um grupo 'pastagem', no qual a população tem uma participação muito próxima àquela verificada no grupo 'floresta pouco habitada'. A Figura 4 traz a distribuição espacial das células rurais com população residente, conforme a classificação gerada, permitindo ver que as células dos grupos que se definem prioritariamente pela população e floresta se estendem nos eixos de grandes rios (Amazonas, Negro e Solimões), ao longo de eixos rodoviários (Transamazônia, BR263 e BR365); e se pulverizam em células esparsas por toda a área do bioma.

Figura 4 – População e cobertura da terra no Bioma Amazônia, 2010, apenas em células rurais com população – *Clusters* pelo algoritmo CLARA



Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

c) Células rurais com alguma população, *cluster fuzzy c-means*

Ao considerar a mesma quantidade de *clusters* definidos pelo algoritmo CLARA, e ao aplicar uma análise *fuzzy*, obtemos a seguinte estrutura de agrupamentos, apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultado da análise de *cluster fuzzy* pelo algoritmo c-means. Bioma Amazônico, 2010

Variáveis	Descrição dos <i>clusters</i> . Valores dos centros			
	Pastagens	Não Floresta	Floresta	Vegetação secundária
Floresta	4,2	4,3	67,9	13,4
Mosaico	0,6	1,4	3,4	6,7
Desmatamento	0,2	0,1	1,2	0,6
Urbana	0,1	0,2	0,2	0,2
Pastagem	81,7	2,5	5,6	17,8
Hidrografia	0,6	5,6	6,2	4,9
Vegetação secundária	10,8	3,2	10,4	43,8
Agricultura	0,3	0,7	0,7	1,3
Não floresta	0,3	80,3	1,3	1,2
Mineração	0,0	0,0	0,1	0,1
População	10,3	19,5	16,4	19,1
Área	0,04	0,04	0,04	0,04
Quantidade de células	92347	20436	52255	70658

Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

Nota: O número ótimo de agrupamentos foi o mesmo definido em análise prévia pelo CLARA.

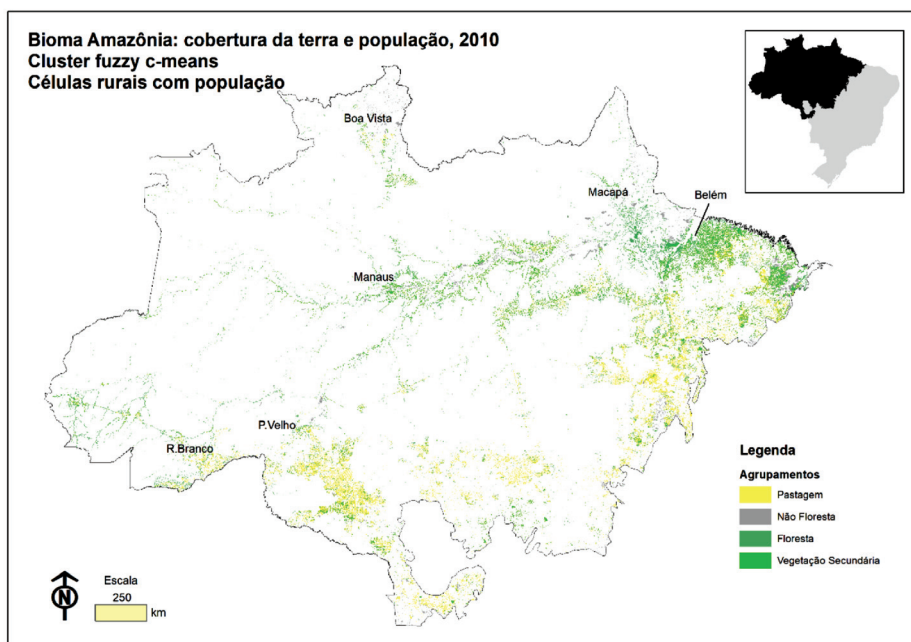
Cada nomenclatura indica que há uma predominância no agrupamento de determinada classe de uso e cobertura do solo.

Uma nova configuração de agrupamentos surge, e com as seguintes descrições: áreas de Pastagem, Não floresta, Floresta e *clusters* de Vegetação Secundária. Fato curioso ao estudar os *clusters* através de conjuntos nebulosos é que a informação de população perde importância na caracterização dos agrupamentos. Além disso, a distribuição em termos de quantidades de células ficou mais uniforme.

Nesse recorte apenas com células rurais com população residente, Pastagem aparece como mais relevante para a definição de agrupamento do que Agricultura. O Mosaico de Coberturas combina mais fortemente com Vegetação Secundária do que com outras classes; Floresta permanece como variável central para a definição de um agrupamento; e Não Floresta (áreas com coberturas naturais distintas da floresta equatorial) é classe central para

a definição de um grupo. Em algumas porções do bioma, as células do grupo Floresta, Vegetação Secundária e Pastagem se misturam (Figura 5). Tal se verifica, por exemplo, no entorno expandido de Belém; no eixo do rio Amazonas, até Manaus; e no oeste do estado do Acre. Em contrapartida, em porções como aquela central ao estado de Rondônia (de Porto Velho em direção ao sul dos limites do bioma) e no que corresponde ao norte do estado do Mato Grosso, notam-se manchas mais homogêneas de células do agrupamento Pastagem.

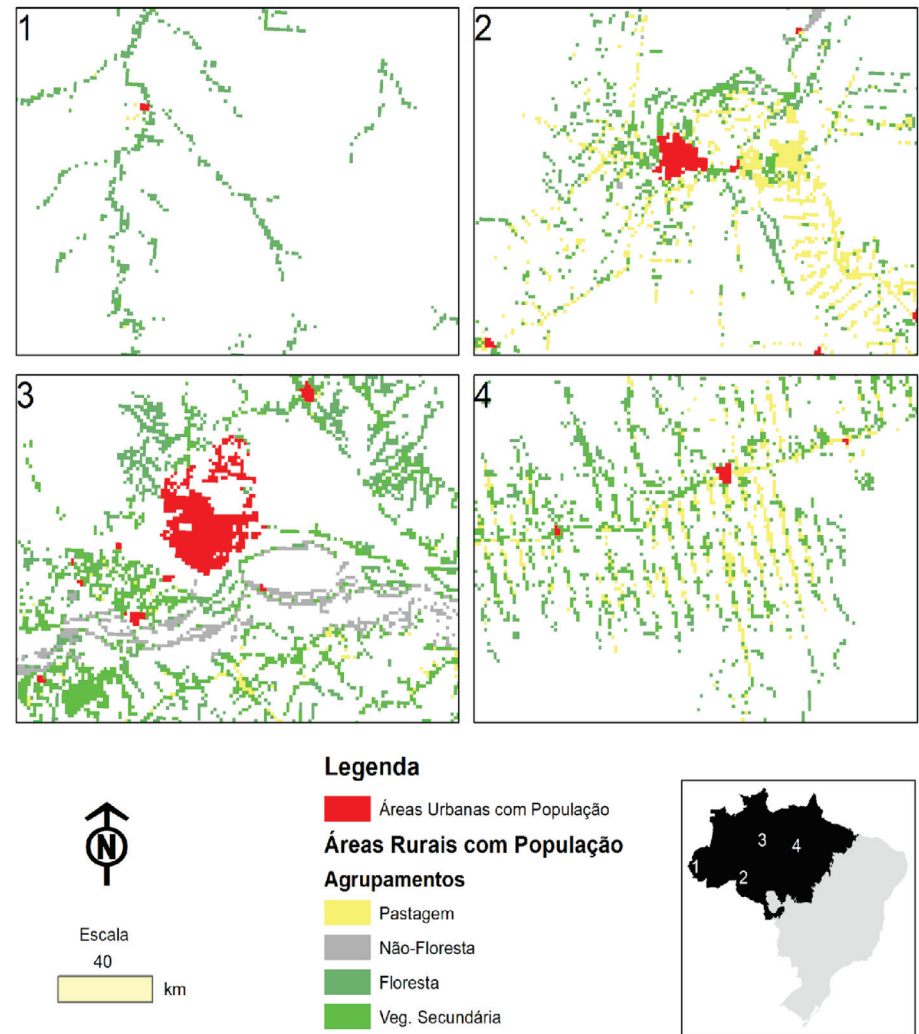
Figura 5 – População e cobertura da terra no Bioma Amazônia, 2010, apenas em células rurais com população – *Clusters fuzzy* pelo algoritmo c-means



Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

A seleção de quatro porções do Bioma Amazônia facilita a visualização do agrupamento obtido, ao mesmo tempo que permite ilustrar como a combinação das variáveis de cobertura da terra à de população residente contribui para a descrição e análise de processos de ocupação na Amazônia (Figura 6).

Figura 6 – População e cobertura da terra no Bioma Amazônia, 2010, apenas em células rurais com população em porções em destaque – *Clusters fuzzy* pelo algoritmo c-means



Fonte: IBGE (2016) e INPE (2013).

No oeste do Acre (1), nota-se a ocupação dendrítica, ao longo dos cursos d'água, nas proximidades de unidades de conservação onde residem populações tradicionais. Predominam ali células dos grupos Floresta e Vegetação Secundária, o que se demonstra coerente com a organização social no

contexto local. No entorno expandido da sede municipal de Porto Velho – RO (2), nota-se uma composição de células dos três grupos (Pastagem, Floresta e Vegetação Secundária). Em direção ao sudeste, essa composição se altera: predominam células do grupo Pastagem, em uma conformação característica de ocupações em áreas de colonização e assentamentos agropecuários. No entorno expandido de Manaus – AM (3), nota-se, mais à frente, a ocupação dispersa ao longo de cursos d'água, em células classificadas nos grupos Floresta, Vegetação Secundária e Não Floresta. Contrariamente, a ocupação no eixo da Rodovia Transamazônica, região de Uruará e Medicilândia – PA (4), segue o padrão da rodovia e seus 'travessões' (vias secundárias que dão acesso aos estabelecimentos agropecuários), algo que é característico de projetos de colonização integrados a agrovilas, algumas das quais se tornaram sedes municipais com o passar das décadas.

Considerações finais

Os resultados apresentados apontam para uma abordagem viável para a integração de grupos de variáveis de naturezas distintas, espacialmente integrados em uma base com boa resolução espacial. Utilizamos variáveis de cobertura da terra em combinação com uma variável demográfica (população residente), mas a estratégia pode ser aplicada para outros conjuntos de variáveis relevantes ao entendimento das dinâmicas pertinentes aos estudos de População e Ambiente.

Em relação ao Bioma Amazônia, os exercícios indicam a heterogeneidade da ocupação do rural, incluindo o apontamento para aspectos pouco explorados na bibliografia, como as sobreposições entre áreas florestadas (ou em regeneração) e a presença humana em escala micro e regional. A boa resolução espacial oferecida pela grade estatística permite identificar espacialmente processos de ocupação – por exemplo, aqueles ao longo dos rios e aqueles ao longo de rodovias – abrindo-se para diálogos com a bibliografia sobre a ocupação da Amazônia.

Os resultados ensejam a realização de futuras análises que venham a incorporar outros atributos às células, de tal modo que se possa também testar, por exemplo, os efeitos das unidades de conservação, das terras indígenas e de outras unidades territoriais de especial relevância ao contexto amazônico. Uma vez que a conformação da grade definida pelo IBGE se manterá estável ao longo do tempo, será possível fazer comparações longitudinais a

partir da realização do próximo Censo Demográfico, as quais permitirão localizar as mudanças no Bioma na última década.

Referências

- ACHARD, F. *et al.* Determination of deforestation rates of the world's humid tropical forests. **Science**, New York, NY, v. 297, n. 5583, p. 999-1002, 2002.
- ASSUNÇÃO, J.; CHIAVARI, J. Towards efficient land use in Brazil. **Climate Policy Initiative**, [S. l.], 01/09/2015.
- BEZDEK, J. C.; EHRLICH, R.; FULL, W. FCM: the fuzzy c-means clustering algorithm. **Computers & Geosciences**, New York, NY, v. 10, n. 2-3, p. 191-203, 1984.
- BEZDEK, J. C. **Pattern recognition with fuzzy objective function algorithms**. New York, NY: Plenum Press, 1981.
- BUENO, M.C. D.; D'ANTONA, A. O. Data integration to determine vulnerability to climate change. **Statistical Journal of the IAOS**, Amsterdam, v. 32, n. 4, p. 489-496, 2016.
- BUENO, M.C. D. **Grade estatística: uma abordagem para ampliar o potencial analítico de dados censitários**. 2014. 264f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.
- BUSSAB, W. O.; MIAZAK, E. S.; ANDRADE, D. F. Introdução à análise de agrupamentos. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA, 9, 1990, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, SP: IME-USP, 1990.
- CÔRTEZ, J. C.; D'ANTONA, A. O. Dinâmicas no uso e cobertura da terra: perspectivas e desafios da demografia. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 1, p. 191-210, 2014.
- CRUZ, C. D.; REGAZZI, A. J. **Modelos biométricos aplicados ao melhoramento genético**. 3. ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2001.
- DIAZ, B.; MONICHE, L.; MORILLAS, A. A fuzzy clustering approach to the key sectors of the Spanish economy. **Economic Systems Research**, Inglaterra, v. 18, n. 3, p. 299-318, 2006.
- DUNN, J. C. A fuzzy relative of the ISODATA process and its use in detecting compact well-separated clusters. **Journal of Cybernetics**, Washington, DC, v. 3, p. 32-57, 1973.
- FERREIRA, M. D. P.; COELHO, A. B. Desmatamento recente nos estados da Amazônia legal: uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 53, n. 1, p. 93-108, 2015.

FERRETTI-GALLON, K.; BUSCH, J. **What drives deforestation and what stops it? A meta-analysis of spatially explicit econometric studies**. Washington, DC: Center for Global Development, 2014.

GÖRGÜLÜ, Ö. Classification of dairy cattle in terms of some milk yield characteristics using by fuzzy clustering. **Journal of Animal and Veterinary Advances**, Pakistan, v. 9, n. 14, p. 1947-1951, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomass e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Grade estatística**. Rio de Janeiro, RJ, 2016.

INPE – INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS. **TerraClass**: levantamento de informações de uso e cobertura da terra na Amazônia. Belém, PA, 2013. Disponível em: <http://www3.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/terraclass2010.php>. Acesso em: 25 jan. 2018.

KAUFMAN, L.; ROUSSEEUW, P. J. **Finding groups in data**: an introduction to cluster analysis. New Jersey, NJ: John Wiley & Sons, 2009.

KAUFMAN, L.; ROUSSEEUW, P. J. Clustering by means of medoids. In: DODGE, Y. **Statistical data analysis based on the L1-norm and related methods**. Switzerland: Springer Nature, 1987.

LENARD, M. J.; ALAM, P.; BOOTH, D. An analysis of fuzzy clustering and a hybrid model for the auditor's going concern assessment. **Decision Sciences**, Atlanta, v. 31, n. 4, p. 861-864, 2000.

LUDEWIGS, T. *et al.* Agrarian structure and land-cover change along the lifespan of three colonization areas in the Brazilian Amazon. **World Development**, Amsterdam, v. 37, n. 8, p. 1348-1359, 2009.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia Brasileira**. Brasília, DF: Banco Mundial, 2003.

ROUSSEEUW, P.; DERDE, M. P.; KAUFMAN, L. Principal components of a fuzzy clustering. **Trends in Analytical Chemistry**, Amsterdam, v. 8, n. 7, p. 249-250, 1989.

SATO-ILIC, M.; JAIN, L. C. **Innovations in fuzzy clustering**. Heidelberg: Springer, 2006.

VALE, M. N. **Agrupamentos de dados**: avaliação de métodos e desenvolvimento de aplicativo para análise de grupos. 2005. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia Elétrica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2005.

Hospitalizações causam doenças?

Divórcio prejudica o desempenho escolar dos filhos? Considerações sobre a importância de se diferenciar correlação de causalidade

Laécia de Souza

Dimitri Silva

Difícilmente um indivíduo passa um dia sequer sem proferir algo como “isso causou aquilo” ou “aquilo aconteceu por causa disso”. Faz parte da natureza humana estar frequentemente à procura de relações de causalidade, seja para entender as causas que podem explicar algum fenômeno, para fazer previsões sobre o que poderá acontecer ou mesmo para tentar influenciar o futuro (BRADY, 2011). Nesse sentido, saber mais sobre causalidade pode ser muito útil para pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, desde a saúde até a demografia e as ciências sociais.

Talvez devido a essa constante busca pela causalidade, não raros estudos discorrem sobre o impacto de um evento sobre outro ainda que não contenham estimações de impacto de fato. Devemos ser bastante cautelosos ao tirarmos conclusões precipitadas com base nesses estudos. Dadas as implicações que uma interpretação errônea pode trazer para a sociedade, esse cuidado é importante não apenas por parte dos pesquisadores, como também dos gestores públicos e leitores da sociedade civil. Este capítulo constitui, portanto, uma introdução sobre como inferir causalidade nas relações, trazendo também exemplos práticos de situações que revelam como algumas análises podem afetar negativamente comportamentos, crenças e políticas públicas.

Correlação implica (necessariamente) causalidade?

A ciência social, quando não é apenas descritiva, tem como um dos seus principais objetivos determinar a causa de certos fenômenos sociais. No entanto, essa tarefa não é trivial (CANO, 2006).

De acordo com o filósofo John Stuart Mill, há três condições para se inferir causalidade: cronologicamente, a causa deve preceder o efeito; ambas as variáveis devem ser correlacionadas entre si e, por fim, esta correlação não deve ser resultado da influência de uma terceira variável que afete as outras duas que se pretende analisar.

Dessa forma, fica claro que a correlação entre dois eventos não implica necessariamente que um evento tenha causado o outro. Alguns estudos (embora nem todos) contêm avisos sobre as limitações das suas análises: “apesar de esta análise parecer estar estritamente ligada à ideia de causalidade, ela não está”; “a análise apresentada tem o objetivo de ser meramente descritiva”; ou “nenhuma inferência causal pode ser realizada com base nos resultados”. Tais estudos têm caráter descritivo e, embora sejam interessantes, há um risco em avançar muito nessas análises por meio de modelos de regressão ou outros métodos que estimam correlações. Isso porque eles podem ser facilmente interpretados de forma errônea como causalidades (RIBAS, 2008).

A correlação pode indicar um caminho sobre possíveis causas ou áreas para um estudo aprofundado, mas sua função se limita a isso. Dito de outra forma, havendo causalidade, deve haver correlação, mas interpretar uma correlação como causalidade sem que esta seja devidamente comprovada constitui uma falácia lógica. Se um evento (A) ocorre juntamente com (B) não é possível concluir que (A) causa (B) porque existem cinco possíveis situações que exigem maior aprofundamento para se determinar a existência de causalidade: (A) realmente causa (B); (B) na verdade pode ser a causa de (A); um outro fator (C) pode ser a causa tanto de (A) quanto de (B); pode haver uma combinação das situações anteriores; ou pode ser que a correlação seja apenas uma coincidência, revelando que os eventos não têm qualquer relação entre si, apenas ocorrem simultaneamente (FILIPE, 2012).

Exemplos de correlações (erroneamente) interpretadas como relações de causalidade

Pode-se perceber que não basta haver precedência temporal da suposta causa sobre o efeito e mostrar uma relação entre ambos os eventos para concluir que um é causado pelo outro. Um exemplo é a relação entre o dia e a noite: um surge depois do outro, mas não é o dia que causa a noite, nem vice-versa. Existe um terceiro evento, a rotação da terra, que explica a existência de ambos. Em diversas culturas, especialmente em países ocidentais, acredi-

tava-se que as cegonhas estavam associadas ao nascimento de bebês, daí a crença de que os recém-nascidos eram trazidos por elas. Esse é outro exemplo clássico da necessidade de eliminar outras explicações para inferir causalidade nas relações. Isso porque se constatou que regiões com maior número de cegonhas eram também aquelas com maiores taxas de natalidade. No entanto, o grau de urbanização é o fator que está associado simultaneamente à redução da população de cegonhas e dos nascimentos (CANO, 2006). Outra justificativa para a forte correlação entre a chegada das cegonhas e os nascimentos de bebês é a sazonalidade climática vivida em determinadas regiões. Em uma vila de pescadores de um país frio, a vida dos habitantes também depende dos períodos de pesca, o que induz o aumento das concepções entre os casais concomitantemente à imigração das cegonhas.

Outro exemplo de correlação espúria se refere às vendas mais altas de sorvetes ao mesmo tempo que as taxas de afogamento nas piscinas também aumentam. É improvável alegar que os afogamentos provocam mais vendas de sorvetes ou vice-versa. Mas é possível verificar que uma temperatura mais alta pode provocar um aumento tanto na demanda por sorvetes quanto na taxa de afogamento em determinada localidade. Também se verificou uma relação entre paralisia infantil e venda de refrigerantes. Novamente, as altas temperaturas explicam tanto a maior demanda por refrigerantes quanto o aumento de casos de poliomielite, já que essa doença está relacionada a condições de higiene, que costumam se deteriorar em épocas mais quentes (RIFO, 2010).

Em 2015, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou alguns números da sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada em 2014. Um dos destaques do estudo foi o aumento do número de famílias que passaram a ter uma máquina de lavar roupas entre 2013 e 2014, o qual seguia sendo o eletrodoméstico mais desejado pelas famílias. Uma das explicações para esta maior demanda por lavadoras foi a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho, que reduziria o seu tempo de dedicação às tarefas domésticas. Ainda que a pesquisa do IBGE não tenha revelado uma conexão contundente entre as horas de trabalho doméstico reduzidas pelas tecnologias do lar e o aumento de mulheres no mercado de trabalho, é possível que exista tal relação, sem que isso signifique causalidade. No entanto, há especialistas que dizem que no Brasil esse movimento de investir em tecnologias no lar é lento porque a disponibilidade do trabalho doméstico é ainda maior e mais barata do que a tecnologia e isto pode in-

fluenciar na relação entre maior demanda por lavadoras e menos tempo dedicado ao trabalho doméstico. Além disso, a tecnologia pode aliviar o trabalho doméstico, mas primeiramente é preciso verificar se as mulheres estão mesmo substituindo as horas antes ocupadas nos afazeres domésticos por atividades diferentes do trabalho no âmbito domiciliar. Alguns estudiosos, por exemplo, discordam do fato de que as horas ocupadas com a manutenção do domicílio tenham diminuído com as tecnologias do lar. Desta maneira, eles acreditam que o tempo poupado pelos eletrodomésticos parece ainda ser usado em (outros) afazeres domésticos e que ações sociais como creches devem ser mais eficientes em auxiliar o trabalho feminino no mercado de trabalho do que o emprego de tecnologia dentro de casa (ESTADO DE MINAS, 2015).

Entre as relações mencionadas nesta seção, algumas à primeira vista parecem não fazer sentido, outras parecem instigar mais investigações para entendê-las melhor, de forma que ou elas trouxeram maior conhecimento ou, no mínimo, não trouxeram consequências negativas à sociedade. Assim, estes exemplos não deixam tão claros os riscos de dizer “o quê causa o quê” em relações entre eventos sem que outros fatores intervenientes tenham sido devidamente levados em consideração.

Quais os riscos de estudos que sugerem causalidade sem investigações aprofundadas?

Este tipo de problema na interpretação das relações entre eventos pode trazer conclusões sem sentido e, muitas vezes, sem utilidade ou mesmo danosas em termos da produção de conhecimento e, portanto, arriscadas se levadas em consideração na tomada de decisões. Assim, a depender dos eventos analisados, pode haver consequências sociais por decisões tomadas com base em análises falaciosas – nas quais uma correlação foi erroneamente interpretada como causalidade. A seguir, mencionamos alguns exemplos práticos deste tipo de análise e suas consequências para a sociedade.

Um pesquisador pode estar interessado em verificar se as hospitalizações trazem (ou causam) melhoras ao quadro de saúde dos indivíduos. Para isto, pode-se estudar, por exemplo, uma população idosa em condições financeiras desfavoráveis e que procura prontos-socorros hospitalares para atendimento primário de saúde; atendimentos estes que vão desde a promoção de saúde, passando pela prevenção de doenças até o diagnóstico e manejo de diversas questões médicas. Alguns destes idosos são internados e, embora a

exposição de indivíduos vulneráveis a outros pacientes doentes possa ser prejudicial (o que pode gerar receios na população em relação aos hospitais), os idosos recebem diferentes (e, às vezes, complexos) tipos de atendimentos que certamente contribuem para que se recuperem bem. Assim, parece óbvio que os hospitais colaboram para uma melhor saúde dos indivíduos (ANGRIST; PISCHKE, 2009).

No entanto, será que os dados confirmariam isso? Uma abordagem simples e, muitas vezes, natural seria comparar o estado de saúde daqueles que foram internados ao estado daqueles que não foram. Mas, ao realizarmos esta comparação, podemos encontrar uma correlação negativa entre internações e melhora na saúde, sugerindo que ir ao hospital deixa as pessoas mais doentes. E pode-se até encontrar uma justificativa para essa correlação negativa, dada a alta quantidade de pessoas doentes que podem infectar as demais, a exposição a máquinas e produtos químicos, entre outros fatores. Ainda assim, é fácil perceber porque esta comparação direta (entre internados e não internados) não deve ser realizada. Existem duas razões principais para não ventilar conclusões precipitadas com base nesta comparação: 1) os indivíduos que vão ao hospital e, principalmente, aqueles que necessitam ser hospitalizados, de início, já são (ou estão) provavelmente menos saudáveis; 2) Mesmo após a hospitalização, eles devem continuar sendo, em média, menos saudáveis do que aqueles que nunca foram hospitalizados (apesar de saírem do hospital em melhor situação de saúde do que quando entraram). O fato de estarmos utilizando estes indivíduos específicos (idosos hospitalizados) e que, portanto, não representam o estado de saúde médio da população pode mascarar completamente o possível efeito positivo do atendimento que eles receberam no hospital (ANGRIST; PISCHKE, 2009). O objetivo dos pesquisadores é superar este problema e estimar de fato o efeito das internações sobre a saúde dos indivíduos, de modo a eliminar quaisquer mal-entendidos (ou receios na população) que uma inferência de causalidade com base em uma correlação possa trazer.

Outro exemplo acerca da importância de se analisar melhor as relações antes de interpretá-las como causalidades se refere à correlação entre divórcio (ou recasamento) dos pais e o desempenho dos estudantes. Muitos estudos indicam que crescer em uma família sem a presença de uma mãe ou pai está correlacionado com uma série de indicadores ruins para os jovens, tais como tornarem-se mais propensos a abandonarem a escola, serem presos, ou se tornarem mães ou pais ainda jovens, por exemplo. As ciências

sociais se preocupam em suspeitar de correlações que podem não ser causais. Neste caso, pode ser que tanto a estrutura familiar quanto os indicadores dos jovens sejam determinados conjuntamente por uma terceira variável (ou processo não observado). Isto porque pais menos comprometidos com a família podem ter maiores chances de se divorciar ao mesmo tempo que tendem a fornecer menos apoio aos filhos, da mesma maneira em que problemas comportamentais (ou de saúde) como o alcoolismo ou depressão podem tornar um indivíduo mais propenso ao divórcio e menos eficaz como pai ou mãe (PAINTER; LEVINE, 2000).

Ao mesmo tempo que não há um consenso entre os pesquisadores sobre como a estrutura familiar importa para os indicadores educacionais dos filhos, o debate público sobre as políticas que afetam as estruturas familiares permanece. E compreender a causalidade é crucial na elaboração de políticas eficazes para afetar as estruturas familiares. Com a intenção de fortalecer as famílias, por exemplo, oito estados americanos consideraram a possibilidade de dificultar os divórcios. Mas é importante ter em mente que este tipo de política ajudará os jovens apenas se a correlação entre estrutura familiar e indicadores dos jovens for causal. Se esta correlação reflete outras desvantagens dos pais e mães, a queda no divórcio não deve ajudar os jovens; ao contrário, ela pode ser prejudicial nos casos em que existam relacionamentos abusivos, por exemplo (PAINTER; LEVINE, 2000; FRIEDBERG, 1998).

Quando a relação não é causal é importante que se investiguem os mecanismos que atuam nesta correlação. Se, por exemplo, a condição financeira desfavorável das famílias monoparentais é a principal culpada, oferecer auxílio financeiro pode ser suficiente para melhorar a vida destes filhos. Mas, se a falta de envolvimento dos pais na escola é o fator que mais importa para o desempenho dos filhos, políticas bem diferentes deverão ser pensadas e implementadas (PAINTER; LEVINE, 2000).

Como a causalidade pode ser determinada?

Em um estudo observacional, é possível comparar duas populações em termos da presença (ou não) de algum evento ou característica de interesse. Em estudos sobre as possíveis consequências do hábito de fumar, por exemplo, pode-se comparar indivíduos fumantes e não fumantes em relação ao diagnóstico de doenças cardiovasculares. O grupo dos fumantes participa do

grupo de tratamento e aqueles não fumantes compõem o grupo de comparação. No entanto, um estudo observacional como este apresenta um problema: o pesquisador não determina quais indivíduos serão submetidos ao tratamento e quais não serão, já que não faz sentido que alguém fume por alguns anos apenas para colaborar para uma pesquisa científica. Assim, ele não controla outras possíveis variáveis que possam também afetar a relação entre o fumo e as doenças cardiovasculares (RIFO, 2010).

Em geral, a simples comparação entre estes grupos revela uma forte associação entre o hábito de fumar e doenças cardíacas. No entanto, é possível afirmar que o hábito de fumar provoca doença cardíaca? É possível atribuir a culpa totalmente ao cigarro? Certamente, pode-se dizer que fumar não faz bem à saúde, mas a resposta a estas perguntas com base neste estudo observacional é: “não está comprovado” ou “não é possível afirmar”. Isto porque em estudos observacionais devemos lidar com o problema da mistura de efeitos, também denominados fatores de confusão. No caso da associação entre o fumo e as doenças do coração, pode haver influência de outros fatores como questões hereditárias, hábitos alimentares ou hábitos relacionados ao sedentarismo. Por esta razão, a seleção dos grupos de tratamento e de comparação deve ser realizada de forma que a diferença na chance de desenvolver doença cardiovascular entre os grupos seja expurgada de outros fatores intervenientes e atribuída diretamente ao hábito de fumar. A possibilidade de confusão de outros efeitos com os efeitos do tratamento (neste caso, o hábito de fumar) deve ser profundamente analisada de forma a ajustar o estudo para superar este problema, construindo grupos de tratamento e comparação o mais semelhantes possível. O pesquisador depende disso para inferir causalidade na relação de interesse e, portanto, para afirmar que “sim, o hábito de fumar aumenta a chance de desenvolver doença cardíaca em X% para os adultos de determinada faixa etária”, por exemplo (RIFO, 2010).

Esta seleção dos grupos de tratamento e de comparação (ou controle) é o que a literatura denomina de construção do exercício contrafactual. A formulação de estudos que visam inferir causalidade entre eventos, fenômenos ou variáveis deve se basear em análises contrafactuais. Estas análises buscam contrastar os resultados de interesse em diferentes *status* de tratamento, onde apenas a ocorrência do tratamento em questão diferencia os resultados entre o grupo de tratamento e controle.

Nas ciências físicas e naturais, o contrafactual é construído em laboratório, de forma que as interferências são evitadas, isolando o fenômeno pes-

quisado de outras influências possíveis. Neste ambiente extremamente controlado o pesquisador introduz a causa e verifica a ocorrência (ou não) do efeito (CANO, 2006). Nas ciências sociais, não é possível que o ambiente seja tão controlado pelo pesquisador. No entanto, há métodos estatísticos¹ que permitem construir melhores grupos de controle para comparar com grupos de tratamento e, assim, construir uma análise contrafactual para a estimação de causa e efeito.

Exemplos de estudos que estimaram causalidade

Ao empregar métodos estatísticos específicos, é possível oferecer melhores subsídios aos formuladores de políticas públicas, não apenas avaliando impactos diretos de políticas em indicadores sociais, mas também analisando as causas de determinados comportamentos na sociedade, o que por sua vez pode subsidiar o desenho de políticas públicas.

Por exemplo, como trabalhar e ter filhos constituem decisões muitas vezes tomadas simultaneamente, os métodos convencionais não permitem estimar corretamente o efeito da maternidade sobre a participação feminina no mercado de trabalho (SOUZA; RIOS-NETO; QUEIROZ, 2011). Estimar o efeito do número e idade dos filhos sobre as decisões de trabalho das mães pode auxiliar no entendimento de que políticas que ofereçam creches têm o potencial de manter as mulheres trabalhando. Outro exemplo de estimação de impacto relevante se refere ao efeito dos colegas sobre o desempenho de um estudante, mas isolar a influência dos colegas é complicado principalmente porque as pessoas costumam escolher com quem preferem conviver. Os métodos de avaliação de impacto permitem a separação destes efeitos de forma que pode ser possível verificar o impacto do desempenho dos colegas sobre o desempenho de um estudante, o que pode melhorar o entendimento do processo educacional, auxiliando os administradores a reduzir as dificuldades nos estudos (SOUZA *et al.*, 2021).

Há também diversos estudos que analisam o impacto de políticas sociais por meio do emprego destes métodos que permitem atribuir apenas à

¹ A definição, desenho e funcionamento de cada método fogem ao escopo deste trabalho, mas, apenas a título de informação, estes são alguns dos métodos frequentemente empregados para inferir causalidade entre eventos: Pareamento por Escore de Propensão, Diferenças entre Diferenças, Regressão na Descontinuidade e Variáveis Instrumentais.

política em questão o efeito sobre determinados indicadores. Uma avaliação de impacto de uma política social fornece subsídios para a tomada de decisões dos gestores públicos no sentido de que permite a eles analisar se uma política está trazendo os resultados sociais esperados. Como exemplos, a seguir, citamos alguns estudos que analisaram o impacto de políticas educacionais.

Santos *et al.* (2021) avaliaram o impacto de curto prazo de um programa de ampliação (para 6 anos) do primeiro ciclo do ensino fundamental (mantendo um único professor nas principais disciplinas). Este programa foi proposto pela Secretaria Municipal de Educação do Rio Janeiro em 2011. Além de identificarem efeitos positivos do programa, o trabalho também identifica os principais mecanismos que explicam a evolução no desempenho dos estudantes (quais sejam: melhora no clima em sala de aula e na autonomia pedagógica e capacitação dos professores). Troller-Renfree *et al.* (2022) demonstrou o efeito causal de uma política de redução da pobreza (por meio de transferência incondicional de renda) sobre a atividade cerebral na primeira infância (crianças de zero a 6 anos de idade). A melhora nas condições financeiras das famílias parece ter alterado positivamente a experiência das crianças de modo que suas atividades cerebrais parecem ter se adaptado à nova realidade. Os autores ressaltam que estes resultados são especialmente importantes se levarmos em conta que o desenvolvimento de habilidades cognitivas ao longo da vida está associado aos padrões de atividade cerebral. Nesta mesma linha, em meados dos anos de 2000, Heckman (2006) já enfatizava a importância de se investir na primeira infância. Ao avaliar diversas políticas voltadas à educação de crianças, jovens e adultos, o autor demonstrou que a taxa de retorno de cada dólar investido é tanto maior quanto mais cedo for realizada a intervenção. O autor ainda chama a atenção para o fato de que políticas públicas voltadas para a primeira infância promovem justiça social ao mesmo tempo que contribuem para o aumento da produtividade na economia e na sociedade como um todo. No entanto, ainda nos dias de hoje, as sociedades (inclusive a brasileira) investem muito mais na educação em idades posteriores e subinveste nos primeiros anos de vida dos indivíduos.

Vale destacar, no entanto, que cada método de avaliação de impacto tem sua especificidade e pode não trazer a mesma estimativa de impacto a depender da estratégia metodológica da avaliação, da população considerada ou do contexto do estudo. Neste sentido, embora a causalidade não constitua resultado universal e as hipóteses e teorias estejam sujeitas à revisão em

face de novas evidências, muitos erros podem ser evitados se houver cautela com conclusões precipitadas. De qualquer forma, o método científico tem o potencial de estabelecer causalidade com uma segurança confortável (FILIPE, 2012).

Um fato inegavelmente importante é a capacidade de reprodução da relação de causa e efeito por diferentes pesquisadores em contextos diversos. Não é mais possível que a indústria do tabaco permaneça alegando que a correlação entre o hábito de fumar e o diagnóstico de câncer de pulmão não implica causalidade porque existem muitas evidências a favor deste vínculo de causa e efeito; por outro lado, não há evidências científicas plausíveis que revelem uma causalidade entre as internações e o diagnóstico de (novas) doenças. É neste ponto que se encontra a diferença fundamental sobre a relevância de se investigar relações de causa e efeito (FILIPE, 2012).

Considerações finais

Conforme discutido, em estudos observacionais é possível estabelecer e verificar correlações, mas não necessariamente causalidade. A identificação de uma alta correlação, seja ela positiva ou negativa, entre duas variáveis deve instigar o pesquisador a investigar se existe uma relação de causalidade e em qual direção. Caso não haja uma relação de causalidade, o pesquisador deve buscar encontrar o(s) fator(es) que estão por trás dessa correlação (RIFO, 2010).

Devido às dificuldades de se estimar efeitos causais nas mais diversas áreas do conhecimento (dada a dificuldade de se encontrar observações contrafactuais), quanto mais estudos capazes de estimar impactos (mais do que associações) maior será o compartilhamento de experiências com potencial para servirem de base para desenhos de políticas públicas mais socialmente eficazes.

Estimar causas e efeitos é de extrema relevância para compreendermos melhor não apenas os comportamentos sociais, mas também o efeito de políticas públicas sobre o bem-estar social. Além disso, também constitui importante ferramenta para o desenho de políticas públicas mais eficazes baseadas em evidências.

Por isso que nessa humana e incessante busca pelas causas dos acontecimentos, leitores, estudiosos e gestores (entre outros interessados) precisam ser cuidadosos ao interpretar e compartilhar as informações que acessam ou

recebem. É importante se manter muito atento às informações, ainda mais nos tempos atuais, onde há um grande e rápido fluxo de informações advindas das mais variadas fontes, nem sempre cuidadosamente utilizadas ou verdadeiramente analisadas.

Referências

ANGRIST, J.; PISCHKE, J. S. **Mostly harmless econometrics**: an empiricist's companion. Princeton: Princeton University Press, 2009.

BOEHMER, T. K. *et al.* Association between COVID-19 and myocarditis using hospital-based administrative data: United States, march 2020 – january 2021. **Morbidity and Mortality Weekly Report (MMWR)**, [S. l.], v. 70, n. 35, p. 1228-1232, 2021. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/70/wr/mm7035e5.htm#suggestedcitation>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRADY, H. E. Causation and explanation in social science. In: GOODIN, R. E. (ed.). **The Oxford handbook of political science**. Oxford: Oxford University Press, 2011. Disponível em: <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199604456.001.0001/oxfordhb-9780199604456-e-049?print=pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CANO, I. **Introdução à avaliação de programas sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ESTADO DE MINAS. **Pesquisa do IBGE mostra que população brasileira chegou a 203,2 milhões em 2014**. Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/11/13/internas_economia,707520/pesquisa-do-ibge-mostra-que-populacao-brasileira-chegou-a-203-2-milhoes.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FILIPPE, M. Correlação não implica necessariamente causalidade. **Blog Concept (Comunidade Céptica Portuguesa)**, 2012. Disponível em: <<http://comcept.org/cepticismo/correlacao-nao-implica-necessariamente-causalidade/>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FRIEDBERG, L. Did unilateral divorce raise divorce rates? Evidence from panel data. **The American Economic Review**, US, v. 88, n. 3, p. 608-627, 1998. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/116852>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

HECKMAN, J. J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. **Science**, Washington, DC, v. 30, n. 312(5782), p. 1.900-1.902, 2006. Disponível em: <<https://www.science.org/doi/10.1126/science.1128898>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

HEYMANS, S. *et al.* The quest for new approaches in myocarditis and inflammatory cardiomyopathy. **Journal of the American College of Cardiology**, New York, NY, v. 68, n. 21, p. 2.348-2.364, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0735109716364658>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

IDOETA, P. A. ‘Embaixadores da vacina’: curso ensina fatos científicos para rebater medo da imunização infantil. **BBC News**, São Paulo, SP, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60237789>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MUTHUKUMAR, A. *et al.* In-depth evaluation of a case of presumed myocarditis after the second dose of COVID-19 mRNA vaccine. **Circulation**, US, v. 144, n. 6, p. 487-498, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1161/CIRCULATIONAHA.121.056038>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

NEVES, Ú. Vacinas causam autismo? Veja os resultados do mais amplo estudo sobre o tema. **Portal PEBMED**, 2019. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/vacinas-causam-autismo-veja-os-resultados-do-mais-amplo-estudo-sobre-o-tema/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PAINTER, G.; LEVINE, D. I. Family structure and youths’ outcomes: which correlations are causal? **The Journal of Human Resources**, Madison, v. 35, n. 3, p. 524-549, 2000. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/146391>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RIBAS, R. P. **Aula 1 do Curso “Técnicas Econométricas para Avaliação de Impacto”**. Brasília, DF: International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/evaluation/aula1.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RIFO, L. L. R. **O desafio das correlações espúrias**. Campinas, SP: Unicamp, 2010. (Guia do Professor. Série Matemática na Escola). Disponível em: <<https://m3.ime.unicamp.br/arquivos/1084/desafiodascorrelacoesespurias.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SANTOS, D. D. *et al.* Mais é menos? O impacto do Projeto 6º Ano Experimental – SME/RJ. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, SP, v. 28, n. 69, p. 718-747, 2021. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br//index.php/eae/article/view/3795>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SBIM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES. **Nota**: suspensão da vacinação contra a Covid-19 de jovens de 12 a 17 anos sem comorbidades. São Paulo, SP, 2021. Disponível em: <<https://sbim.org.br/noticias/1575-posicionamento-sobre-a-suspensao-da-vacinacao-de-adolescentes-sem-comorbidades-contra-a-covid-19>>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SOUZA, L. R.; RIOS-NETO, E. L. G.; QUEIROZ, B. L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de

SOUZA, L. de; SILVA, D. • Hospitalizações causam doenças? Divórcio prejudica o desempenho escolar dos filhos? Considerações sobre a importância de se diferenciar correlação de causalidade

Janeiro, RJ, v. 28, n. 1, p. 57-79, 2011. Disponível em: <<https://rebep.org.br/revista/article/view/85>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SOUZA, L. R. *et al.* Peer effects in college: how peers' performance can influence students' academic outcomes. **SocArXiv 7n6ks**, Center for Open Science, 2021. Disponível em: <<https://osf.io/preprints/socarxiv/7n6ks/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TROLLER-RENFREE, S. V. *et al.* The impact of a poverty reduction intervention on infant brain activity. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, Washington, DC, v. 119, n. 5, p. e2115649119, 2022. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.2115649119#change-history>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

WITBERG, G. *et al.* Myocarditis after Covid-19 vaccination in a large health care organization. **The New England Journal of Medicine**, Boston, v. 385, n. 23, p. 2132-2.139, 2.021. Disponível em: <<https://cris.bgu.ac.il/en/publications/myocarditis-after-covid-19-vaccination-in-a-large-health-care-org>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Envelhecimento saudável no Brasil

Luciana Correia Alves

A transição demográfica e o envelhecimento populacional há tempos não se resumem a uma realidade experimentada apenas pelos países desenvolvidos e de alta renda. É um fenômeno global, que ocorre mesmo em países menos desenvolvidos, como é caso de determinados países da África subsaariana, Ásia e América Latina. Ou seja, as sociedades têm vivenciado uma redução da parcela da população mais jovem e um aumento da população adulta e de idosos, tanto em números absolutos quanto relativos. A principal diferença entre cada um dos países se deve principalmente ao ritmo e à velocidade com que cada transição evolui ao longo do tempo.

Nesse cenário, o Brasil não é diferente. Desde os anos de 1940, o país vem passando por um processo acentuado de envelhecimento da sua população combinado com ganhos expressivos na sua longevidade, como consequência, principalmente, da redução da mortalidade infantil. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, a mortalidade infantil diminuiu de 29,0 para 11,56 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos entre 2000 a 2021 no país. A esperança de vida ao nascer aumentou em mais de 30 anos entre 1940 e 2010, atingindo o nível de 73,8 anos em 2010. Além disso, as projeções apontam que a população idosa brasileira (com 60 anos e mais) em 2050 representará mais de 23,6% da parcela populacional no país comparado com 10,8% em 2010 (IBGE, 2020).

Essa rápida mudança demográfica traz novos desafios e abre novas necessidades de mudanças e adaptações para os governos, os planejadores de política pública, a academia, os profissionais de diversos setores, a comunidade, as famílias e os próprios indivíduos no Brasil e em todo o mundo.

O aumento do número de idosos em termos absolutos e relativos associado ao aumento da sobrevivência da população têm despertado para questões relacionadas às condições de vida, à saúde e à forma como as pessoas estão vivendo os anos adicionais de vida. Viver mais pode ser algo positivo, na medida em que as pessoas possam desfrutar de independência, autono-

mia, qualidade de vida, acesso aos serviços de saúde e controle das doenças e suas consequências. Indivíduos que vivem mais e com uma melhor saúde fortalecem a sociedade. Por sua vez, se os anos adicionados forem caracterizados por problemas de saúde, isolamento social ou dependência de cuidados, as implicações podem ser muito mais negativas (OPAS, 2021).

Uma população saudável acarreta menor sobrecarga para os setores econômicos, sociais e de saúde de qualquer país. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define o envelhecimento saudável como um processo contínuo de otimização da habilidade funcional¹ e de oportunidades para manter e melhorar a saúde física e mental, promovendo independência, qualidade de vida ao longo da vida e bem-estar (OPAS, 2021). Em 1997, o Relatório de Saúde da Organização Mundial de Saúde já alertava para o fato de que uma maior longevidade sem qualidade de vida e saúde é um elemento-chave entre as sociedades que envelhecem.

Na *Sixty-Ninth World Health Assembly* realizada em 2016, a OMS, os Estados Membros e os Parceiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável criaram a Estratégia Global e Plano de Ação para Envelhecimento e Saúde para 2016–2020, seguida pelo programa da OMS “A Década do Envelhecimento Saudável 2020–2030”. Os cinco objetivos estratégicos estabeleceram como prioridades promover políticas públicas e alianças para o envelhecimento saudável na Região das Américas, apoiar o desenvolvimento de ambientes amigáveis, adaptados a todas as pessoas idosas, alinhar os sistemas de saúde para que atendam às necessidades específicas das pessoas idosas, desenvolver sistemas sustentáveis e equitativos de prestação de cuidados de longo prazo e melhorar a mensuração, o monitoramento e a pesquisa sobre envelhecimento (OPAS, 2021). A ideia desses cinco objetivos estratégicos é identificar e promover mundialmente a oportunidade de cada indivíduo viver mais, desfrutando de uma vida saudável e plena (RUDNICKA *et al.*, 2020).

Apesar de pesquisas serem conduzidas ao longo do tempo no Brasil para monitorar a saúde dos idosos, evidencia-se ainda uma lacuna na sistematização das informações voltadas para essa perspectiva sobre como anda de fato a estrutura de envelhecimento ativo e saudável no país.

¹ Habilidade funcional é ter a capacidade de permitir que as pessoas sejam e façam o que elas valorizam como desenvolver suas necessidades básicas, tomar decisões, movimentar-se, construir e manter relações e contribuir para a sociedade (BEARD *et al.*, 2016).

É fato o quão rápido o Brasil tem avançado na sua transição demográfica e no ganho de longevidade. Isso reflete diretamente no aumento substancial de idosos longevos, como, por exemplo, os centenários (NEPOMUCENO; TURRA, 2020). É provável que os ganhos em longevidade nas idades mais jovens façam com que a mortalidade aconteça mais próximo do limite biológico humano ou em uma fase mais tardia, favorecendo um aumento da parcela da população de idosos mais idosos no país. Essa tendência se traduz e vai de encontro à hipótese da compressão da mortalidade proposta (FRIES, 1980). Pinheiro (2019) e Gonzaga e Costa (2016) observaram, em análises realizadas para o Brasil e regiões entre 1980 e 2010, uma diminuição da mortalidade em idades mais jovens e um deslocamento da distribuição dos óbitos para as idades mais avançadas e sinais de mudanças na variabilidade da idade à morte, sugerindo um possível processo de compressão da mortalidade em andamento, semelhante ao que ocorre na maioria dos países que experimentam baixos níveis de mortalidade.

Paralelamente à transição demográfica, o Brasil também vem passando por um rápido processo de transição epidemiológica, caracterizado por uma mudança na forma de morrer e adoecer das pessoas. A transição epidemiológica consiste na substituição das doenças transmissíveis por doenças não transmissíveis e causas externas. Além disso, há um deslocamento da carga de morbimortalidade dos grupos mais jovens aos grupos mais idosos e transformação de uma situação em que predomina a mortalidade para outra na qual a morbidade é dominante (OMRAN, 1971). Existe uma correlação direta entre os processos de transição epidemiológica e demográfica. A princípio, o declínio da mortalidade se concentra seletivamente entre as doenças infecciosas e tende a beneficiar os grupos mais jovens da população, que passam a conviver com fatores de risco associados às doenças crônico-degenerativas, o que desencadeia mudanças no padrão de utilização dos serviços de saúde e no aumento de gastos no setor na medida que a coorte caminha no tempo.

O Brasil apresenta algumas particularidades em relação à sua transição epidemiológica, o que a diferencia da transição que ocorre nos países desenvolvidos. A primeira delas é a polarização epidemiológica, com a existência simultânea de elevadas taxas de morbidade e mortalidade por doenças crônico-degenerativas e de doenças transmissíveis, cuja mortalidade ainda é elevada em comparação com as taxas de países de alta renda. Além disso, há uma superposição entre as etapas nas quais predominam as doenças infecto-contagiosas e crônico-degenerativas e a contratransição que se refere à rein-

trodução de doenças transmissíveis ou à intensificação de outras, indicando um perfil não unidirecional e diferente dos países desenvolvidos, onde as doenças crônicas substituíram as doenças infectocontagiosas. Além disso, a transição epidemiológica no Brasil apresenta ainda um grau de complexidade devido às enormes desigualdades sociais e econômicas ao longo do território nacional e que refletem diretamente nos indicadores. Observam-se níveis de mortalidade e morbidade diferentes tanto entre os grupos populacionais quanto entre e dentro de uma mesma região, estado ou cidade (POSSAS, 1989; FRENK *et al.*, 1991; PRATA, 1992; SCHRAMM *et al.*, 2004; ARAÚJO, 2012).

Todas essas especificidades que envolvem a transição da mortalidade e o aumento da longevidade no Brasil, com uma predominância de um forte padrão regional, com as desigualdades socioeconômicas e históricas, as peculiaridades da transição epidemiológica associada à discussão da extensão do tempo vivido, a qualidade de vida em idades mais avançadas com autonomia e independência e o envelhecimento saudável, apontam para o fato de que indicadores de mortalidade e esperança de vida por si só não são mais suficientes. Torna-se essencial estimar o tempo médio de vida ou o número médio de anos que uma pessoa em determinada idade espera viver com uma determinada condição.

É nessa discussão que se insere o presente capítulo. Pretende-se avançar nas reflexões sobre longevidade e envelhecimento saudável no Brasil. É urgente reunir um conjunto de informações e traçar um panorama sumário da situação do envelhecer no país. Atualmente, o envelhecimento é uma das maiores preocupações de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, especialmente os da área de demografia, saúde pública, geriatria e gerontologia.

A partir das experiências dos países de baixa mortalidade, três teorias emergiram ao longo do tempo. Gurenberg (1977) ressaltou que, se o aumento na expectativa de vida com o avançar das idades é causado principalmente por avanços da medicina e pela prevenção de óbitos por doenças crônicas, uma maior quantidade de pessoas iria viver os anos adicionais de vida com doenças crônicas e, conseqüentemente, haveria a extensão da morbidade ou *Failures of Success*.

A teoria da compressão da morbidade foi introduzida por Fries (1980) em 1980 como a hipótese do envelhecimento saudável e fazia um contraponto à teoria da expansão da morbidade de Gurenberg. Essa nova teoria apre-

sentava um olhar mais otimista, propondo que, por meio de medidas preventivas, a idade média ao surgimento de doenças crônicas, incapacidades e suas complicações poderia ser adiada para mais perto do fim da vida. A teoria de Fries era caracterizada pelo ideal de uma vida longa e majoritariamente saudável, composta por um período relativamente curto de doenças crônicas e suas complicações. Um aspecto central dessa teoria era o argumento da existência de um limite para a vida em torno de 85 anos.

Finalmente, Manton (1982) propôs uma visão intermediária entre a compressão e a extensão da morbidade, definida como equilíbrio dinâmico, no qual a prevalência de doenças crônicas, incapacidades e situações de saúde adversas pode aumentar à medida que a mortalidade diminui, mas o tempo vivido em situações mais graves seria reduzido.

Diante deste contexto, o cálculo da expectativa de vida saudável ganhou mais importância do que a expectativa de vida propriamente dita. A expectativa de vida saudável se refere ao número médio de anos de vida que uma pessoa de certa idade pode esperar viver saudável, mantendo a prevalência de morbidade e as taxas de mortalidade no grupo etário (JAGGER; HAUET; BROUARD, 2001). A literatura aponta a vantagem de se obter indicadores que adicionam a informação de mortalidade e morbidade de maneira combinada, uma vez que são consideradas ferramentas importantes para monitorar tendências e mudanças do estado de saúde e tempo vivido nas populações reais. Além disso, possibilitam concluir a respeito da ocorrência da expansão ou compressão da morbidade (ROBINE *et al.*, 2003) e também são úteis para avaliar o efeito de políticas de saúde e sociais (BONE; BEBBINGTON; NICOLAAS, 1998).

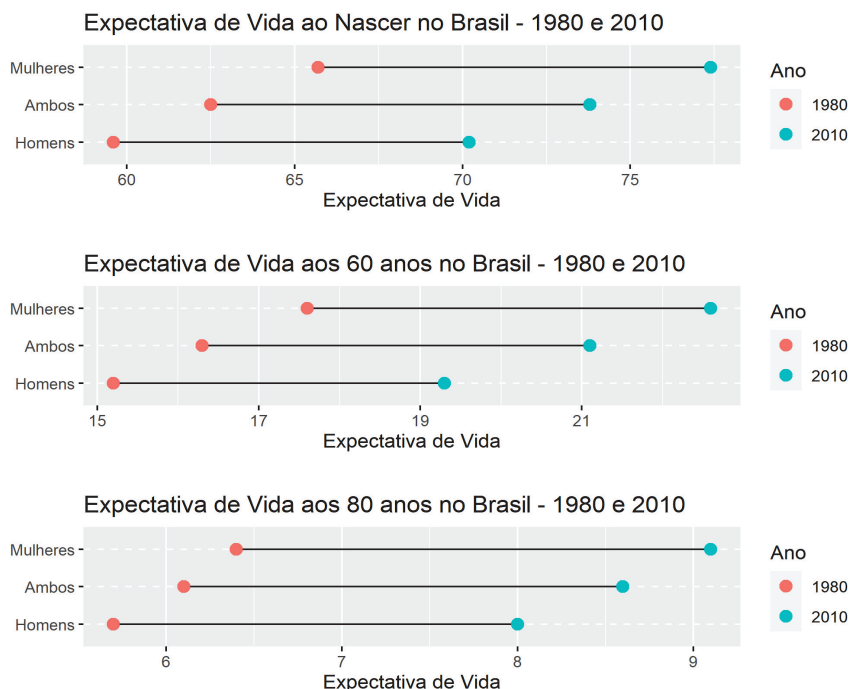
Existe uma grande quantidade de indicadores coletados em pesquisas de base populacional realizadas no Brasil. A maioria deles é autorreferida e cada um resume ou mede aspectos de saúde diferentes. Dentre eles podemos citar a autopercepção de saúde, a capacidade funcional, a fragilidade, as doenças crônicas, a capacidade cognitiva, a obesidade, dentre outras.

Há um número razoável de estudos prévios realizados no país que estimaram a expectativa de vida saudável e que lançaram mão de uma variedade de indicadores, recortes temporais, tanto em nível regional quanto da totalidade brasileira (CAMARGOS *et al.*, 2019; ALVES; PEREIRA, 2018; CAMARGOS; GONZAGA, 2015; NEPOMUCENO; TURRA, 2015; CAMPOLINA *et al.*, 2014; ANDRADE *et al.*, 2014; ROMERO; LEITE; SZWARCOWALD, 2005; ALVES; ARRUDA, 2017; ALVES *et al.*, 2019).

Na maioria desses estudos foi utilizado o método de Sullivan (1971), que é o principal método de decomposição da expectativa de vida segundo um certo aspecto de saúde (IMAI; SONEJI, 2007). A maior vantagem do método para a realidade brasileira é o fato de ele utilizar informações de saúde por meio de estudos transversais, uma vez que os estudos longitudinais, que fornecem os cenários mais fidedignos, ainda são bastante escassos no país. O método Sullivan consiste em estimar a expectativa de vida com ou sem uma condição baseada na construção de uma tábua de vida, a partir das entradas da informação de mortalidade e população por grupos de idade e sexo conjugadas com a prevalência do evento que estamos investigando. Decompondo a tábua de vida e aplicando a proporção/prevalência de pessoas sem determinada condição de saúde na faixa etária x a $x+n$ aos ${}_nL_x$ derivados da tábua de vida, que são os anos-pessoas vividos de x a $x+n$ e que correspondem ao total de anos vividos pela coorte no intervalo, obtêm-se os anos-pessoas vividos em um determinado intervalo de idade livre da condição de saúde analisada. Finalmente, a expectativa de vida saudável é estimada por meio da divisão deste resultado pelo ${}_nL_x$, que é o número de sobreviventes na idade x , e pode ser interpretada como o número médio de anos vividos sem determinada condição de saúde. Maiores detalhes do método podem ser obtidos em Jagger; Hauet e Brouard (2001).

Envelhecimento e saúde

A análise da mudança da expectativa de vida ao nascer, aos 60 e 80 anos entre 1980 e 2010 no Brasil, confirma os ganhos expressivos em longevidade no país, especialmente nas idades mais avançadas. Nota-se um aumento médio dos anos de vida expressivo nos grupos de idosos mais longevos e em favor das mulheres entre 1980 e 2010. Ao completar 80 anos, em 1980, as mulheres esperavam viver cerca de 6,4 anos em média e, em 2010, a expectativa de vida alcançou 9,1 anos comparativamente a 5,7 e 8,0 anos dos homens, respectivamente (Figura 1).

Figura 1 – Expectativa de vida ao nascer, aos 60 e 80 anos no Brasil, 1980 e 2010

Fonte: IBGE (2010; 1980). Censo Demográfico.

Considerando esse debate e a necessidade de entender se os ganhos na expectativa de vida estariam associados ao envelhecimento saudável ou bem-sucedido no Brasil, Camargos e Gonzaga (2015) calcularam a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 1998 e 2008, utilizando o método Sullivan, a expectativa de vida livre de incapacidade funcional², com boa autopercepção de saúde e livre de doenças crônicas. Os achados apontaram para um aumento da expectativa de vida entre os anos analisados e um aumento da expectativa de vida saudável nas idades mais avançadas para os três indicadores calculados. Em geral, as mulheres exibiram um cenário mais negativo, vivendo o seu tempo adicional de vida com uma pior saúde. Com exceção da incapacidade funcional para as

² A incapacidade funcional pode ser definida como a inabilidade ou a dificuldade de realizar tarefas que fazem parte do cotidiano do ser humano e que normalmente são indispensáveis para uma vida independente na comunidade (YANG; GEORGE, 2005).

mulheres, os resultados mostraram um aumento ou manutenção do tempo vivido em melhores condições de saúde entre 1998 e 2008 (Figura 2).

Figura 2 – Porcentagem de anos de vida com percepção de saúde boa, livre de incapacidade funcional e livre de doenças crônicas segundo sexo entre idosos de 60 e 80 anos no Brasil: 1998 e 2008

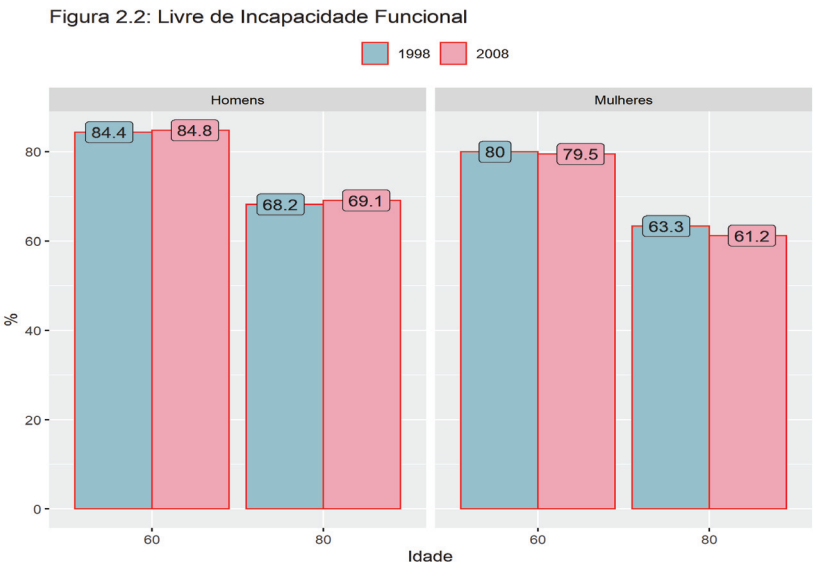
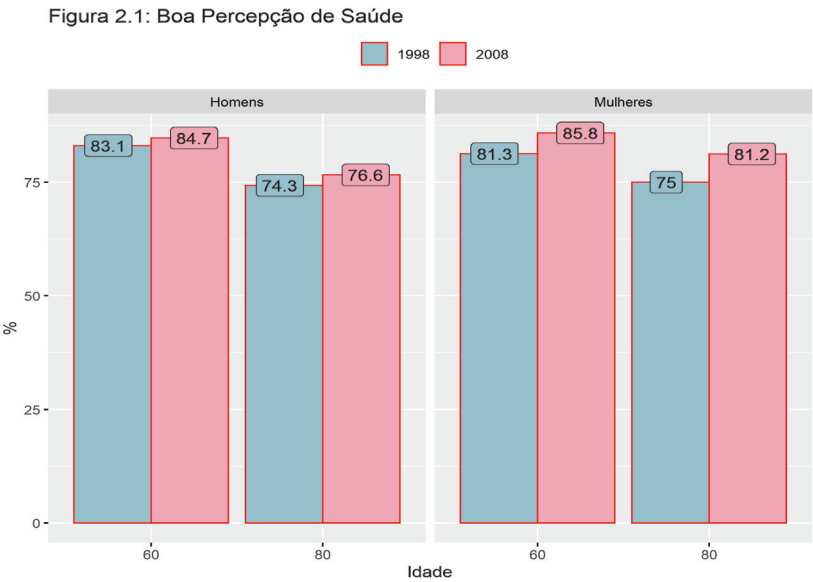
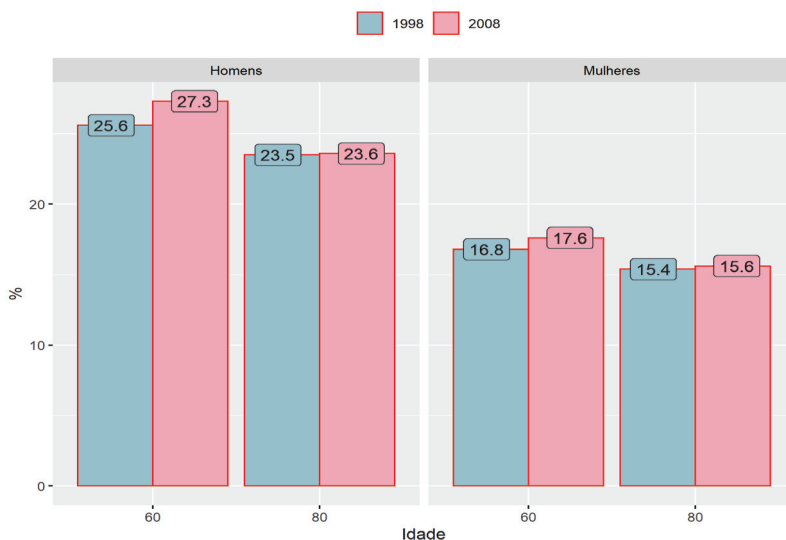


Figura 2.3: Livre de Doenças Crônicas



Fonte: PNAD dos anos de 1998 e 2008 e as tábuas de vida completas do IBGE, 1998 e 2008. Adaptado de Camargos e Gonzaga (2015).

Em um outro estudo conduzido em 2019, Camargos e colaboradores (2019), utilizando a PNAD-1998 e Pesquisa Nacional de Saúde – PNS (2013), investigaram a evolução da expectativa de vida livre de incapacidade funcional, aos 60, 70 e 80 anos, segundo sexo, por meio do método Sullivan para a população brasileira e regiões. Os autores encontraram uma maior expectativa de vida livre de incapacidade funcional no Brasil e nas regiões nordeste, sudeste e sul. Isso sinaliza para um possível aumento de anos vividos saudáveis no país. Os resultados mostram também que, apesar das mulheres idosas apresentarem uma maior sobrevivência em relação aos homens, elas vivem uma menor proporção do tempo livre de incapacidade funcional. Vale destacar que o estudo comparou os indicadores em dois períodos de tempo e baseado em dois bancos de dados distintos: PNAD e PNS.

A partir dos dados da PNAD 1998 e 2008, Alves e Arruda (2017), conduziram um estudo com o objetivo de estimar a expectativa de vida saudável com e sem uma doença crônica específica (hipertensão, diabetes, bronquite/asma e doença cardíaca) e estratificado por nível socioeconômico. Os resultados encontraram que, apesar do aumento da longevidade,

dade evidenciado entre 1998 e 2008 para ambos os sexos, quando a expectativa de vida foi decomposta para cada doença crônica, os resultados apontavam que os idosos viviam em média mais tempo com hipertensão do que com outras doenças crônicas. Ou seja, a hipertensão arterial foi a doença crônica que exercia os maiores efeitos nos anos adicionais de vida vividos pelos idosos, seguido da doença cardíaca. Outro achado interessante obtido no referido estudo foi que, apesar das mulheres apresentarem uma maior expectativa de vida comparativamente aos homens, elas vivem mais tempo em condições desfavoráveis de saúde, evidenciando um efeito ainda mais negativo nos grupos de renda mais baixa. A educação foi o fator socioeconômico que mais influenciava na expectativa de vida saudável, sendo que a situação foi mais positiva para as mulheres idosas em relação aos homens e para as idades mais jovens (60 anos) nos dois períodos de tempo. Ou seja, uma maior escolaridade adicionava mais vantagens para a saúde das mulheres do que uma maior renda. Apesar disso, a desigualdade socioeconômica afetava a saúde das mulheres mais negativamente do que a dos homens. A pesquisa conclui que, apesar das diferenças do tempo vivido pelos idosos com cada doença, observa-se um aumento dos anos adicionais de vida com doenças crônicas ao longo do tempo.

Em um estudo de decomposição sobre a expectativa de vida livre de depressão (EVLD) por raça/cor da pele no Brasil, entre 1998 e 2013, conduzido com os dados da PNAD e PNS usando o método Sullivan, Alves e Pereira (2018) observaram que, entre os idosos aos 60 anos, as mulheres brancas apresentaram menor EVLD, que representava 84,1% da expectativa de vida total (EVT) em 1998. Por sua vez, os homens pretos e pardos e homens de outra raça/cor da pele apresentaram os maiores percentuais de EVLD em 2013 (98,0% e 99,5%, respectivamente). Em geral, os homens idosos tiveram uma menor proporção de anos vividos com depressão quando comparados às mulheres dos mesmos grupos de cor da pele (Figura 3).

Figura 3 – Porcentagem de anos de vida sem depressão segundo raça e sexo entre idosos de 60 e 80 anos no Brasil: 1998, 2008 e 2013



Fonte: PNAD, PNS, IBGE – 1998, 2008 e 2013. Adaptado de Alves e Pereira (2018).

Utilizando a técnica intercensitária, Nepomuceno e Turra (2015) calcularam, com os dados da PNAD 1998, 2003 e 2008, a expectativa de vida saudável condicional e não condicional ao estado de saúde atual das mulheres acima de 65 anos no Brasil. No presente estudo, o estado de saúde foi definido como a dificuldade em realizar as atividades básicas de vida diária (ABVD)³. A ABVD é uma dimensão do indicador de capacidade funcional. Os autores encontraram que os anos adicionais de vida das idosas brasileiras dependiam da saúde atual delas. Outro achado interessante foi que, entre 1998 e 2003, a quantidade de tempo vivido com incapacidade foi de 9,8% e

³ As AVDs consistem nas tarefas de autocuidado, como tomar banho, vestir-se, alimentar-se, deitar/levantar da cama, usar o sanitário, atravessar um cômodo caminhando. As ABVDs se baseiam no índice de Katz, e a medida reflete um substancial grau de incapacidade (KATZ *et al.*, 1963).

que a porcentagem aumentava de forma expressiva (66,2%) quando as mulheres apresentavam algum grau de incapacidade funcional aos 65 anos. O estudo conclui que os anos adicionais de vida ganhos eram predominantemente vividos em estados não saudáveis.

Considerações finais

Conforme destacado acima, o Brasil é um país que vem experimentando um rápido processo de envelhecimento e da sobrevivência da sua população. Esse fenômeno é evidenciado também nas idades mais avançadas como resultado da redução da mortalidade nesses grupos etários. Apesar de não existir um consenso entre as pesquisas, a maioria dos resultados que consideram o país como um todo sugerem um padrão de extensão da morbidade a partir do ano de 1998. Ou seja, os idosos no Brasil estão vivendo mais e em piores condições de saúde.

Adicionalmente, é fato que a situação pode piorar, uma vez que, em um período curto de tempo, o país observará um cenário ainda maior do número de idosos em sua população.

Pereira (2021) projetou a prevalência de idosos com incapacidade funcional no Brasil para 2030 e encontrou que 15% dos idosos brasileiros apresentarão incapacidade. As mulheres representarão 20,2% e os homens 11,9%. Em relação ao tamanho da população idosa com incapacidade funcional, as projeções para 2030 apontam que 2.205.532 dos idosos masculinos e 4.138.500 das idosas (65,23%) viverão com algum tipo de incapacidade funcional. E em 2008 esse percentual era de 63%, indicando um aumento das mulheres idosas com incapacidade funcional. A autora também ressalta que, mesmo em um contexto de melhora da saúde entre os idosos e que as prevalências de incapacidade funcional não sofram muitas alterações, devido ao envelhecimento populacional e maior longevidade, observar-se-á que os idosos com incapacidade funcional irão aumentar consideravelmente. O número de idosos com incapacidade funcional em 2008 foi de 3.231.107 idosos, alcançando um aumento de 96,34% de idosos com incapacidade funcional. E a população idosa aumentou 98,12% em 2008. Ou seja, a elevação da população idosa com incapacidade funcional está acompanhando o crescimento da população idosa total.

Jagger, Hauet e Brouard (2006) também concluíram que mesmo uma redução de 2% da prevalência de incapacidade funcional a cada ano não

é suficiente para desacelerar o aumento de idosos com incapacidade funcional.

Há ainda muitas incertezas sobre a forma como o país está de fato envelhecendo. Se com mais ou menos saúde. É possível que tenhamos em um futuro próximo resultados alinhados com a hipótese da expansão da morbidade, como mostrados pela maioria dos estudos supracitados acima. Entretanto, os achados das projeções sugerem que os idosos mais idosos terão maior prevalência de incapacidade funcional comparados aos mais jovens aproximando mais com a hipótese da compressão da morbidade, apontando que os idosos podem viver mais tempo saudáveis.

Seja lá qual for a tendência do envelhecimento no Brasil em termos de saúde, a “Década do Envelhecimento Saudável” exigirá uma resposta rápida de todos os países a respeito das estratégias que cada um deverá adotar para melhorar as condições de vida e saúde das pessoas idosas, dos seus familiares, cuidadores e da sociedade como um todo.

Nesse contexto, é urgente que o Brasil assuma um maior protagonismo e integre seus esforços em uma colaboração internacional, com a finalidade de atingir as suas metas do plano da Década. Para tal, faz-se necessário alinhar e articular ações com o governo e a sociedade civil, fortalecer políticas locais e regionais com o objetivo de construir caminhos e mecanismos sólidos para promover um envelhecimento ativo e saudável da sua população.

O presente capítulo limitou-se a apresentar algumas análises em nível de Brasil total, com alguns indicadores selecionados, mas promover um monitoramento em vários níveis de desagregação regionais e locais e segundo características demográficas, socioeconômicas e epidemiológicas será imprescindível para implementação efetiva dos programas pretendidos sobre envelhecimento saudável, devido à grande variabilidade e desigualdade que o país apresenta.

E como estabelece o plano da Década do Envelhecimento Saudável 2020-2030, um envelhecimento ativo e saudável pode ser uma realidade para todos. E uma boa saúde adiciona vida aos anos.

Referências

ALVES, L. C. *et al.* Inequalities in life expectancy with frailty among brazilian older adults: a multistate approach. **Innovation in Aging**, United Kingdom, v. 3, n. 4, p. 1-9, 2019.

ALVES, L. C.; PEREIRA, C. C. Race, sex and depression-free life expectancy in Brazil, 1998-2013. **International Journal of Population Studies**, Singapore, v. 4, n. 1, p. 1-9, 2018.

ALVES, L. C.; ARRUDA, N. M. Socioeconomic differentials and disease-free life expectancy of the elderly in Brazil. **International Journal of Population Studies**, Singapore, v. 3, n. 1, p. 64-78, 2017.

ANDRADE, F. C. D. *et al.* Life expectancy with and without cognitive impairment among brazilian older adults. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, Amsterdam, v. 58, n. 2, p. 219-225, 2014.

ARAÚJO, J. D. Polarização epidemiológica no Brasil. **Informe Epidemiológico do SUS**, Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 6-15, 1992.

BEARD, J. R. *et al.* The world report on ageing and health: a policy framework for healthy ageing. **The Lancet**, London, v. 387, n. 10.033, p. 2.145-2.154, 2016.

BONE, M. R.; BEBBINGTON, A. C.; NICOLAAS, G. Policy applications of health expectancy. **Journal of Aging and Health**, Califórnia, v. 10, n. 2, p. 136-153, 1998.

CAMARGOS, M. C. S. *et al.* Estimativas de expectativa de vida livre de incapacidade funcional para Brasil e Grandes Regiões, 1998 e 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 24, n. 3, p. 737-747, 2019.

CAMARGOS, M. C. S.; GONZAGA, M. R. Viver mais e melhor? Estimativas de expectativa de vida saudável para a população brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 31, n. 7, p. 1.460-1.472, 2015.

CAMPOLINA, A. G. *et al.* Expansion of morbidity: trends in healthy life expectancy of the elderly population. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, SP, v. 60, n. 5, p. 434-441, 2014.

FRENK, J. *et al.* La transición epidemiológica en América Latina. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**. Washington, DC, v. 111, n. 6, p. 485-496, 1991.

FRIES, J. F. Ageing, natural death, and the compression of morbidity. **The New England Journal of Medicine**, Boston, v. 303, p. 130-135, 1980.

GONZAGA, M. R.; COSTA, J. V. Compressão da mortalidade: tendências e diferenciais regionais na variabilidade da idade à morte no Brasil, 1980-2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20, 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016. Disponível em: <<https://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2757/2653>>.

GURENBERG, E. M. The failure of success. **Milbank Memorial Fund Quarterly**, New York, NY, v. 55, n. 1, p. 3-24, 1977.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Painel de indicadores**: indicadores sociais. Mortalidade infantil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadore/s.html>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 1910-2050 Revisão 2008**. Rio de Janeiro, RJ, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

IMAI, K.; SONEJI, S. On the estimation of disability-free life expectancy. **Journal of the American Statistical Association**, New York, NY, v. 102, n. 480, p. 1.199-1.211, 2007. <https://doi.org/10.1198/016214507000000040>.

JAGGER, C. *et al.* **Compression or expansion of disability?: forecasting future disability levels under changing patterns of diseases**. London: King's Fund, 2006.

JAGGER, C.; HAUET, E.; BROUARD, N. **Health expectancy calculation by the Sullivan method: a practical guide**. Paris: Institut National d'Etudes Démographiques, 2001. Disponível em: <https://reves.site.ined.fr/fichier/s_rubrique/20184/rp408.en.pdf>.

KATZ, S. *et al.* Studies of illness in the aged. The index of ADL: a standardized measure of biological and psychosocial function. **JAMA**, Chicago, v. 185, n. 21, p. 914-991, 1963.

MANTON, K. G. Changing concepts of morbidity and mortality in the elderly population. **Milbank Memorial Fund Quarterly**, New York, NY, v. 60, n. 2, p. 183-244, 1982.

NEPOMUCENO, M. R.; TURRA, C. M. The population of centenarians in Brazil: historical estimates from 1900 to 2000. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 46, n. 4, p. 813-833, 2020.

NEPOMUCENO, M. R.; TURRA, C. M. Tendências da expectativa de vida saudável de idosos brasileiras, 1998-2008. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 49, n. 1, p. 1-8, 2015.

OMRAN, A. R. The epidemiological transition: a theory of the epidemiology of population change. **Milbank Memorial Fund Quarterly**, New York, NY, v. 49, n. 4, p. 509-583, 1971.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PEREIRA, A. C. R. **Fatores associados e projeção de idosos com incapacidade funcional no Brasil**. 2021. 174 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em:

<<https://hdl.handle.net/20.500.12733/2480>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

PINHEIRO, P. C. **Mortality differentials in Brazil: an analysis using modal age at death and measures of dispersion**. 2019. 171 f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.

POSSAS, C. **Epidemiologia e sociedade, heterogeneidade e saúde no Brasil**. São Paulo, SP: Hucitec, 1989.

PRATA, P. R. A transição epidemiológica no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 8, n. 2, p. 168-175, 1992.

ROBINE, J. M. *et al.* (ed.). **Determining health expectancies**. England: John Wiley & Sons Ltd., 2003.

ROMERO, D. E.; LEITE, I. C.; SZWARCWALD, C. L. Healthy life expectancy in Brazil: applying the Sullivan method. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, supl. 1, p. S7-S18, 2005.

RUDNICKA, E. *et al.* The World Health Organization (WHO) approach to healthy ageing. **Maturitas**, Amsterdam, v. 139, p. 6-11, 2020.

SCHRAMM, J. M. A. *et al.* Transição epidemiológica e o estudo de carga de doença no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 9, n. 4, p. 897-908, 2004.

SULLIVAN, D. F. A single index of mortality and morbidity. **HSMH Health Report**, [S. l.], v. 86, n. 4, p. 347-354, 1971.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global strategy and action plan on ageing and health 2016–2020: towards a world in which everyone can live a long and healthy life. In: WHO. **World Health Assembly**, 69. Geneva, 2016.

YANG, Y.; GEORGE, L. K. Functional disability, disability transitions, and depressive symptoms in late life. **Journal of Aging and Health**, Califórnia, v. 17, n. 3, p. 263-292, 2005.

Covid-19 e suicídios: saúde mental e sintomas sociais num mundo em crise

Margareth Arilha

Tirza Aidar

Introdução

O incremento do suicídio em escala mundial, especialmente na última década, e o fenômeno pandêmico da Covid-19 nos últimos dois anos exigem esforços de reflexão sobre influências no campo da saúde mental. Uma epidemia sempre está dimensionada histórica, política e culturalmente. Tanto suas formas de estabelecimento assim como sua disseminação são resultado de uma vasta gama de sentidos que se constroem e podem ser entendidas com concepções teóricas que vão desde a história até a filosofia, epidemiologia, psicanálise e demografia, dentre outras vertentes.

Desde o início da pandemia da Covid-19, os campos da saúde pública e da saúde mental apontaram para os riscos de que as características da pandemia, de alto impacto sobre a saúde pública com alta letalidade, poderiam gerar sequelas importantes do ponto de vista psíquico, inclusive no campo do suicídio.

A ameaça trazida pela Covid-19 superou as questões da saúde física e tem se configurado como um dos maiores fenômenos de impacto em torno da saúde mental, para todas as populações, e em todas as faixas etárias. Particularmente, os temas associados ao isolamento social geraram ansiedades, depressões, angústias, provocando novas questões afetivas, sociais e econômicas em todos os contextos da vida humana e trouxeram questões sobre os cenários da violência autoprovocada.

A quarta onda da Covid-19 foi anunciada como a onda dos impactos em saúde mental; no entanto, os descompassos psíquicos se instalaram desde o início da pandemia. As questões de saúde mental ganharam proporções importantes, trazendo urgência em seu atendimento e gerando necessidade de respostas inovadoras. Se o fenômeno do suicídio tem recebido atenção constante nos últimos anos no Brasil e globalmente, a pandemia da Covid-19

acelerou as preocupações previamente existentes. As impossibilidades do presente e o desconhecimento do futuro geraram sensações de desamparo em famílias com seus membros prejudicados do ponto de vista físico, psíquico, financeiro e social. Famílias e comunidades perceberam-se despreparadas para a intensidade do que têm sido vivido, por estarem ocupadas com a sobrevivência em torno das pressões de toda ordem, especialmente as mulheres, geralmente situadas entre o cuidado da manutenção da vida de pessoas saudáveis e das que exigem cuidado efetivo.

No campo da violência autoprovocada, alertou-se (FAUST *et al.*, 2020; KLAMEK; ANAT, 2020) para o fato de que o medo de contágio, incertezas, *stress* crônico e dificuldades econômicas aumentariam a vulnerabilidade de indivíduos e populações, especialmente os de menor resiliência, e moradores de áreas mais expostas, ou que já haviam perdido familiares. Sher (2020) claramente estabelece que desde o início da pandemia já seria visível o impacto psicológico e psiquiátrico no mundo da pandemia de Covid-19, e como sua ação deveria seguir presente por meses e anos futuros, tanto para os que passaram pela experiência e sobreviveram, como para seu entorno.

Os lutos efetivos e simbólicos se acumularam, gerando a estruturação de diferentes reações e quadros com alterações psíquicas. A compreensão de que a solução da pandemia demoraria, fez surgir quadros de ansiedades profundas, medos, angústias e depressões, fadigas psíquicas com muitos quadros de estresse pós-traumático, além de evidenciar-se de forma contundente, e potencializar quadros críticos, muitas vezes anteriormente instalados. Ao mesmo tempo que ofereceu um contorno de legitimidade para o campo da saúde mental, anteriormente mais estigmatizado (KLAMEK; ANAT, 2020).

O Banco Mundial realizou projeções e estimativas de que o desemprego gerado pela epidemia resultaria num aumento de cerca de 10 mil mortes por suicídio em função das tensões e mudanças no campo da produção (KAWOLH; NORDT, 2020; DAS *et al.*, 2021), com cálculos consequentes de que, para cada suicídio, outras 20 tentativas de suicídio sucederiam também. *Hotlines* e serviços imediatos têm sido indicados para início imediato no sentido de se evitar a perda de mortes prematuras.

Os adultos mais velhos foram citados como o grupo particularmente afetado, com doenças crônicas já instaladas, e que provavelmente teriam agravado seus sintomas psíquicos e psiquiátricos, quer seja pela experiência direta ou familiar com a Covid-19, ou com seu entorno afetado, aumentando o risco de fenômenos suicidas (WAND *et al.*, 2020). Embora todo o

quadro seja muito negativo, Thakur e Jain (2020) chamam atenção para as configurações singulares de cada sujeito. A incapacidade da sociedade de lidar com os sofrimentos psíquicos trazidos pela pandemia seriam os fatores mais drásticos relacionados ao trato do fenômeno da violência autoprovocada. E é nesse sentido que se fala aberta e consistentemente da urgência da presença de ações que abordem a escuta das angústias dos sujeitos contemporâneos.

Passados dois anos, a gravidade e contundência da pandemia são evidenciadas, *vis-à-vis* os números do suicídio no Brasil, nos últimos anos e, em particular, nos últimos meses. Essa configuração possibilita a reflexão sobre a eventual influência, superposição, inter-relação entre os fenômenos de violência autoprovocada e da pandemia pela Covid-19, possibilitando analisá-los sob a perspectiva multidisciplinar, especialmente à luz de teorias sociais, demográficas e psicanalíticas. Atualmente, ainda que não seja possível afirmar até o momento as correlações e interferências recíprocas, tal cenário permitiu construir os fenômenos do suicídio como um sintoma social.

Covid-19 e suicídios como sintoma social: um debate entre campos disciplinares

A presença constante e crescente dos números do suicídio em todos os países do mundo permite desenhar a hipótese de que o suicídio se encadeia em uma lógica de sintoma social, revelando o sofrimento final de sujeitos que vivem em momentos psíquicos críticos, resultantes da experiência de processos subjetivos dificilmente expressos em linguagem. Embora medidas preventivas sejam sempre desejáveis, em cenários de políticas públicas (BRUNHARI; DARRIBA, 2010), é central a atenção a um sujeito dividido que se revela não apenas por suas expressões de consciência, mas também inconscientes.

O que seria um sintoma social? Lacan (2007) resgata o conceito de sintoma de Marx e, sobre ele, estende o desenvolvimento alcançado por Freud, criando suas próprias perspectivas. Na Psicanálise, ainda que haja uma diversidade conceitual entre lacanianos do que seria um sintoma social, o fato é que o conceito marca uma aproximação entre Marx e Lacan. Žižek (2008) aposta na semelhança entre os teóricos, uma vez que o sintoma é sempre expressão de uma verdade que se encontra encoberta. Antecedendo a Freud e a Durkheim, Marx, ainda no século XIX, fala da relevância das distintas

desigualdades, mostrando, por exemplo, como as restrições que uma mulher diante de uma gravidez indesejada e sem acesso a um aborto poderia sofrer, sendo conduzida à morte como última forma de sobreviver, um suicídio. Assim, para além das questões de classe, as questões específicas produtoras de desigualdades de gênero, raça/etnia, ou outras, poderiam criar as verdadeiras das desigualdades, transformadas portanto em sintomas sociais que poderiam chegar a provocar um suicídio.

Durkheim tipifica o suicídio em 1897 e desfaz a correlação existente e estigmatizante com a loucura. Fala de sua presença em diferentes tipos psíquicos (maníacos, melancólicos, obsessivos, implosivos e automáticos), mas também concluirá que nenhum deles teria uma relação estável, regular e incontestável com o ato suicida. O autor conclui, assim, que o fenômeno dependerá de causas sociais, sendo um fenômeno coletivo, e que poderia significar a antítese da solidariedade.

Marx, que antecede a Durkheim em seu interesse de olhar para a questão do suicídio, traz um componente adicional, ao situar a questão do suicídio num contexto das contradições internas e tensionais entre o que se supõe ser vida interna e externa; no dizer da autora (RODRIGUES, 2009, p. 700), “se a obra de Durkheim enfatiza o suicídio como um fenômeno social, a de Marx desvela uma faceta desconhecida de um dos mais importantes pensadores da humanidade: suas ideias sobre as relações pessoais e sobre o mundo privado”. Ao produzir um estudo sobre os registros de memória de um policial, Jacques Peuchet – um diretor dos Arquivos de Polícia Francesa durante a Restauração –, Marx traz comentários informais sobre as anotações de casos “sobre a vida, a morte, a família, o aborto, a escravidão, o patriarcado, o feminismo”. O autor indica como a “sociedade moderna como um deserto; um deserto habitado por bestas selvagens... descrevem vidas que se deslindam no reino da hostilidade, cuja regra é a de todos contra todos... restando aos indivíduos apenas duas alternativas: ser vítima ou carrasco... (RODRIGUES, 2009, p. 704).

Com Freud e com Lacan há uma constituição conceitual do suicídio, que consistiu em dois momentos específicos: inicialmente bastante voltado a uma agressividade dirigida a uma pessoa amada, como vingança e também como expressão de culpa por sentimentos hostis, solidificados posteriormente com os desenvolvimentos teóricos associados ao narcisismo e a melancolia (BRUNHARI; DARRIBA, 2014). Posteriormente, num segundo momento do desenvolvimento de sua obra, a teoria do suicídio anterior-

mente estabelecida é aprofundada, especialmente considerando a pulsão de morte e suas relações com as instâncias psíquicas e com a pulsão de vida (SANTOS, 2014). Freud estabelece uma articulação entre suicídio e melancolia (BRUNHARI; DARRIBA, 2014). Tanto no caso Dora (FREUD, 2016) quanto no caso do Homem dos Ratos (FREUD, 2013), as tentativas de suicídio estariam associadas à agressão e/ou ambivalência afetiva dirigida a outras pessoas, a objetos externos, especialmente ao pai. Aos poucos, Freud constitui sua concepção de agressão ao objeto internalizado, fala da identificação narcísica, e ao mesmo tempo termina mostrando de que maneira a pulsão de morte é apossada pelo superego, terminando por destruir o próprio ego. Na concepção de Vanier (2002), o sintoma passa com Freud a funcionar como “testemunha radical da constituição do sujeito e do eu”.

Lacan foi um dos primeiros psicanalistas a perceber o imenso alcance teórico da noção freudiana de desamparo (PEREIRA, 1999), clarificando como a questão central da Psicanálise é a do objeto, mas a história do desejo de recuperação do objeto perdido das primeiras relações estabelecidas. Com a angústia de não conseguir recuperá-lo, fica o traçado da busca da dimensão da segurança e da proteção, do cuidado. Isto nos define e nos obriga a encontrar formas de expressão de busca de proteção, como sujeitos. Uma ilusão que arrebatava o sujeito, e que passa a criar os sintomas e as distintas formas de expressão do sintoma (PEREIRA, 1999).

A partir dos anos 1950 (LACAN, 1988; 1992; 1999; 2005; 2007; 2016), o ser do sintoma passará a ser, para Lacan, o ser da verdade. Se o estudo de Marx/Durkheim traz para o centro do debate a questão de como temos que observar fenômenos desde seu interior e desde seu exterior, vamos nos aproximando da reafirmação da perspectiva de que o suicídio seria, sim, um sintoma social. Nem Marx nem Durkheim supuseram a existência do inconsciente, no entanto, reconheceram mesmo sem nomeá-lo, a partir da constatação objetiva, a existência de um sofrimento psíquico.

Para Lacan, um ato, em si mesmo, nada mais é do que uma retirada de cena. Um suicídio simbolicamente tenta retirar o sujeito de um circuito das intersubjetividades (ZIZEK, 2008). Haveria uma mutação subjetiva no momento do ato que pode conduzir a uma ação que reage a um processo de inibição, de contenção, de impossibilidades. Lacan (1967-1968) toma o suicídio como o paradigma de um ato (GUIMARÃES, 2009). Todo ato verdadeiro é aquele que transforma o sujeito, definitivamente. Não se poderá mais ser o mesmo depois de ter passado por um ato verdadeiro. A ideia é a de renasci-

mento. O sujeito renasce, em condição psíquica distinta da que possuía anteriormente (MILLER, 2014).

O ato suicida, certamente, ilustra a disjunção total que pode operar no organismo, dos interesses pelo vivo e pela sobrevivência, por seu bem-estar, por sua homeostase de um lado, e de outra coisa que o habita, que o corrói, e nesse momento o destrói (MILLER, 2014, p. 6). Na passagem ao ato, o que ocorre é que o sujeito se subtrai, criando um “não” proferido em direção ao Outro. O ato suicida, mesmo sendo mudo só adquire seu valor e suas coordenadas em um universo de linguagem [...] “não basta um fazer para que haja um ato; não basta que haja movimento, ação, é preciso que haja também um dizer que enquadre e fixe esse ato” [...] o ato é, como tal, indiferente ao seu futuro, ele é fora de sentido, indiferente ao que virá depois (MILLER, 2014, p. 9).

De maneira genérica, o que é possível observar é uma limitada compreensão dos quadros psíquicos associados ao suicídio, havendo uma tendência quase naturalizada de encaminhamento aos profissionais da psiquiatria (CESCON; CAPOZZOLO; LIMA, 2018; CREMASCO; BRUNHARI, 2009; FREITAS, 2015; JUSTUS, 2003).

A persistência em não ouvir e encaminhar as pessoas que necessitam de escuta para um procedimento medicamentoso apenas. Todo o esforço deixou aberto, portanto, um conjunto de medos e frustrações, que são individuais e coletivos, e que indicam a necessidade de trazer a perspectiva de qualificação dos profissionais para escutar e não apenas medicar (CESCON; CAPOZZOLO; LIMA, 2018).

Na ausência da possibilidade de escutas, o sujeito, se compreendido apenas no campo da psicopatologia, e impossibilitado de encontrar seu lugar para a sua verdade, ainda que inconsciente, o sujeito pode vir a saltar para fora da cena da vida, desenrolando-se da cadeia de significantes, do mundo social. Intensos processos sociais, como a pandemia de Covid-19, merecem observação e análise.

A instalação da pandemia de Covid-19 e seus números no Brasil

No dia 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu o primeiro alerta de autoridades chinesas sobre casos de pneumonia de origem desconhecida, na cidade de Wuhan. Com isso, iniciava-se um período intempestivo: disseminação de uma doença em escala

mundial – a pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, como foi nomeada. Com a veloz proliferação da patologia, diante de mais de 118 mil infectados em mais de 100 países, a situação foi considerada pandêmica pela OMS, em 11 de março de 2020. As medidas de “lockdown”, ou de isolamento social, como referidas no Brasil, foram extremas, modificaram de maneira contundente as práticas de vida cotidianas, alterando as relações de produção, trazendo dilemas no campo da saúde, da economia, e também no da política.

A partir de seu ponto inicial – na China – a epidemia se alastrou para a Europa atingindo inicialmente Itália e expandindo-se em grandes proporções para a Espanha, França, Reino Unido e os Estados Unidos, tornando-se rapidamente uma pandemia de gravíssimas e inusitadas proporções (PARK *et al.*, 2020). As reações governamentais ao trato da pandemia não foram uniformes, gerando estratégias de ação e medidas muito diversas entre países, e muitas vezes dentro de um mesmo país, como é o caso do Brasil. Os sistemas de saúde tiveram que organizar-se para dar respostas aos dramas e impactos da saúde, evitando ou adiando a saturação nas instituições hospitalares, quer seja em termos de equipamentos ou da existência, preparo e/ou utilização de profissionais de saúde. Tais operações foram muito complexas, do ponto de vista social e econômico, e o que se aplicou foi o isolamento social como a mais potente ferramenta de controle epidêmico, muito embora muito distante da cura da doença gerada pelo vírus ou de seu combate ou eliminação. Somas altíssimas de recursos foram investidos em inúmeros países de forma a que se pudesse descobrir medicamentos e vacinas capazes de retirar a ameaça de morte à qual todos os cidadãos, de alguma forma, estavam submetidos.

No campo da saúde mental rapidamente foi possível identificar a necessidade de se favorecer a organização de ações de saúde mental, dada a velocidade e intensidade da epidemia, sua altíssima letalidade, seu desconhecimento, tanto entre os profissionais de saúde quanto para as comunidades e famílias (LI *et al.*, 2020a; XIANG *et al.*, 2020; LI *et al.*, 2020b; WANG *et al.*, 2020). Um telesserviço de apoio psicológico no caso de pneumonias foi rapidamente instalado na China, visando justamente facilitar de imediato a prevenção de distúrbios ou impulsividades mais contundentes e que pudessem aumentar eventuais acidentes, prejudicar profissionais e sistemas de atenção (XIANG *et al.*, 2020; ZHOU *et al.*, 2020; KHALID *et al.*, 2016; SMITH *et al.*, 2020).

Ao fazer uma comparação do avanço do coronavírus entre diversos países, após 50 dias do primeiro caso de Covid-19 na China e até 15 de abril de 2020, a Johns Hopkins University registrou a grande diversidade, tanto no que diz respeito ao início das infecções quanto à velocidade de crescimento dos óbitos (Tabela 1). Enquanto, nos primeiros 50 dias, a China, Itália e Espanha eram de longe os países mais atingidos, em abril o número acumulado de mortes na França (17.167) se aproxima ao observado na Espanha (18.708) e Itália (21.645), sendo que nos Estados Unidos as mortes devido à infecção pelo coronavírus ultrapassam 28 mil casos. No mesmo período, 2.141 mortes são registradas no Brasil, valor abaixo dos registrados na China (3.474) e Alemanha (3.804).

Tabela 1 – Número acumulado de casos registrados de infecção e mortes pelo Coronavírus, em países e períodos selecionados

Tempo aprox. desde o início	50 dias do início (Fev/2020)		100 dias 15.abr.20		470 dias 19.abr.21		790 dias 07.mar.22	
País	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos	Caso (mi)	Óbitos (mil) (a)	Caso (mi)	Óbitos (mil) (b)
Alemanha	1.908	3	134.753	3.804	3,3	81,6	17,2	125,6
Brasil			33.682	2.141	14,2	386,4	29,3	654,6
China	75.101	2.239	83.751	3.474	0,1	4,9	747,1	9,2
Coreia do Sul	8.236	75	10.591	225	0,1	1,8	6,6	10,3
Espanha	25.371	1.375	177.644	18.708	3,5	79,4	11,1	101,2
EUA	1.281	36	636.350	28.326	3,2	570,9	78,8	960,6
França	3.661	79	133.470	17.167	5,1	102,0	22,8	136,9
Itália	47.021	4.032	165.155	21.645	4,0	119,0	13,3	156,8
Japão	639	15	10.591	225	0,6	9,9	5,7	26,0

Fontes: JHU CSSE COVID-19 Data para dados de fev. 2020; abril de 2020. Consultado em 15/05/2020. Our World in Data COVID-19. WHO. INT para dados de abril de 2021 e março de 2022. Consultado em 15/03/2022.

De acordo com a Johns Hopkins University (JHU CSSE COVID-19 Data Resource Center), ao analisar a taxa de mortes por 100 mil habitantes nos 50 primeiros dias de epidemia entre Espanha (47 milhões de habitantes; 2,93), Coreia do Sul (51 milhões; 0,12), Itália (60,3 milhões; 6,68), Alemanha (83 milhões; 0,02), Brasil (210 milhões; 0,83), EUA (329,5 milhões; 0,01) e China (1,4 bilhão; 0,16), observaram-se impactos diferentes em cada na-

ção, tanto pelas diferentes estratégias tomadas em maior ou menor velocidade quanto aos divergentes sistemas de saúdes, tecnologias e verbas disponíveis, dificultando-se inclusive comparações como as que foram sendo feitas no início do período. Nesta comparação entre os países, impressiona a velocidade com que a crise sanitária atinge o Brasil onde, em 7 março de 2022, o número acumulado de mortes devido ao coronavírus é mais de 300 vezes maior que o observado em 15 de abril, e quase o dobro do que aquele em 19 de abril de 2021 (654.556, 386.416 e 2.141, respectivamente) (Tabela 1). Está claro, ao longo dos dois anos de pandemia, que os países apresentam ritmos bastante diferenciados de infecção, testagem e letalidade.

Segundo os dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, de 11 de abril de 2020 (BRASIL, 2020a), no Brasil já haviam sido confirmados 20.727 casos de Covid-19, com 1.124 óbitos. A maior parte dos casos concentra-se na região Sudeste (12.125; 58,5%), seguido das regiões Nordeste (3.882; 18,7%) e Sul (2.048; 9,9%). Dentre as Unidades Federadas, São Paulo apresentou o maior número de casos confirmados da doença (8.419), seguido de Rio de Janeiro (2.607), Ceará (1.582), Amazonas (1.050) e Pernambuco (816). O estado de São Paulo, em 8 de abril, já era considerado o epicentro do vírus, já que possuía, aproximadamente, 42% dos enfermos e 53% dos óbitos.

Os municípios mais atingidos do Estado de São Paulo, de acordo com o Boletim Epidemiológico do Estado de São Paulo de 11 de abril de 2020, foram inicialmente os referidos ao Grande ABC, associados a Santos, Osasco e Campinas, Mogi das Cruzes, Suzano e Taboão da Serra, Barueri e Cotia, São José dos Campos e São José do Rio Preto. Eram todas áreas de vasta circulação de pessoas, bens e serviços. Nesse último boletim epidemiológico n. 9, do Ministério da Saúde, a maior taxa de mortalidade por 1.000.000 de habitantes compete à Espanha, (350,5), seguida pela Itália (321,9), Bélgica (293,5) e França (197,0). No Brasil, a taxa de mortalidade era de 5,3. Embora ela seja pequena se comparada às taxas dos demais países citados, em número absolutos, temos um volume de mortes expressivo (BRASIL, 2020b).

De acordo com os dados do Boletim Epidemiológico de n. 17, da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, o Brasil seguia com números da epidemia em avanço intenso, em todos os Estados e municípios do país. Computando as mortes de casos de Covid-19 confirmados e os casos suspeitos, o município somava 6.962 casos, registrando, portanto, um aumento de 527,2% entre os dias 9 de abril e 22 de maio de 2020. Ainda que a letalidade do vírus

seguisse sendo considerada baixa, a variação no número de óbitos para o país diariamente vinha sendo de 5%, e para o município e o Estado de São Paulo em torno de 4%, o que indicava que o país estava ainda bastante distante do início da descida do primeiro ciclo da epidemia no país. O Brasil em 21/05/2020 apresentou um total de 21.048 de óbitos, mantidas as grandes diferenças regionais. Cerca de 25% dos casos estavam situados no estado de São Paulo e, destes, cerca de 75% dos casos no município de São Paulo, e majoritariamente nas regiões pobres e periféricas da cidade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020).

Já naquele momento, a pandemia da Covid-19 vinha alarmando o mundo por suas proporções inimagináveis.

Em 29 de junho de 2020, o Brasil apresentou mais do que o dobro dos casos do mês anterior, com mais de 57.658 mortes, e cerca de 1.345.254 casos de contaminação.¹ São Paulo continuava a ser um dos eixos mais expressivos da epidemia e, na semana de 26 de junho, as cidades do Estado que se mostraram com a epidemia mais ativa foram justamente as cidades de São Paulo, Campinas, Jundiaí, Santos e São Vicente. A interiorização da epidemia foi um dos primeiros fatos no Brasil, especialmente no caso do Estado de São Paulo por suas faixas rodoviárias mais importantes, de conexão com o litoral e com o interior do Estado. A circulação de pessoas, não contida de maneira importante, como muitos países optaram por realizar, determinou o retardamento da contenção da epidemia, gerando aumento contínuo de casos no país.

O cenário rapidamente modificou-se, motivando o próprio Conselho Nacional de Saúde a sugerir revisão de nota técnica do Ministério da Saúde, de dezembro de 2019, aprovando a Recomendação n. 40, de 18/05/2020, em que o Ministério passaria a fortalecer suas ações e serviços de base territorial e comunitária para atenção psicossocial e comunitária no contexto da pandemia, também sugerindo que se viabilizassem condições para a realização de acesso virtual e ampliação do contato à distância. A mesma resolução insere de maneira contundente a necessidade de acompanhamento específico da violência autoprovocada, suicídios e tentativas de suicídio. Torna-se evidente, portanto, que a relevância da saúde mental como preocupação e ação de saúde pública foi adequadamente evidenciada desde o início da pandemia, ou seja, desde a sua primeira fase.

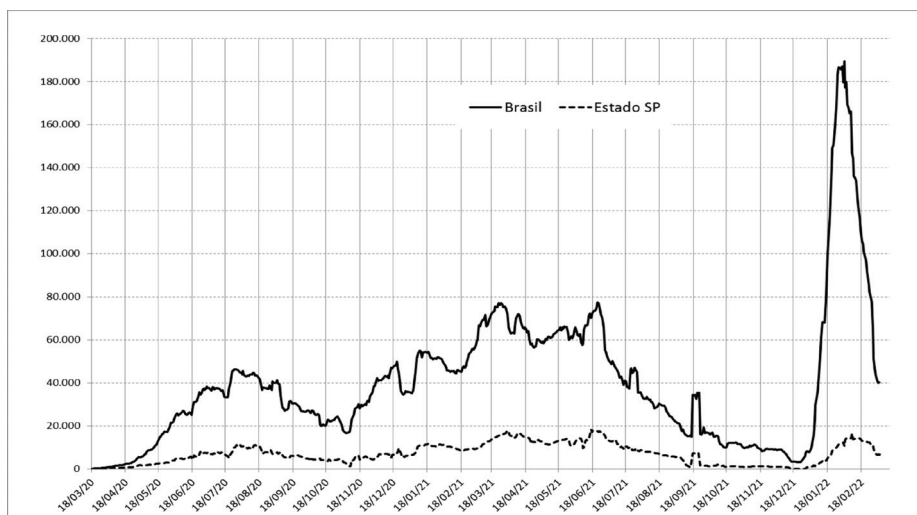
¹ Em 29 de junho de 2020, a OMS declara que 1 em cada 4 mortes por COVID19 no mundo ocorre no Brasil.

Após dois anos de seguimento da pandemia de Covid-19 (jan. 2020 – jan. 2022), o Observatório Covid-19, da Fiocruz, em edição especial, descreve a pandemia em seis fases: 1) Expansão da transmissão das capitais para as cidades menores conforme citamos para o Estado de São Paulo (fev. a maio de 2020); 2) Primeira onda e sincronização da transmissão no país (jun. a ago. 2020); 3) Período de transição entre primeira e segunda onda (set. a nov. de 2020); 4) Segunda Onda (dez. 2020 a jun. 2021); 5) Os impactos positivos da campanha de vacinação (jul. a nov. 2021); 6) A Ómicron e a terceira onda (dez. 2021 a jan. 2022), seguindo algumas indicações sobre o fim da pandemia. Nesse período, o mundo registra um total de 56 milhões de mortes, sendo 11% delas registradas no Brasil, cerca de 630 mil mortes. Além da sobrecarga do sistema de saúde, como ocorreu no mundo, a pandemia trouxe à luz uma somatória de efeitos sociais, econômicos e de saúde mental inimagináveis, agravando as desigualdades estruturais já presentes em muitas sociedades como a brasileira. Ainda de acordo com o mesmo boletim, foram as áreas metropolitanas e interioranas de alguns estados as mais atingidas: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Ceará, Alagoas, Oeste de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul.

Embora o maior crescimento do número de casos tenha sido registrado a partir da chegada da variante Ómicron ao Brasil em dezembro de 2022, o mesmo não ocorre com as mortes, indicando a menor letalidade do vírus nessa fase, que acompanha o avanço da vacinação (Figuras 1 e 2). Neste aspecto, vale a pena ressaltar que a superioridade no número de casos diários nesta terceira onda, cerca de 200 mil no início de fevereiro no Brasil, mais do dobro do verificado no pico da segunda onda, entre março e junho de 2021, pode indicar também a ampliação da cobertura de testagem, além da maior capacidade de infecção da variante e flexibilização das medidas para garantir isolamento, seja por parte do poder público, seja pelos próprios limites da população em manter o isolamento físico e social por muito mais tempo. Vale lembrar ainda que a terceira onda chega logo antes das festas de confraternização de final de ano e das férias escolares, quando são tradicionais os encontros familiares e entre amigos nas festas comemorativas.

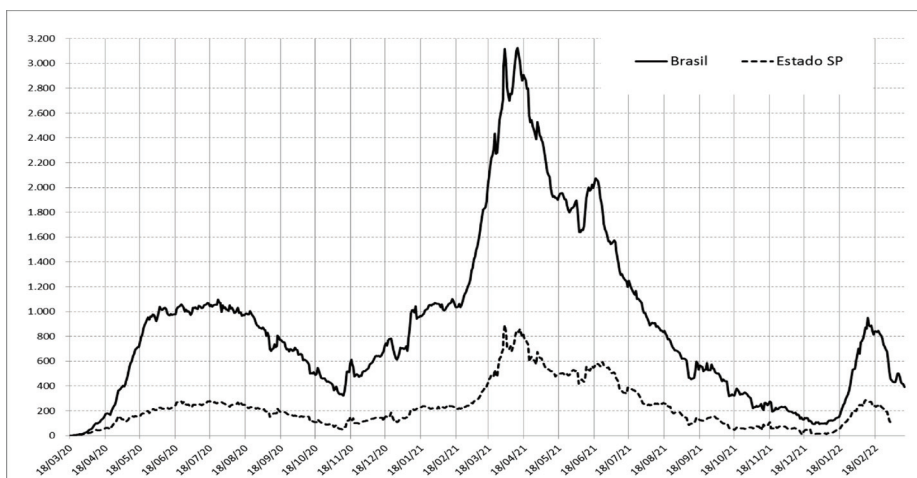
A comparação entre as curvas do Brasil e de São Paulo, estado que iniciou e avançou mais rapidamente a vacinação a partir de janeiro de 2021, reforça a importância desta ação. Tanto o número de casos diários como de mortes observados nos últimos meses não alcançam aqueles observados durante a segunda onda.

Figura 1 – Número de novos casos registrados de infecção pelo coronavírus. Brasil e estado de São Paulo, médias dos últimos sete dias, de 18/03/2020 a 15/03/2022



Fonte: Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass). Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Figura 2 – Número de mortes devido à infecção pelo coronavírus. Brasil e estado de São Paulo, médias dos últimos sete dias, de 18/03/2020 a 15/03/2022



Fonte: Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass). Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Os números do suicídio no Brasil

O crescimento contundente do suicídio como um fenômeno importante em todo o mundo demanda atenção e gera desconcerto e preocupação. Por que essa forma de eliminação de possíveis sofrimentos vem sendo tão procurada? Como se configuram seus contornos? O fenômeno ganhou importante visibilidade nos últimos anos, espaço significativo nas grandes mídias e mídias sociais, e tem se apresentado como um problema que afeta todos os grupos populacionais, de várias idades e em distintos países do mundo. Desafia estudiosos, operadores de políticas públicas, especialmente da educação e saúde, famílias, comunidades, afetando também, e inclusive, ambientes de trabalho. As mortes parecem representar sintomas de um sofrimento criado por nossa civilização, e sobre o qual se exigiria, como coletividade, apresentar esforços de compreensão e de mudança. Torna-se necessário desvendar sua multicausalidade, e sua forma de incidência nos cenários e culturas sociais.

O tema foi sendo trabalhado no âmbito do NEPO nos últimos anos. Realizou-se, em 2018, o Fórum Permanente ‘Suicídio – Des/compassos da vida: números, atos e prevenção’, trazendo para a UNICAMP um conjunto de estudiosos, pesquisadores, professores, alunos, profissionais e gestores de políticas públicas, setores privados da saúde e da educação, que puderam experimentar a diversidade com que o fenômeno pode e deve ser compreendido e tratado.

De acordo com a OMS, em 2016 cerca de 800 mil pessoas se suicidavam anualmente no mundo, uma a cada 40 segundos, e 3.000 suicídios se realizam por dia; são mortes violentas e possivelmente, a maioria delas, ocorre desnecessariamente. Para o grupo etário de 15 a 29 anos, configura-se como a segunda causa de morte no mundo (WHO, 2019). Embora, em termos relativos, o grupo das pessoas de mais de 70 anos apresente maior mortalidade por atos violentos, cresce a preocupação com o aumento de mortes entre os mais jovens. Nesse sentido, como bem coloca a OMS, a prevenção do suicídio torna-se um imperativo ético global (WHO, 2019). Perspectivas socioculturais, políticas, econômicas, demográficas e psicossociais e psicanalíticas devem ser tomadas em consideração de maneira substantiva, de forma a que se possa desenhar o problema com um pouco mais de amplitude e, portanto, encontrar possibilidades de respostas, buscando formas de prevenção e assistência em distintas esferas. A literatura sempre evidenciou, no entan-

to, que grandes crises econômicas, por exemplo, podem agravar os cenários do número dos suicídios contabilizados.

No Brasil, dados do Ministério da Saúde mostram que 10 mil mortes por suicídio ocorrem por ano, com valores estáveis por um período em torno de 2017. A taxa bruta de suicídio foi de 5,5/100 mil em 2015. No entanto, de 2014 a 2016 houve aumento de 7,3% de óbitos por suicídio no Brasil, sendo que na faixa etária de 15 a 19 anos o crescimento foi de 12,6%. De uma maneira geral, os homens são os que são mais afetados no Brasil pela problemática, uma vez que os suicídios masculinos são de duas a quatro vezes mais frequentes, dependendo da faixa etária, e, a partir dos 70 anos, o risco de o homem se suicidar é seis vezes superior ao risco da mulher. Não obstante, as tentativas de suicídio são 2,2 vezes mais frequentes entre mulheres quando comparadas aos homens. No caso do Brasil, o tema tem despertado muito interesse, preocupação e urgência por haver um incremento importante entre os jovens do sexo masculino e do crescimento entre crianças e jovens indígenas. Também merece destaque a situação das mulheres mais velhas, como tem sido descrito nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, especialmente em Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, e também no sul do Maranhão e Piauí (BRASIL, 2017; 2019).

O monitoramento das mortes por suicídio nos últimos anos, por meio de análises de tendências em nível macro, pode trazer luzes sobre o que estaria ocorrendo durante o processo da pandemia de Covid-19, em termos da saúde mental. Neste sentido, as Figuras 3 e 4 trazem os registros das mortes autoprovocadas entre janeiro e outubro dos anos de 2016 a 2021.

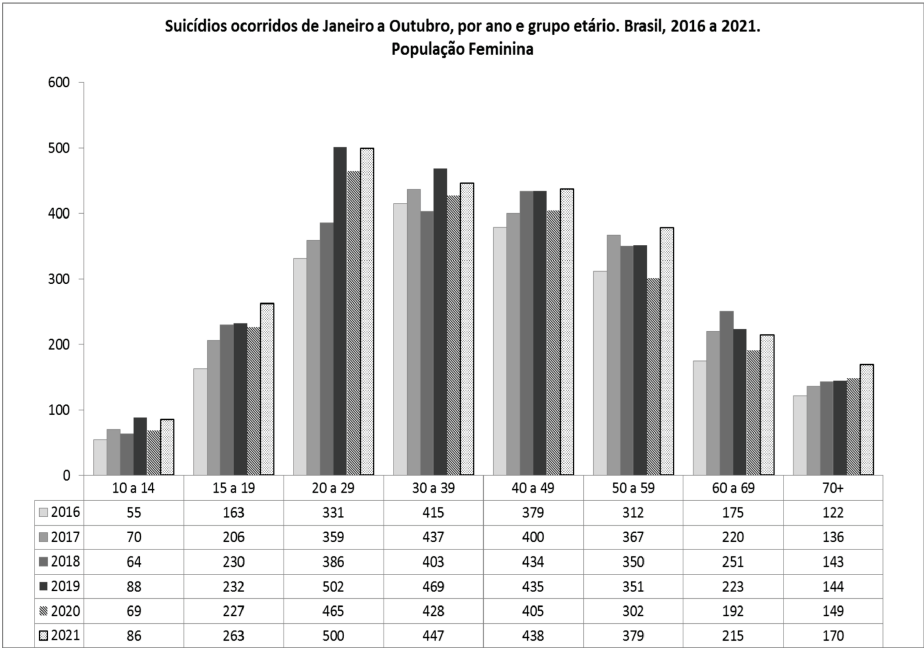
Corroborando preocupações no campo da saúde pública, entre 2016 e 2019 há crescimento dos eventos, especialmente nas idades de 15 a 19, 20 a 29, 30 a 39 e 40 a 49, entre as mulheres. Entretanto, no primeiro ano da pandemia, 2020, verifica-se diminuição dos suicídios, com única exceção dos grupos em idades mais avançadas. Mesmo com esse recuo, entre as jovens de 20 a 29 anos os patamares continuam bastante altos, se comparados aos anos anteriores (Figura 3).

A mesma tendência é observada para os homens (Figura 4). Aumento das ocorrências entre 2016 e 2019 em todos os grupos etários, especialmente entre os mais jovens e os jovens adultos, e diminuição durante o primeiro ano da pandemia, com exceção dos grupos de 60-69 e 70 anos ou mais.

Entretanto, no segundo ano da pandemia, o número de mortes por suicídios voltou a crescer, ultrapassando em alguns grupos os altos contin-

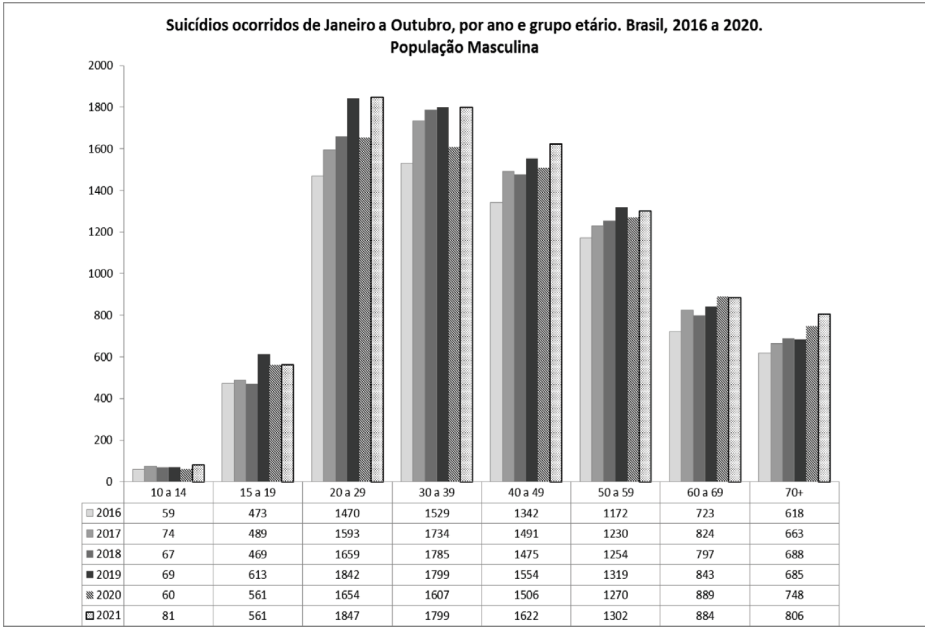
gentes observados em 2019. Vale ressaltar que esse período é quando a crise econômica se agudiza, assim como as condições de vida e de saúde da população são agravadas pelo acúmulo de carências sociais e econômicas, acrescidas à sobrecarga do sistema de saúde dos últimos meses e à segunda onda da Covid-19 (Figuras 1 e 2).

Figura 3 – Número de suicídios ocorridos de janeiro a outubro, por anos e grupo etário. Brasil, 2016 a 2021. População Feminina



Fonte: Painel de monitoramento de óbitos por CID10/MS.

Figura 4 – Número de suicídios ocorridos de janeiro a outubro, por anos e grupo etário. Brasil, 2016 a 2021. População Masculina



Fonte: Pannel de monitoramento de óbitos por CID10/MS.

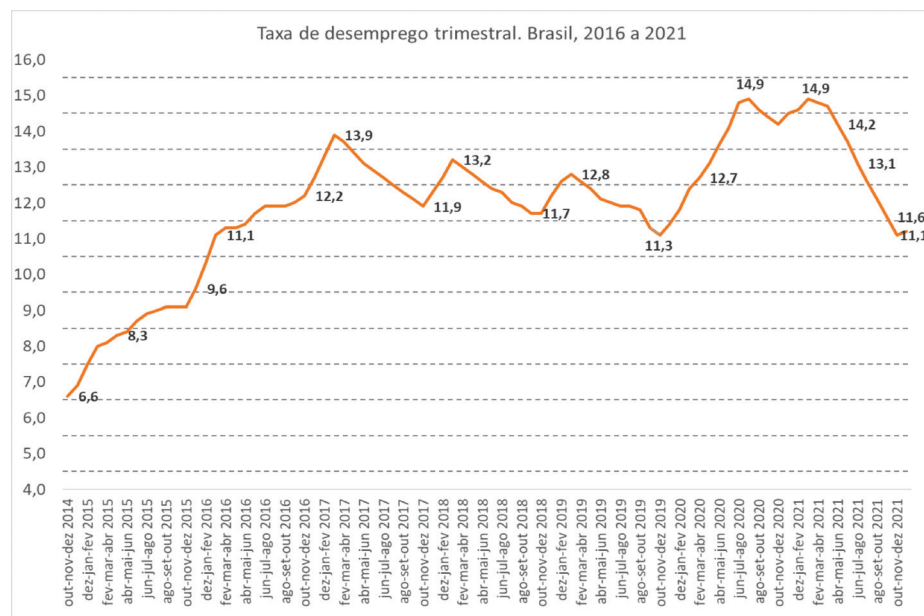
A CEPAL, em seu relatório anual “Panorama Social da América Latina”, estima que entre 2020 e 2021 houve um incremento de cinco milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, chegando a patamares de 27 anos atrás. O documento também mostra a vulnerabilidade apresentada pelos estratos de renda média. Cresce a proporção das mulheres que não recebem renda própria, o que afetou de maneira significativa as áreas rurais, os povos indígenas e as crianças. O estudo também indica que os resultados teriam sido ainda piores se os países não tivessem operado com transferências emergenciais de renda. No campo educacional, a região foi a que teve o maior tempo de interrupção de aulas, gerando falhas no desenvolvimento cognitivo de crianças, e maior risco de abandono escolar. Em janeiro de 2022, a região apresentava 62,3% da população vacinada (CEPAL, 2022).

No Brasil não foi diferente, embora a população mais vulnerável tenha tido acesso a políticas de transferência de renda e diversas ações de ajuda comunitária pela sociedade civil, especialmente no primeiro ano da pandemia, quando o desemprego atingiu quase 15% da população ativa. Segundo resulta-

dos da PNAD contínua (IBGE, 2022), a taxa de desemprego no Brasil cresceu entre 2015 e 2016, dobrando de 6,6% no último trimestre de 2014 a 13,9% no primeiro trimestre de 2017 (Figura 5). Nos anos posteriores, os índices oscilam e recuam a 11,8% no final de 2019, para aumentar em seguida durante o primeiro ano da pandemia, chegando a 14,9% no final de 2020. Embora durante o ano seguinte os índices diminuam, variando entre 11% e 12% nos últimos meses, ainda são 12 milhões de pessoas na fila por trabalho, sendo os jovens e os adultos mais velhos os grupos mais impactados (IBGE, 2022).

Além do desemprego, outra dimensão fundamental para o bem-estar das crianças e jovens diz respeito à escolarização. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)², no Brasil a evasão escolar foi de 5 milhões de alunos em 2019 e no ensino médio teve aumento de 10% durante a pandemia de Covid-19, somada à dificuldade de conectividade entre os matriculados.

Figura 5 – Taxa de desemprego (%) trimestral. Brasil, outubro de 2014 a dezembro de 2021



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal.

² Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>>.

Tendo a pandemia da Covid-19 como cenário de fundo, o Brasil repete as tendências observadas mundialmente. O fenômeno do suicídio foi monitorado de forma global, em diversos países. Um primeiro estudo realizado por Pirkis *et al.* (2021) mostrou dados preliminares de 21 países, de alta e média renda, incluindo o Brasil, mostrando não ter havido incremento nas taxas de suicídio durante o período inicial da pandemia. As colocações de Tanaka e Okamoto (2021) de certa forma podem representar o que foi possível constatar como uma recorrente tendência, ou seja, identifica-se uma importante homogeneidade entre os estudos, mostrando não haver alteração entre os números do suicídio no contexto da pandemia, para em seguida registrar-se um ligeiro incremento, sobretudo entre mulheres e crianças e adolescentes, considerados também pela literatura como os grupos populacionais mais atingidos psiquicamente, de uma forma ampla, no cenário global da pandemia (TAUSCH *et al.*, 2022). Da mesma forma, segue importante a presença do grupo dos idosos como eixo de incremento de suicídios. De uma maneira geral, os estudos também indicam como a presença de políticas governamentais, que trouxeram algum tipo de benefício, o isolamento com maiores perspectivas de contenção e cuidado no âmbito da saúde mental, certamente contribuíram com a tendência apresentada nos primeiros meses da pandemia. No entanto, os autores insistem na necessidade de monitoramento em tempo real, especialmente quando as consequências da pandemia começarem a emergir (PIRKIS *et al.*, 2021).

Considerações finais

As variações observadas no número de mortes por suicídio no Brasil, no período de 2016 a 2020 e até no conjunto dos sete meses iniciais de 2021, conforme descrito anteriormente, associadas ao quadro que se observa em demais países no plano global, atestam a compreensão de que o suicídio deve ser visto como um sintoma social. Isso significa que, diante de riscos graves e inesperados, as pulsões subjetivas parecem responder ao conjunto de mudanças e forças socioculturais reais com bastante rapidez na direção da proteção e manutenção da vida.

A forte incidência da pandemia de Covid-19 sobre as populações, com mudanças nos cenários de desemprego e escolaridade, permite criar hipóteses de que as maiores variações sentidas nas inflexões sobre os números do suicídio podem ser atribuídas às sequelas emocionais deixadas pelo processo

pandêmico. Inicialmente construídas sobre estruturas psíquicas já anteriormente estabelecidas e posteriormente acionadas na modalidade de proteção e defesa das subjetividades. No entanto, isso tende a se modificar. No Brasil, estaríamos, portanto, nesse momento de transição, quando há indicações de que seria possível começar a observar ligeira inflexão, com algum aumento nas taxas de suicídio.

Adicionalmente, é possível que as tendências de certa calma nos primeiros meses da pandemia, ou seja, com uma contenção nos episódios de suicídio, tenham sido efeito de uma tendência de cuidado que pode ser observada no mundo, quer seja dos sistemas de saúde quer seja das próprias iniciativas governamentais de amparo inclusive econômico. Adicionalmente, pode-se pensar numa tendência quase global diante de fenômenos de enormes proporções: uma certa calma poderia se tornar presente inicialmente para depois seguir seu curso.

A pulsão de vida, a inserção social e o laço social como amor e potência produtiva se impõem como alternativa, aspirando a processos que possam concretizá-los na sociedade. São processos do mundo que gritam pela mudança psíquica e mudanças da ordem das relações de enfrentamento das relações socioculturais e políticas. Aqui o ato de fala é primordial. O encontro para sua realização, central. O modelo psicanalítico, se adotado em políticas públicas através dos processos de escuta do sofrimento psíquico, pode realizar potencialidades de vida em substituição ao gozo da morte.

A civilização humana deparou-se, ao longo de séculos, com inúmeras ameaças epidêmicas, tais como: varíola, sarampo, ebola, dengue, zika, malária, em diferentes momentos e áreas geográficas, mas a intensidade e amplitude de ação e a letalidade da Covid-19 atordoou a humanidade. Uma epidemia nunca deve ser vista em sua essência biológica apenas; ela sempre está dimensionada historicamente, culturalmente, e tanto suas formas de estabelecimento assim como sua disseminação são resultado de uma vasta gama de sentidos que se constroem e podem ser entendidas com múltiplas concepções teóricas. A evidente diversidade das configurações epidêmicas que vem resultando nos diversos países do mundo, em determinadas culturas e com determinados sentidos e soluções, respondem às distintas perspectivas socioculturais, de como se constroem as suas forças políticas, e de como respondem às suas populações. Os padrões culturais de cada país, regiões e cidades estão associados a suas distintas subjetividades, e dispõem sobre todos e cada um.

Não há como compreender o fenômeno contundente do suicídio se não o observarmos como um robusto sintoma social, que fala da opção, consciente/inconsciente, pela desistência da vida e/ou da crítica à vida como ela está constituída. Trata-se de um fenômeno que é totalmente produzido de maneira consistente, coletiva, relacional. Se, por um lado, há sujeitos que não podem suportar sua condição de incompletos, há o outro lado da equação, ou seja, o Outro que não pode suportar a condição de incompletude daqueles com que constrói sua vida.

De acordo com Soraya Carvalho (2014), a aposta deve ser na substituição que o sujeito possa vir a fazer do gozo da morte pelo desejo de saber: “somente a transferência poderá levar o sujeito a abrir, a sair dessa condição de objeto e interrogar sobre seu ato, sua existência, seu desejo e seu gozo [...] “substituir o gozo da morte pelo desejo de saber, um saber sobre o real, sobre a falta do Outro”³ (CARVALHO, 2014, p. 221). Em termos coletivos, pode-se pensar que a transferência como conexão de escuta e de cuidado pode vir a representar uma possibilidade de evitar a realização do ato suicida. A aposta fica situada no ato de escuta como opositor ao ato suicida.

De todo modo, a rapidez da propagação do fenômeno do suicídio deve procurar um antídoto, e, a nosso ver, a possibilidade está no caminho aberto ao encontro do fazer laço, especialmente através da voz e do olhar. Cuidar exige encontrar. O encontro direto surge como estratégia de geração de espaços para a superação da pulsão de morte.

Sociedades devem seguir amparando sujeitos e seu sofrimento psíquico, para além da existência do vírus. As consequências e sequelas de toda ordem estão instaladas. A obra de Colette Soler, “O que faz laço” (SOLER, 2016), é extremamente útil para mostrar como, de alguma maneira, o suicídio-sintoma, em tempos contemporâneos, como sintoma social, trata de dar uma possibilidade de manifestação do sujeito e, ao mesmo tempo, permite conectar simbolicamente com sujeitos que se sentem em desenlace. Nas palavras de Soler, o desenlace pode ser identificado no trabalho, na estrutura familiar, e nas relações ditas amorosas, nas escolas, nos serviços de saúde e, sobretudo, mais recentemente, nos novos imperativos de sucesso, de consumo, de realizações pelo uso da técnica e da tecnologia. Com a autora dize-

³ *Outro*, conceito lacaniano: [...] “Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo o que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem de aparecer” (LACAN, 2008, p. 193-194).

mos que o mundo contemporâneo é capaz de fabricar inúmeros artefatos para, em tese, ampliar as possibilidades humanas, mas se esquece de produzir possibilidades de conexão através dos laços.

Muitas perguntas devem ser feitas, sobretudo pelo que se apresenta para o tempo seguinte, para populações específicas, uma vez que novos sinais da Covid-19 parecem reaparecer, assim como certamente haverá impactos diretos e indiretos, sociais e econômicos, das guerras que seguem em inúmeros espaços mundiais, desdobrando-se, portanto, em influências sobre as sociedades no plano nacional e internacional. Seguir com ações de escuta, solidariedade e de conexão em todos os planos das políticas públicas pode dar respostas ao vivido.

Referências

APPLEBY, L. *et al.* Suicide in England in the COVID-19 pandemic: early observational data from real time surveillance. **The Lancet Regional Health Europe**, London, v. 4, p. 1-7, 2021.

BOTEGA, N. J. *et al.* Prevalências de ideação, plano e tentativa de suicídio: um inquérito de base populacional em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, n. 12, p. 2.632-2.638, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n12/10.pdf>>.

BRASIL. **Boletim Observatório Covid19**. Brasília, DF, Edição Especial jan. 2020 – jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação n. 040 de 18 de maio de 2020**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Doença pelo Coronavírus 2019. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 6, 2020a.

BRASIL. Doença pelo Coronavírus 2019. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 9, 2020b.

BRASIL. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 50, n. 24, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Perfil epidemiológico das tentativas e óbitos por suicídio no Brasil e a rede de atenção à saúde. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, DF, v. 48, n. 30, 2017.

BRUNHARI, M. V. Melancolia e (im)permanência: fundamentos para uma teoria freudiana do suicídio. **Quadernos de Psicologia**, Barcelona, v. 20, n. 3, p. 245-254, 2018. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/pub/quapsi/quapsi_a2018v20n3/quapsi_a2018v20n3p245.pdf>.

BRUNHARI, M. V.; DARRIBA, V. A. O suicídio como questão: melancolia e passagem ao ato. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, n. 1, p. 197-213, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v26n1/13.pdf>>.

BRUNHARI, M. V.; DARRIBA, V. A. Não te matarás: Suicídio, prevenção e, psicanálise. **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, MG, n. 34, p. 63-70, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n34/n34a09.pdf>>.

CARVALHO, S. **A morte pode esperar? Clínica psicanalítica do suicídio**. Salvador, BA: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2014.

CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA. **Panorama Social da América Latina**. Santiago, Chile: CEPAL, 2022.

CESCON, L. F.; CAPOZZOLO, A. A.; LIMA, L. C. Aproximações e distanciamentos ao suicídio: analisadores de um serviço de atenção psicossocial. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 27, n. 1, p. 185-200, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v27n1/1984-0470-sausoc-27-01-185.pdf>>.

CREMASCO, M. V. F.; BRUNHARI, M. V. Da angústia ao suicídio. **Revista Mal-Estar Subjetividade**, Fortaleza, CE, v. 9, n. 3, p. 785-814, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v9n3/03.pdf>>.

DAS, H. *et al.* **Covid19 and mental health in vulnerable populations: a narrative review**. Washington, DC: World Bank, 2021.

DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000.

DWYER, J. *et al.* COVID-19 as a context in suicide: early insights from Victoria, Australia. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, Canberra, v. 45, n. 5, p. 517-522, 2021.

FAUST, J. S. *et al.* Suicide deaths during the COVID-19 stay-at-home advisory in Massachusetts, march to may 2020. **JAMA Network Open**, Chicago, v. 4, n. 1, 2021.

FREITAS, G. A morte pode esperar? Clínica psicanalítica do suicídio. **Stylus**, Belo Horizonte, MG, n. 31, p. 215-22, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/stylus/n31/n31a22.pdf>>.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (“O Caso Dora”) e outros textos (1901-1905)**. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2016. (Obras Completas, v. 6).

FREUD, S. **Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O Homem dos Ratos”) e outros textos (1909-1910)**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

GUIMARÃES, M. C. P. O estatuto renovado da passagem ao ato. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 12, n. 2, p. 291-306, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v12n2/v12n2a09.pdf>>.

HEDEGAARD, H.; CURTIN, S.; WANER, M. Suicide mortality in the United States, 1999-2017. **NCHS Data Brief**, USA, n. 330, p. 1-8, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD_C). Medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, Divulgação Especial, 2022. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202104_trimestre_novos_indicadores.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

JOHN, A. *et al.* Trends in suicide during the COVID-19 pandemic. **BMJ**, London, v. 371, 2020.

JUSTUS, D. O suicídio nosso de cada dia. In: ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE: SEGUNDO ENCONTRO MUNDIAL, 2., 2003, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** 2003.

KAWOHL, W.; NORDT, C. COVID-19, unemployment, and suicide. **The Lancet Psychiatry**, London, v. 7, n. 5, p. 389-390, 2020.

KHALID, I. *et al.* Healthcare workers emotions, perceived stressors and coping strategies during a MERS-CoV outbreak. **Clinical Medicine and Research**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 7-14, 2016.

KLAMEK, A. B.; ANAT, B. Suicide prevention during the COVID-19 outbreak. **The Lancet Psychiatry**, London, v. 7, n. 5, p. 390, 2020.

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2016 (Livro 6 – O desejo e sua interpretação).

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008 (Livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise).

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007 (Livro 23 – O sinthoma).

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005 (Livro 10 – A angústia).

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1999 (Livro 5 – As formações do inconsciente).

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1992 (Livro 8 – A transferência).

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1988 (Livro 7 – A ética da psicanálise).

LACAN, J. **O seminário**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967-68 (Livro 15 – O ato analítico).

LI, W. *et al.* Progression of mental health services during the COVID-19 outbreak in China. **International Journal of Biological Sciences**, [S. l.], v. 16, n. 10, p. 1.732-1.738, 2020a.

LI, W. *et al.* The impact of covid-19 epidemic declaration on psychological consequences: a study on active weibo users. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Switzerland, v. 17, n. 6, p. 1-9, 2020b.

MARIN-LEON, L.; BARROS, M. B. A. Mortes por suicídio: diferenças de gênero e nível socioeconômico. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 37, n. 3, p. 357-363, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v37n3/15865.pdf>>.

MARX, K. **Sobre o suicídio**. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

MILLER, J. A. Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato. **Opção Lacaniana**, São Paulo, SP, v. 5, n. 13, p. 1-13, 2014. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_13/passagem_ao_ato.pdf>.

MINAYO, M. C. S. *et al.* Trends in suicide mortality among Brazilian adults and elderly, 1980-2006. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 46, n. 2, p. 300-309, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v46n2/en_3170.pdf>.

NAGHAVI, M. Global, regional, and national burden of suicide mortality 1990 to 2016: systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2016. **BMJ**. London, v. 364, p. 1-11, 2019.

NUNES, E. D. O suicídio: reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, n. 1, p. 7-34, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v14n1/0199.pdf>>.

OLIVEIRA, F. L. G. “A única solução para mim é a morte”: a escuta psicanalítica em um caso de tentativa de suicídio. In: FÓRUM DE RESIDÊNCIA EM PSICOLOGIA CLÍNICA INSTITUCIONAL, 16., 2012, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2012.

PARK, M. *et al.* A systematic review of COVID-19 epidemiology based on current evidence. **Journal of Clinical Medicine**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 1-13, 2020.

PEREIRA, M. E. C. **Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico**. São Paulo, SP: Escuta, 1999.

PIRKIS, J. *et al.* Suicide trends in the early months of the COVID-19 pandemic: an interrupted time-series analysis of preliminary data from 21 countries. **The Lancet Psychiatry**, London, v. 8, n. 7, p. 579-588, 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Boletim Epidemiológico**. São Paulo, SP, n. 9, 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Boletim Epidemiológico**. São Paulo, SP, n. 17, 2020.

RODRIGUES, M. M. A. Suicídio e sociedade: um estudo comparativo de Durkheim e Marx. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, SP, v. 12, n. 4, p. 698-713, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rlpf/a/WkqfBT8ZRMcmvC7HHjmBnpP/?format=pdf&lang=pt>>.

SANTOS, J. F. S. O suicídio na teoria e clínica de Sigmund Freud. In: SIICUSP 22 – SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA USP, 2014, Piracicaba, SP. **Anais...** São Paulo, SP: USP, 2014.

SCHLOSSER, A.; ROSA, G. F. C.; MORE, C. L. O. O. “Revisão: comportamento suicida ao longo do ciclo vital”. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, SP, v. 22, n. 1, p. 133-145, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v22n1/v22n1a11.pdf>>.

SHER, L. The impact of the COVID-19 pandemic on suicide rates. **QJM: An International Journal of Medicine**, Oxford, v. 113, n. 10, p. 707-712, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/qjmed/hcaa202>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SILVA, V. F. *et al.* Fatores associados à ideação suicida na comunidade: um estudo de caso-controle. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 22, n. 9, p. 1.835-1.843, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n9/07.pdf>>.

SMITH, A. C. *et al.* Telehealth for global emergencies: implications for coronavirus disease 2019 (COVID-19). **Journal of Telemedicine and Telecare**, [S. l.], v. 26, n. 5, p. 309-313, 2020.

SOLER, C. **O que faz laço**. São Paulo, SP: Escuta, 2016.

TANAKA, T.; OKAMOTO, S. Increase in suicide following an initial decline during the COVID-19 pandemic in Japan. **Nature Human Behaviour**, New York, NY, v. 5, n. 2, p. 229-238, 2021.

TAUSCH, A. *et al.* Strengthening mental health responses to COVID19 in the Americas: a health policy analysis and recommendations. **Health Policy**, Amsterdam, v. 5, p. 1-10, 2022.

VANIER, A. O sintoma social. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 2, p. 205-217, 2002.

THAKUR, V.; JAIN, A. COVID 2019-suicides: A global psychological pandemic. **Brain, Behavior, and Immunity**, Amsterdam, v. 88, p. 952-953, 2020.

WAND, A. *et al.* COVID-19: The implications for suicide in older adults. **International Psychogeriatrics**, Cambridge, v. 32, n. 10, p. 1.225-1.230, 2020.

WANG, C. *et al.* Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (COVID-19) epidemic among the general population in China. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Switzerland, v. 17, n. 5, p. 1-25, 2020.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Suicide in the world: global health estimates**. Genebra, 2019.

XIANG, Y. T. *et al.* Timely mental health care for the 2019 novel coronavirus outbreak is urgently needed. **The Lancet Psychiatry**, London, v. 7, n. 3, p. 228-229, 2020.

ZHOU, X. *et al.* The Role of telehealth in reducing the mental health burden from COVID-19. **Telemedicine and e-Health**, New York, NY, v. 26, n. 4, 2020.

ZIZEK, S. **Enjoy your symptom!** London: Routledge, 2008.

ZORTEA, T. C. *et al.* The impact of infectious disease-related public health emergencies on suicide, suicidal behavior, and suicidal thoughts. **Crisis**, USA, v. 42, n. 6, p. 474-487, 2021.

Contracepção de emergência: uma análise crítica em cenários de Covid-19

*Margareth Arilha
Regina Maria Barbosa*

Introdução

Nas últimas quatro décadas, as persistentes inequidades em saúde, reprodução e gênero geraram no Brasil e no mundo um esforço social e político de construção do conceito de direitos reprodutivos, que se estabeleceu e foi legitimado na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, das Nações Unidas, em 1994. Um dos princípios fundamentais em que o conceito se ancora é o de igualdade e equidade de gênero, enfatizando que toda a população, especialmente as mulheres, deveriam ter informação e acesso a todos os métodos anticoncepcionais, de acordo inclusive com as evidências científicas atualizadas. Desde então, o acesso à anticoncepção foi difundido não apenas como eixo central para a promoção da equidade de gênero, mas para atingir outras metas mundiais associadas à educação, pobreza, empoderamento feminino e sustentabilidade ambiental (ARILHA; BERQUÓ, 2009; BRANDÃO; CABRAL, 2017; FAÚNDES *et al.*, 2007). O século XXI trouxe a reafirmação da relevância das ações de anticoncepção para a promoção dos direitos das mulheres e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida da população mundial.

Nesse processo, a anticoncepção de emergência (AE) – método anticoncepcional usado globalmente para evitar uma gravidez após uma relação sexual desprotegida – passa a ocupar um lugar próprio. Em 2014 havia no mundo 222 milhões de mulheres que desejavam prevenir gestações, mas não usavam métodos contraceptivos modernos. Tal realidade permitia prever um total aproximado de 86 milhões de gestações não intencionais e cerca de 20 milhões de abortos inseguros anualmente. Complicações associadas à ausência de serviços, informações e cuidados adequados durante a gravidez e o parto lideravam as causas de morte entre as mulheres jovens. Apesar da pílu-

la de anticoncepção de emergência (PAE) ser incluída na lista dos 13 insumos essenciais determinados pela *UN Commission on Life-Saving Commodities for Women and Children*, e inserida no mercado de medicamentos desde a década de 1990, as mulheres de países de baixa e média renda foram extensamente penalizadas pela falta de acesso e de informações adequadas a seu uso (DAWSON *et al.*, 2015).

Nesses 25 anos (1995-2020), pode-se afirmar que a anticoncepção de emergência destacou-se como uma importante inovação para responder ao desejo de práticas sexuais seguras e não reprodutivas para as mulheres, passando a fazer parte das construções discursivas da passagem do século XX para XXI no Brasil e globalmente. Se considerado o esforço para a introdução da contracepção nas políticas públicas de saúde para as mulheres, a PAE passa a circular apenas no início dos anos 2000, ou seja, ausente na primeira etapa do direito à contracepção no Brasil iniciada nos anos 80. Obstruções associadas à limitada oferta de insumos pelo Estado, de um lado, e à oposição dos grupos conservadores, de outro, não têm impedido que o método seja utilizado de maneira importante no Brasil, ainda que desigualmente entre as mulheres. Tal perfil coincide parcialmente com o que se observa em outros países, onde vem sendo usado há muitas décadas em distintos contextos, adquirindo expressividade global e reconhecimento ao longo dos últimos anos.

No entanto, inflexões impostas pela pandemia da Covid-19 colocam algumas questões sobre as atuais e futuras condições de acesso ao método, dadas as conjunções de escassez financeira que as populações de baixa renda enfrentam e de redução das possibilidades de autonomia das mulheres num país depauperado por sequelas sociais e econômicas, agora inclusive pressionados pelos desdobramentos da guerra no leste europeu. Essas considerações abrem espaço para que se interrogue sobre o futuro da contracepção de emergência, mantida no Brasil por meio da gestão de cada mulher, e para que se analise de que maneira as dificuldades e barreiras poderiam ser contornadas ou enfrentadas pelas lideranças políticas da saúde e do direito, bem como por acadêmicas e ativistas.

Nosso objetivo neste capítulo é apresentar elementos constitutivos da história do desenvolvimento tecnológico da anticoncepção de emergência, o contexto de sua circulação e uso no Brasil *vis-à-vis* alguns contextos internacionais, e contribuir para o debate em torno dos atuais desafios relativos à ampliação de seu uso para o campo dos direitos reprodutivos pós-pandemia Covid-19.

Anticoncepção de Emergência: perspectivas tecnológicas

A AE, segundo definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), refere-se a um conjunto de métodos contraceptivos que podem ser usados para prevenir a gravidez após a relação sexual. Seu uso é recomendado em casos de relação sexual desprotegida, por não uso de método contraceptivo, possível falha do anticoncepcional ou seu uso incorreto, e por violência sexual (WHO, 1998). Segundo Glasier *et al.* (1996), a AE está disponível na Europa, especificamente no Reino Unido e Holanda, desde o final dos anos 60 e início dos 70. Na Holanda, a ausência de debates morais sobre o uso do método qualificou, de certa forma, sua maior aceitabilidade e uso. No Reino Unido, em 1982 a Associação de Médicos de Planejamento Familiar reuniu-se para debater a possibilidade de usar a AE, publicando no ano seguinte um *guideline* para sua promoção.

Na primeira década dos anos 2000, pesquisadores indicavam que seria muito difícil prever o futuro da contracepção de emergência, apesar dos evidentes benefícios que poderia trazer como alternativa contraceptiva. A OMS buscou desenvolver e fortalecer iniciativas e pesquisas para identificar quais métodos e com menos efeitos colaterais estavam disponíveis, pontuando que o mesmo deveria servir de ponte para a adoção de um anticoncepcional de uso regular que possibilitasse uma cobertura contraceptiva mais longa. Havia a convicção de que o suporte técnico e científico advindos dessas iniciativas poderia, ao ofertar aos governos tais conhecimentos, superar eventuais barreiras de acesso e uso (FAÚNDES *et al.*, 2007).

Do ponto de vista das possibilidades tecnológicas, existem atualmente diversos métodos de anticoncepção de emergência. Além dos dispositivos intrauterinos (DIU) com cobre, existem pelo menos quatro medicamentos que podem ser utilizados via oral para esse fim, a saber: as pílulas anticoncepcionais orais combinadas (método Yuzpe), a pílula contendo levonorgestrel, a pílula contendo Ulipristal e a pílula contendo mifepristona, também conhecida como RU-486¹.

A anticoncepção de emergência funciona basicamente impedindo ou retardando a liberação do óvulo (ovulação) ou ainda impedindo que o óvulo

¹ Além desses, estudos com um anti-inflamatório conhecido comercialmente como meloxicam sugerem uma boa eficácia como AE. Seu uso acontece *off label*, uma vez que ele não está registrado para fins de AE, e aparentemente de forma pouco frequente (CLELAND, 2014; HAEGER; LAMME; CLELAND, 2018).

e o espermatozóide se encontrem, por mecanismos diversos cujo detalhamento foge ao escopo deste trabalho. Em princípio, o uso da AE não interrompe uma gravidez estabelecida, assim como não impede a implantação de um óvulo fecundado no útero (nidação), nem tampouco prejudica um embrião em desenvolvimento. A possibilidade da AE impedir a nidação foi debatida de forma calorosa durante anos, em especial com relação ao Ulipristal. No entanto, as evidências científicas acumuladas a respeito não sustentam as evidências relativas a essa afirmação (CLELAND, 2014; HAEGER; LAMME; CLELAND, 2018).

De uma maneira geral, recomenda-se que a AE seja utilizada até no máximo o quinto dia após a relação sexual desprotegida, mas sua eficácia é maior quando usada nos primeiros três dias. Isso é particularmente verdade em relação ao levonorgestrel e às pílulas anticoncepcionais orais combinadas.

O DIU de cobre é o método contraceptivo de emergência mais eficaz, fornecendo uma taxa de gravidez inferior a 0,1%. A seguir temos o ulipristal, cujas taxas de falha variam de 0,0 a 1,8%, em comparação a 0,3–2,6% de falha no caso do levonorgestrel. O ulipristal é, portanto, mais eficaz que o LNG. Além disso, ensaios randomizados não documentaram diminuição da eficácia ao longo do período de 120 h, ao contrário do LNG, cuja diminuição da eficácia ocorre ao longo desse período (CLELAND, 2014; HAEGER; LAMME; CLELAND, 2018). Por último, temos as pílulas anticoncepcionais orais combinadas, cuja eficácia varia de 2% a 4,7% (BRASIL, 2010) e acarreta mais efeitos colaterais.

Embora seja extremamente improvável que uma gravidez ocorra como resultado de uma relação sexual desprotegida nos três primeiros dias do ciclo menstrual, e que o uso de AE seja ineficaz se iniciado tardiamente, alguns autores recomendam que a mesma seja considerada para qualquer mulher que não deseje conceber sempre que uma relação sexual desprotegida tiver ocorrido independentemente do momento do ciclo em que a mesma ocorreu. Isso porque o risco de gravidez após uma relação sexual desprotegida é difícil de estimar, pois depende de vários fatores, incluindo a fertilidade de ambos os parceiros, o momento e o número de episódios de relação sexual desprotegida, duração e variabilidade do ciclo e se a contracepção não foi usada ou foi usada incorretamente (FSRH, 2017).

Em termos globais, o uso da pílula anticoncepcional oral combinada (contendo estrogênio e progesterona) para fins de AE foi introduzido no início da década de 1970, a partir dos estudos de Albert Yuzpe, um médico

pesquisador canadense; daí a denominação de método Yuzpe. Basicamente, esse método utiliza anticoncepcionais hormonais orais combinados disponíveis no mercado divididos em duas doses iguais, com intervalo de 12 horas e com dose total de 0,2 mg de etinilestradiol e 1 mg de levonorgestrel. O número de comprimidos a serem ingeridos vai depender da dosagem do anticoncepcional utilizado. No caso de utilização de pílulas contendo 0,05 mg de etinilestradiol e 0,25 mg de levonorgestrel por comprimido, deverão ser utilizados dois comprimidos a cada 12 horas. No caso de utilização de pílulas contendo 0,03 mg de etinilestradiol e 0,15 mg de levonorgestrel por comprimido, quatro comprimidos a cada 12 horas (CLELAND, 2014). Pouco a pouco, observa-se globalmente uma tendência crescente de uso informal de anticoncepcionais orais na dose proposta por Yuzpe para fins de AE, cuja dimensão, no entanto, não foi claramente estimada (VAN LOOK, 1993).

A inserção pós-coital do DIU de cobre para fins de contracepção de emergência é descrita pela primeira vez em 1976 (VAN LOOK, 1993). A inserção do dispositivo deve acontecer até o quinto dia após a relação sexual e teria uma vantagem adicional, o fato de poder funcionar como anticoncepcional uma vez inserido. As orientações sobre o momento da inserção não estão relacionadas à eficácia ou segurança do método, mas para garantir que a sua inserção ocorra antes da nidação (garantindo, assim, sua função como contraceptivo, e não como indutor de um aborto precoce) (CLELAND, 2012).

Sua utilização para fins de contracepção de emergência, no entanto, não se popularizou na maioria dos países, por diversos motivos, entres os quais a própria discussão sobre a possibilidade de funcionar como indutor de aborto. Outro motivo apontado se relaciona à experiência negativa com o Dalkon Shield, um DIU disponível na década de 1970, que acabou tendo sua comercialização proibida nos EUA e ocasionou uma grande preocupação com a segurança dos DIUs e, consequentemente, níveis muito baixos de uso. Embora os modelos atuais de DIUs sejam considerados seguros para a saúde, seu uso como contraceptivo de longa duração só deslanchou em poucos lugares, como, por exemplo, em alguns países da Europa e na China (CLELAND, 2012). Por último, há ainda que considerar questões operacionais para o uso do DIU como AE, uma vez que sua inserção exige acesso rápido a serviços de saúde, no máximo cinco dias após a relação sexual, e a profissionais de saúde treinados para tal.

A partir da década de 1990, alavancados por esforços da OMS, outros medicamentos, como o levonorgestrel, a mifepristona e o ulipristal foram

testados e aprovados para uso para fins de AE. O levonorgestrel, uma progesterona sintética, se encontra disponível em comprimidos de 0,75 mg e de 1,5 mg. Para fins de AE, a dose recomendada é 1, 5 mg, que pode ser ingerida em dose única ou em duas doses com intervalo de 12 horas, no caso do comprimido de 0,75 mg (HAEGER; LAMME; CLELAND, 2018; CLELAND, 2014). Seu uso foi pouco a pouco substituindo o método Yuzpe e atualmente consiste na AE mais utilizada globalmente, estando registrado em mais de 100 países (WESTLEY; BASS; PUIG, 2016).

A mifepristona, um antiprogestágeno de primeira geração, foi aprovada para uso em muitos países para aborto medicamentoso precoce no primeiro trimestre. Em doses menores, de 10 a 25 mg, mostrou ser altamente eficaz para uso como contracepção de emergência, com poucos efeitos colaterais. No entanto, sua utilização na indução do aborto parece ter limitado seu uso generalizado para fins de AE. Não consta nas recomendações da OMS, só estando autorizado para esse fim em poucos países, como na Armênia, China, Rússia e Vietnã².

Mais recentemente, o acetato de ulipristal, um antiprogestágeno de segunda geração, foi registrado e comercializado para fins de AE em comprimidos de 30 mg em dose única. Está disponível desde os anos 2000 na Europa, Austrália, Estados Unidos, México, Israel, Canadá, Colômbia, Turquia, entre outros países³.

Do ponto de vista da acessibilidade, as pílulas de anticoncepção de emergência (PAE) se enquadram em três categorias. Elas podem ser obtidas “over-the counter”, quando os produtos estão disponíveis diretamente nas prateleiras ou gôndolas dos pontos de venda, “behind-the-counter”, quando os produtos não requerem receita médica, mas são mantidos atrás do balcão da farmácia e a sua compra implica sua solicitação ao prestador de serviço, e sob prescrição apenas, quando os produtos sujeitos a receita médica só podem (em teoria) ser comprados mediante a apresentação de uma receita.

A definição da forma de acesso é dada pelo órgão regulador de cada país, e pode variar em função do tipo de AE e o público a que se destina. Por exemplo, o acesso de adolescentes à PAE costuma ser mais restritivo em alguns países, sendo comercializado apenas com receita; já em outros, essa

² Disponível em: <<https://www.cecinfo.org/what-is-ec/general-information/>>. Haeger; Lamme e Cleland (2018).

³ Disponível em: <<https://www.ellaone.com/>>; <<https://www.cecinfo.org/country-by-country-information/status-availability-database/pills/ella/>>.

restrição se aplica apenas ao ulipristal, mas não ao levonorgestrel. O importante aqui é que a definição da forma de acesso vai impactar diretamente em maiores ou menores obstáculos para obtenção do método. A dispensação apenas sob receita muitas vezes exige que as mulheres realizem vários deslocamentos para sua obtenção, além de limitar seu acesso nos finais de semana e à noite.

Por último, ressalta-se que o acesso gratuito nos serviços públicos de saúde, quando existente, deve seguir as recomendações vigentes para sua comercialização em cada país, salvo quando existirem normas específicas diferentes para tal.

Anticoncepção de emergência: cenário Brasil

O processo brasileiro de demanda de direitos reprodutivos antecede o das conferências internacionais do ciclo das Nações Unidas, na década de 1990. A reconstrução democrática do país, ocorrida especialmente nas décadas de 1970 e 1980, trouxe uma contribuição extremamente relevante para a estruturação do sistema público de saúde, o SUS – Sistema Único de Saúde. Ocorreu por meio da ação expressiva do movimento sanitário e do movimento feminista e de mulheres, que elaboraram a proposta do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o PAISM, anunciado no ano de 1983. O PAISM trazia em seu bojo a inclusão das ações de concepção e contracepção, traduzidas em demandas por maior acesso a um leque contraceptivo diverso, à informação e aos recursos do sistema público de saúde numa perspectiva de defesa de direitos e autonomia sexual e reprodutiva (ARILHA; BERQUÓ, 2009).

As mudanças sociais e econômicas a partir desse período, tais como incremento nos níveis de escolaridade, maior participação feminina no mercado de trabalho, mudanças nos padrões de consumo e modernização dos meios de comunicação, associadas a uma crescente e constante presença de políticas públicas específicas para as mulheres, foram determinantes para ampliação do acesso à contracepção. No entanto, a oferta de contracepção terminou tornando o Brasil um país altamente consumidor de anticoncepção oral e esterilização feminina, com distorções importantes. As laqueaduras tubárias, por exemplo, eram muitas vezes realizadas por meio de ações clandestinas, não reguladas. Adicionalmente, gerou ações excepcionais das mulheres que, desamparadas em seu leque de opções possíveis de contracep-

ção, buscavam uma nova gravidez para conseguir uma esterilização, via a realização de uma cesariana (BERQUÓ, 1993; ARILHA *et al.*, 1986).

A Lei do Planejamento Familiar, aprovada sob o nº 9263/96, vem até certo ponto coibir esses abusos e expandir direitos de cidadania no campo da contracepção. Sua normatização deveria ser cumprida em toda a extensão do país por gestores municipais, estaduais e federal, como um direito a ser concretizado pelo SUS.

Nos anos 2000, o PAISM virá a nomear-se Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres (PNAISM), com o objetivo de atualizar concepções conceituais, ajustadas à necessidade de superar, no âmbito do SUS, a perspectiva programática, substituindo-a pela visão de Políticas. Com esse avanço foi possível pluralizar o olhar sobre populações femininas, acentuando a vertente de inclusão das diversidades em todos os sentidos e significados (pobreza, raça/etnia, idade, orientação sexual, territórios de circulação). Sempre dentro do campo da integralidade com equidade e participação social, o horizonte de superação do ideal de programas de saúde transformados em políticas facilitou a incorporação de novas demandas dos movimentos sociais. No entanto, dificuldades para sua plena execução se mantiveram, como foi o caso da garantia de recursos específicos para a compra de contraceptivos em plano nacional e distribuição para os municípios, considerada a melhor alternativa para promoção de acesso equitativo para todo o país, incluindo-se nesse cenário a contracepção de emergência (ARILHA; LAPA; PISANESCHI, 2010; ARILHA; CITELI, 2017).

Como resultado do conjunto de processos descritos acima, mudanças importantes nos indicadores relacionados à reprodução e à prática da contracepção foram observadas. O *mix* de método que anteriormente estava centrado na laqueadura e na contracepção oral passa a ter o preservativo masculino (a epidemia de Aids tem aqui um papel importante) e a contracepção oral como seus principais métodos. Tal mudança, no entanto, não é acompanhada por uma ampliação significativa dos tipos de anticoncepcionais usados. Por outro lado, ainda que o *mix* de métodos tenha se mantido restrito, observou-se um aumento importante no uso de contraceptivos. Em 2006, 80,6% entre as mulheres unidas e 75,2% entre as não unidas sexualmente ativas de 15 a 44 anos estavam em uso de algum método (BRASIL, 2008).

Se, até o quinquênio 1980-85, o Brasil apresentava uma taxa de fecundidade total (TFT) mais alta que a média mundial, a partir do quinquênio 1985-90 o país passa a apresentar taxa de fecundidade (TFT de 3,1 filhos)

abaixo da média mundial (TFT de 3,4 filhos). No quinquênio 2005-10, a TFT fica abaixo da taxa de reposição, 1,9 filhos por mulher, com diferenças regionais importantes, com maiores taxas sendo observadas no Norte e Nordeste (ALVES, 2019).

A despeito dessas mudanças, observa-se um cenário no qual uma alta prevalência de uso de contraceptivos convive com um importante percentual de gestações imprevistas/não planejadas. Estima-se que mais de 50% das gestações ocorram no Brasil de maneira não intencional (PRIETSCH *et al.*, 2011; THEME-FILHA *et al.*, 2016; VIEIRA, 2003). Esses números aparentemente contraditórios sugerem que o planejamento reprodutivo está longe de ser um processo simples, e trazem para o centro do debate sobre DS&DR a questão do acesso à anticoncepção de emergência.

O acesso à AE é particularmente importante no Brasil na medida em que o *mix* de método se encontra centrado em métodos mais sujeitos ao uso inadequado ou descontinuado, como é o caso da pílula e do preservativo (BRASIL, 2008). Além disso, em função da lei restritiva de acesso ao aborto, que permite seu uso legal apenas nos casos em que a gravidez representa risco à vida da mulher ou quando esta é resultante de violência sexual, ou ainda mediante diagnóstico de anencefalia, é fundamental que todas as mulheres tenham acesso a um último recurso para evitar a gestação se assim o desejarem.

No Brasil, apenas a pílula anticoncepcional oral combinada e a contendo levonorgestrel estão de fato acessíveis para a população feminina. A contracepção de emergência foi introduzida nas diretrizes nacionais apenas em 1996, por meio do método Yuzpe. Dois anos mais tarde, em 1998, a ANVISA autoriza a comercialização do levonorgestrel, e sua distribuição gratuita pelo SUS inicia-se em 2001. Normas detalhadas sobre o funcionamento e modos de utilização do AE no âmbito do SUS são publicadas pela primeira vez em 2001/02 (BRASIL, 2002). A recomendação da Anvisa define à época que sua disponibilização ocorra apenas com receita médica. Anos mais tarde, no âmbito do SUS, a oferta da AE passa a ser igualmente realizada pelo profissional de enfermagem por meio da publicação de uma norma específica (BRASIL, 2012). O uso do DIU de cobre para fins de contracepção de emergência, embora reconhecidamente eficaz, não chegou a ser incorporado como tal pelo SUS, não constando como uma possibilidade nas diversas normas publicadas sobre o assunto no país (BRASIL, 2002; 2005; 2010).

Com relação ao ulipristal, consta no site da ANVISA solicitação de seu registro por dois laboratórios, o primeiro em 2011 e o segundo em 2017, sob o nome de ULIP. O comprimido, a ser comercializado em dose única contendo 30mg, seria importado de um laboratório localizado na Espanha e teve o registro autorizado pelo órgão em 2015 com vigência até 2020. Ao que se sabe, no entanto, infelizmente o medicamento não chegou a ser comercializado por razões ainda não esclarecidas⁴.

Ao lado dos esforços governamentais, diversas iniciativas para implementar o uso da AE são deslanchadas na primeira década do século XXI, entre os quais se destacam aquelas lideradas por grupos de mulheres, na sua maioria ligados ao movimento feminista (FIGUEIREDO *et al.*, 2016). Ao mesmo tempo, observa-se um contexto político e cultural adverso à oferta do método, caracterizado por ataques sistemáticos advindos de setores conservadores da sociedade, que alegam que o uso abortivo e indiscriminado do método incentivaria o exercício precoce da sexualidade (ARILHA; CITELI, 2017). Esse contexto se fortalece mais ainda na última década, tema que será retomado mais adiante.

Na prática, o debate público gerado na região latino-americana terminou por contribuir para a difusão da AE. No caso do Brasil, muitas foram as iniciativas de grupos conservadores que buscavam limitar a aceitabilidade da AE. Em várias cidades brasileiras, especialmente do estado de São Paulo, proposições e iniciativas de projetos de lei tentaram impedir o livre acesso à AE. Um caso exemplar ocorreu em Jundiaí, em 2010, onde uma iniciativa do município foi levada até o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, sendo aí definitivamente derrotada (FAÚNDES *et al.*, 2007; ARILHA; LAPA; PISANESCHI, 2010).

Na América Latina, a discussão sobre AE acaba chegando até as Altas Cortes dos países e foi sempre debatida no âmbito dos Direitos Humanos, deixando claramente estabelecido, de uma forma geral, que países que aceitassem leis e regulações que banissem o direito à contracepção de emergência, quer seja no setor público ou privado, estariam falhando com suas obrigações de ofertar às mulheres condições adequadas de exercício dos direitos humanos. Basicamente, as respostas das Altas Cortes esclareciam a diferença entre contraceptivos e abortivos, o status científico e resultados

⁴ Disponível em: <<https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/q/?nomeProduto=ULIP>>.

de pesquisa em torno da contracepção de emergência, e a idade em que os sujeitos se tornam portadores de direitos legais para tomar decisões sobre sua saúde pessoal (BERGALLO, 2010; HEVIA, 2012). Atualmente, a AE segue seu caminho, sem “muito ruído”, pelo menos no que diz respeito ao Brasil, e, assim como o debate sobre os métodos contraceptivos, vem sendo “esquecida”.

Desde a sua introdução no Brasil, a AE vem ganhando espaço entre as tecnologias anticoncepcionais utilizadas, como sugerem estudos recentes. Segundo inquérito populacional realizado com 3.885 mulheres de 15 a 44 anos na cidade de São Paulo em 2015, mais de 50% haviam usado PAE pelo menos uma vez na vida (BARBOSA *et al.*, 2021), em comparação a 12% entre a população brasileira em 2006 (BRASIL, 2008) e 14,4% na região Sudeste do país (ARILHA; YAZAKI, 2016). Além disso, o estudo indicou que, entre as mulheres que relataram uso da PAE, a maioria, 67,4%, utilizou mais de uma vez. Outros dois estudos também realizados na cidade de São Paulo encontraram proporções de uso de AE muito parecidas: 58% entre estudantes adolescentes do ensino médio em 2011 (CHOFAKIAN *et al.*, 2016) e 54% entre estudantes de graduação em 2018 (CHOFAKIAN *et al.*, 2019). Proporção similar de uso da AE, 56,7%, foi igualmente identificada em estudo com 2.051 mulheres de 18 a 49 anos, realizado entre 2015 e 2017, com usuárias de Unidades Básicas de Saúde de São Paulo-SP, Aracaju-SE e Cuiabá-MT (BORGES *et al.*, 2021).

Nesse sentido, a convergência observada nos resultados desses estudos parece indicar que a AE foi incorporada ao *mix* contraceptivo por um contingente importante de mulheres brasileiras. Em comparação a outros países, chama atenção o fato do uso nos estudos realizados no Brasil ser consideravelmente superior aos observados na década de 2010 nos Estados Unidos, México e Europa, embora compartilhem a mesma tendência crescente no uso de PAE.

Na Espanha, 30% das mulheres relataram ter usado PAE em algum momento de suas vidas em 2018, em comparação a 14% em 2011 (SEC – Sociedad Española de Contracepción, 2018). Nos EUA, desde a aprovação do FDA há mais de 20 anos, o uso de PAE aumentou de 4,2% em 2002 para 20% em 2011-2015 (CDC, 2017). No México, a proporção de mulheres de 15 a 29 anos que relataram uso de PAE aumentou de 3% em 2006 para 29% em 2014 (HAN *et al.*, 2017). Além disso, o uso de PAE em mais de uma ocasião no Brasil é igualmente maior do que o encontrado, por exemplo, nos EUA e

na Austrália na década de 2010 (BARBOSA *et al.*, 2021). Apenas 46% das mulheres nos EUA e 49% das mulheres na Austrália usaram AE mais de uma vez (CDC, 2017; RICHTERS *et al.*, 2016).

Tendo como ponto de partida o cenário acima, uma intrigante pergunta se coloca. Estariam essas diferenças sinalizando que no Brasil as mulheres estariam conseguindo ter acesso a AE com maior facilidade do que em outros países, inclusive mais desenvolvidos? Talvez sim, mas o que isso nos diz sobre a qualidade de acesso? Muito pouco ou quase nada.

Em parte, a maior proporção de uso da AE encontrada entre as brasileiras pode ser justificada pelo fato da pílula, do preservativo e de outros anticoncepcionais comportamentais, métodos mais sujeitos ao uso inadequado ou descontinuado, responderem por 58% do *mix* contraceptivo. O DIU é usado por apenas 2,5% e os implantes hormonais por 0,1% (Brasil, 2008).

O acesso à PAE ocorre em nosso país majoritariamente por meio de sua aquisição na farmácia, e, embora a ANVISA recomende sua disponibilização apenas com receita médica, isso não é exigido na prática, o que provavelmente acabou se tornando um facilitador do acesso. A obtenção gratuita do método no SUS não é prática comum; muitas mulheres não sabem que a PAE está disponível no sistema público de saúde, ou não querem enfrentar os procedimentos administrativos dos serviços de saúde ou o julgamento conservador dos profissionais de saúde para obter o método (BRANDÃO; CABRAL, 2017).

Estudos sobre a comercialização da AE nas farmácias no Brasil sinalizam que o medicamento é em geral vendido sem que a mulher receba necessariamente orientação do farmacêutico. Além disso, existe entre farmacêuticos e balconistas de farmácias e drogarias um desconforto em relação ao método, traduzido em uma percepção de um suposto uso abusivo da contracepção de emergência, não verificado, no entanto, por estudos a respeito (BRANDÃO; CABRAL, 2017).

Por outro lado, as ações que ocorrem no momento de obtenção, gratuita ou não, da AE são consideradas estratégicas para viabilizar o uso contínuo de contracepção após a AE. Estudo conduzido em 29 farmácias no Reino Unido observou que a disponibilização, para as mulheres que procuravam AE nas farmácias, de um contraceptivo associado a um encaminhamento a um serviço de saúde resultou em um aumento importante na continuidade do uso da contracepção após a AE em comparação ao simples fornecimento da AE pelos farmacêuticos (CAMERON *et al.*, 2020).

Nesse sentido, os resultados de uma investigação sobre dinâmica contraceptiva antes e depois do uso da AE realizada em três capitais do Brasil entre 2015 e 2017 fornecem algumas pistas mais concretas sobre a qualidade do acesso resultante do modelo de oferta vigente no país (CHOFAKIAN *et al.*, 2021). Um dado positivo parece ser o fato de que pouco mais da metade das mulheres utilizou a AE em situações de não uso de contraceptivo ou de descontinuidade contraceptiva nos cinco dias anteriores ao uso da AE. Essa informação indica que parte das mulheres utilizou a AE em momentos de inconsistência, alternância ou não uso de contraceptivo, que constituem as principais indicações para o uso da AE, e dentro do período recomendado de seu uso após relação sexual desprotegida.

No entanto, apenas uma ínfima parcela de mulheres (8,1%) que não utilizava contracepção antes da AE passou a utilizá-la. Além disso, 44,4% das mulheres utilizaram a AE em situações em que havia uso de contraceptivo de forma contínua, isto é, sem que houvesse relato de inconsistência, alternância ou não uso de contraceptivo (CHOFAKIAN *et al.*, 2021). Esse fato demanda uma compreensão mais detalhada sobre os motivos de uso. Estudo que avaliou os principais motivos de uso da AE observou que 33,4% a utilizaram por insegurança quanto ao método adotado (BRANDÃO; CABRAL, 2017).

No conjunto, essas evidências indicam o quanto no Brasil a contracepção de emergência foi incorporada pelas mulheres por sua própria “conta e risco” em função de uma necessidade, sem o apoio de estratégias de ações de suporte por parte do Estado, voltadas ao fortalecimento da saúde sexual e reprodutiva e direitos reprodutivos.

A pílula anticoncepciva de emergência e a pandemia Covid-19

Quando este trabalho começou a ser desenvolvido, a perspectiva de “finalização” da pandemia da COVID19 ainda era uma possibilidade um pouco mais palpável. Os últimos desdobramentos, com nova expansão global da epidemia, especialmente em função do surgimento de uma nova mutação, a Ómicron, começam a indicar que as dificuldades para o chamado “retorno ao normal ou ao novo-normal” seguem presentes. Ao que tudo indica, os impactos decorrentes dessa pandemia, que adquire paulatinamente a perspectiva de se transformar em uma endemia, seguirão fazendo parte de nossas vidas. Seus desdobramentos exigirão a produção de mecanismos que,

por um lado, retomem e, por outro, aprofundem e criem novas práticas de cuidado à saúde, tanto no plano individual como no das políticas públicas.

É justamente diante dessas complexas e contraditórias realidades trazidas pela pandemia da Covid-19, e agora inclusive pressionadas pelos desdobramentos da guerra no leste europeu, que se inserem questões associadas ao uso AE. Nos últimos dois anos, o país passou a ser completamente absorvido por impactos econômicos, sanitários e políticos para o enfrentamento da pandemia. Tal fato não é obviamente uma realidade apenas brasileira, mas configura-se como um cenário global, na qual o campo da saúde, em quase todas as áreas da assistência e prevenção, foi absorvido pela premência do atendimento às urgências e emergências da pandemia, ficando os demais setores da saúde subsumidos a essas exigências (WHO, 2021). O mesmo pode ser observado no campo das políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva, que inclusive já vinha sendo deixado de lado pelo atual governo nacional, sendo inclusive retirado da linguagem diplomática nas reuniões diplomáticas internacionais ou com perspectivas distintas das aprovadas anteriormente pelo Brasil em acordos internacionais⁵.

O cuidado à saúde sexual e reprodutiva e a todo o ciclo gravídico puerperal foi afetado, gerando, por exemplo, um incremento importante nas mortes maternas durante a pandemia (FERREIRA-FILHO *et al.*, 2020; FREITAS-JESUS; RODRIGUES; SURITA, 2020; BIEHL; PRATES; AMON, 2021). Diante disso, pesquisadoras/es e agências das Nações Unidas se apresaram em ressaltar que a saúde sexual e reprodutiva e os DS&DR não poderiam ser deixados de lado, esquecidos num cenário de disputas de prioridades discursivas, de recursos e de poder. No caso específico, o incremento nas mortes maternas se encarregou de trazer elementos importantes para evidenciar que esse campo não poderia ser relegado a um segundo plano.

Não sem razão, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) denunciou em 2021 que a interrupção dos serviços de saúde para as mulheres em função da Covid-19 poderia fazer desaparecer mais de 20 anos de avanços na redução da mortalidade materna e na ampliação do acesso aos métodos contraceptivos. Calcula-se que cerca de 20 milhões de mulheres das Américas teriam interrompido suas práticas contraceptivas durante a pandemia porque os serviços não estão disponíveis, ou porque as mulheres não poderão

⁵ Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/categoria/biblioteca/anuncios-mensais>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

adquiri-los, ou ainda porque as práticas de isolamento teriam afetado as características das práticas sexuais, uma vez que os encontros físicos se tornaram mais escassos (ROSALES *et al.*, 2021)⁶.

Assim, mesmo considerando as dificuldades operacionais que o SUS enfrenta no momento, seria válido fortalecer o debate e o uso da contracepção de emergência no Brasil, *vis-à-vis*, sua pouca visibilidade nos discursos públicos e a constante demanda de construção do direito à contracepção e à autonomia sexual e reprodutiva.

O Brasil mostra um registro de uso crescente da AE a considerar os resultados dos estudos em diversas cidades do país, maiores inclusive que os observados nos EUA, Austrália e países da Europa. No entanto, ainda é desconhecido o impacto da pandemia sobre o uso da pílula de anticoncepção de emergência. As práticas sexuais e reprodutivas nesse cenário, ainda que com novos, mas pouco conhecidos contornos, provavelmente exigirão das mulheres processos de mudanças, tanto do ponto de vista físico como emocional, visando identificar práticas que poderiam ofertar maior bem-estar, proteção e segurança. De certa forma, a autonomia no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos (DS&DR) começa a ser expressada novamente como não negociável (SENDEROWICZ; HIGGINS, 2020).

No Reino Unido, por exemplo, a Royal College of Obstetricians and Gynaecologists afirma que remover barreiras para o uso da AE seria mais importante do que nunca, em função da pressão que os serviços de saúde vêm sofrendo com a pandemia da COVID19.

Destaca-se que mulheres e adolescentes deveriam ter acesso ao método em lugares de sua preferência, sem necessidade de passar por uma consulta médica. (BBC NEWS, Coronavirus: morning-after pill access 'hit by lockdown 23 June 2020). Um serviço exclusivo da Universidade da Califórnia de São Francisco/Bixby Center for Global Reproductive Health produziu ferramentas e materiais para o cuidado em anticoncepção durante a Covid-19, através de Telessaúde, incluindo questões sobre a contracepção de emergência. Na França, ao contrário, foi realizado um estudo sobre os efeitos do seu impacto sobre o uso de contraceptivos e indutores de ovulação que indicou queda específica no consumo da PAE. Estima-se que 38.429 mulheres deixaram de usá-lo (ROLAND *et al.*, 2021).

⁶ OPS, entrevista Covid-19 ocasiona impactos “devastadores” en las mujeres, afirma la Directora de la OPS, 26 de mayo de 2021.

Há ainda poucos estudos investigando as razões pelas quais o consumo da AE poderia ter diminuído e quais poderiam ser as vinculações com as eventuais mudanças nas práticas sexuais no cenário da pandemia da Covid-19. Ou ainda, qual o lugar da AE na construção permanente da autonomia reprodutiva no Brasil, dada a distância que os serviços públicos de saúde aparentemente oferecem neste momento para o acesso à contracepção? Como responder a uma necessidade de atenção específica em cenários de escassez? Se o acesso adequado a este mecanismo remete a questões de barreiras e obstruções, como superar bloqueios e dificuldades no Brasil e no mundo?

Segundo Brandão e Cabral (2021), existiria nos últimos anos no país uma vertente ideológica de retomada de promoção de métodos que garantam o uso de contracepção de longa duração. Tal tendência estaria reatualizando as narrativas em prol de métodos invasivos, que, ao controlar a reprodução de maneira higienista, estariam impedindo a médio e longo prazo a reprodução de mulheres em situação de vulnerabilidade. Ao fazer isso, retiraram espaço de métodos autoadministrados pelas mulheres e de curta duração, como a anticoncepção de emergência, entre outros. Retomar o debate em torno da autonomia sexual e reprodutiva das mulheres, com informação e acesso a estratégias contraceptivas que permitissem a tomada de decisões o mais livremente possível, mesmo em contextos tão precários, é sem dúvida um caminho a seguir.

Em 2001, Coeytaux e Pillsbury estabeleceram os passos que deveriam ser dados para seu desenvolvimento: eliminar a visita médica para obter a AE, incrementar a provisão de métodos sempre que estiver em contato com o serviço de saúde, facilitar o acesso nas farmácias, prescrever através de telefone e facilitar seu uso sem prescrição. Ofertar capacitação, reduzir custos, assegurar o medicamento para vítimas de violência sexual, sustentar e aprofundar o interesse das mulheres pela AE, alcançar minorias e populações com necessidades especiais, adolescentes e incrementar sua presença no mercado. Na França, Bajos *et al.* (2003) reafirmam que mais importante do que promover sua restrição para venda com receita médica seria facilitar sua comercialização.

No atual momento, um bom começo seria a elaboração de pesquisas que permitissem conhecer o impacto da pandemia sobre o uso da PAE no Brasil e adicionalmente resgatar as indicações do trabalho de Coeytaux e Pillsbury (2001), que ainda se mostram atuais. Pesquisas rápidas seriam particularmente necessárias para evidenciar pontos a serem incrementados com

relação ao desenho da intervenção, à implantação e avaliação das ações de planejamento reprodutivo atuais nas distintas regiões do país pós-pandemia. Maior colaboração intersetorial inclusive com os campos da educação e da justiça para facilitar o acesso ao medicamento nos casos de violência sexual; maior informação e controle sobre o volume de compra e a contínua distribuição do medicamento nos vários municípios; isenção de impostos para baratear o seu custo; difusão de informações usando mídias sociais modernas constituem ações igualmente urgentes.

O silêncio atual precisa ser quebrado e transformado em energia de reconstrução de ações e direitos. Alternativas devem ser construídas pelos gestores de saúde e pelas mídias oficiais e sociais para que as informações corretas sobre a AE sejam difundidas e sua prática de uso adequada seja viabilizada. Para promover o uso da AE no médio e longo prazo é fundamental informação de qualidade, associada a incremento nos níveis de escolaridade das mulheres. Ao mesmo tempo, práticas de diálogo público devem ser empreendidas com setores conservadores que seguem se opondo ao seu uso e tentando impor valores morais que não são compartilhados por grande parte da sociedade.

Na medida em que o processo de enfrentamento da pandemia em nosso país está associado a uma gestão nacional que não se destaca por priorizar os DS&DR, deve-se enfatizar que qualquer tipo de resposta que for construída no país exigirá um olhar focalizado na expansão das discussões sobre sexualidade, gênero, raça/etnia, idade, orientação sexual, violência de gênero, no contexto dos direitos humanos. No caso específico da AE, serviços diretos à população deveriam ser promovidos, ofertando informações seguras sobre seu uso, de forma a garantir a autonomia e a liberdade sexual e reprodutiva. Assim, da mesma maneira que o aborto medicamentoso vem sendo requerido como um tema para *hotlines* telefônicas, ou sendo atendido em Telessaúde (ANIS, 2021), talvez pudesse ser razoável pensar que um sistema informativo e de atenção à saúde de igual natureza poderia ser disponibilizado com relação à AE. Promover a facilitação de práticas sexuais e reprodutivas sem que as mulheres tenham que sofrer ônus físicos, psíquicos e econômicos indesejados e desnecessários, com prazer e sem violência, faz parte do campo dos direitos humanos expressados em plataformas das quais o Brasil é signatário como Cairo, Beijing e Durban.

O debate em torno do uso da prescrição médica ainda se faz necessário. Obter ou não uma receita médica significa mais um obstáculo, dada a

dificuldade de acesso a uma consulta em tempo hábil de forma a permitir o uso adequado da anticoncepção de emergência. Em vez da exigência de receita, seria importante o investimento em iniciativas de integração da oferta de informação e educação em serviços de planejamento familiar e locais de aquisição do método. Adicionalmente, a médio prazo estratégias para garantir a comercialização do Ulipristal são fundamentais para ampliar a oferta de métodos mais efetivos e com menos efeitos colaterais.

É tempo do Brasil retomar compromissos anteriormente definidos, bem como políticas públicas de saúde e educação alvissareiras, focalizando a prática de uso de métodos anticoncepcionais, sob pena da anticoncepção de emergência escapar do universo das ações governamentais como ocorreu anteriormente com a esterilização feminina. Trata-se de promover a justiça sexual e reprodutiva, mesmo em tempos de Covid-19.

Referências

ALVES, J. E. D. A transição da fecundidade no Brasil e no mundo segundo as novas projeções da ONU. **EcoDebate**, 2019.

ANIS – INSTITUTO DE BIOÉTICA. **Aborto legal via telessaúde**: orientações para serviços de saúde. Brasília, DF: Letras Livres, 2021.

ARILHA, M.; CITELLI, M. T. Intervenções restritivas ao acesso da contracepção de emergência no Brasil (1999-2009): um mapa geopolítico das barreiras aos direitos reprodutivos no país. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp**: um olhar sobre a produção do Nepo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. p. 51-79.

ARILHA, M.; YAZAKI, L. Contracepção de emergência em tempos de ZIKA: entre cenários passados e desafios futuros. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, 7. E ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20, 2016, Foz do Iguaçu. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCHI, T. C. **Contracepção de emergência no Brasil e América Latina**: dinâmicas políticas e direitos sexuais e reprodutivos. São Paulo, SP: Oficina Editorial, 2010. (Coleção Democracia, Estado Laico e Direitos Humanos).

ARILHA, M.; BERQUÓ, E. Cairo + 15: trajetórias globais e caminhos brasileiros em saúde reprodutiva e direitos reprodutivos. In: UNFPA. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas, SP: ABEP/UNFPA, 2009. p. 67-119.

ARILHA, M. *et al.* **Clínicas de esterilização**: a quem servem? o que são e como funcionam? São Paulo, SP: Conselho Estadual da Condição Feminina; Comissão de Saúde, 1986.

BAJOS, N. *et al.* Emergency contraception: from accessibility to counseling. **Contraception**, Amsterdam, v. 67, n. 1, p. 39-40, 2003.

BARBOSA, R. M. *et al.* The emergency contraceptive pill in Brazil: High usage rates but schooling differences persist. **Contraception**, Amsterdam, v. 104, n. 4, p. 401-405, 2021.

BASTOS, L. L.; VENTURA, M.; BRANDÃO, E. R. O acesso à contracepção de emergência como um direito? Os argumentos do Consórcio Internacional sobre Contracepção de Emergência. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, SP, v. 18, n. 48, p. 37-46, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0865>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BERGALLO, P. El debate jurídico en torno de la anticoncepción de emergencia: una mirada comparada. In: ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCHI, T. C. (org.). **Contracepção de emergência no Brasil e América Latina: dinâmicas políticas e direitos sexuais e reprodutivos**. São Paulo, SP: Oficina Editorial, 2010. (Coleção Democracia, Estado Laico e Direitos Humanos).

BERQUÓ, E. Brasil um caso exemplar, a espera de uma ação exemplar: Anticoncepção e partos cirúrgicos. In: SEMINÁRIO – A SITUAÇÃO DA MULHER E O DESENVOLVIMENTO, 1993, Campinas, SP. **Anais...** 1993.

BIEHL, J.; PRATES, L. E. A.; AMON, J. J. Supreme court v. necropolitics: the chaotic judicialization of COVID-19 in Brazil. **Health and Human Rights**, Oxford, v. 23, n. 1, p. 151-162, 2021.

BLACK, K. I. *et al.* Trends in the use of emergency contraception in Britain: evidence from the second and third National Surveys of Sexual Attitudes and Lifestyles. **BJOG – Journal of Gynecology and Obstetrics Canada**, Oxford, v. 123, n. 10, p. 1.600-1.607, 2016. doi:10.1111/1471-0528.14131.

BORGES, A. L. V. *et al.* Emergency contraceptive use among women attending primary health care services in three Brazilian capital cities. **Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, supl. 2, p. 3.671-3.682, 2021.

BRANDÃO, E. R.; CABRAL, C. D. S. Contracepção de emergência no Brasil: desafios para a assistência farmacêutica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 26, n. 4, p. 1.087-1.092, 2017.

BRANDÃO, E.; CABRAL, C. Vidas precárias: tecnologias de governo e modos de gestão da fecundidade de mulheres “vulneráveis”. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, p. 47-84, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília, DF, n. 26, 2010 (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: PNDS 2006**. Brasília, DF, 2008 (Relatório).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Anticoncepção de emergência**: perguntas e respostas para profissionais de saúde. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em planejamento familiar**: manual técnico. Brasília, DF, 2002.

CAMERON, S. T. *et al.* Use of effective contraception following provision of the progestogen-only pill for women presenting to community pharmacies for emergency contraception (Bridge-It): a pragmatic cluster-randomised crossover trial. **The Lancet**, London, v. 396, n. 10.262, p. 1.585-1.594, 2020.

CDC. **Key statistics from the national survey of family growth**. National Center for Health Statistics, 2017. Disponível em: <https://www.cdc.gov/nchs/nsfg/key_statistics/e.htm#emergency>. Acesso em: 19 jun. 2020.

CHOFAKIAN, C. B. N. *et al.* Dinâmica contraceptiva antes e após o uso da anticoncepção de emergência: Descontinuidades contraceptivas e bridging. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 12, p. 1-16, 2021.

CHOFAKIAN, C. B. N. *et al.* Contraceptive discontinuation and its relation to emergency contraception use among undergraduate women in Brazil. **Sexual & Reproductive Health Care**, [S. l.], v. 21, p. 81-86, 2019.

CHOFAKIAN, C. B. N. *et al.* Does the knowledge of emergency contraception affect its use among high school adolescents? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 32, n. 1, p. 1-11, 2016.

CLELAND, K. *et al.* Emergency contraception review: evidence-based recommendations for clinicians. **Clinical Obstetrics and Gynecology**, Philadelphia, v. 57, n. 4, p. 741-750, 2014.

CLELAND, K. *et al.* The efficacy of intrauterine devices for emergency contraception: a systematic review of 35 years of experience. **Human Reproduction**, Oxford, v. 27, n. 7, p. 1.994-2.000, 2012.

COEYTAUX, F.; PILLSBURY, B. Bringing emergency contraception to american women: The history and remaining challenges. **Women's Health Issues**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 80-86, 2001.

CROXATTO, H. B.; DÍAZ FERNÁNDEZ, S. Emergency contraception: a human rights issue. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology**, London, v. 20, n. 3, p. 311-322, 2006.

DANIELS, K.; JONES, J.; ABMA, J. Use of emergency contraception among women aged 15-44: United States, 2006-2010. **NCHS Data Brief**, [S. l.], n. 112, p. 1-8, 2013.

DAWSON, A. *et al.* Workforce interventions to improve access to emergency contraception pills: a systematic review of current evidence in low-and middle-income countries and recommendations for improving performance. **BMC Health Services Research**, New York, NY, v. 15, p. 1-23, 2015.

DUNN, S.; GUILBERT, E. Emergency contraception. **BJOG – Journal of Gynecology and Obstetrics Canada**, Oxford, v. 34, n. 9, p. 870-878, 2012.

FAÚNDES, A. *et al.* Emergency contraception under Attack in Latin America: response of the medical establishment and civil Society. **Reproductive Health Matters**, London, v. 15, n. 29, p. 130-138, 2007.

FERREIRA-FILHO, E. S. *et al.* Contraception and reproductive planning during the COVID-19 pandemic. **Expert Review of Clinical Pharmacology**, London, v. 13, n. 62, p. 615-622, 2020.

FIGUEIREDO, R.; BORGES, A. L. V.; PAULA, S. H. B. **Panorama da contracepção de emergência no Brasil**. São Paulo, SP: Instituto de Saúde, 2016.

FREITAS-JESUS, J. V.; RODRIGUES, L.; SURITA, F. G. The experience of women infected by the COVID-19 during pregnancy in Brazil: a qualitative study protocol. **Reproductive Health**, New York, NY, vol. 17, n. 1, 2020, p. 1-7.

FSRH. **FSRH Guideline Emergency Contraception**. London, 2017. Disponível em: <<https://www.fsrh.org/standards-and-guidance/current-clinical-guidance/emergency-contraception/>>.

GLASIER, A. *et al.* Emergency contraception in the United Kingdom and the Netherlands. **Family Planning Perspectives**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 49-51, 1996.

HAEGER, K. O.; LAMME, J.; CLELAND, K. State of emergency contraception in the U.S., 2018. **Contraception and Reproduction Medicine**, New York, NY, v. 3, p. 1-12, 2018.

HAN, L. *et al.* Emergency contraception in Mexico: trends in knowledge and ever-use 2006-2014. **Maternal Child Health Journal**, New York, NY, v. 21, n. 11, p. 2.132-2.139, 2017. doi:10.1007/s10995-017-2328-6.

HEVIA, M. The legal status of emergency contraception in Latin America. **International Journal of Gynecology & Obstetrics**, New York, NY, v. 116, n. 1, p. 87-90, 2012.

LAGO, T. G. *et al.* Differences in contraceptive practice in the city of São Paulo, Brazil: results of the Ouvindo Mulheres population survey. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, n. 10, 2020. doi:10.1590/0102-311x00096919.

MUKHERJEE, T. I. *et al.* Reproductive justice in the time of COVID-19: a systematic review of the indirect impacts of COVID-19 on sexual and reproductive health. **Reproductive Health**, New York, NY, v. 18, n. 252, p. 1-25, 2021.

OPS – ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Covid-19 ocasiona impactos “devastadores” en las mujeres, afirma la Directora de la OPS**. Washington, DC, 2021. Disponível em: <<http://paho.org>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

PRIETSCH, S. O. M. *et al.* Unplanned pregnancy in Southern Brazil: prevalence and associated factors. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 27, n. 10, p. 1906-1916, 2011,

RICHTERS, J. *et al.* Contraceptive practices among women: the second Australian study of health and relationships. **Contraception**, Amsterdam, v. 94, n. 5, p. 548-555, 2016.

ROLAND, N. *et al.* Effects of the Coronavirus disease 2019 (COVID19) lockdown on the use of contraceptives and ovulation inductors in France. **Obstetrics and Gynecology**, New York, NY, v. 137, n. 3, p. 415-417, 2021.

ROSALES, F. *et al.* Impactos del COVID19 en América Latina: políticas sanitarias disímiles, resultados dispares: la situación de Argentina, Brasil, Chile y México. In: ABAGARO, C. P. *et al.* (coord.). **La pandemia social de COVID-19 en América Latina: reflexiones desde la salud colectiva**. [S. l.]: Editorial Teseo, 2021. p. 29-66.

SEC – SOCIEDAD ESPAÑOLA DE CONTRACEPCIÓN. **La encuesta nacional 2018 sobre la anticoncepción en España**. Espanha, 2018. Disponível em: <<http://sec.es/presentada-la-encuesta-nacional-2018-sobre-la-anticoncepción-en-españa>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SENDEROWICZ, L.; HIGGINS, J. Reproductive autonomy is non negotiable, even in the time of covid-19. **International Perspectives on Sexual and Reproductive Health**, New York, NY, v. 46, p. 147-151, 2020.

SPW – SEXUALITY POLICY WATCH. **Política sexual em tempo de pandemia**. Rio de Janeiro, RJ, 2021. Disponível em: <<https://sxpolitics.org/ptbr/categoria/biblioteca/anuncios-mensais>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

THEME-FILHA, M. M. *et al.* Factors associated with unintended pregnancy in Brazil: cross-sectional results from the birth in Brazil national survey, 2011/2012. **Reproductive Health**, New York, NY, v. 13, supl. 3, p. 235-265, 2016. <https://doi:10.1186/s12978-016-0227-8>.

VAN LOOK, P. F. A.; VON HERTZEN, H. Emergency contraception. **British Medical Bulletin**, Inglaterra, v. 49, n. 1, p. 158-170, 1993.

VIEIRA, E. M. Políticas públicas e contracepção no Brasil. In: BERQUÓ E. (org.). **Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 151-196.

WESTLEY, E.; BASS, J.; PUIG, C. A global assessment of emergency contraception accessibility. In: FIGUEIREDO, R.; BORGES, A. L. V.; PAULA, S. H. B. **Panorama da contracepção de emergência no Brasil**. São Paulo, SP: Instituto de Saúde, 2016.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Third round of the global pulse survey on continuity of essential health services during the COVID-19 pandemic**. Geneva, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/WHO-2019-nCoV-EHS_continuity-survey-2022.1>. Acesso em: 05 mar. 2022.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Emergency contraception. A guide for service delivery**. Geneva, 1998.

ZIEBLAND, S. Emergency contraception: an anomalous position in the family planning repertoire? **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 49, n. 10, p. 1.409-1.417, 1999.

Populações invisíveis e políticas públicas: a condição dos filhos e dependentes de presidiários no Brasil

Joice Melo Vieira

Introdução: o que se entende por populações invisíveis?

Historicamente, a produção de dados populacionais atende a interesses de governança e de gestão da máquina pública. A própria origem da palavra “estatística”, derivada do latim “status”, é associada ao Estado, mais especificamente à produção de dados quantitativos para a condução eficaz dos assuntos públicos. Ainda que hoje a estatística não esteja circunscrita à esfera estatal, tendo sido apropriada por diversos setores que necessitam tomar decisões com base em evidências, a produção de estatísticas oficiais sobre determinadas populações, eventos ou fenômenos depende primeiro de um reconhecimento – tácito ou explícito – de sua relevância para determinados atores, bem como para o cumprimento de objetivos de ordem social, econômica ou política. Logo, a (in)existência de dados sobre grupos populacionais específicos não costuma ser explicada pelo acaso.

Pode-se dizer que a visão contemporânea de estado social democrático de direito requer o desenho de políticas públicas que demandam dados quantitativos, desde a fase de identificação do público-alvo de uma política até a sua avaliação, com vistas à manutenção, aperfeiçoamento ou cessação de uma intervenção pública (SECCHI, 2014). Problemas que não são mensurados e dimensionados são facilmente ignorados. É nesse contexto que o debate sobre a invisibilidade social de certos subgrupos populacionais adquire centralidade, a partir de uma perspectiva de promoção de direitos e de cidadania.

Sanderson *et al.* (2021) mencionam que a literatura especializada identifica quatro formas de invisibilidade social: 1) a invisibilidade política, quando pessoas com determinadas características não votam e não estão representadas na arena política; 2) a invisibilidade jurídica, quando o acesso aos

direitos é comprometido ou obstaculizado; 3) a invisibilidade dos que não participam do mercado de trabalho e estão, por conseguinte, excluídos ou marginalizados no mercado de bens materiais, científicos e culturais; e 4) a invisibilidade cultural ou religiosa, caracterizada pela negligência ou omissão de pautas identitárias em nome da defesa de valores considerados hegemônicos. Nessa última situação, um grupo social pode ser proibido de expressar sua identidade em público. A essas quatro manifestações da invisibilidade social, os autores acrescentam a invisibilidade administrativa ou estatística. Essa última ocorreria quando, voluntária ou involuntariamente, determinadas populações não são inseridas nos registros administrativos, ou, ainda que sejam inseridas, características relevantes que deveriam ser consideradas na formulação de políticas públicas não são coletadas. Vale ressaltar que essas formas de manifestação da invisibilidade social não são mutuamente excludentes. Muito pelo contrário. É comum que, nos contextos marcados pela invisibilidade administrativa, uma ou mais formas de invisibilidade social mencionadas anteriormente também estejam presentes.

Em 2021, o Centre de Recherche en Démographie da Université Catholique de Louvain organizou o seminário “Invisibilidades e Incertezas nas Ciências da População”, justamente para lançar luz sobre essas manifestações da invisibilidade social e suas implicações teórico-metodológicas no campo dos estudos de população. A nota conceitual do seminário traça uma importante distinção entre invisibilidades e incertezas estatísticas. A invisibilidade estatística ou administrativa ocorreria quando categorias de pessoas ou eventos deixam de ser mensurados ou são mensurados de forma incompleta. Já as incertezas estatísticas seriam típicas de contextos nos quais determinado evento é raro, ou um grupo social é muito pequeno, o que impõe sérios desafios metodológicos para que seja captado e contabilizado.

A invisibilidade, quando ocorre em função da falta de reconhecimento social e legal de subgrupos populacionais, tem como desdobramento déficits de direito e de cidadania. Em todos os casos, ela pode ainda ser classificada em voluntária ou involuntária. A invisibilidade é voluntária quando o indivíduo escolhe não declarar certas informações, ou não ser registrado em determinadas bases de dados, por medo de sofrer algum tipo de estigma ou sanção. Migrantes internacionais indocumentados; pessoas que cometeram aborto, tentativas de suicídio ou que usam substâncias ilícitas; pessoas em conflito com a lei de uma forma geral; assim como aquelas com deficiência ou enfer-

midades contagiosas podem conscientemente optar por omitir informações sobre sua condição, ou não ter seus dados coletados. Já a invisibilidade é involuntária quando grupos organizados desejam que seu coletivo seja mensurado para que possam demandar atenção pública. É o que o acontece hoje com minorias de diversas ordens, a exemplo da população LGBTQIA+, grupos tradicionais ou com origem étnica comum, portadores de determinadas síndromes e transtornos em contextos em que movimentos sociais são mais ativos e buscam defender direitos específicos (COLVIN, 2010; KISSIL; DAVEY, 2010; FIGENSCHOU; THORBJORNSRUD, 2015; HEMSLEY *et al.*, 2019; SANDERSON *et al.*, 2021).

Grosso modo, pode-se dizer que a incerteza estatística tem mais a ver com limites metodológicos, enquanto a invisibilidade estatística mescla as dimensões políticas, teóricas e metodológicas de uma forma mais profunda e intrincada. Contudo, não é difícil que a invisibilidade estatística também se apresente como incerteza estatística, quando as pessoas preferem não responder sobre determinados temas por tabu, medo de sofrer estigma, desconfiança em relação ao Estado ou agente que coleta a informação.

Larman e Aungles (1991) definem os filhos de presidiários como uma população invisível, pois é difícil estimar quantos são. A cultura punitivista costuma atribuir aos pais presos a responsabilidade pelo sofrimento e vulnerabilidade a que os filhos estão expostos, sem maiores esforços para mitigar essa situação. O isolamento social, constrangimento moral e carência econômica que se abatem ou se acentuam entre crianças e adolescentes cujos pais estão encarcerados, geralmente são negligenciados pelo poder público, que encara essas adversidades como uma consequência lógica e necessária do infortúnio familiar imposto pelas circunstâncias. De acordo com as autoras, há duas grandes correntes teóricas que predominam no estudo sobre o impacto do encarceramento dos pais sobre os filhos. Há uma primeira abordagem que se centra no modelo da “família em crise”, explorando sobretudo as consequências psicológicas e emocionais que o afastamento dos pais produz sobre os filhos. Uma segunda abordagem privilegia o criticismo em relação ao sistema penal, frisando a necessidade de que exista uma visão mais holística sobre o meio familiar e comunitário da pessoa privada de liberdade, inclusive para que a reinserção social do apenado seja factível.

Dentre as pesquisas produzidas no campo dos estudos populacionais, destaca-se o trabalho de Wakefield e Wildeman (2014). Os autores exami-

nam as consequências de curto e longo prazo que o encarceramento em massa tem produzido na vida dos filhos de presidiários nos Estados Unidos. Eles documentam como as desigualdades sociais são aprofundadas no caso de famílias de setores desprivilegiados que passam por essa experiência, e como o sistema de justiça potencializa e naturaliza as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes cujos pais possuem problemas com a justiça. O principal argumento é que o encarceramento em massa não é apenas um problema social que afeta fundamentalmente homens, jovens, negros e de baixa escolaridade. Trata-se de um problema que aumenta o risco de transmissão intergeracional de desvantagens sociais. Um dos achados mais contundentes da pesquisa refere-se ao maior risco de mortalidade infantil entre os filhos de presidiários. As crianças que tiveram o pai preso apresentavam 49% mais chance de morrer antes de completar um ano de idade, de acordo com dados existentes para anos 1990 e início do século XXI. Isso ocorre não apenas em função de restrições econômicas associadas ao encarceramento, mas também porque a rede de amparo e proteção das crianças se reduz drasticamente após o encarceramento do pai. É possível que, ao longo da infância e adolescência, essas crianças sejam postas em circulação vivendo períodos em casas de família e em instituições, quando não engrossam a população sem-teto. Estudos longitudinais também indicam que ter o pai, mãe ou parente próximo encarcerado é um importante preditor de problemas na adolescência e início da vida adulta relacionados ao consumo de substâncias ilícitas, gravidez sem planejamento, abandono escolar, violência interpessoal e envolvimento da nova geração da família com o crime. Nas palavras dos autores, as evidências comprovam que o encarceramento de um dos pais torna uma situação ruim ainda pior para as crianças que se encontram em contextos de desvantagem social.

Embora não seja difícil imaginar que a situação econômica e material das famílias se deteriore rapidamente enquanto os pais respondem legalmente por seus crimes, alguns analistas e juristas defendem que retirar a criança do convívio dos pais condenados por crimes graves pode ser uma forma de protegê-las, sendo um evento benéfico em longo prazo. As estatísticas existentes nos Estados Unidos para os anos 1990 e 2000 apontam que 40% dos homens encarcerados eram abusivos com as mães de seus filhos ou com os próprios filhos (WAKEFIELD; WILDEMAN, 2014).

As estatísticas brasileiras sobre presidiários e suas famílias

Desde 2000, o Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro, mais conhecido como Infpen, ligado ao atual Ministério da Justiça e Segurança Pública, divulga pelo menos uma vez por ano relatórios sintéticos que apresentam o estoque de pessoas privadas de liberdade, a distribuição dos presos segundo regime de detenção, número de vagas, dentre outros indicadores que traçam um retrato do sistema carcerário no Brasil. Desde 2005, também são publicados relatórios analíticos para todo o território nacional e para cada unidade federativa separadamente. Um avanço importante, sobretudo quando se observa que a administração penitenciária é tarefa que está fundamentalmente nas mãos dos estados. Apesar disso, a informação ainda é precária. Os dados disponibilizados se resumem basicamente a planilhas que apresentam dados agregados.

Quando foi ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia chegou a propor um censo carcerário para que o país obtivesse informação individualizada de cada preso com o objetivo de obter um diagnóstico mais preciso sobre o perfil dessa população. Somado ao censo, propunha-se também um cadastro nacional de presos, capaz de monitorar a situação de cada pessoa dentro do sistema individualmente, permitindo acompanhar os processos em que estava envolvida, facilitando a gestão e o controle do fluxo e do congestionamento de processos (ESTADÃO CONTEÚDO, 2017).

O censo carcerário não se concretizou. De todas as maneiras, o chamado Levantamento Nacional do Sistema Penitenciário se tornou prática recorrente e, a partir de 2014, contempla maior detalhamento. Embora seja uma contagem populacional simples, e a informação seja prestada pelos gestores das unidades prisionais, é possível acompanhar algumas informações sociodemográficas básicas dos presos segundo unidade prisional, incluindo informações sobre suas famílias e visitas. Para cada unidade prisional é informado, por exemplo, quantos presos são casados, solteiros, viúvos, separados; bem como quantos têm zero filhos, um filho, dois filhos, etc. A partir da informação sobre número de filhos de presidiários declarados pelos gestores no levantamento nacional do sistema prisional realizado em 2019, estima-se que havia no Brasil ao menos 224.662 pessoas com pai ou mãe cumprindo pena. Não é possível estimar idade e sexo desses filhos, nem mesmo cruzar a informação de número de filhos com qualquer outra

variável sociodemográfica dos pais. A única certeza é de que essa contagem está subenumerada. Primeiro, porque nem todos os gestores preenchem todos os itens do formulário no qual se embasa o levantamento, especialmente os itens que se referem a variáveis que captam dados sobre as famílias. Em segundo lugar, destacariamos que em estudo anterior encontramos que o encarceramento paterno – ou o fato de o pai biológico da criança ser foragido da justiça – está entre as principais razões que fazem a mãe preferir não inserir o nome do pai no registro de nascimento dos filhos. Por vezes, sequer é possível notificar o homem sobre a existência da criança, seja porque está recluso em outro estado, seja porque a mulher desconhece completamente o paradeiro dele (VIEIRA, 2017).

Tal como ocorre nos Estados Unidos, também no Brasil há diferentes entendimentos sobre as consequências que o encarceramento de um dos pais (ou de ambos) pode ter sobre a trajetória de vida dos filhos. Há situações nas quais o envolvimento com o crime está fortemente associado com o uso de substâncias ilícitas e conflitos familiares constantes. Nestas circunstâncias, o afastamento dos pais pode ter consequências relativamente positivas sobre os filhos, quando freia uma espiral de comportamentos destrutivos que inclui a violência doméstica. Contudo, isto não exclui a possibilidade de que a prisão dos pais, mesmo nesses casos, produza efeitos desfavoráveis no cotidiano familiar, quer em função do estigma social ou da perda de suporte afetivo e econômico (LYRA; BAUMER, 2011; LEDEL *et al.*, 2018; GALDEANO *et al.*, 2018).

No Brasil, as políticas de abrangência nacional existentes que têm como população-alvo os filhos e demais dependentes de presos visam, sobretudo, mitigar o impacto econômico do encarceramento sobre a subsistência familiar. Esse é o caso do Auxílio Reclusão e do Bolsa Família.

Recorrendo especialmente aos registros administrativos disponíveis, o objetivo deste estudo é apresentar uma síntese das estatísticas disponíveis sobre o perfil dos beneficiários do auxílio reclusão e do Bolsa Família que são dependentes de presos do sistema carcerário. Os estudos sobre essa população no Brasil são fundamentalmente de caráter qualitativo e, mesmo quando procuram apresentar números, se restringem a algumas dezenas de casos. Estimamos a cobertura alcançada pelo auxílio reclusão nas últimas duas décadas e o custo que ele representa para a previdência social. Nas próximas seções, apresentamos as fontes de dados utilizadas, traçamos um breve panorama sobre a população carcerária no Brasil, e analisamos as

estatísticas disponíveis à luz das modificações legais em torno do auxílio reclusão e do Bolsa Família. Nossos resultados derrubam alguns mitos constantemente propagados pela mídia e que geram polêmicas em relação a tais auxílios. Por fim, tecemos algumas considerações e recomendações para aqueles que trabalham direta ou indiretamente com esse público.

Dados e métodos

Este estudo se fundamenta na compilação de dados provenientes de diversas fontes: os Anuários Estatísticos do Brasil e o censo demográfico de 2010, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os registros administrativos da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev); o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen/ Ministério da Justiça); e o Cadastro Único para Programas Sociais, registro administrativo que serve de base para a atribuição do Bolsa Família. Os microdados públicos do Cadastro Único de 2012 e 2018 utilizados foram obtidos no Portal Brasileiro de Dados Abertos. Para esses anos, existe no banco de dados a categoria “família de preso do sistema carcerário” no rol de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs). Já os dados sobre beneficiários do auxílio reclusão aqui apresentados são do Dataprev. Mais à frente será discutido quem são os dependentes de presos que têm direito ao auxílio reclusão e ao Bolsa Família. Esses registros administrativos estão longe de cobrir todo o universo de filhos e dependentes de presos, mas seguramente oferecem o retrato de abrangência nacional mais completo possível no momento.

O mérito da pesquisa aqui apresentada consiste em reunir dados dispersos produzidos por diversas instituições públicas, buscando articulá-los, construindo um perfil dos filhos e dependentes de presidiários. Adicionalmente, algumas visões de senso comum sobre o auxílio reclusão não se sustentam a partir das evidências aqui reunidas. As análises se fundamentam basicamente em estatísticas descritivas e na revisão de estudos qualitativos anteriores que tiveram como objeto de investigação famílias de detentos.

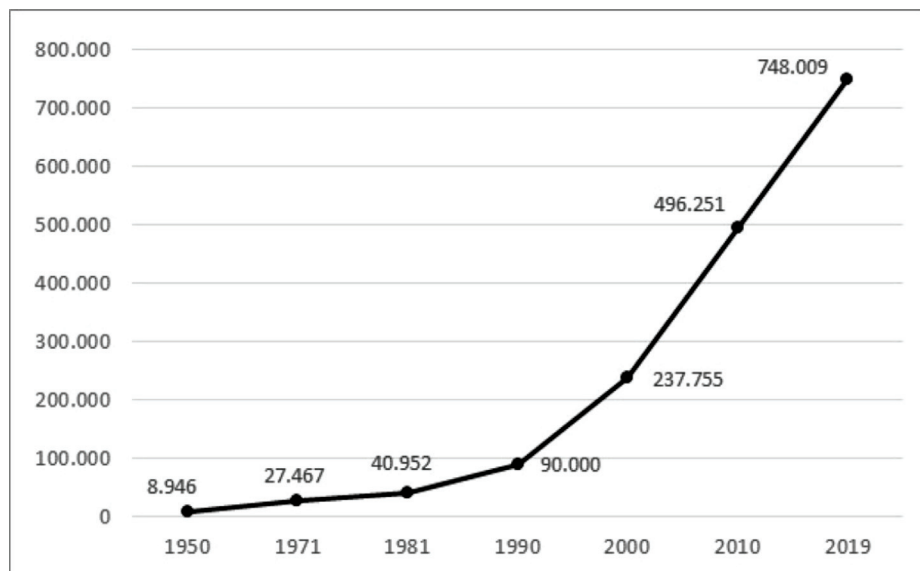
Breve panorama sobre a população carcerária brasileira

De acordo com o International Centre for Prison Studies (ICPS), o Brasil possui a 3^a maior população carcerária do mundo em números absolutos, sendo superado apenas pelos Estados Unidos e a China. Quando se considera a taxa de encarceramento (ponderação entre o número absoluto de presos e a população total residente no país), nosso país ocupa a décima quinta posição.

Infelizmente, nosso sistema de segurança pública e justiça não se destaca apenas pelo tamanho da população reclusa. Ele enfrenta impasses de considerável magnitude e de diferentes ordens no que diz respeito ao acesso à justiça, à aplicação da lei e à gestão do sistema penitenciário. Em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha durante a corrida presidencial de 2014, as duas principais preocupações dos brasileiros eram o sistema de saúde e a segurança pública. Com uma taxa de homicídio de 20,7 por 100 mil habitantes em 2012 (WAISELFISZ, 2015), estima-se que apenas 8% dos casos de homicídio no Brasil são completamente esclarecidos. Movida pelo medo, parte da sociedade reclama por leis mais duras, o que inclui a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos; a internação compulsória de dependentes químicos; apoio à repressão policial em áreas urbanas deterioradas; e o encarceramento em massa como única forma de promover o controle social e aumentar a sensação de segurança.

A população carcerária sofreu um notável crescimento, sobretudo a partir da década de 1990 (Gráfico 1). Com uma população carcerária de quase quinhentas mil pessoas em 2010, o sistema prisional apresentava um déficit de duzentas mil vagas, de acordo com o Instituto Avante Brasil (INSTITUTO AVANTE BRASIL, 2014). Nove anos depois, em 2019, quase 750 mil pessoas estavam privadas de liberdade sem que se houvesse encontrado solução para a superlotação das prisões.

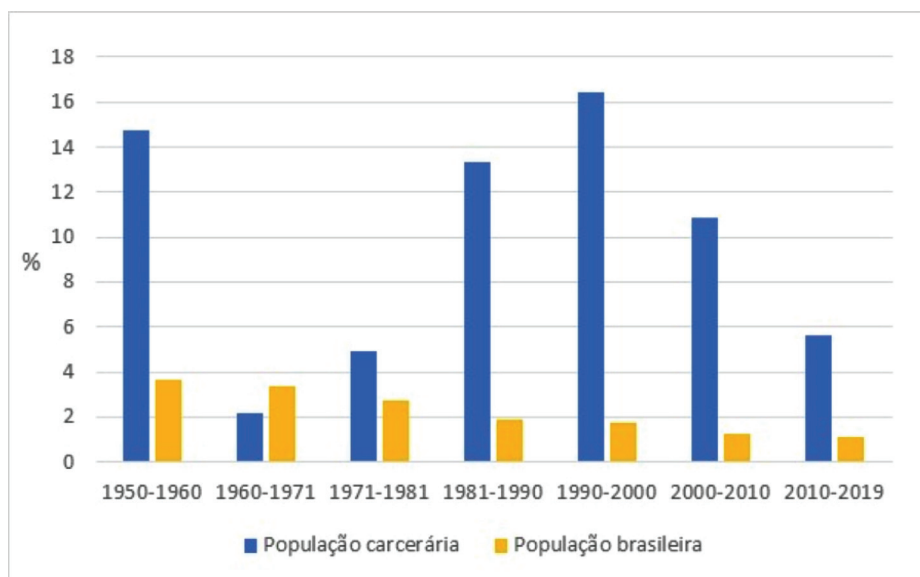
Gráfico 1 – Brasil, 1950-2010: população carcerária em números absolutos



Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE) para o período 1950 a 1990/Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Ministério da Justiça), para os anos 2000 e 2010. Elaboração própria.

Enquanto o ritmo de crescimento da população brasileira diminuiu constantemente ao longo das últimas décadas, a taxa de crescimento médio anual da população carcerária seguiu um comportamento totalmente diverso. Já entre os anos 1950 e 1960 a população carcerária cresceu 14,7% ao ano em média. Seu crescimento se desacelerou nos anos de ditadura militar entre as décadas de 1960 e 1980, retomando níveis bem acima de 10% ao ano entre 1990 e 2010 (Gráfico 2). Entre 2010 e 2019, houve nova desaceleração, mas ainda assim o impacto em termos de números absolutos de presos é gigantesco.

Gráfico 2 – Brasil, 1950-2010: taxa de crescimento médio anual da população total e da população carcerária



Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE) para o período 1950 a 1990/Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen, Ministério da Justiça), para os anos 2000 e 2010. Elaboração própria.

Dado o descompasso entre o crescimento da população carcerária e da população total, o comportamento da taxa bruta de encarceramento é impressionante. Se em 1950 havia 17,2 presos para cada 100 mil habitantes, em 2019 este indicador salta para 355,9 presos para cada 100 mil habitantes. Pode parecer intrigante ou mesmo contraditório que os maiores incrementos tenham ocorrido a partir dos anos 1990, coincidindo com a redemocratização do país, estabilização econômica e maior investimento em políticas sociais e redistributivas. Embora estas mudanças estruturais sejam a transformação macrossocial mais importante destas últimas décadas, há outro fator contextual marcante: o consumo e o tráfico de drogas tornaram-se um problema social neste mesmo período.

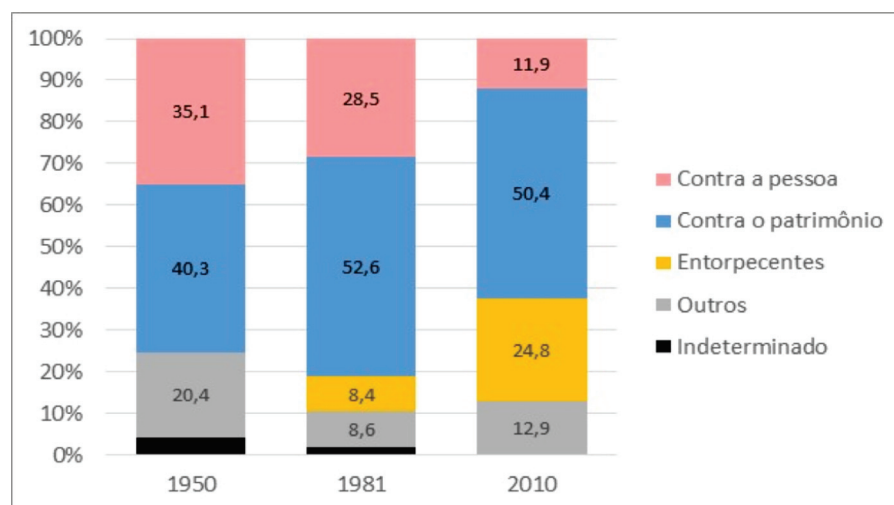
Quando se observa a distribuição percentual dos principais motivos de encarceramento no país (Gráfico 3), nota-se que os crimes contra a pessoa estão relativamente em queda frente ao avanço dos crimes relacionados às drogas, como a manipulação, refino e especialmente tráfico de entorpecentes.

Tabela 1 – BRASIL, 1950-2019: taxa bruta de encarceramento por 100 mil hab.

Ano	Taxa de encarceramento (por 100.000 hab.)
1950	17,2
1960	31,2
1971	28,3
1981	33,2
1990	62,3
2000	140,2
2010	260,1
2019	355,9

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE) para o período 1950 a 1990/Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen, Ministério da Justiça), para os anos 1990 e 2000. Salienta-se que para os anos de 1990 e 2000 não foi possível obter informação desagregada sobre crimes contra a pessoa. Elaboração própria.

Gráfico 3 – Brasil, 1950, 1981 e 2010: distribuição percentual dos presos segundo tipo de crime



Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil (IBGE) para o período 1950 a 1990/Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen, Ministério da Justiça), para os anos 1990 e 2000. Salienta-se que para os anos de 1990 e 2000 não foi possível obter informação desagregada sobre crimes contra a pessoa. Elaboração própria.

Estudos nacionais e internacionais atestam a forte associação entre o uso de substâncias ilícitas e o envolvimento em atividades criminosas (MILLER; GOLD, 1994; GUIMARÃES; SANTOS; FREITAS, 2008). De acordo com Carlini *et al.* (2005) com base em pesquisa domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas, 2,9% da população brasileira de 12-65 anos fez uso de cocaína alguma vez na vida, e outros 0,7% consomem ou já consumiram crack. O crack é hoje um sério problema de saúde pública. Introduzido no país no final dos anos 1980, o crack se propagou nos anos 1990 (RAUPP; ADORNO, 2011), seguindo o mesmo percurso da cocaína. Derivado da pasta de coca, o crack é uma droga barata, o que facilitou a difusão do seu consumo inicialmente entre os mais pobres, os jovens e os moradores de rua. Na atualidade, encontra usuários em todas as camadas sociais. Trata-se de uma droga que elimina a fome, aumenta a sede e gera rapidamente um quadro de consumo compulsivo. A necessidade de doses constantes faz o usuário recorrer a quaisquer meios, mesmo que ilícitos, para garantir o acesso à droga: traficar, prostituir-se, roubar e mesmo matar para obter o dinheiro que sustente o vício (BRANCO *et al.*, 2012). Sob o efeito do crack, é comum o relaxamento da censura moral e o ímpeto de transgressão torna-se muito grande. O afastamento de familiares e amigos é comum em razão do comportamento antissocial e violento que os usuários de crack costumam apresentar. De acordo com pesquisa realizada por Ferreira Filho *et al.* (2003) junto a dependentes químicos em tratamento em hospitais públicos e privados da cidade de São Paulo, entre os usuários de cocaína, 45,8% já haviam sido presos, enquanto entre usuários de crack este percentual subia para 62,3%.

Durante a prisão, muito pouco é feito para preparar os detentos para o retorno ao convívio social, o que deveria incluir maiores investimentos em educação, trabalho e revitalização dos vínculos familiares e com sua comunidade de origem em novos termos. O censo demográfico de 2010 reitera o que se sabe por outras fontes sobre a população carcerária. Ele também revelou que a população carcerária no Brasil era majoritariamente masculina, jovem e de baixa escolaridade: naquele ano, 93,9% dos presos eram homens; 74% tinham no máximo 34 anos; 71% não completaram o ensino fundamental ou não possuíam instrução formal. Quanto à conjugalidade, 56,4% dos homens e 70,4% das mulheres já haviam coabitado com cônjuge ou companheiro(a), embora o estado civil de 83,8% dos homens e 75,1% das mulheres fosse “solteiro(a)”. Apenas 6% dos homens e 10% das mulheres estudavam no momento da realização daquele censo. No que diz respeito ao exercício de

atividade econômica entre presos de 18 a 59 anos identificados através do censo demográfico de 2010, 13% dos homens e 27% das mulheres executavam algum trabalho remunerado.

Deve-se destacar que quase metade dos presos brasileiros cumpria pena em regime fechado (48,5%) em 2019. Os demais detidos estavam em regime semiaberto (17,8%), aberto (3,4%), cumprindo medida de segurança (0,6%) ou eram presos provisórios aguardando julgamento (29,8%). A situação dos presos provisórios é particularmente preocupante, e sua elevada proporção entre o total de presos evidencia a lentidão do sistema judicial. Os presos em regime fechado e os provisórios, justamente as duas categorias majoritárias, são os que encontram maior dificuldade para exercer trabalho fora das instituições penais devido ao receio de que ocorram fugas. Logo, apenas uma minoria entre os presos tem a possibilidade de contribuir financeiramente com suas famílias gerando renda proveniente do trabalho durante o período em que permanecem encarcerados.

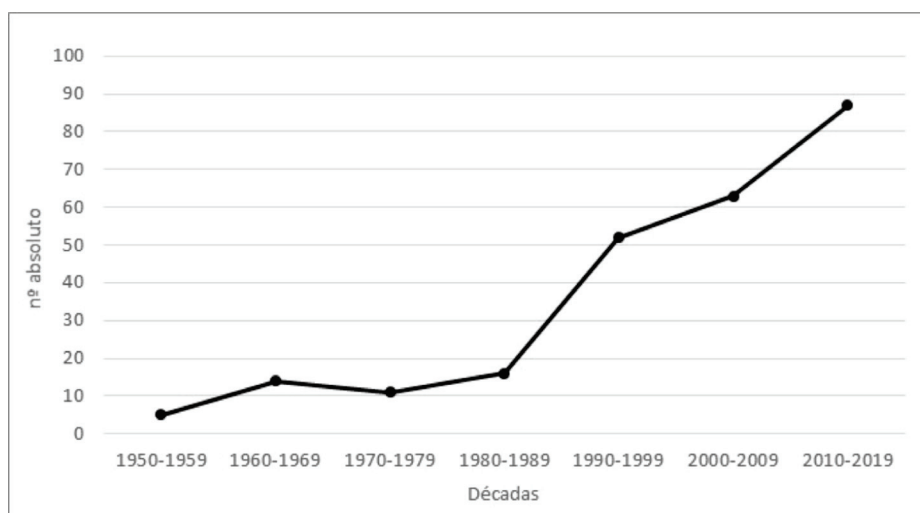
O que é o auxílio reclusão? Quem são e quantos são os seus beneficiários?

Diferentemente do que muitas pessoas imaginam, o auxílio reclusão não é novo. Ele é reconhecido primeiramente pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos em 1933, em uma época em que as regras e direitos previdenciários variavam segundo a categoria profissional (CHIES; PASSOS, 2015). Não é difícil imaginar que marinheiros e afins se sentissem particularmente em risco de serem privados de liberdade em alguma viagem a terras distantes e desejassem garantir o sustento da família diante de uma eventualidade desse tipo. É somente em 1960 que o benefício é estendido a dependentes de trabalhadores de todas as categorias profissionais, fundamentando-se no mesmo princípio que rege a pensão por morte: assegurar a sobrevivência dos dependentes do trabalhador que contribuiu com a previdência social (Lei 3.807/1960) (BRASIL, 1960). Desde então, as contribuições previdenciárias são administradas pelo governo federal; logo, a regulação do auxílio reclusão é igualmente feita pela união.

Após a generalização do auxílio reclusão para todas as categorias profissionais, o tema só voltou a ser objeto de atenção pública quando ele foi inserido na Constituição de 1988. Trata-se de uma breve menção na qual se reconhece a prisão do(a) trabalhador(a) como um risco social dentre outros

que devem ser previstos nos planos previdenciários. Com o aumento das taxas de encarceramento e o paulatino crescimento da parcela da força de trabalho que contribui com a previdência, o assunto passou a ganhar as manchetes de jornais e mobilizar a opinião pública, especialmente a partir dos anos 1990. O Gráfico 4 evidencia o crescente interesse e visibilidade que o tema recebeu ao longo das décadas adotando-se como *proxy* o número de matérias publicadas no jornal “O Estado de São Paulo”.

Gráfico 4 – Brasil, 1950-2019: número de reportagens sobre o auxílio reclusão publicadas no Jornal O Estado de São Paulo por década



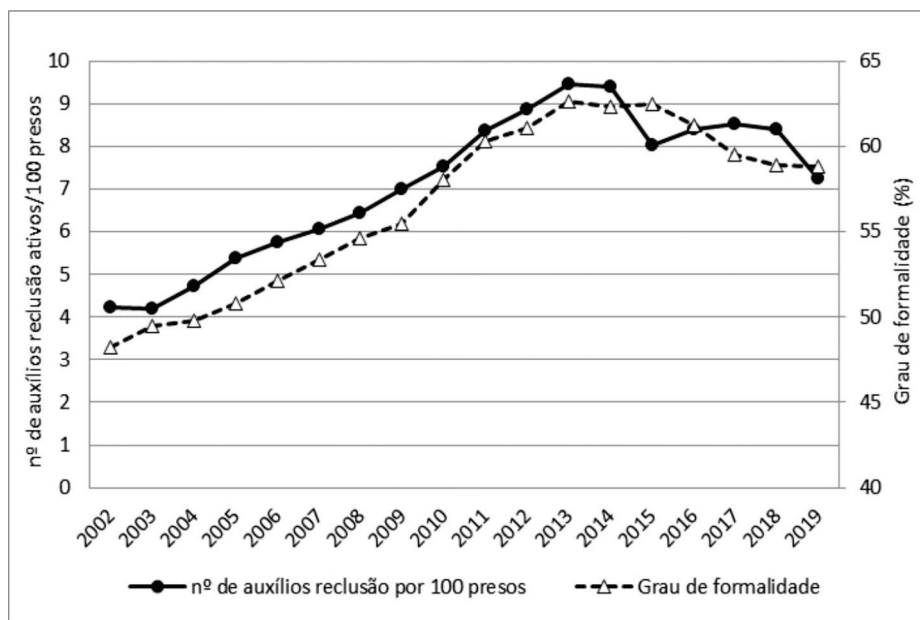
Fonte: Acervo do Jornal “O Estado de São Paulo”. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/procura/#!//%22aux%C3%ADlio+reclus%C3%A3o%22/Acervo/acervo>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

O tempo de contribuição exigido para que os dependentes do trabalhador segurado tivessem direito ao auxílio, bem como o valor a ser pago foram sendo alterados ao longo do tempo. Originalmente, os dependentes tinham o direito de receber o auxílio nos casos em que o detento tivesse contribuído com a previdência social por pelo menos 12 meses antes de ser privado de liberdade, e não havia qualquer tipo de restrição em relação ao nível salarial do segurado. Em 1991, passa-se a exigir apenas que o segurado tenha contribuído com a previdência em algum momento dos últimos 12 meses anteriores ao encarceramento. Foi na passagem do século XX

para o XXI que surgiram as principais legislações que visam dificultar o acesso ao auxílio reclusão. Por meio de emenda constitucional em vigor a partir de 1998, ficou estabelecido que apenas os contribuintes de baixa renda possuem direito ao auxílio reclusão. A definição de “baixa renda” para fins de atribuição do auxílio é fixada anualmente por portaria específica. Em 2022, foram enquadrados como de baixa renda os segurados que antes do encarceramento recebiam salários de até R\$ 1.655,98 (hum mil seiscientos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos) – Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de janeiro de 2022 – lembrando que o salário-mínimo vigente para o mesmo ano foi fixado em R\$ 1.212,00 (hum mil duzentos e doze reais).

Em 2015, um novo impedimento foi interposto por meio da exigência de 24 contribuições mensais para que os dependentes do segurado façam jus ao auxílio (Medida Provisória 664, de 30 de dezembro de 2014). Essa mudança recebe o status de lei em 2019 (Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019). No Gráfico 5, apresentamos uma estimativa da cobertura do auxílio reclusão expressa pela razão entre o número de auxílios reclusão ativos e a população carcerária total. Ressalta-se que nunca se atingiu a marca de 10 auxílios reclusão ativos para cada 100 presos. É perceptível como a medida provisória de 2015 teve efeito imediato, reduzindo o número de auxílios reclusão por 100 presos. Nos dois anos que se seguem à entrada em vigor da medida, houve leve recuperação do acesso ao auxílio reclusão, mas, quando os 24 meses de carência ganham status de lei em 2019, há nova redução do acesso. Por uma questão de clareza, é necessário dizer que o acesso ao auxílio também depende do regime de reclusão em que o preso se encontra. Há momentos ao longo da história em que se dificultou o acesso ao auxílio por parte de familiares de presos provisórios e do regime semi-aberto. Hoje, geralmente o auxílio está circunscrito aos dependentes de presos que se encontram em regime fechado (Lei nº 13.846/2019). Se o preso foge do sistema carcerário, esse suporte econômico é cancelado.

Gráfico 5 – Brasil, 2002-2019: relação entre o número de auxílios reclusão ativos por 100 presos e o grau de formalidade no mercado de trabalho



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (InfoPen, Ministério da Justiça) para obtenção do número de presos e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev), para informação sobre o auxílio reclusão.

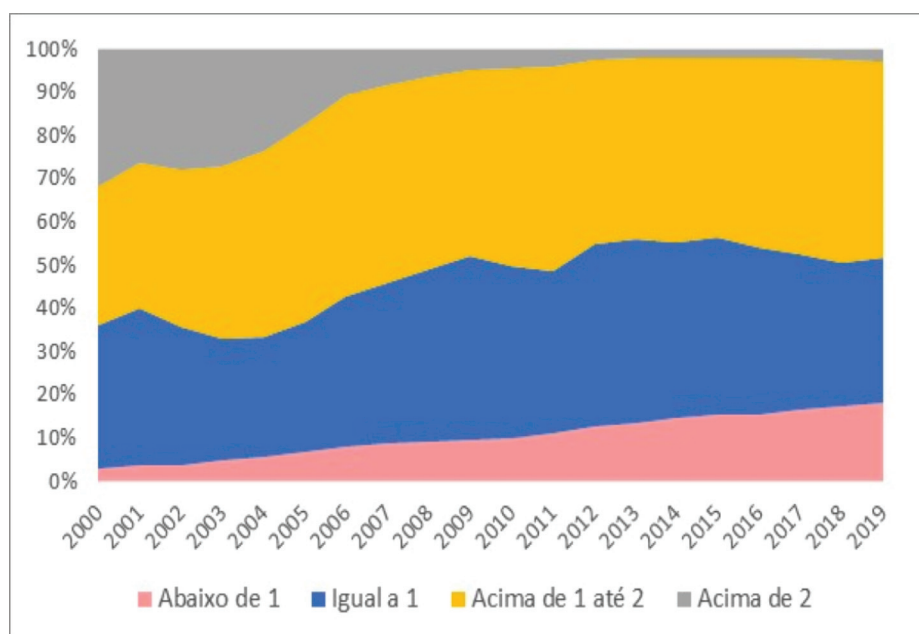
Apesar das restrições crescentes, o número absoluto de auxílios ativos mais do que quadruplicou em menos de duas décadas, passando de 10.113 auxílios ativos em 2002 para 46.561 em 2020.

Ainda considerando os dados apresentados no Gráfico 5, destaca-se que, entre 2002 e 2014, existia uma relação linear quase perfeita entre nossa *proxy* de acesso ao auxílio reclusão e o grau de formalidade do mercado de trabalho, ou seja, a proporção de pessoas que tinham carteira de trabalho assinada ou contribuía com a previdência por conta própria.

As alterações legais não reverberaram apenas no acesso ao auxílio reclusão, mas também no valor recebido pelos dependentes dos presos (Gráfico 6). Observa-se que, desde 2007, mais de 90% dos dependentes de segurados presos recebem no máximo 2 salários-mínimos, havendo um paulatino aumento daqueles que recebem valores inferiores a um salário-mínimo. Isso é possível, porque o valor a receber sempre dependeu do salário do segurado

antes da prisão. Desde a medida provisória de 2014 ratificada pela lei nº 13.846/2019, o auxílio reclusão dá direito a 50% do valor que o segurado recebia antes da prisão, acrescido de 10% por dependente do segurado. Por exemplo, se um homem que contribui durante 24 meses com a previdência é preso e ele tem mulher e 1 filho menor de 21 anos, a família receberá 70% do salário que o segurado costumava receber.

Gráfico 6 – Brasil, 2000-2019: distribuição dos auxílios reclusão emitidos por faixa de valor (em salários-mínimos) e ano



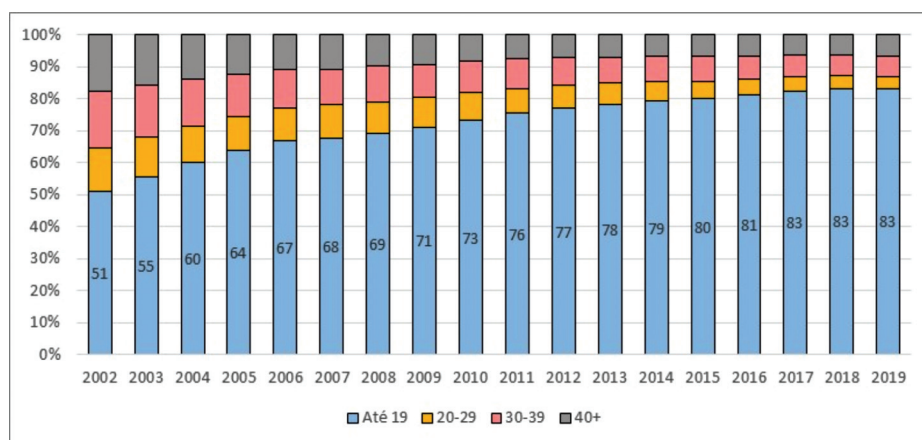
Fonte: Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev).

Contrariando o senso comum, os dados divulgados pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev) revelam que o auxílio reclusão representa uma parcela ínfima dos gastos com benefícios previdenciários. De todas as maneiras, os custos que ele representa apresentaram tendência de aumento entre 2002 e 2014, passando de 0,05% para 0,14% do montante total de despesas com benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Após as mudanças nas regras em 2015, houve uma leve desaceleração das despesas com esse tipo de auxílio. Em 2019, considerando o montante total de despesas com benefícios previdenciários (50,6

bilhões de reais), 0,12% foram destinados ao auxílio reclusão (58,7 milhões de reais).

De acordo com as estatísticas disponibilizadas pelo Dataprev, é possível traçar o perfil dos beneficiários do auxílio reclusão. Observa-se que a maioria dos beneficiários são invariavelmente crianças e adolescentes para todos os anos para os quais existe informação. Em 2002, cerca de 51% deles tinham entre 0 e 19 anos, sendo que esse percentual aumenta para 83% em 2019 (Gráfico 7). Nesse grupo etário em específico não ocorre seletividade por sexo, posto que a razão de sexo está sempre muito próxima a 100, isto é, para cada 100 meninos contemplados pelo auxílio, existem aproximadamente 100 meninas na mesma condição.

Gráfico 7 – BRASIL, 2002-2019: auxílios reclusão ativos segundo grupo etário dos beneficiários (em anos)



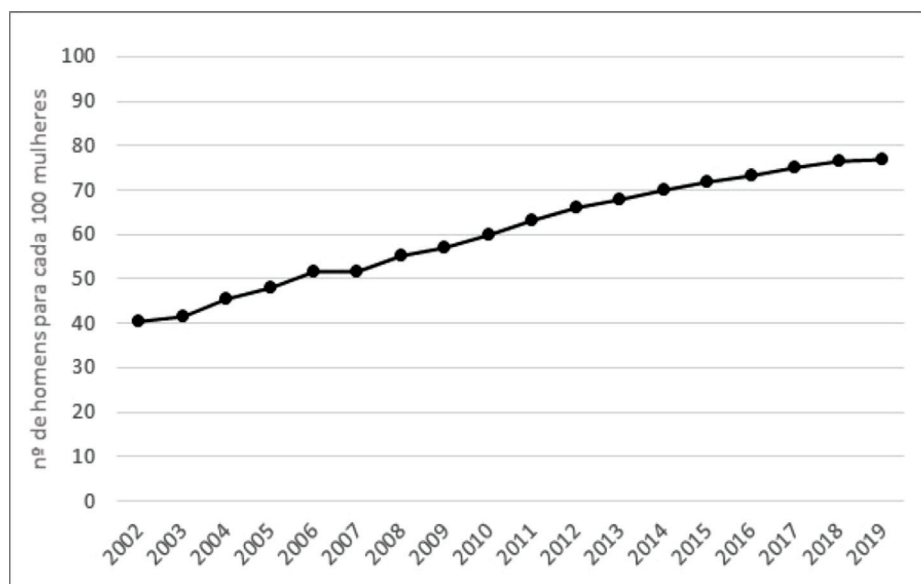
Fonte: Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev).

Esta distribuição dos beneficiários segundo faixa etária reflete o que estabelece a lei, pois o auxílio reclusão é concedido prioritariamente para os filhos menores de idade. Na ausência destes, para as companheiras(os), depois para os pais ou irmãos menores de idade ou incapacitados para o trabalho, sempre que se ateste a dependência em relação ao detento reconhecido como contribuinte da previdência social.

O Gráfico 8 mostra a evolução da razão de sexo dos beneficiários do auxílio reclusão ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. Foram consideradas pessoas de todas as idades indistintamente. Chama a atenção

que, embora exista predomínio de mulheres entre os beneficiários – algo perfeitamente esperado, dado que a maioria dos presos são homens, que por vezes têm companheira, filhos ou mãe dependente – o *gap* entre os sexos tem gradativamente diminuído ano a ano. Isso pode estar correlacionado a dois fatores explicativos complementares: 1) mulheres seguradas da previdência social também estão crescentemente tendo problemas com a justiça e sendo punidas com privação de liberdade; 2) a preferência por crianças e adolescentes tem sido aplicada à risca, havendo uma tendência de limitar o acesso de esposas/companheiras ou mães ao auxílio como dependentes principais de segurados presos.

Gráfico 8 – Brasil, 2002-2019: razão de sexo dos beneficiários de auxílios reclusão ativos (homens para cada 100 mulheres)



Fonte: Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev).

Vimos nesse tópico que, a despeito da polêmica que o auxílio reclusão costuma provocar no espaço público, o acesso a ele é bastante restrito. Embora o aumento da população carcerária e a maior formalização do trabalho no período virtuoso da economia brasileira (2002-2014) pudessem levar a crer que o acesso ao auxílio reclusão poderia onerar sobremaneira a previdência social, não foi exatamente isso que se observou. Foram criados diversos me-

canismos que dificultam o acesso ao benefício: limitação do auxílio às famílias de presos que recebiam baixos salários; aumento do período de contribuição para fazer jus a esse direito; maior foco em crianças e adolescentes e tendência a restringir o auxílio aos familiares de presos em regime fechado. De acordo com Paiva (2014), este benefício tende a deixar de ser entendido como um seguro social para ser redesenhado como uma política de assistência social focalizada nas famílias de detentos mais pobres.

De todo modo, é crescente a pressão para que ocorram modificações adicionais no auxílio reclusão. Do ponto de vista político-ideológico, nos anos 2000, emergiu uma corrente política ultraliberal que desde então questiona duramente políticas sociais de transferência direta de renda e gastos sociais, utilizando o argumento de que os gastos públicos não consideram os limites do orçamento nacional. Movimentos ultraliberais e ultraconservadores costumam se referir pejorativamente ao auxílio reclusão como “Bolsa-bandido” em diversas mídias, em alusão ao “Bolsa Família”, principal programa brasileiro de redistribuição de renda, rebatizado em 2022 como “Auxílio Brasil”. Essa linha de pensamento tem produzido propostas de emenda constitucional que pedem a exclusão de familiares de presos que cometeram crimes hediondos da possibilidade de recorrer ao auxílio reclusão; outras propõem a completa extinção do auxílio em todas as circunstâncias. Até o momento, a legislação nacional nunca considerou qualquer ponderação sobre o tipo de crime cometido, posto que os beneficiários do auxílio não são propriamente os presos, mas os seus dependentes. Outras propostas contrapõem diretamente a existência do auxílio reclusão e a ausência de um auxílio às vítimas e seus familiares, fechando os olhos para o fato de que familiares de segurados vítimas de homicídio têm direito à pensão por morte, enquanto outras situações são cobertas pelo Bolsa Família (atual Auxílio Brasil). Linhas de pensamento menos punitivistas e mais alinhadas às necessidades de suporte financeiro de crianças e adolescentes que se veem desamparados após a prisão de um dos pais, ou de ambos, têm argumentado em favor do exercício de trabalho remunerado dentro das prisões. Por um lado, a atividade produtiva estimularia a reeducação do apenado; por outro, ajudaria a restituir a dignidade do preso e de sua família, à medida que ele próprio geraria um benefício direto para sua família facilitando sua reinserção familiar e comunitária quando posto em liberdade. Todavia, ainda falta muito a ser feito para viabilizar esse mecanismo de ressocialização e amparo econômico dos dependentes de presos, pois, como vimos, os dados do último censo demográfi-

co indicam que uma minoria entre as pessoas privadas de liberdade exerce atividade remunerada.

As famílias de presos do sistema carcerário no Cadastro Único: quem são e quantas são?

De acordo com Direito e Lício (2014), o Cadastro Único para Programas Sociais foi instituído em 2001, com o objetivo de registrar os dados das famílias brasileiras mais pobres que são alvo de políticas públicas focadas na redução de desigualdades e mitigação de vulnerabilidades sociais. O Cadastro Único tornou-se conhecido, sobretudo, por ser porta de entrada para o Programa Bolsa Família, mas a função que ele cumpre vai muito além. Desde 2004, foi implementado o “cadastro diferenciado”, que consiste na incorporação de variáveis no Cadastro Único que permitem identificar se a família pertence a um dos grupos populacionais considerados tradicionais ou vivendo situações específicas.

A versão atual do Cadastro Único considera dezesseis Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), que estão agregados em quatro grandes categorias que qualificam o tipo de especificidade que apresentam:

Especificidades relacionadas à origem étnica: 1) famílias indígenas, 2) famílias quilombolas; 3) famílias ciganas; 4) famílias pertencentes a comunidades de terreiro.

Especificidades relacionadas ao meio ambiente: 5) famílias extrativistas; 6) famílias de pescadores tradicionais; 7) famílias ribeirinhas.

Especificidades relacionadas ao meio rural: 8) famílias de assentados da reforma agrária; 9) famílias acampadas; 10) famílias de agricultores familiares; 11) famílias beneficiárias do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF).

Especificidades relacionadas a situações conjunturais: 12) famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura; 13) famílias de presos do sistema carcerário; 14) famílias de catadores de material reciclável, 15) famílias de pessoas em situação de rua; 16) resgatados de trabalho análogo ao de escravo.

Esses grupos são considerados os mais vulneráveis entre os vulneráveis pelos serviços de assistência social, e costumam estar em pior situação em relação à capacidade de geração de renda, escolaridade e acesso a serviços. Vale destacar que a declaração de pertencimento a um dos GPTEs é feita

voluntariamente pelas famílias inseridas no Cadastro Único, muito embora sejam postas em prática diferentes estratégias de abordagem e sensibilização para que as famílias que apresentam essas características sejam inseridas adequadamente nesse cadastro. Um outro ponto que merece destaque é que, apesar do reconhecimento de que esses grupos são por diferentes razões mais vulneráveis e que, portanto, devem ser objeto de políticas focalizadas, sua inclusão no Cadastro Único não garante acesso automático e prioritário ao Bolsa Família ou a qualquer outro programa social. De acordo com a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Social nº 341 de 07 de outubro de 2008, os únicos que devem ter acesso prioritário ao Bolsa Família são os indígenas, quilombolas, os resgatados de trabalho análogo à escravidão e os participantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Para serem atendidas pelo Bolsa Família, todas essas famílias precisam atender ao critério geral de inclusão no programa, a saber: apresentar renda inferior ao teto estabelecido de tempos em tempos para identificar os mais vulneráveis à pobreza e à miséria. Independentemente da pertença a um dos GPTEs, a presença de crianças e adolescentes no núcleo familiar também aumenta as chances de receber o auxílio.

Tabela 2 – Brasil, 2012 a 2020: número de famílias de presos do Sistema Carcerário no Cadastro Único, total absoluto e relativo de famílias desse grupo que receberam Bolsa Família (referência temporal: setembro de cada ano)

Ano	Cadastradas	Recebem Bolsa Família	%
2012	2.486	1.569	63,1
2013	5.074	3.348	66,0
2014	8.521	5.580	65,5
2015	12.163	8.150	67,0
2016	16.114	10.478	65,0
2017	20.018	12.719	63,5
2018	24.401	15.577	63,8
2019	27.701	17.122	61,8
2020	30.201	19.645	65,0

Fonte: Ministério da Cidadania/CECAD 2.0/Série Histórica.

Os dados apresentados na Tabela 2 indicam o número total de famílias de presos do sistema carcerário presentes no Cadastro Único entre 2012 e 2020, adotando o mês de setembro de cada ano como referência. Observa-se que esse número sofreu um aumento extraordinário de 1.114% nesse curto espaço de tempo. Mas, obviamente, segue subenumerado, seja porque está muito distante do total de presos do sistema carcerário que se tinha para esses anos, seja porque o Cadastro Único capta apenas as famílias de baixa renda; e, talvez o mais importante, muitas famílias de presos, mesmo quando inseridas no cadastro, podem não se sentir confortáveis para se declararem como tal, por vergonha ou medo de sofrer algum tipo de estigma ou controle social ao qual não desejam se submeter.

No mesmo período, o número total de famílias presentes no Cadastro Único saltou de 24,5 milhões para 29,5 milhões, sendo que o percentual daquelas que recebiam o Bolsa Família declinou de 56% para 48,4%. Logo, ainda que não seja um grupo prioritário exclusivamente por sua situação conjuntural, há forte indício de que os familiares de presos apresentam maior vulnerabilidade econômica e acessam mais o auxílio assistencial em termos relativos.

Na Tabela 3, tomando como base as informações disponíveis no Cadastro Único, são contrastadas características sociodemográficas de crianças e adolescentes (0 a 19 anos) com e sem familiares presos. Nota-se que, em relação ao sexo, o grupo das crianças e adolescentes com familiar preso têm uma leve tendência a ser mais masculinizado do que o grupo daqueles que não têm familiar preso, assim como há uma concentração um pouco maior de crianças de 0 a 4 anos entre os familiares de presos do sistema carcerário. Entre as famílias de presos, nitidamente é mais comum que as crianças e adolescentes estejam aos cuidados dos avós/bisavós quando comparados aos seus pares sem familiares próximos inseridos no sistema carcerário.

Mesmo sendo de amplo conhecimento que a maioria da população carcerária é composta por pessoas negras, são os brancos que estão sobrerrepresentados entre os indivíduos de 0 a 19 anos com familiar preso, quando contrastados com os que não possuem familiar nessa condição. Pode-se assumir duas hipóteses complementares que auxiliam na compreensão desse dado: 1) famílias negras que já estão expostas ao preconceito racial podem ser mais propensas a omitir a informação de que têm um familiar preso, evitando serem duplamente estigmatizadas; 2) a principal

variável que capta a pertença a um dos GPTEs só permite que seja indicada uma categoria de resposta, por exemplo, família de preso do sistema carcerário ou família de catadores de material reciclável, mesmo sendo perfeitamente possível a pertença a dois GPTEs no mundo real.

Salta aos olhos que a proporção de pré-adolescentes e adolescentes de 10 a 19 anos analfabetos aumentou entre 2012 e 2018 nos dois grupos considerados. Em 2012, a prevalência do analfabetismo era maior entre os familiares de presos, enquanto, em 2018, essa situação de desvantagem praticamente se iguala entre os dois grupos. Especialmente entre os adolescentes de 15 a 19 anos, torna-se mais comum trabalhar em 2018. Mas não se nota um padrão único nos dois pontos no tempo. Ora a prevalência dos que trabalham é superior entre os que têm familiares presos, ora é entre aqueles que não têm. Também não se detecta um padrão único no que diz respeito a qual dos grupos é mais propenso a receber o Bolsa Família; ora é um, ora é o outro. Contudo, frisamos que a diferença entre as prevalências se reduziu ao longo do tempo.

Tabela 3 – Brasil, 2012 e 2018: indicadores selecionados comparando crianças e adolescentes (0-19 anos) que pertencem e que não pertencem a famílias de presos do Sistema Carcerário

Variáveis	Categorias	2012		2018	
		Não é familiar de preso	Familiar de preso	Não é familiar de preso	Familiar de preso
Sexo	N	40.593.875	11.699	31.122.254	44.877
Grupo etário	Masculino	50,8%	52,1%	50,5%	51,9%
	Feminino	49,2%	47,9%	49,5%	48,1%
	0-4	21,3%	26,1%	28,3%	31,1%
	5-9	26,3%	26,6%	24,5%	23,4%
	10-14	28,6%	25,5%	25,1%	22,7%
Relação de parentesco	15-19	23,7%	21,7%	22,1%	22,8%
	Pessoa de referência/cônjuge	1,4%	1,7%	4,0%	3,7%
	Filho/enteado	92,0%	83,7%	88,8%	82,9%
	Neto/bisneto	5,1%	12,0%	5,1%	10,7%
	Outro	1,5%	2,6%	2,0%	2,6%
Raça/cor	Branca	27,4%	42,0%	26,9%	38,9%
	Preta	5,4%	7,2%	4,9%	6,3%
	Amarela	0,4%	0,1%	,5%	,5%
	Parda	66,1%	50,1%	66,8%	54,0%
	Indígena	0,6%	0,5%	0,9%	0,3%
Recebe Bolsa Família	Sim	81,1%	76,3%	69,3%	71,9%
Analfabetismo	10-19 anos	2,3%	3,2%	6,6%	6,5%
Frequenta escola/creche	0-4	11,9%	18,4%	35,9%	43,6%
	5-9	83,9%	87,2%	96,1%	97,1%
	10-14	98,5%	98,7%	98,0%	95,2%
	15-19	81,8%	62,2%	59,7%	41,7%
Trabalhou na semana anterior	10-14	0,2%	0,0%	0,8%	0,9%
Não estuda nem trabalha	15-19	4,3%	7,5%	10,0%	9,0%
	15-19	16,2%	33,5%	33,1%	51,6%

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), microdados do Cadastro Único 2012 e 2018.

Por fim, eis talvez o dado mais relevante da Tabela 3: há indícios claros de que os adolescentes de 15 a 19 anos com familiar preso deixam o sistema escolar mais cedo do que os seus pares que não têm familiar preso. É preocupante que a proporção de adolescentes dessa faixa etária que estuda diminui ao longo do tempo de maneira generalizada, afetando os dois grupos. É bem provável que esse quadro tenha se agravado durante a pandemia de Covid-19, considerando que a vulnerabilidade econômica dos mais pobres se acentuou. Outro dado preocupante é que houve aumento expressivo da proporção de adolescentes nem-nem, ou seja, que não estudam nem trabalham, especialmente entre os que são familiares de presos. Considerando os adolescentes de 15 a 19 anos que tinham um familiar próximo preso, a proporção dos que não estudam e não trabalham saltou de 33,5% em 2012 para 51,6% em 2018. Entre os seus pares que não tinham um familiar próximo preso, esse percentual aumentou de 16,2% para 33,1% no mesmo período. Isso certamente pode facilitar o recrutamento das novas gerações das mesmas famílias para o exercício de atividades ilícitas.

Considerações finais

À luz da literatura internacional e nacional que atesta a maior vulnerabilidade econômica e social das famílias de presos, e evidencia situações específicas vivenciadas pelas pessoas que têm um familiar encarcerado, esse estudo buscou garimpar estatísticas sobre filhos e dependentes de presidiários no Brasil, valendo-se principalmente dos dados do Cadastro Único e da Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev).

As duas principais políticas que beneficiam filhos e dependentes de presidiários no Brasil são o auxílio reclusão e o Bolsa Família; o primeiro, um direito previdenciário adquirido pelas famílias de trabalhadores de baixa renda presos que chegaram a contribuir com a previdência social por um certo tempo; e o segundo, um auxílio assistencial que visa mitigar a situação de pobreza e miséria via transferência direta de renda. Vimos que os registros administrativos existentes captam apenas uma pequena fração do universo das famílias de presos no Brasil. As informações sobre crianças e adolescentes afetados pelo encarceramento em massa são muito limitadas, de maneira que essa população específica é ainda bastante invisível no país. Ela é pouco assistida no que tange à necessidade de apoio para que não haja transmissão intergeracional de desvantagens sociais, repetição cíclica

de envolvimento com atividades ilícitas e, por conseguinte, acirramento das desigualdades sociais.

Contrariando o que é constantemente afirmado no senso comum, uma minoria entre os filhos e dependentes de presos tem acesso ao auxílio reclusão. As tentativas de dificultar ainda mais a concessão desse benefício previdenciário cresceram substancialmente ao longo das décadas, seja via aumento do tempo de contribuição necessário para que os familiares de presos possam reivindicá-lo, seja via restrição da política aos mais pobres, e fixação de valores monetários a serem pagos gradativamente mais modestos. Por sua vez, quanto ao Cadastro Único – embora inove substancialmente ao permitir que as famílias declarem a condição particular de ter um membro de seu núcleo encarcerado – há ainda pouco estímulo para que a informação seja prestada. A pertença a múltiplos GPTEs pode fazer com que as pessoas prefiram se autodeclarar como membros de outros segmentos populacionais específicos que considerem atrair menos estigma e rechaço social. É importante sublinhar que os principais beneficiários dessas políticas de amparo aos dependentes de presos são crianças e adolescentes, e que, provavelmente, a maior parte desse grupo afetado pelo encarceramento em massa segue sem amparo. Ademais, para aqueles que compartilham dos princípios fundamentais da cultura punitivista, assistir ao sofrimento dos filhos e demais dependentes faz parte da punição do preso, sendo meramente uma consequência dos atos infracionais praticados pelos pais ou pessoa responsável que deveria cuidá-los e protegê-los. Tal visão não poderia estar mais distante de uma perspectiva de cuidado integral, cultura de paz e ruptura de ciclos de violência e transmissão intergeracional de desigualdades e vulnerabilidades.

Uma medida capaz de gerar maior consenso e produzir resultados positivos é o estímulo ao trabalho remunerado por parte de presidiários, inclusive entre os que estão em regime fechado. Há muito a se avançar nessa frente. O trabalho remunerado de presos, respeitando os tempos de descanso e reparação física, é instrumento não apenas de reeducação, ressocialização e preparo para a reintegração à vida em sociedade, mas, sobretudo, uma oportunidade de gerar renda para as suas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O acesso ao trabalho e à renda é uma condição sem a qual não é possível evitar a reincidência criminal, nem restituir a dignidade dessas pessoas e de suas famílias.

Referências

- ARDITTI, J. A. **Parental incarceration and the family: psychological and social effects of imprisonment on children, parents, and caregivers**. New York, NY: NYU Press, 2012.
- BRANCO, F. M. F. C. *et al.* Compulsão, criminalidade, destruição e perdas: O significado do crack para os usuários. **Enfermagem em Foco**, Brasília, DF, v. 3, n. 4, p. 174-177, 2012.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25/07/1991.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13/07/1984.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Lei 3.807 de 26 de agosto de 1960**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Brasília, DF, 1960.
- CARLINI, E. A. *et al.* **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país**. São Paulo, SP: Páginas e Letras, 2005.
- CHIES, L. A. B.; PASSOS, R. A. Auxílio-reclusão: o instituto mal(mau)dito das políticas sociais com as políticas penais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 705-725, 2015.
- CHIES, L. A. B.; PASSOS, R. A. Auxílio-reclusão: a bizarra transmutação de um direito social e sua colonização perversa por um populismo punitivo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, RS, v. 11, n. 2, p. 273-291, 2012.
- COLVIN, R. Critical incidents, invisible populations, and public policy: A case of the LGBT community. **Journal of Critical Incident Analysis**, New York, NY, v. 1, n. 1, p. 30-40, 2010.
- COVINGTON, S. S. Women in prison: approaches in the treatment of our most invisible population. In: HILL, M.; HARDEN, J. **Breaking the rules: women in prison and feminist therapy**. London: Routledge, 2018. p. 141-155.
- DIREITO, D.; LICIO, E. C. A experiência brasileira de cadastramento diferenciado de grupos populacionais tradicionais e específicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DE ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 19, 2014, Quito, Ecuador. **Anais...** Venezuela: CLAD, 2014.
- ESTADÃO CONTEÚDO. Proposto por Carmen Lúcia, censo de prisões deve custar R\$ 18 mi. **Exame**, São Paulo, SP, 09/01/2017. Disponível em: <<https://>

exame.com/brasil/proposto-por-carmen-lucia-censo-de-prisoers-deve-custar-r-18-mi/>. Acesso em: 03 mar. 2022.

EWALD, A.; UGGEN, C. The collateral effects of imprisonment on prisoners, their families, and communities. In: PETERSILIA, J.; REITZ, K. R. (ed.). **The Oxford handbook on sentencing and corrections**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 83-103.

FERREIRA FILHO, O. F. *et al.* Perfil sociodemográfico e de padrões de uso entre dependentes de cocaína hospitalizados. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, SP, v. 37, n. 6, p. 751-759, 2003.

FIGENSCHOU, T. U.; THORBJØRNSRUD, K. Faces of an invisible population: human interest framing of irregular immigration news in the United States, France, and Norway. **American Behavioral Scientist**, Princeton, v. 59, n. 7, p. 783-801, 2015.

GALDEANO, A. P. (org.) *et al.* **Crianças e adolescentes com familiares encarcerados**: levantamentos de impactos sociais, econômicos e afetivos. São Paulo, SP: CE-BRAP, 2018 (e-book).

GORDON, L. Who cares about the children of prisoners in New Zealand: a journey from research to practice. **Law in Context: A Socio-Legal Journal**, Austrália, v. 32, p. 46-60, 2015.

GUIMARÃES, C. F.; SANTOS, D. V. V.; FREITAS, R. C. Perfil do usuário de crack e fatores relacionados à criminalidade em unidade de internação para desintoxicação no Hospital Psiquiátrico São Pedro de Porto Alegre (RS). **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, v. 30, n. 2, p. 101-108, 2008.

HEMSLEY, B. *et al.* A systematic review of falls in hospital for patients with communication disability: Highlighting an invisible population. **Journal of Safety Research**, Chicago, v. 68, p. 89-105, 2019.

INSTITUTO AVANTE BRASIL. **Levantamento do Sistema Penitenciário Brasileiro em 2012**. Brasília, DF, 2014.

KISSIL, K.; DAVEY, M. The prostitution debate in feminism: current trends, policy and clinical issues facing an invisible population. **Journal of Feminist Family Therapy**, London, v. 22, n. 1, p. 1-21, 2010.

LARMAN, G.; AUNGLES, A. Children of prisoners and their outside carers: the invisible population. In: WOMAN AND THE LAW: PROCEEDINGS OF A CONFERENCE HELD, 1991, Sydney. **Anais...** Canberra: Australian Institute of Criminology, 1991.

LEDEL, K. V. *et al.* Pais encarcerados: a percepção de mães e crianças sobre a relação pais-filhos. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 1, p. 104-117, 2018.

LYRA, L. R.; BAUMER, G. C. Bullying e filhos de presidiários no ensino fundamental: algumas reflexões. **Colóquio Internacional de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2011.

MILLER, N. S.; GOLD, M. S. Criminal activity and crack addiction. **Substance Use & Misuse**, London, v. 29, n. 8, p. 1.069-1.078, 1994.

MUTH, W. R. **Intergenerational literacy programme for incarcerated parents and their families**: a review of the literature. Virginia: Virginia Commonwealth University, 2006.

PAIVA, J. M. Auxílio-reclusão: um direito restrito. **Revista Katálisis**, Florianópolis, SC, v. 17, n. 1, p. 120-129, 2014.

RAUPP, L.; ADORNO, R. D. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 5, p. 2.613-2.622, 2011.

SANDERSON, J. P. *et al.* Statistical invisibility through the prism of the Belgian population registers: what are the specificities? In: CONFERENCE CHAIRE QUETELET 2021, 2021, Louvain-la-Neuve. **Anais...** [S. l.: s. n.], 2021.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2014.

SHEEHAN, R.; FLYNN, C. Women prisoners and their children. In: SHEEHAN, R.; MCIVOR, G.; TROTTER, C. **What works with women offenders**. London: Routledge, 2013. p. 233-258.

VIEIRA, J. M. Sem o nome do pai: um debate em aberto sobre direitos, estatísticas e políticas públicas. In: BERQUÓ, E. **Demografia na Unicamp**: um olhar sobre a produção do Nepo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: mortes matadas por armas de fogo. Brasília, DF: Flacso Brasil, 2015.

WAKEFIELD, S.; WILDEMAN, C. **Children of the prison boom**: mass incarceration and the future of American inequality. Oxford: Oxford University Press, 2014.

WOODWARD, R. Families of prisoners: literature review on issues and difficulties. **FaHCSIA Occassional Paper n. 10**, [S. l.], 2003.

Os números da educação básica indígena no Brasil: uma realidade ainda pouco conhecida¹

*Laetícia de Souza
Marta Maria Amaral Azevedo*

Introdução

O objetivo deste capítulo é oferecer um panorama das escolas indígenas situadas nos municípios São Gabriel da Cachoeira (AM), Dourados (MS), Caarapó (MS), São Paulo (SP) e Bertioga (SP) para o período 2009-2017, com base nos microdados do Censo Escolar coletado pelo INEP. Juntamente com estes dados municipais, também são apresentadas informações em nível nacional e estadual (para os estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul e São Paulo). Analisam-se as características das escolas indígenas, dos seus alunos, professores e turmas, de forma a mostrar a evolução de diversos indicadores da educação básica indígena em suas três etapas: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Este trabalho configura um retrato recente da educação básica indígena, podendo ser utilizado como instrumento para a elaboração, planejamento e monitoramento de ações voltadas a essa modalidade de ensino. Vale ressaltar que o presente estudo se refere a um período anterior à pandemia de Covid-19 e, portanto, descreve uma situação que pode estar ainda mais deteriorada, haja vista as condições já complexas em que se encontravam as escolas indígenas, especialmente no que se refere ao acesso a computadores e à internet, tão fortemente demandado no período durante e pós-pandemia.

Esta análise está inserida no âmbito do projeto intitulado “Educação escolar indígena: saberes aprendidos e inovação”, realizado com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) sob a

¹ As autoras agradecem pela colaboração de Alexia Wendy Rodrigues Jacob, aluna bolsista do Serviço de Apoio ao Estudante da Universidade Estadual de Campinas (SAE/UNICAMP).

coordenação do Professor Elie Ghanem da faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Para a identificação dos saberes aprendidos, realizaram-se pesquisas qualitativas em escolas indígenas de três grupos étnicos: Baniwa e Koripako, em São Gabriel da Cachoeira (AM); Guarani-Kaiowa, em Dourados e Caarapó (MS); e Guarani Mbya, em São Paulo e Bertioxa (SP).

Essa é a razão pela qual, além de um panorama nacional das escolas indígenas, também buscamos caracterizar a educação básica indígena em nível local, considerando esses municípios e seus respectivos estados separadamente. Assim, a presente análise visa retratar de maneira mais completa a multiplicidade de cenários existentes na esfera nacional. Para isso, utilizam-se as informações municipais, estaduais e em nível nacional dos Censos Escolares coletados pelo INEP nos anos de 2009 a 2017 (anos ímpares) de forma que seja possível acompanhar a evolução da educação básica indígena nesse período em termos das características dos seus alunos, professores, turmas e condições de infraestrutura das suas escolas.

É importante destacar a pouca disponibilidade de análises quantitativas voltadas para a educação indígena na literatura (ROMERO; MOURA, 2020; GRUPIONI, 2014). Ademais, salvo raras exceções de estudos com foco na educação indígena em comunidades locais (ANDRIOLI; FAUSTINO, 2021) ou em dados estaduais (LONGO *et al.*, 2020; INEP, 2007), a vasta maioria das (raras) análises quantitativas disponíveis se refere às escolas da educação indígena de maneira agregada – desconsiderando seus diferentes níveis e, principalmente, com informações em nível nacional apenas (BRASIL, 2014). Grupioni (2014) e Romero e Moura (2020) destacam a escassez de estudos quantitativos que possam subsidiar as políticas voltadas para a educação escolar indígena. Este trabalho pretende contribuir para preencher esta lacuna.

Por meio de informações sobre os estudantes, professores, turmas e escolas indígenas, este estudo permite apontar as tendências existentes no período que antecede a pandemia de Covid-19, podendo ser útil para o monitoramento de ações, elaboração e planejamento de programas e políticas e avaliação de resultados (GRUPIONI, 2014).

Na seção 1, discorreremos brevemente sobre o contexto histórico da educação escolar indígena no Brasil. Em seguida, na seção 2, mostramos características gerais (relacionadas à população, saúde, território e ambiente) dos municípios selecionados neste estudo. Na seção 3, analisamos as característi-

cas das escolas indígenas presentes no Censo Escolar (incluindo informações sobre alunos, docentes, turmas e infraestrutura), considerando as localidades separadamente. Por fim, breves considerações finais são apresentadas na seção 4.

1. Contexto histórico da Educação Escolar Indígena no Brasil

Até a Constituição Federal de 1988 as escolas em comunidades indígenas no Brasil eram consideradas como fazendo parte das ações da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), órgão pertencente ao Ministério da Justiça. Com a promulgação da Constituição em 1988, todas as ações de educação escolar indígena passaram para o Ministério da Educação, bem como todas as ações de assistência à saúde indígena passaram para o Ministério da Saúde, promovendo assim uma maior qualidade das políticas públicas direcionadas aos povos indígenas no Brasil.

Em 1991, um Decreto do Ministério da Educação instaura a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena no âmbito do Ministério e cria uma Coordenação de Educação Indígena no próprio ministério, fazendo assim com que todas as ações das escolas indígenas fossem reconhecidas e pudessem ter as rubricas orçamentárias necessárias para a construção de escolas, contratação de professores, produção e publicação de materiais didáticos específicos e distribuição de todo material escolar e didáticos a que as escolas públicas dos não indígenas tinham direito.

A partir dos anos 90, deu-se início a um processo de formação dos professores indígenas que vem acontecendo até hoje em dia, possibilitando que esses professores trabalhem preferencialmente em suas próprias comunidades, tendo preferência em relação aos não indígenas.

No ano de 1999, foi realizado um primeiro censo escolar indígena, já para apreender e realizar um diagnóstico das escolas indígenas existentes até então. Esse censo criou algumas perguntas que permaneceram posteriormente nos Censos Escolares do INEP para que se possa saber como estavam e estão a cada ano essas escolas indígenas no Brasil.

2. Características gerais dos municípios selecionados

População, saúde, ambiente e território

Antes de analisar as informações sobre educação e apenas para se ter uma breve ideia da infraestrutura e população dos municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM), Dourados (MS), Caarapó (MS), São Paulo (SP) e Bertioiga (SP), também foram extraídas algumas informações do portal *IBGE Cidades* (Tabela 1). Por esta tabela, percebe-se que os municípios são bastante diferentes entre si, tanto em termos do tamanho da sua população quanto em termos do acesso aos serviços de saneamento básico e saúde. Pela Tabela 1 é também possível comparar os indicadores municipais àqueles para o Brasil e para seus respectivos Estados.

Tabela 1 – Estatísticas de população, saúde, território e ambiente – Brasil e estados e municípios selecionados

Estatística	Unidade geográfica								
	Brasil	Estado do Amazonas	São Gabriel da Cachoeira/AM	Estado do Mato Grosso do Sul	Caarapó/MS	Dourados/MS	Estado de São Paulo	Bertioiga/SP	São Paulo/SP
<i>População</i>									
População no último censo [2010]	190.755.799	3.483.985	37.896	2.449.024	25.767	196.035	41.262.199	47.645	11.253.503
Densidade demográfica (hab/km ²) [2010]	22	2	0	7	12	48	166	97	7.398
População estimada [2019]	210.147.125	4.144.597	45.564	2.778.986	30.174	222.949	45.919.049	63.249	12.252.023
<i>Saúde</i>									
Mortalidade Infantil (óbitos por mil nascidos vivos) [2017]	12	17	35	11	7	10	11	16	11
Estabelecimentos de saúde SUS [2009]	94.070	1.010	24	1.458	16	67	14.215	9	678
<i>Território e ambiente</i>									
Área da unidade territorial (km ²) [2018]	8.510.821	1.559.168	109.181	357.146	2.090	4.086	248.219	492	1.521
Esgotamento sanitário adequado (%) [2010]	66	44	11	39	21	51	91	77	93

Fontes: IBGE (2009; 2010).

Entre os municípios contemplados, São Gabriel da Cachoeira era aquele que apresentava o menor percentual da população com acesso a esgotamen-

to sanitário em 2010 (11%), seguido por Caarapó (21%), Dourados (51%), Bertiooga (77%) e São Paulo (93%). São Gabriel da Cachoeira era também o município com maior Taxa de Mortalidade Infantil em 2017 (35 por mil nascidos vivos), seguido por Bertiooga (16), São Paulo (11), Dourados (10), Caarapó (7).

A seguir, são mostradas algumas características das escolas indígenas presentes em cada um dos municípios contemplados neste estudo. Também se buscou comparar algumas características das escolas municipais com as demais escolas do país e dos seus estados.

3. As Escolas Indígenas nos microdados do Censo Escolar

Primeiramente, é preciso especificar as escolas que estão sendo consideradas como indígenas no escopo deste trabalho. As escolas foram classificadas como indígenas de acordo com quatro critérios: escolas que **se localizam em terras indígenas**, escolas **com a modalidade ‘educação indígena’**, escolas cujo **ensino é ministrado em língua indígena** ou escolas que **possuem materiais didáticos** específicos para o atendimento à diversidade sociocultural indígena. Se determinada escola declarou possuir quaisquer destas características, ainda que apenas uma delas, ela foi classificada como indígena.

É importante destacar que, devido ao alto percentual de não preenchimento na variável raça/cor no período, os alunos indígenas que estão em escolas não indígenas foram excluídos desta análise. Embora esse percentual tenha se reduzido, ele permaneceu alto ao longo do período, caindo de mais de 45% em 2009 para menos de 15% em 2017.

Adicionalmente, nos anos de 2015 a 2017, o Censo Escolar sofreu pequenas modificações: 1) Acrescentou a categoria “Unidade de uso sustentável em terra indígena”, além de “Terra indígena” na variável referente à localização diferenciada. Para manter a comparabilidade ao longo dos anos 2009 a 2017, consideramos apenas os indivíduos matriculados em escolas que se encontram na categoria “Terra indígena” nessa variável (vale dizer que essas escolas representam menos de 1% das escolas) e, 2) Na variável relacionada à língua em que as aulas são ministradas, em 2015 passou-se a diferenciar as escolas que ensinavam “Somente em língua indígena” daquelas que ensinavam “Em língua indígena e em língua portuguesa”. Anteriormente, perguntava-se apenas se o ensino era oferecido em língua indígena ou não. Ao analisar os dados, identificou-se que, para manter a comparabilidade em todo o

período, a partir de 2015 foi preciso considerar ambas as categorias relacionadas à língua na qual as aulas eram ministradas. Outra característica dessa questão sobre a língua em que as aulas são ministradas que merece ser mencionada é o fato de que em todos os anos isso foi perguntado apenas para escolas que responderam que ofereciam educação indígena. No entanto, é preciso registrar que, de acordo com a nossa definição de escola indígena, existem escolas localizadas em terras indígenas ou que usam material especial indígena nas aulas e que, ao serem questionadas se ofereciam educação indígena, responderam que não ofereciam (1,56% das escolas localizadas em terras indígenas e 10,67% das escolas que possuem material especial indígena). Portanto, pelo desenho do questionário do Censo Escolar, essas escolas não foram perguntadas sobre a língua na qual suas aulas são ministradas. Essas escolas (que não tinham educação indígena e que, portanto, não foram perguntadas se ensinavam em língua indígena) foram consideradas como não tendo língua indígena neste estudo.

A seguir, mostra-se a prevalência de cada um dos quatro critérios utilizados neste trabalho que classificam uma escola como indígena, quais sejam: educação indígena (1), localização em terra indígena (2), ensino ministrado em língua indígena (3), ensino com materiais didáticos especiais (4).

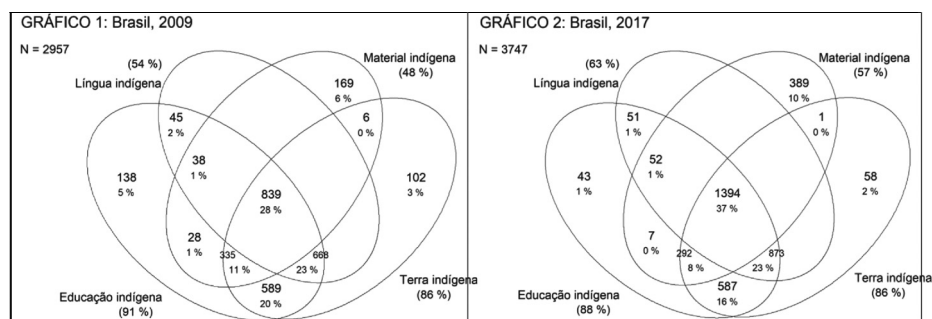
3.1 Distribuição dos quatro critérios de classificação das Escolas Indígenas

A seguir (Figura 1A), analisamos a prevalência de cada um dos quatro critérios entre as escolas indígenas no Brasil. Vale dizer que, embora todas as escolas indígenas façam parte da nossa análise final, a construção dos gráficos apresentados na Figura 1A se baseia nas escolas que não têm informação faltante em quaisquer dos quatro critérios que definem uma escola como indígena. Há *missings* apenas na variável que se refere à língua na qual as aulas são ministradas (cerca de 2% em 2009 e 12% em 2017). Ainda assim, esses gráficos são importantes, já que mostram quais são os critérios mais prevalentes na nossa definição de Escola Indígena e se essa prevalência mudou entre 2009 e 2017. De outra forma, pretende-se mostrar qual o percentual das escolas indígenas que oferecem aulas em língua indígena ou possuem material específico para indígenas, por exemplo. Além disso, os gráficos da Figura 1A também mostram o número de escolas indígenas que possuem apenas um, dois, três, ou todos os quatro critérios para a sua classificação como escola indígena. Posteriormente (Figura 1B), também apresentamos esses gráficos considerando apenas as escolas indígenas localizadas nos esta-

dos do Amazonas (AM), Mato Grosso do Sul (MS) e São Paulo (SP) e, aquelas localizadas nos municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM), Dourados (MS), Caarapó (MS), São Paulo (SP) e Bertioga (SP).

Para auxiliar na interpretação dos gráficos das Figuras 1A e 1B, tomemos como exemplo o Gráfico 1 da Figura 1A, referente às escolas indígenas no Brasil em 2009. De acordo com esse gráfico, do total de 2.957 escolas indígenas no Brasil nesse ano, 91% possuíam educação indígena, 86% se localizavam em terra indígena, 54% tinham aulas em língua indígena e 48% possuíam material didático específico indígena. No entanto, como já mencionado, para que uma escola seja considerada indígena segundo os critérios deste trabalho, ela precisa ter, no mínimo, um dos critérios, sendo possível que uma escola tenha um, dois, três ou todos os quatro para ser classificada como indígena. Assim, o Gráfico 1 da Figura 1A mostra que, entre as 2.957 escolas indígenas no Brasil em 2009, 6% (169) só não possuíam material indígena (ou seja, tinham educação indígena, se localizavam em terra indígena e ensinavam em língua indígena), 28% (839) possuíam todos os critérios (educação, terra, língua e material indígena) e 20% (589) só não ensinavam em língua indígena (ou seja, tinham educação indígena, se localizavam em terra indígena e tinham material indígena).

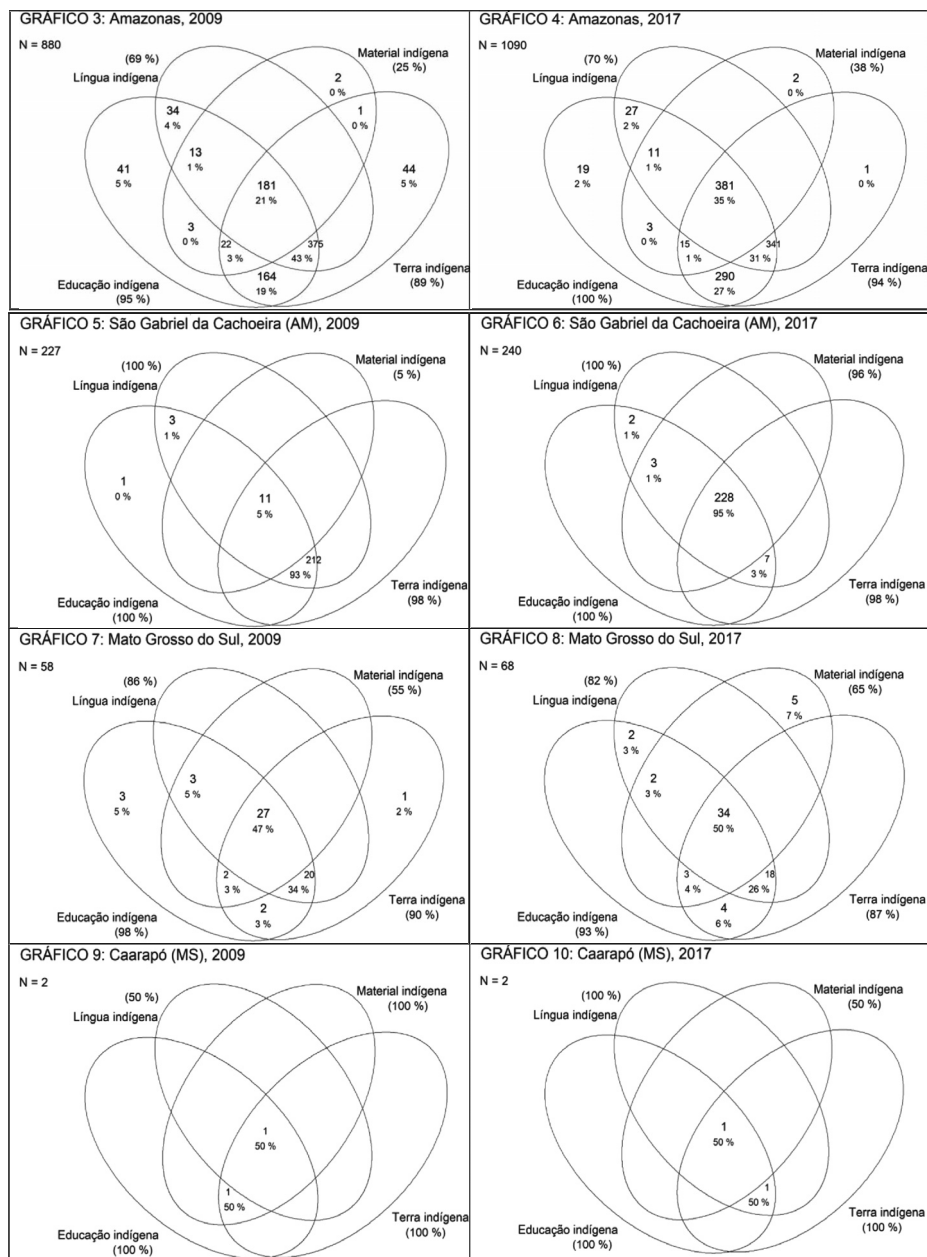
Figura 1A – Número de escolas indígenas segundo os quatro critérios de definição: educação, terra, língua e material indígenas – Brasil, 2009 e 2017

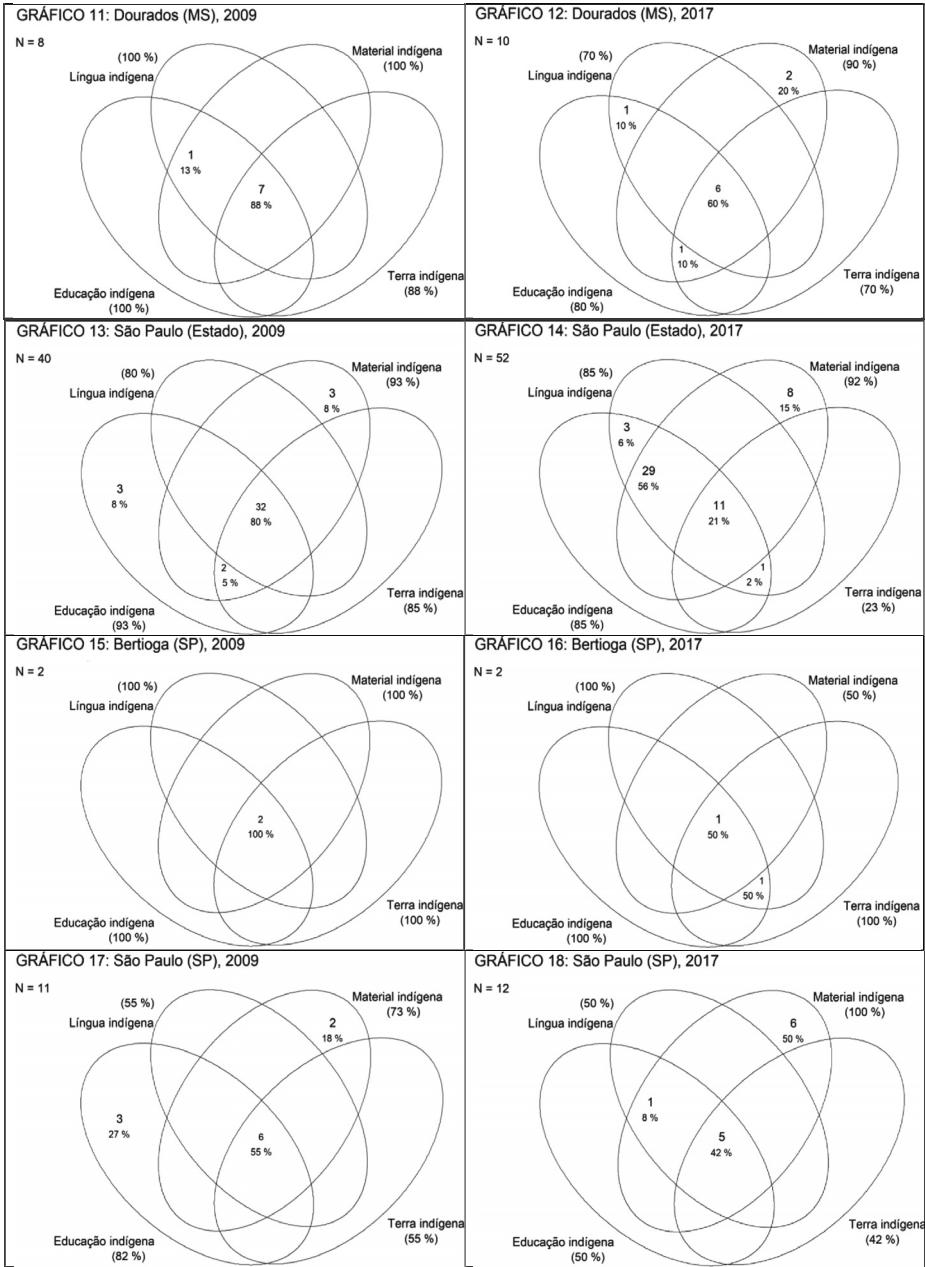


Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

A Figura 1B mostra o número de escolas indígenas segundo os quatro critérios de definição para os estados do Amazonas (AM), Mato Grosso do Sul (MS) e São Paulo (SP) e para os municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM), Dourados (MS), Caarapó (MS), São Paulo (SP) e Bertioga (SP).

Figura 1B – Número de escolas indígenas segundo os quatro critérios de definição: educação, terra, língua e material indígenas – Estados e Municípios selecionados, 2009 e 2017





Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

Dois pontos se destacam na análise dos gráficos das Figuras 1A e 1B. Primeiramente, a ordem decrescente de prevalência dos critérios na classificação das escolas em indígenas é: 1. Educação indígena – 91% das escolas indígenas no Brasil responderam que possuíam a modalidade educação indígena em 2017; 2. Terra indígena – 86% delas estavam localizadas em terras indígenas em 2017; 3. Língua indígena – 54% ofereciam aulas em língua indígena; 4. Material específico indígena – 48% possuíam material específico indígena. Entre as áreas abrangidas por este estudo, apenas o Estado de São Paulo foge a essa regra no sentido de que a localização em terra indígena é o critério menos prevalente na definição das suas escolas indígenas – apenas 23% das escolas indígenas do estado de São Paulo estão situadas em terras indígenas.

Em segundo lugar, merece destaque o aumento do número de escolas que passaram a declarar que ofereciam material específico indígena no período 2009-2017. São Gabriel da Cachoeira (SP) apresentou um aumento expressivo nesse quesito. Enquanto apenas 5% das 227 escolas indígenas possuíam material específico indígena em 2009, em 2017, 96% das escolas indígenas daquele município declararam que ofereciam esse material. Seria interessante entender melhor que tipo de material específico é oferecido nessas escolas indígenas.

Complementarmente às Figuras 1A e 1B, que mostraram o número de escolas indígenas segundo os quatro critérios de definição de Escola Indígena utilizados neste estudo, a Figura 2 apresenta o número de matrículas em escolas indígenas segundo os mesmos critérios (educação indígena, terra indígena, língua indígena, material indígena). Essa figura é especialmente importante para se ter uma ideia do número de alunos matriculados em escolas indígenas no país, nos estados e, principalmente, nos municípios contemplados neste projeto. Ela é também apresentada com todos os recortes geográficos das Figuras 1A e 1B [Brasil, os estados do Amazonas (AM), Mato Grosso do Sul (MS) e São Paulo (SP) e os municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM), Dourados (MS), Caarapó (MS), São Paulo (SP) e Bertioga (SP)].

Figura 2 – Número de matrículas em escolas indígenas segundo os quatro critérios de definição: educação, terra, língua e material indígenas – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2009 e 2017

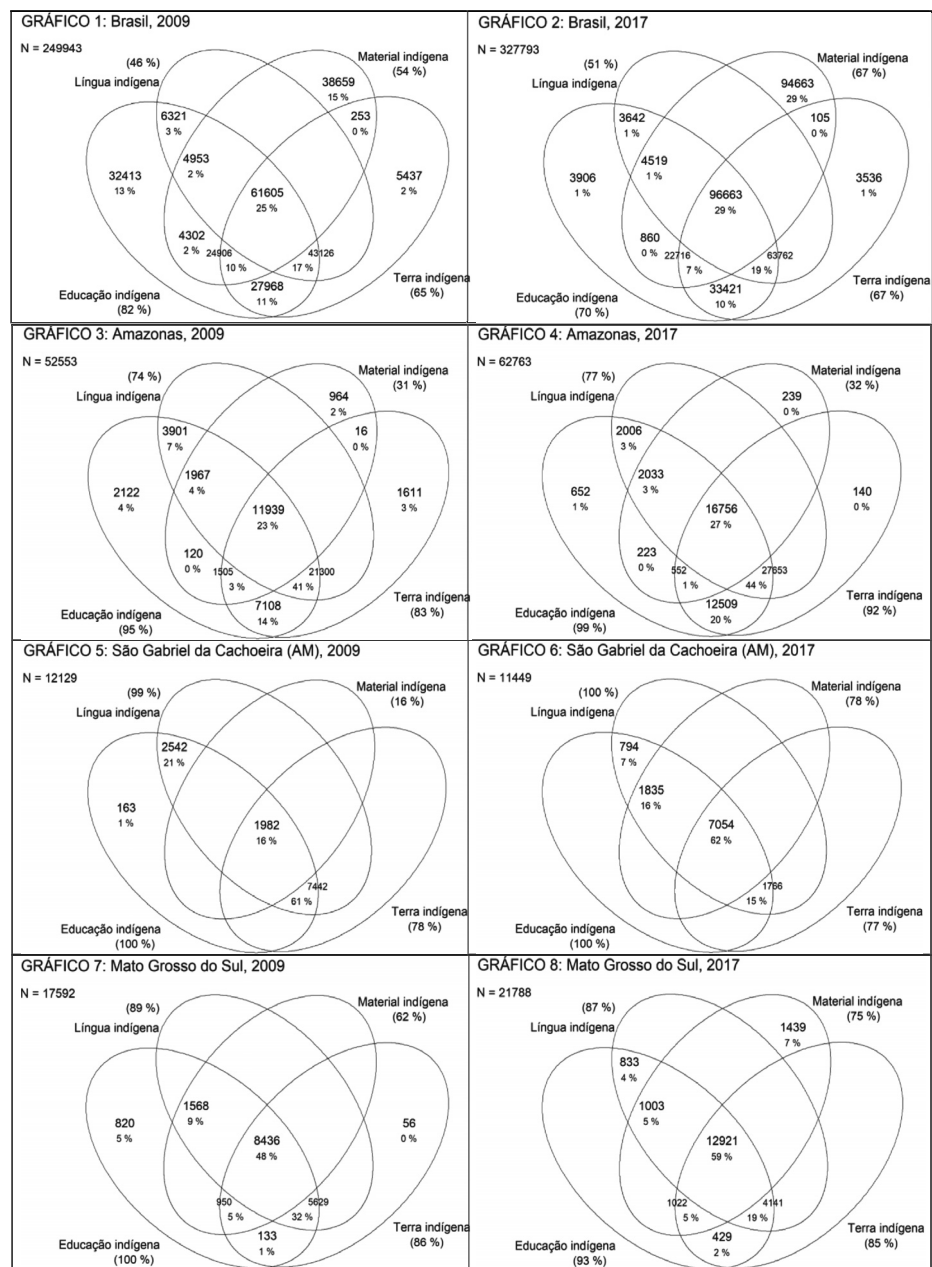


GRÁFICO 9: Caarapó (MS), 2009

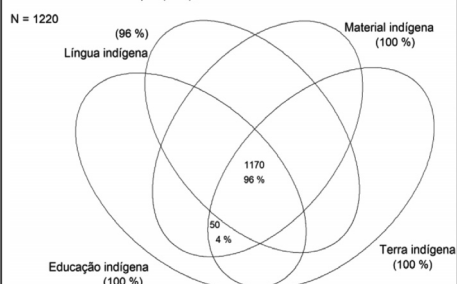


GRÁFICO 10: Caarapó (MS), 2017

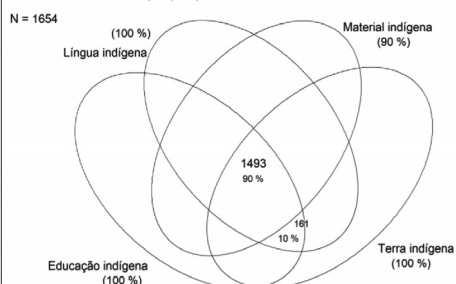


GRÁFICO 11: Dourados (MS), 2009

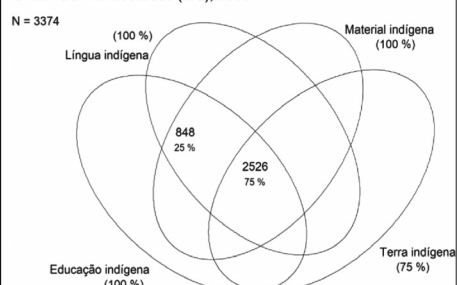


GRÁFICO 12: Dourados (MS), 2017

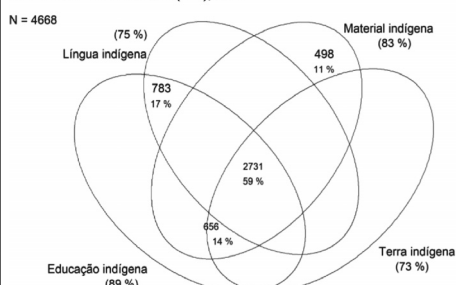


GRÁFICO 13: São Paulo (Estado), 2009

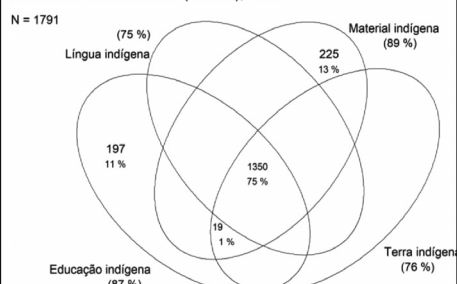


GRÁFICO 14: São Paulo (Estado), 2017

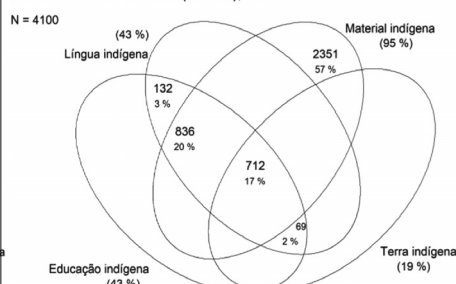


GRÁFICO 15: Bertioga (SP), 2009

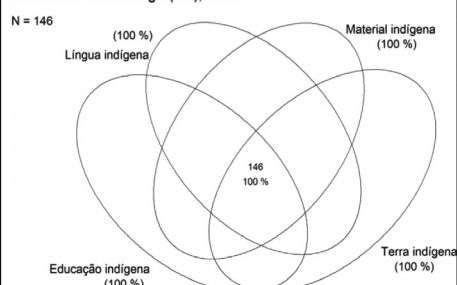
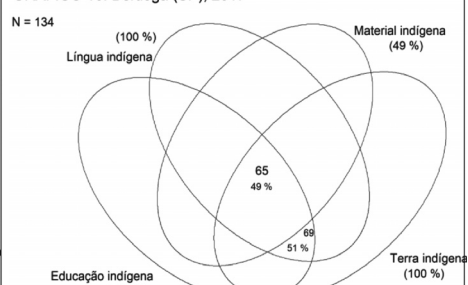
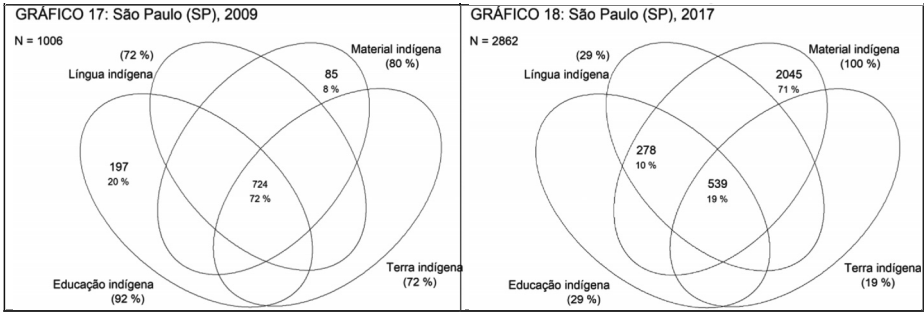


GRÁFICO 16: Bertioga (SP), 2017





Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

3.2 As características dos alunos², dos docentes e das turmas e das escolas indígenas

O Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica do Brasil. É coordenado pelo INEP e realizado em colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação, além de contar com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Embora o Censo Escolar abarque diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional (Ensino regular, Educação especial, Educação de Jovens e Adultos e Educação profissional), esta análise contempla apenas a educação básica regular em suas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. As características da educação básica indígena extraídas do Censo Escolar que são apresentadas neste estudo constam na Tabela 2.

² Cabe destacar que, ao falar em alunos, estamos nos baseando no número de matrículas. Isto porque essa é a unidade de análise mais comumente utilizada nas publicações do INEP, além de constituir uma boa aproximação para o número de estudantes.

Tabela 2 – Lista de características da educação indígena a serem apresentadas neste estudo em relação aos alunos, docentes, turmas e escolas

Alunos	Docentes	Turmas	Escolas³
Número de alunas	Número de docentes do sexo feminino	Número de alunos por turno	Número de escolas com laboratório de informática
Idade mediana dos alunos por etapa de ensino ¹	Idade mediana dos docentes total e por etapa de ensino ¹	Número mediano de alunos	Número de escolas com laboratório de ciências
Número de alunos por etapa de ensino ¹	Número de docentes por etapa de ensino ¹	Número de alunos em turmas multisseriadas ou multietapas	Número de escolas com sala de professor
Número total de alunos	Número de docentes por escolaridade ²	Número mediano de alunos por turma por etapa de ensino ¹	Número de escolas com sala de atendimento especial
	Número total de docentes		Número de escolas com Internet
			Número de escolas com quadra de esportes
			Número de escolas com biblioteca
			Número de escolas com cozinha
			Número de escolas que oferecem alimentação
			Número mediano de salas utilizadas
			Número mediano de computadores administrativos
			Número mediano de computadores para os alunos
			Número mediano de funcionários (inclusive professores e auxiliares)
			Número mediano de matrículas
			Número de escolas que oferecem Educação Infantil
			Número de escolas com Educação infantil que possuem parque infantil

Notas: 1. Categorias de etapas de ensino: Ensino Infantil – Creche, Ensino Infantil – Pré-escola, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Ensino Fundamental – Anos Finais, Ensino Médio. No caso do Ensino Fundamental, o total dos Anos Iniciais inclui as turmas de 1^a a 4^a série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1^o ao 5^o ano do Ensino Fundamental de 9 anos.

2. Categorias de escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Fundamental Completo, Ensino Médio, Superior, Especialização, Mestrado e Doutorado.

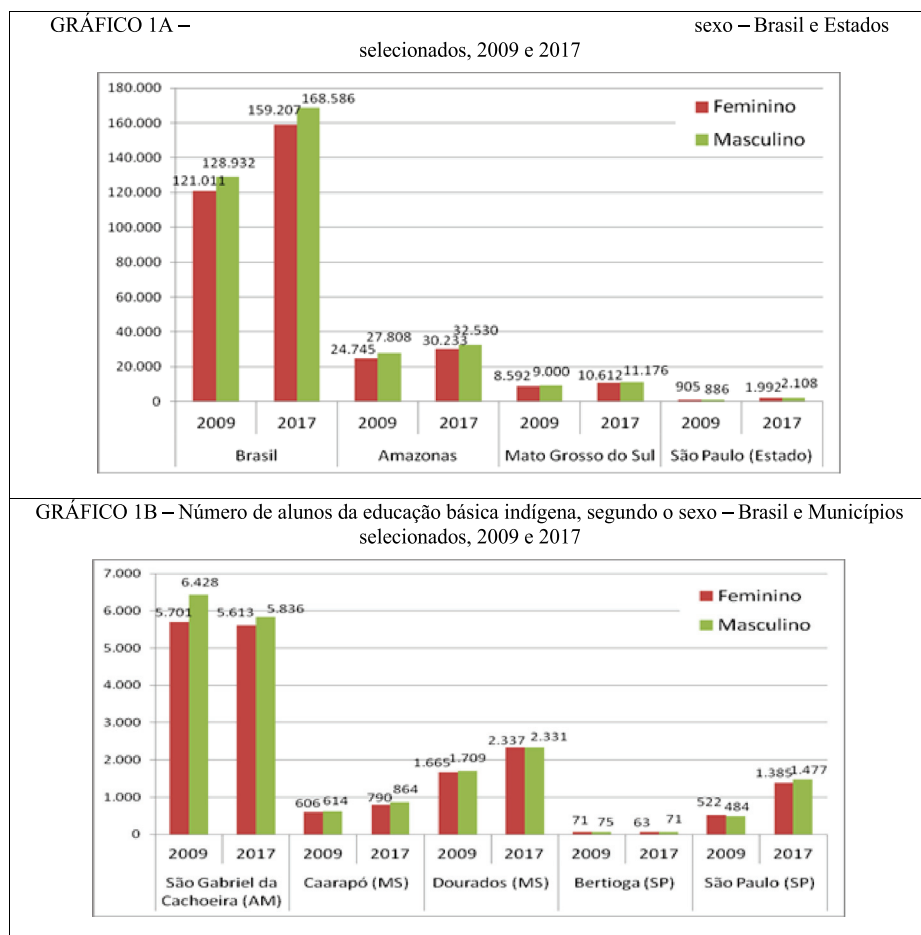
3. A infraestrutura escolar é mostrada tanto em termos do número de escolas com determinada infraestrutura quanto em termos do número de alunos que estão nestas escolas.

A seguir, mostramos características selecionadas dos alunos, docentes, turmas e escolas indígenas (tal como definidas na seção anterior) de maneira comparativa para o Brasil, os estados do Amazonas, São Paulo e Mato Grosso do Sul e os municípios de São Gabriel da Cachoeira (AM), Dourados (MS), Caarapó (MS), São Paulo (SP) e Bertióga (SP). Para se ter uma ideia de como essas características mudaram (ou não) nos últimos anos, todas as estatísticas são apresentadas para o período 2009-2017. Embora haja um conjunto maior de informações no Censo Escolar, com o objetivo de não sermos exaustivos, selecionamos algumas características para nossa análise descritiva.

Os alunos matriculados em escolas indígenas

Os Gráficos 1A e 1B da Figura 3 apresentam o número de alunas e alunos da educação básica indígena para Brasil e Estados selecionados (1A) e para municípios selecionados (1B) para os anos 2009 e 2017. Primeiramente, observa-se um aumento de 31% no número de estudantes entre 2009 e 2017 (passando de 249.943 em 2009 para 327.793 em 2017). Ademais, embora haja um menor número absoluto de alunas (159.207 em 2017) em comparação ao número de alunos (168.586) nas escolas indígenas brasileiras, o percentual de alunas sobre o total de estudantes variou entre 47% e 52% no período 2009-2017, a depender do Estado ou município.

Figura 3 – Número de alunos da educação básica indígena, segundo o Sexo – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2009 e 2017

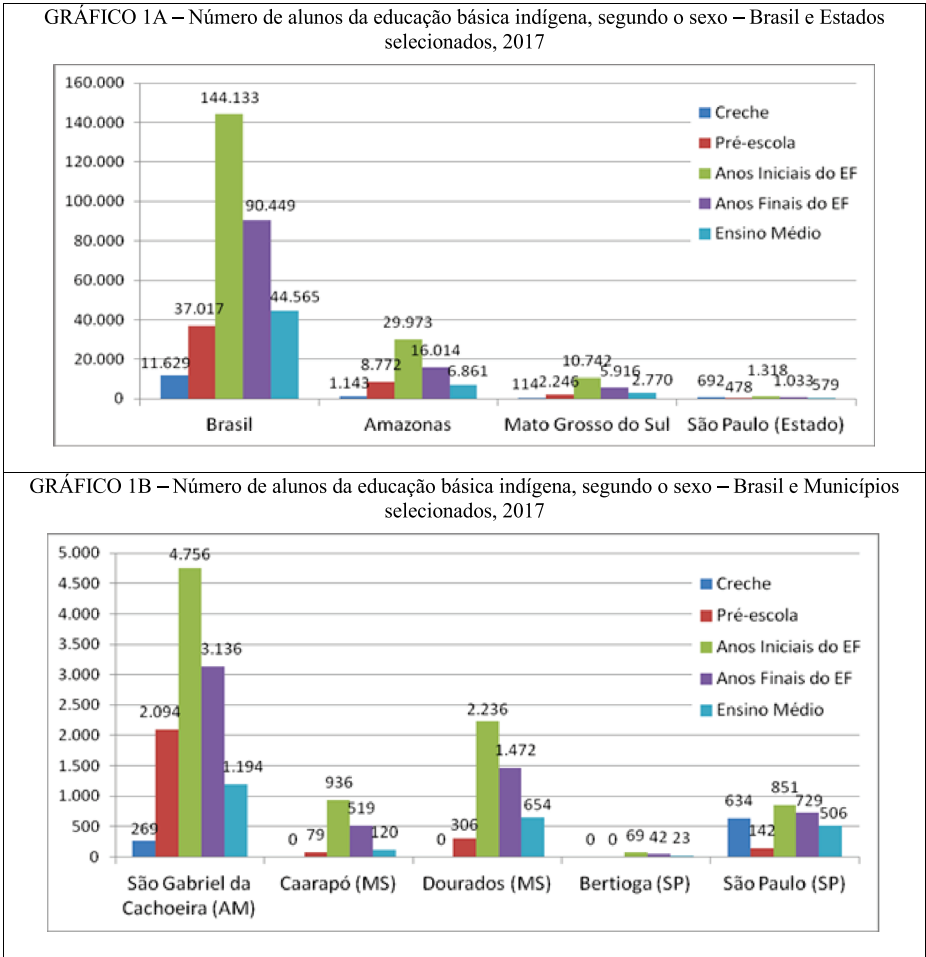


Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

Quanto à distribuição dos estudantes das escolas indígenas de acordo com a etapa de ensino (Figura 4), no Brasil, 44% dos estudantes estavam matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental em 2017. Em Caarapó, esse percentual chegava a 57% dos estudantes matriculados em escolas indígenas. Ao somar o número de estudantes nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, verifica-se que 72% de todos os estudantes em escolas indígenas no Brasil estão no Ensino Fundamental. A etapa do ensino médio abarca 14% dos estudantes de escolas indígenas no Brasil e 18% dos estudan-

tes das escolas indígenas do município de São Paulo, por exemplo. De maneira geral, a etapa com o menor número de estudantes é a creche, representando 4% dos estudantes em escolas indígenas no Brasil. Apenas no município de São Paulo essa etapa é mais representativa (em termos de número de estudantes) do que a etapa do Ensino Médio; isso porque 22% dos estudantes em escolas indígenas do município estão em creches, ao passo que 18% dos estudantes estão no Ensino Médio.

Figura 4 – Número de alunos da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2017



Fonte: INEP (2017). Censo Escolar.

O Painel 1 da Figura 5 mostra a idade mediana dos alunos da educação básica indígena de acordo com a etapa de ensino para os anos ímpares compreendidos entre 2009 e 2017. Para facilitar a comparação entre as localidades, nesse painel da Figura 5, o Gráfico 1A mostra a idade mediana dos estudantes para o Brasil, o estado do Amazonas e São Gabriel da Cachoeira; o Gráfico 1B se refere às idades medianas para Brasil, Mato Grosso do Sul, Caarapó e Dourados e, por fim, o Gráfico 1C apresenta esses números para o Brasil, o estado de São Paulo, Bertioga e o município de São Paulo.

Ao analisar todas as etapas de ensino, da creche ao Ensino Médio, identifica-se uma significativa distorção idade-série entre os estudantes de escolas indígenas.³ Isso porque em todas as localidades a idade mediana em determinada etapa era igual ou superior à idade ao final daquela etapa. Isto pode ser verificado ao longo de todo o período 2009-2017.

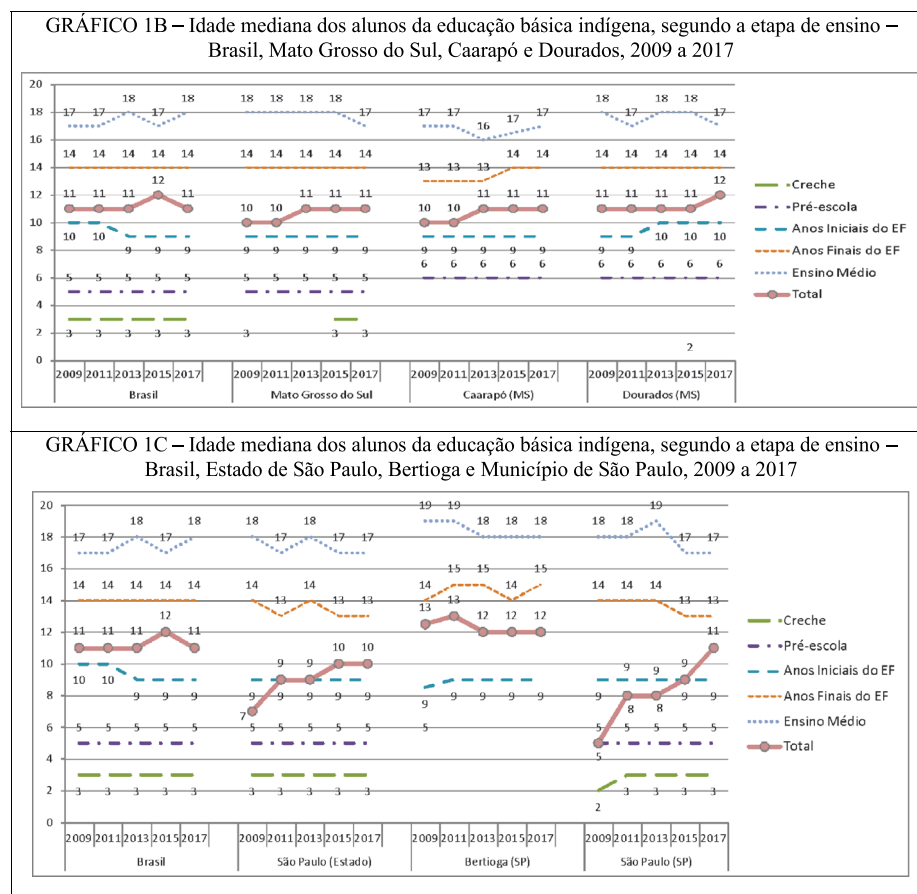
Para mencionar alguns exemplos, verifica-se que a idade mediana dos estudantes no Ensino Médio variou entre 17 e 20 anos, em todas as localidades (Gráfico 1A, 1B e 1C) no período 2009-2017. Considerando-se que: 1) a idade considerada correta pelos estudos sobre educação escolar não indígena para frequentar o Ensino médio é entre 15 e 17 anos e 2) 50% dos estudantes do Ensino Médio matriculados em escolas indígenas no Brasil tinham até 18 anos em 2017 (o que significa que os 50% restantes têm mais de 18 anos), pode-se sugerir que tem havido uma defasagem idade-série nos estudantes do Ensino Médio das escolas indígenas brasileiras nos últimos anos. Vale ressaltar que a idade mediana dos estudantes do Ensino Médio do estado do Amazonas foi superior àquela encontrada para as demais localidades (variou entre 19 e 20 anos, dependendo do ano). Comportamento semelhante pode ser observado quando se trata dos estudantes do Ensino Fundamental, seja nos anos iniciais ou finais. Para mencionar um exemplo, 50% dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental tinham até 15 anos em 2017. Levando-se em conta que, aos 15 anos, os alunos já deveriam estar frequentando o Ensino Médio e que a outra metade dos alunos tem mais do que 15 anos, novamente,

³ É importante mencionar as idades correspondentes a cada etapa de ensino no Brasil. A Educação Infantil é destinada a crianças com até 3 anos (creche) e crianças de 4 e 5 anos (pré-escola). O Ensino Fundamental se destina a crianças de 6 a 10 anos (anos iniciais) e a crianças de 11 a 14 anos. Já o intervalo de idade correto para frequentar o Ensino Médio deve ser entre 15 e 17 anos.

identificamos a existência de defasagem idade-série também no Ensino Fundamental da Educação Indígena⁴.

Figura 5 – Idade mediana e distorção idade-série dos alunos da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2009 a 2017 (CONTINUA)

PAINEL 1 – Idade Mediana



Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

⁴ Vale ressaltar, no entanto, que devemos ser cautelosos ao usar termos como defasagem e atraso escolar em se tratando de estudantes de escolas indígenas. Isso porque, a depender das condições de transporte no trajeto para a escola (podendo ser necessário atravessar rios ou fazer longas caminhadas), pode ser que se opte, por exemplo, por frequentar a escola um pouco mais tarde.

Para complementar esta análise do perfil etário dos estudantes da educação básica indígena, o Painel 2 da Figura 5 apresenta a distorção idade-série desses alunos de acordo com a etapa de ensino para os anos ímpares compreendidos entre 2009 e 2017. Esse indicador representa o percentual de alunos com 2 anos ou mais de defasagem idade-série e é de extrema importância, visto que o atraso escolar constitui um dos fatores que pode desestimular o estudante e, eventualmente, fazê-lo desistir de estudar, aumentando a evasão escolar (e vice-versa). Nesse painel (2), o Gráfico 1A mostra a distorção idade-série dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental Indígena para o Brasil, os estados e municípios selecionados; o Gráfico 2A revela o mesmo indicador para os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, e o Gráfico 3A apresenta a distorção idade-série dos alunos do Ensino Médio Indígena.

Primeiramente, observa-se que o percentual de estudantes indígenas brasileiros com, no mínimo, 2 anos de atraso nos anos iniciais de Ensino Fundamental (Figura 5, Painel 2, Gráfico 1A) foi reduzido de 42,6% em 2009 para 29% em 2017. Isso significa que aumentou a oferta de educação escolar nas comunidades indígenas estudadas. Muitas vezes, as crianças tinham que andar horas até chegar a uma escola. Embora tenha sido uma redução significativa, uma parte considerável dos alunos da educação básica indígena (pouco menos de um terço deles) estava com ao menos 2 anos de atraso nessa etapa ainda inicial do ensino. Considerando ainda os resultados para o Brasil, não houve redução da distorção idade-série no período 2009-2017 nas demais etapas de ensino (Figura 5, Painel 2, Gráficos 1B e 1C), havendo uma tendência de aumento nesse indicador em se tratando do Ensino Médio, passando de 46,8% em 2009 para 51,6% em 2017.

Existem, no entanto, algumas diferenças regionais que merecem destaque. No Estado do Amazonas, o percentual de estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental que tinham ao menos 2 anos de atraso caiu de 49,6% em 2009 para 33,2% em 2017. Essa redução significativa (de cerca de um terço) foi acompanhada pelos alunos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, sendo que o percentual desses com defasagem idade-série caiu de 34,8% para 22,6% no mesmo período. Já o Estado do Mato Grosso do Sul manteve esse indicador estável no período: 36,1% em 2009 e 36,9% em 2017. A permanência nesse percentual refletiu tanto a estabilidade da distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental em Dourados em cerca de 45% no período (onde estão 47% dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamen-

tal Indígena do estado), quanto o aumento nessa distorção em Caarapó, onde o percentual de alunos com defasagem idade-série subiu de 26,1% para 34,4% (nesse município, estão outros 20% dos estudantes indígenas do estado nessa etapa de ensino). Também no estado de São Paulo a distorção idade-série permaneceu relativamente estável, mas em níveis mais baixos em relação aos demais estados mencionados (19,5% em 2009 e 18% em 2017). No entanto, vale lembrar que o número de estudantes indígenas no Estado de São Paulo é bastante inferior em relação àquele do Amazonas e do Mato Grosso do Sul, representado 19% e 7% dos estudantes da educação básica indígena desses estados, respectivamente.

Nos anos finais do Ensino Fundamental Indígena (Figura 5, Painel 2, Gráfico 1B), há um maior percentual de estudantes com defasagem idade-série (igual ou superior a 2 anos) em comparação aos anos iniciais e não se verifica redução no período 2009-2017, permanecendo um percentual em torno de 48% desses estudantes com distorção entre a idade e a série que frequentam. De maneira geral, os demais estados e municípios apresentam tendência similar – de estabilidade, queda ou aumento – no percentual de estudantes com defasagem escolar nos anos finais e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, embora haja um nível mais alto de distorção idade-série entre os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

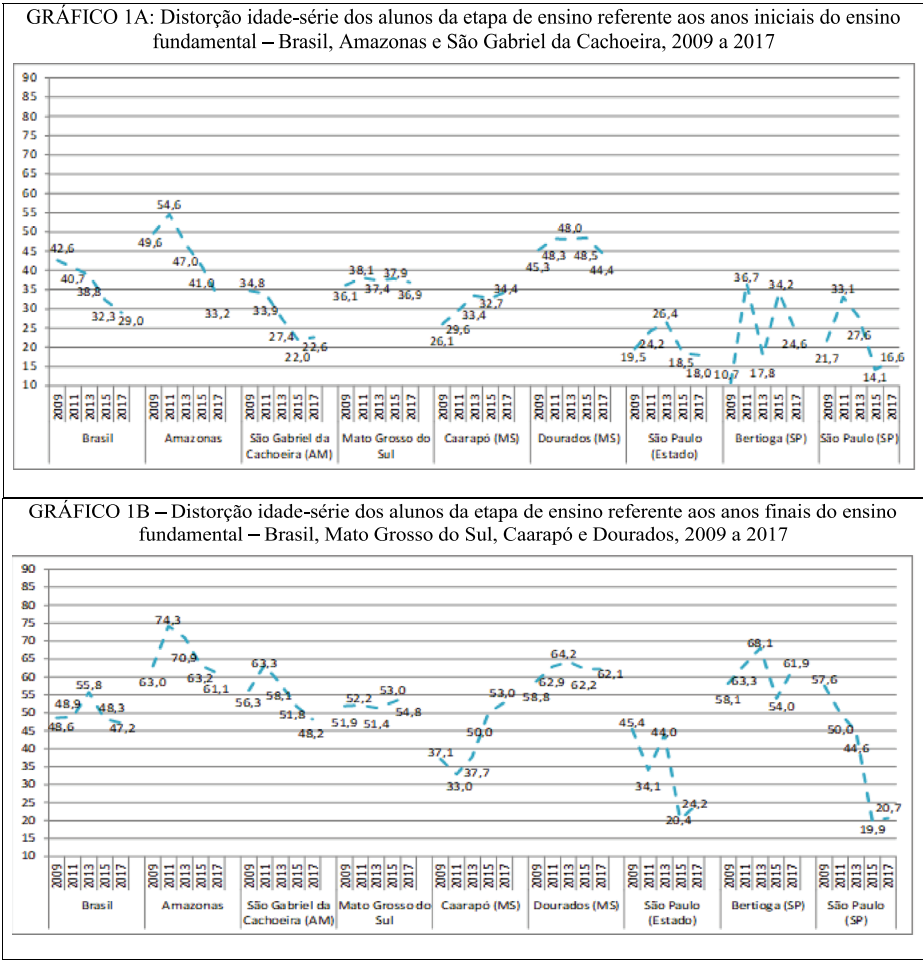
Em relação ao Ensino Médio (Figura 5, Painel 2, Gráfico 1C), o percentual de estudantes com distorção idade-série se aproxima do percentual de defasados nos anos finais do Ensino Fundamental, embora se apresente em nível mais elevado ao findar o período de análise: 51,6% dos alunos do Ensino Médio apresentaram distorção idade-série em 2017 em comparação aos 47,2% dos estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental. Dado o menor número de estudantes da educação básica indígena no Ensino Médio em comparação com as demais etapas de ensino (especialmente nos municípios de interesse e no estado de São Paulo), destacamos a distorção idade-série no Ensino Médio encontrada nos estados do Amazonas e do Mato Grosso do Sul. Em ambos os estados, 62% dos estudantes do Ensino Médio estavam com a idade atrasada em ao menos 2 anos na série que frequentavam em 2009. No entanto, enquanto essa distorção idade-série aumentou para 73% em 2017 no estado do Amazonas, em Mato Grosso do Sul esse percentual foi reduzido para 46,9%, embora ainda permaneça alto.

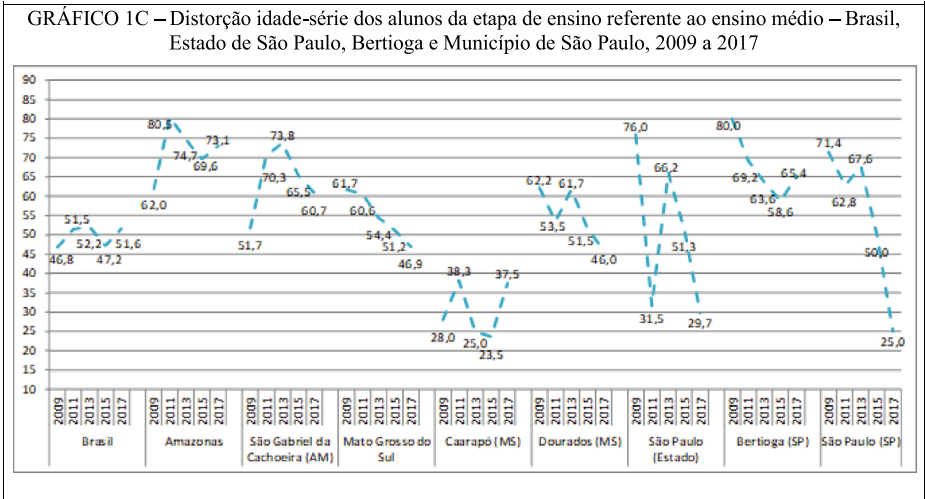
Vale destacar ainda o fato de que o número de alunos matriculados se reduz a cada nível de ensino, havendo uma queda percentual substancial-

mente maior no que se refere ao número de estudantes matriculados no Ensino Médio das escolas de educação básica indígena em relação às demais etapas (vide Figura 4). Essa redução pode ser reflexo tanto de uma alta evasão escolar quanto de uma procura maior por escolas não indígenas por parte desses estudantes.

Figura 5 – Idade mediana e distorção idade-série dos alunos da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2009 a 2017 (FIM da Figura 5)

PAINEL 2 – Distorção Idade-Série





Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

As Turmas das escolas indígenas

Assim como há um maior número de alunos no Ensino Fundamental da Educação Indígena, essa é também a etapa com o maior número de turmas. Ordenando o número de turmas segundo a etapa de ensino no Brasil, verifica-se que a etapa com o maior número de turmas compreende os anos iniciais do Ensino Fundamental (9.860 turmas, 46% do total), seguida pelos anos finais do Ensino Fundamental (5.607), pela pré-escola (2.739), pelo Ensino Médio (2.413) e, por fim, pela creche (872). Em relação aos municípios deste estudo, São Gabriel da Cachoeira, Caarapó e Dourados (e seus respectivos estados) acompanham tendência similar no número de turmas segundo a etapa de ensino.

Figura 6 – Número de turmas da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2017

GRÁFICO 1A – Número de turmas da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Brasil e Estados selecionados, 2017

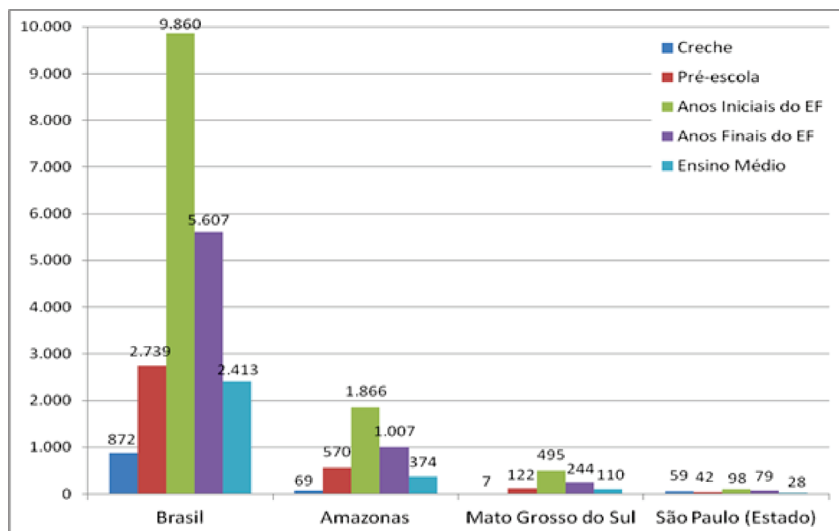
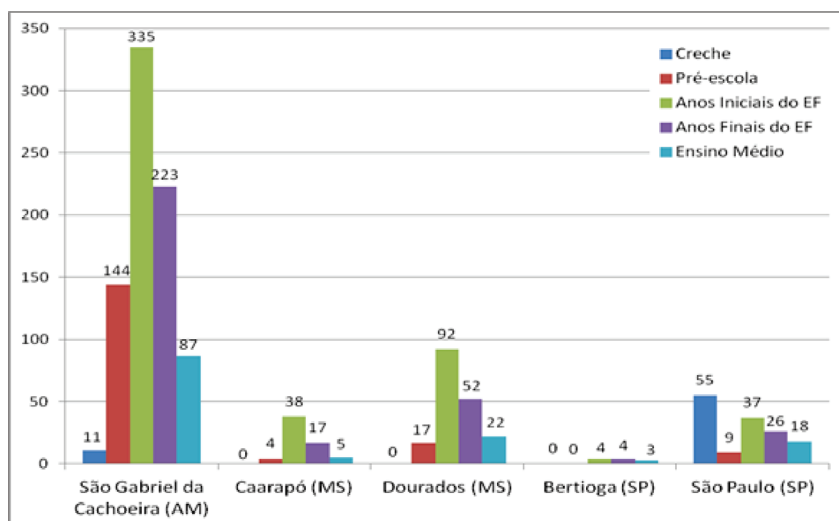


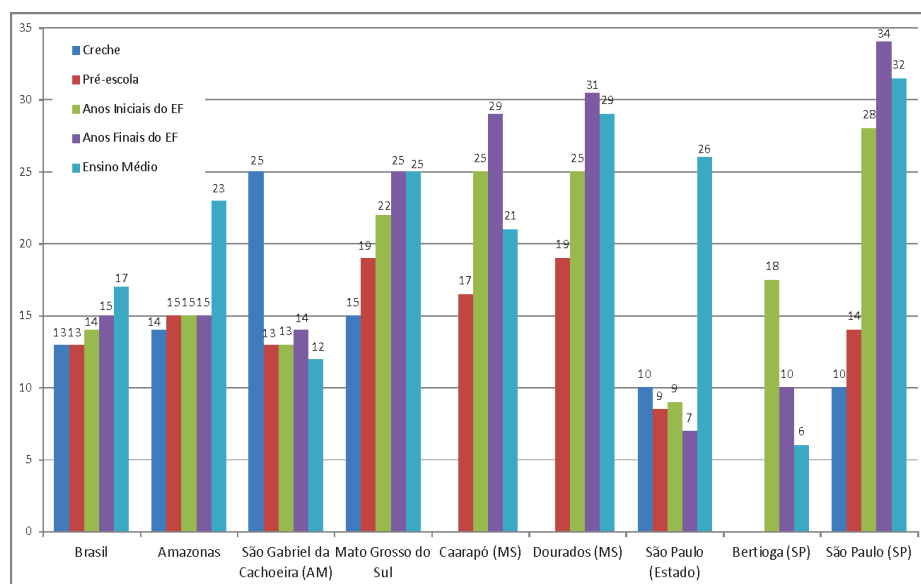
GRÁFICO 1B – Número de turmas da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Municípios selecionados, 2017



Fonte: INEP (2017). Censo Escolar.

Uma característica interessante a ser analisada em relação às turmas que compõem as escolas é o seu tamanho em termos de números de alunos (Figura 7). No caso da educação básica indígena, verificava-se que 50% das turmas no Brasil tinham até 14 alunos em 2017. No que se refere ao Ensino Médio, o número mediano de alunos aumenta para 17 no mesmo ano. Esse indicador de tamanho de turmas varia entre as localidades analisadas neste estudo. Em São Gabriel da Cachoeira, a creche tem um tamanho mediano de 25 alunos, ao passo que, no Ensino Médio, esse número cai para 12. Por outro lado, Caarapó e Dourados apresentam os maiores números medianos de estudantes por turma em 2017, sendo que 50% das turmas das suas escolas tinham até 26 estudantes. Em relação às etapas de ensino, aquelas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental parecem ser as maiores em termos de número de alunos em ambos os municípios, com 50% das suas turmas tendo até 29 alunos em Caarapó e até 31 alunos em Dourados. No entanto, é nos anos finais do Ensino Fundamental do município de São Paulo que estão as turmas com o maior número mediano de estudantes (34).

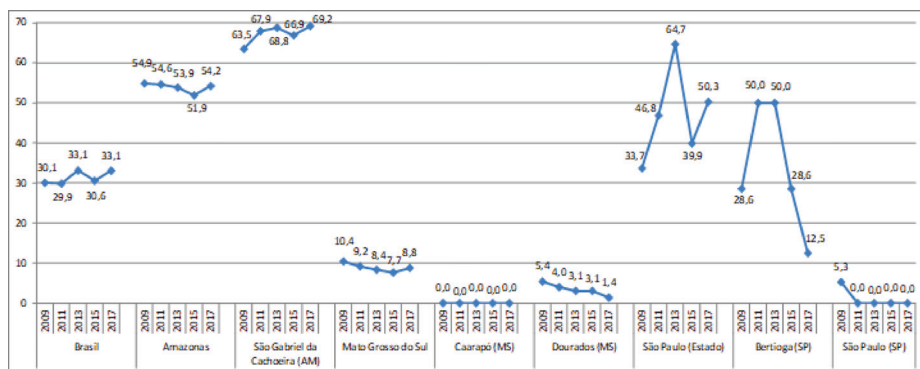
Figura 7 – Número mediano de matrículas por turmas da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Brasil, Estados e Municípios selecionados, 2017



Fonte: INEP (2017). Censo Escolar.

A Figura 8 apresenta o percentual de turmas do Ensino Fundamental que era multisseriado. No Brasil, em média 31,3% das turmas do Ensino Fundamental eram multisseriadas no período 2009-2017. Esse percentual varia substancialmente entre os municípios deste estudo, sendo que São Gabriel da Cachoeira é aquele que apresenta o maior percentual de turmas com Ensino Fundamental multisseriado (69% em 2017). Os demais municípios apresentam um percentual de turmas bastante inferior, sendo que em Caarapó e São Paulo não havia turmas de Ensino Fundamental multisseriado em 2017.

Figura 8 – Percentual de turmas do ensino fundamental que eram multisseriadas – Brasil, Estados e Municípios selecionados, 2009 a 2017

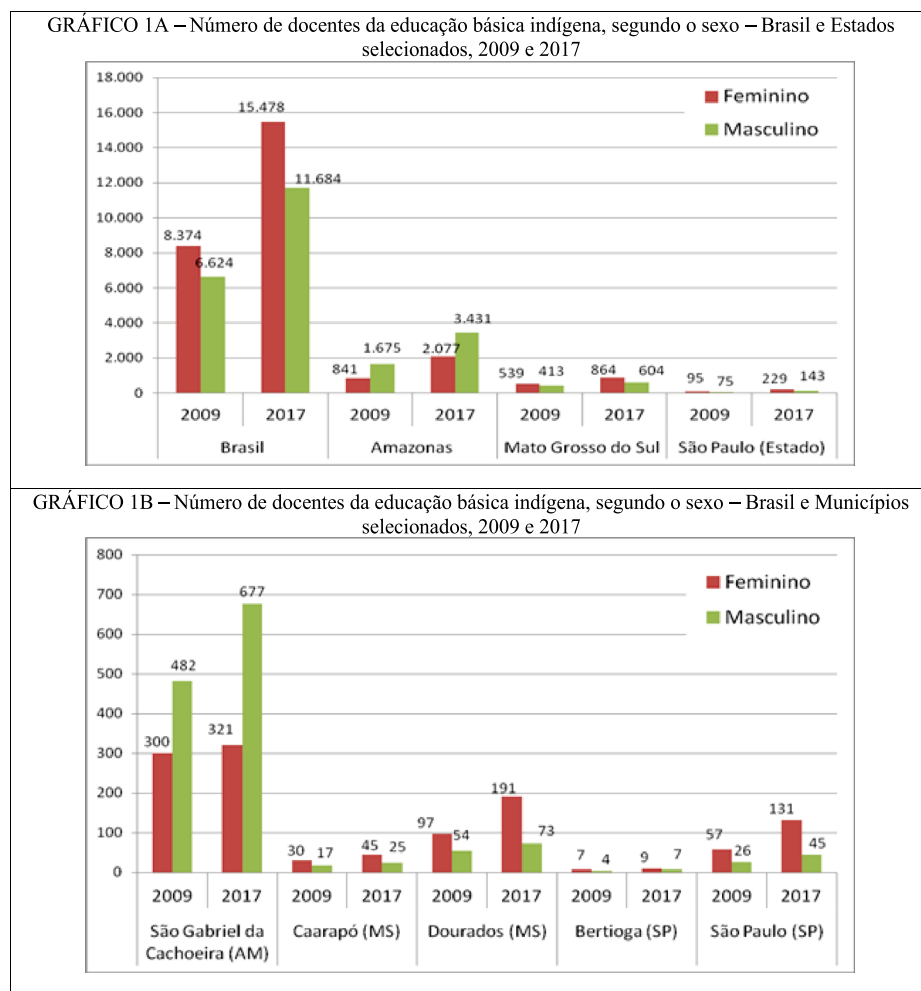


Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

Os docentes das escolas indígenas

Em relação aos docentes das escolas indígenas, a Figura 9 mostra que o número de docentes quase dobrou entre 2009 e 2017 (passou de 14.998 para 27.162 no período), de forma a manter um maior percentual de professoras em relação ao total de docentes no Brasil, tanto em 2009 quanto em 2017 (cerca de 57%). Há, no entanto, diferenças segundo o sexo dos docentes quando se comparam os estados e municípios. Os estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo são aqueles com maior percentual de professoras no quadro de docentes (59% e 62%, respectivamente em 2017), ao passo que, no Amazonas, apenas 38% dos docentes eram do sexo feminino em 2017. Esses percentuais refletem o comportamento dos respectivos municípios, com São Gabriel da Cachoeira apresentando apenas 32% de professoras em 2017, enquanto Dourados e o município de São Paulo têm 72% e 74% do seu quadro de docentes sendo do sexo feminino, respectivamente.

Figura 9 – Número de docentes da educação básica indígena, segundo o sexo – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2009 e 2017

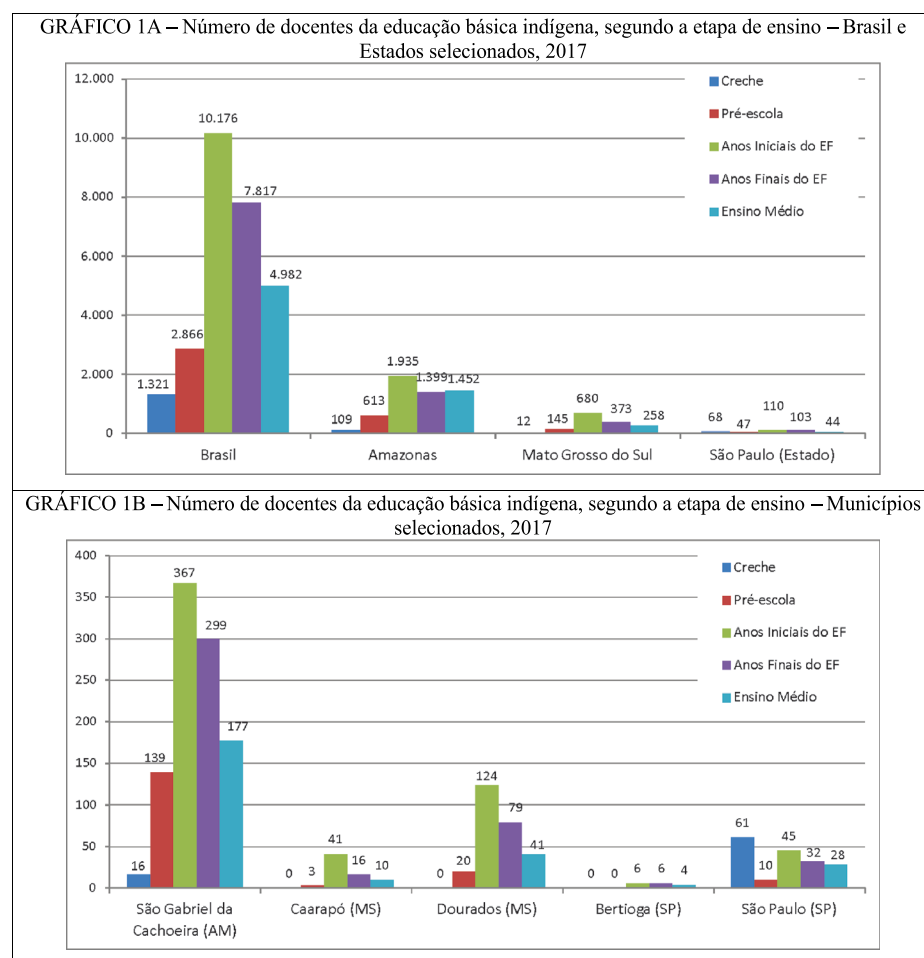


Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

Como seria esperado, a desagregação dos quadros de docentes das escolas indígenas de acordo com as etapas de ensino nos mostra que a distribuição dos docentes entre as etapas acompanha a distribuição dos alunos por etapa de ensino (Figura 10). Isso significa que, de uma maneira geral, nas etapas onde há mais alunos matriculados, há também mais docentes vinculados. Mais especificamente, o maior número de docentes no Brasil está nos

anos iniciais do Ensino Fundamental (10.176), seguido pelos anos finais do Ensino Fundamental (7.817), depois pela etapa referente ao Ensino Médio (4.982), pré-escola (2.866) e, por fim, pela creche (1.321).

Figura 10 – Número de docentes da educação básica indígena, segundo a etapa de ensino – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2017



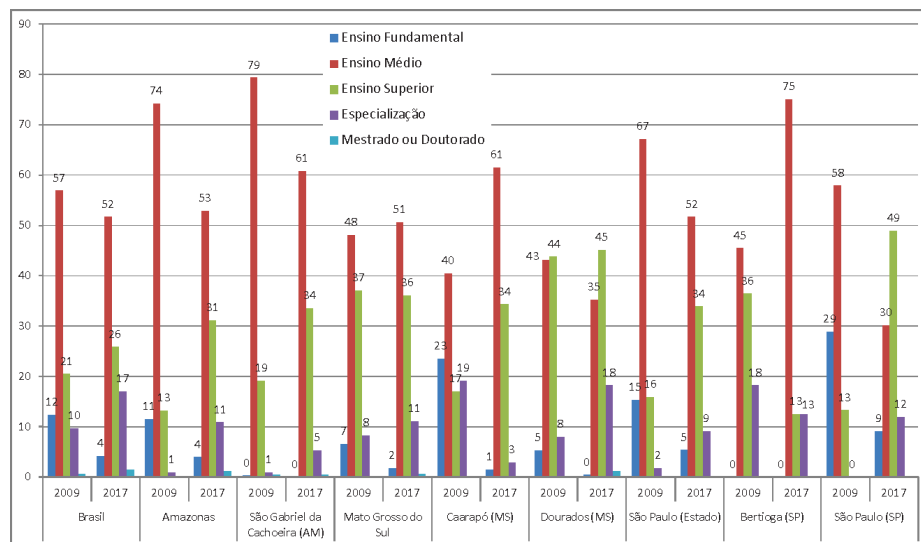
Fonte: INEP (2017). Censo Escolar.

De uma maneira geral e guardadas as devidas magnitudes em termos dos números absolutos, essa distribuição de docentes por etapas de ensino também tende a ocorrer nos municípios, de forma que o ordenamento do

número de docentes em relação às etapas de ensino se dá da seguinte forma em São Gabriel da Cachoeira, Caarapó e Dourados: anos iniciais do Ensino Fundamental (maior número de docentes), anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, pré-escola e creche (menor número de docentes). Vale destacar, no entanto, que o município de São Paulo se diferencia dessa tendência mais geral no sentido de que o maior número de docentes das escolas indígenas se encontra na creche.

Na Figura 11, são apresentados os percentuais de docentes segundo o seu nível de escolaridade: Ensino Fundamental (completo ou incompleto), Ensino Médio, Ensino Superior, Especialização e Mestrado/Doutorado. Com o objetivo de verificar a ocorrência de alguma mudança (no tempo) da distribuição dos docentes de acordo com a escolaridade, a figura mostra esses percentuais para os anos de 2009 e 2017.

Figura 11 – Percentual de docentes da educação básica indígena, segundo o nível de escolaridade – Brasil, Estados e Municípios selecionados, 2009 e 2017



Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

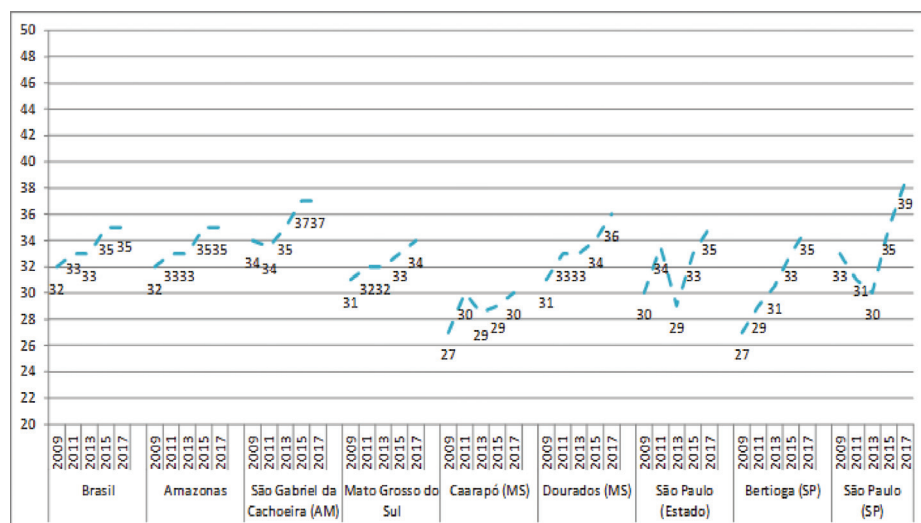
Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que há um maior percentual de docentes com Ensino Médio (52% no Brasil em 2017), seguido por docentes com Ensino Superior (26%), docentes com Especialização (17%), aqueles

com Ensino Fundamental completo ou incompleto (4%) e um percentual bastante reduzido de docentes com Mestrado ou Doutorado (1% dos docentes das escolas indígenas do país tinha esse nível de escolaridade em 2017). Além disso, é interessante notar que entre 2009 e 2017, nas escolas indígenas brasileiras, há uma redução no percentual de docentes com Ensino Fundamental (de 12% para 4%) e Ensino Médio (de 57% para 52%), ao mesmo tempo que aumenta o percentual de docentes com Ensino Superior (de 21% para 26%) e Especialização (de 10% para 17%). O município em que essa melhoria na escolaridade do quadro docente entre 2009 e 2017 ocorreu de forma mais marcante foi São Gabriel da Cachoeira. Houve uma queda de 79% para 61% dos docentes com Ensino Médio, ao mesmo tempo que houve um aumento de 19% para 34% de docentes com Ensino Superior e de 1% para 4% de docentes com Especialização. Caarapó também merece destaque por sua particularidade no que se refere à maior escolaridade dos seus docentes ao longo do período de análise. Esse município registrou uma queda de 23% para 1% dos docentes com apenas Ensino Fundamental, ao mesmo tempo que aumentou o percentual de docentes com Ensino Médio (de 40% para 61%) e com Ensino Superior (de 17% para 34%). No entanto, Caarapó também apresentou uma queda expressiva no percentual de docentes com Especialização: de 19% em 2009 para 3% em 2017.

A Figura 12 revela a idade mediana dos docentes da educação básica indígena no período 2009-2017, para cada localidade contemplada neste estudo. De maneira geral, os docentes das escolas indígenas nas diferentes localidades são jovens, sendo que sua idade mediana está entre 27 e 39 anos de idade. Outra informação importante trazida por essa figura é que ela parece sugerir uma rotatividade significativa de docentes em escolas indígenas no Brasil. Isso porque, havendo 8 anos que separam o ano de 2009 do ano de 2017, esperar-se-ia que os docentes em 2017 fossem, em média, 8 anos mais velhos em relação àqueles em 2009. No entanto, isto parece não ocorrer na grande maioria das escolas da educação básica indígena. De fato, esse comportamento ocorre apenas no município de Bertioga, onde a cada dois anos, a mediana da idade dos docentes aumenta 2 anos, sendo que, ao final do período, depois de 8 anos, “os docentes envelheceram” exatamente 8 anos. Adicionalmente, vale destacar que, entre as localidades analisadas neste estudo, Caarapó parece concentrar os docentes mais jovens da educação básica indígena, considerando que sua idade mediana foi de 27 a 30 anos de idade entre 2009 e 2017. Por outro lado, São Gabriel da Cachoeira parece concen-

trar os docentes mais velhos, considerando que a idade mediana dos seus docentes esteve no intervalo de 34 a 37 anos no mesmo período.

Figura 12 – Idade mediana dos docentes da educação básica indígena – Brasil, Estados e Municípios selecionados, 2009 a 2017



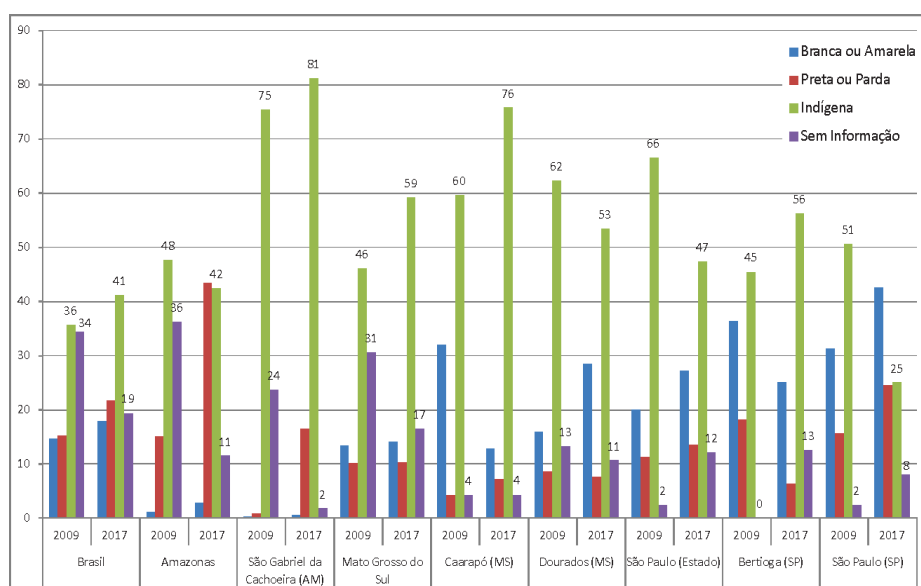
Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

A declaração de raça/cor dos docentes das escolas da educação básica indígena em 2009 e 2017 é apresentada na Figura 13. Os docentes são classificados dentro de 4 categorias: Branca ou Amarela, Preta ou Parda, Indígena e Sem informação. Primeiramente, é importante analisar a falta de declaração de raça/cor dos docentes, aqueles classificados como “Sem informação”. Embora ainda houvesse um alto percentual de docentes sem informação de raça/cor em 2017, houve redução significativa nesse percentual no período, considerando-se o Brasil como um todo, onde o percentual de docentes sem informação caiu de 34% para 19% entre 2009 e 2017. Vale dizer, no entanto, que esta redução foi devida apenas aos estados do Amazonas (de 36% para 11%) e Mato Grosso do Sul (de 31% para 17%) e seus respectivos municípios, pois, no que se refere ao estado de São Paulo (e seus municípios), o percentual de docentes sem informação de raça/cor aumentou no período (de 2% para 12%).

Também merece destaque a variação observada no percentual de docentes que se declararam como indígenas no quesito raça/cor. Em São Ga-

briel da Cachoeira e Caarapó, esse percentual aumentou de 75% para 81% e de 60% para 76% entre 2009 e 2017. Por outro lado, em Dourados observou-se uma redução no percentual de docentes de raça/cor indígena no período (de 62% para 53%). Embora Bertiooga também tenha revelado um aumento percentual significativo de docentes indígenas, seu quadro é bastante reduzido (16 docentes em 2017), e, portanto, devemos analisar seus percentuais com cautela.

Figura 13 – Percentual de docentes da educação básica indígena, segundo a Raça/Cor – Brasil, Estados e Municípios selecionados, 2017



Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

A infraestrutura das escolas indígenas

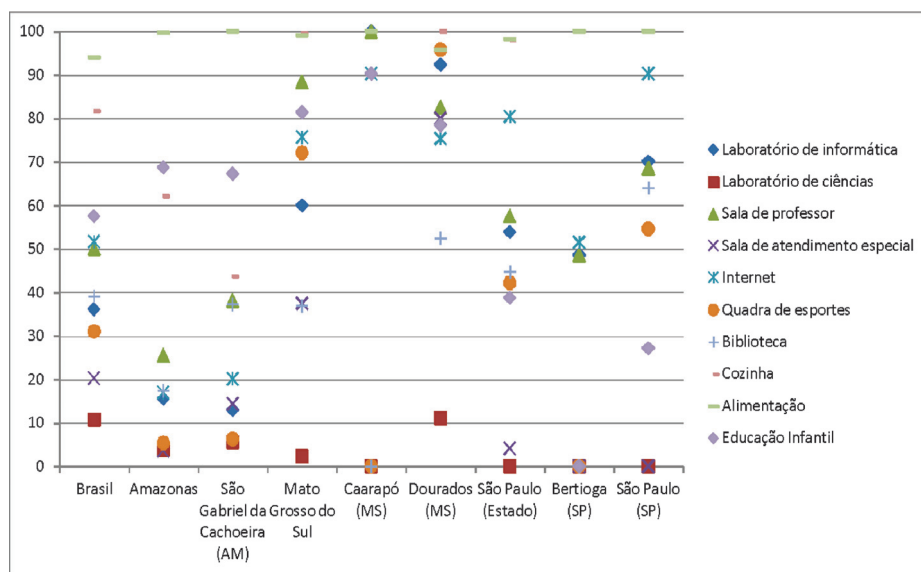
Por fim, apresentamos algumas informações relacionadas à infraestrutura das escolas da educação básica indígena para o ano de 2017. Na Figura 14, mostra-se o percentual de estudantes da educação básica indígena que são atendidos por escolas com determinadas características de infraestrutura, quais sejam: Laboratório de informática, Laboratório de ciências, Sala de professor, Sala de atendimento especial, Internet, Quadra de esportes, Biblioteca, Cozinha, Alimentação e Educação Infantil. Em primeiro lugar, para ajudar a compreender o gráfico da Figura 14, é importante sa-

ber que, se estivéssemos em um mundo ideal onde todos os estudantes em escolas indígenas tivessem acesso a todas as características de infraestrutura analisadas, todos os pontos estariam localizados na parte superior da área do gráfico, na linha correspondente a 100%; isto significaria dizer que 100% dos estudantes em todas as localidades estariam matriculados em escolas com todas as características de infraestrutura mostradas. A Figura 14, no entanto, revela que as escolas indígenas vivem em uma realidade ainda distante daquela ideal.

De maneira geral, alguns fatores merecem destaque na Figura 14. Em primeiro lugar, praticamente a totalidade dos estudantes das escolas da educação básica indígena tinham acesso à alimentação nas escolas em 2017 (94% no Brasil), embora nem todas as escolas tivessem uma cozinha entre as suas dependências (82% dos alunos estudam em escolas com cozinha; em São Gabriel da Cachoeira, esse percentual é de 44%). Apenas 11% dos alunos matriculados em escolas da educação básica indígena brasileira contavam com laboratório de ciências, 31% tinham quadra de esportes, 39% tinham biblioteca, 36% tinham laboratório de informática e 52% estudavam em escolas que tinham algum acesso à internet.

Na comparação entre municípios, por via de regra, Dourados é aquele que se destaca por ter proporcionalmente mais estudantes com acesso a uma infraestrutura melhor nas escolas (com a maioria dos seus pontos estando mais deslocados para a parte superior do gráfico), e São Gabriel da Cachoeira parece ter o menor percentual de alunos com acesso às mesmas características de infraestrutura (com a maior parte dos seus pontos estando mais deslocados para a parte inferior do gráfico).

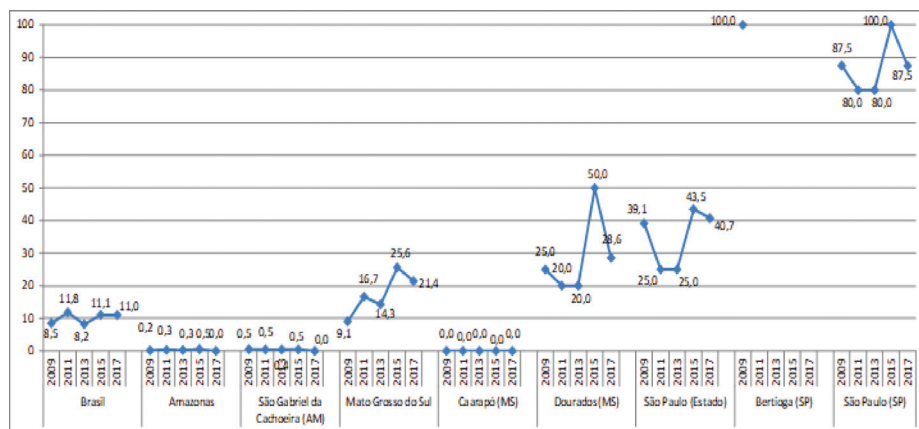
Figura 14 – Percentual de alunos da educação básica indígena, segundo a infraestrutura das escolas nas quais são matriculados – Brasil e Estados e Municípios selecionados, 2017



Fonte: INEP (2017). Censo Escolar.

Uma característica de infraestrutura de grande importância para estudantes da Educação Infantil (creche ou pré-escola) se refere à existência de parque infantil. Na Figura 15, mostramos que o percentual de escolas com Educação Infantil que possuem parque infantil era de apenas 11% no caso do Brasil em 2017. No estado do Amazonas, nenhuma escola com Educação Infantil oferecia parque infantil para seus alunos no mesmo ano. No estado do Mato Grosso do Sul, das 42 escolas com Educação Infantil existentes em 2017 apenas 9 ofereciam parque (21,4%). No estado de São Paulo, das 27 escolas com Educação Infantil, 11 ofereciam parque infantil (40,7%). No município de São Paulo, o alto percentual de escolas da Educação Infantil com parque (87,5% em 2017) se refere a 7 escolas com esta infraestrutura disponível de um total de 8 escolas com Educação Infantil. Em relação à Bertioga, de acordo com o Censo Escolar, havia apenas uma escola com Educação Infantil no município em 2009 e ela possuía parque infantil (isto justifica 100% de oferta de parque naquele ano); no entanto, nos anos seguintes, nenhuma escola oferecia Educação Infantil em Bertioga.

Figura 15 – Percentual de escolas com educação infantil que possuem parque infantil – Brasil, Estados e Municípios selecionados, 2009 a 2017



Fonte: INEP (2009; 2017). Censo Escolar.

Considerações finais

Em que pese o progresso trazido pela Constituição de 1988 – a partir da qual a escola indígena passa a ter a missão de contribuir para a continuidade histórica dos povos indígenas, respeitando sua cultura sem que estes fossem forçados a se integrar à “sociedade nacional” – e por outros dispositivos legais – como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotada em 2004 no Brasil e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que reafirmam o reconhecimento da autonomia das escolas indígenas na definição e implementação de processos educativos adaptados ao sistema socioeducativo de cada povo, ainda há muitos obstáculos que impedem a garantia do direito à educação de qualidade às crianças e adolescentes indígenas (BANIWA, 2013).

Para citar alguns indicadores da educação indígena no Brasil, de uma maneira geral, a escolaridade das(os) professoras(es) aumentou ao longo do tempo, o percentual de professoras(es) declaradas(os) indígenas também aumentou, a defasagem idade-série dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental diminuiu (embora, levando-se em conta as regras do sistema regular de ensino, quase um terço deles ainda tenha ao menos 2 anos de

defasagem escolar)⁵, as turmas das escolas indígenas tendem a ser pequenas (50% das turmas no Brasil tinham até 14 alunos em 2017) e quase todas as escolas da educação básica indígena ofereciam alimentação (94% em 2017). No entanto, há que se destacar a precariedade da infraestrutura das escolas indígenas (BANIWA, 2013).

Apenas 11% dos alunos matriculados em escolas da educação básica indígena brasileira contavam com laboratório de ciências, 31% tinham acesso à quadra de esportes, 39% à biblioteca, 36% a laboratório de informática e 52% estudavam em escolas que tinham algum acesso à internet (e este “algum acesso” pode ser um indicador inadequado na tentativa de mensurar o acesso à internet na escola, visto que pode ser um acesso bastante restrito). Embora tenham sido mencionados indicadores nacionais, é importante enfatizar que esses indicadores ao nível nacional escondem diferenças regionais/locais importantes e que devem ser levadas em conta na formulação de políticas eficazes voltadas para as escolas indígenas. Nesse sentido, esta análise buscou evidenciar tais diferenças entre os estados e municípios selecionados.

As informações contidas neste estudo constituem importantes ferramentas de planejamento da educação básica indígena no Brasil, uma vez que apresenta a evolução recente do número e das características de estudantes, turmas e docentes das escolas indígenas, além de incluir um panorama das características de infraestrutura destas escolas em nível municipal. Nesse sentido, também é importante ressaltar que o presente estudo funciona como uma linha de base da situação das escolas da educação básica indígena antes da instalação da pandemia da Covid-19. Portanto, esse perfil descreve uma situação que deve ter se deteriorado dadas as condições já complexas em que se encontravam as escolas, especialmente no que se refere ao acesso a computadores e à internet, tão fortemente demandado no período durante e pós-pandemia.

⁵ Conforme mencionado anteriormente, devemos manter em mente que a diferença encontrada neste estudo entre a idade dos estudantes e a “idade recomendada” para cada ano e nível escolar pode se dever às dificuldades de acesso à escola por parte dos estudantes indígenas. Desse modo, devemos ser cautelosos ao utilizarmos o termo defasagem idade-série no que se refere a esse público escolar, sendo esse um indicador que instigue mais investigação para a melhor compreensão, em nível local, das diferenças entre a idade recomendada e a idade de fato dos estudantes em cada ano escolar.

Referências

- ANDRIOLI, L. R.; FAUSTINO, R. C. Educação infantil indígena: o direito, a participação dos povos e as práticas institucionais. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, RS, v. 13, n. 25, p. 622–650, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11997>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- BAINES, S. G. A educação indígena no Brasil, na Austrália e no Canadá a partir das estatísticas: uma perspectiva comparativa. **Série Antropologia**, Brasília, DF, v. 411, p. 1-24, 2007. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie411empdf.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2021.
- BANIWA, G. Educação escolar indígena no Brasil: avanços, limites e novas perspectivas. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia, GO. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: ANPED, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório educação para todos no Brasil, 2000-2015**. Brasília, DF, 2014.
- GRUPIONI, L. D. B. O retrato de uma realidade pouco conhecida: Analisando dados estatísticos sobre educação escolar indígena no Brasil e refletindo sobre o campo da educação indígena hoje. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19, 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – MAS**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo Escolar, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017**. Brasília, DF.
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estatísticas sobre educação escolar indígena no Brasil**. Brasília, DF, 2007.
- LONGO, F. V. *et al.* Educação escolar indígena e justiça socio-espacial no Brasil: primeiros resultados de pesquisa. **Textos NEPO 90**, Campinas, SP, 2020. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_90.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.
- ROMERO, J. A. R.; MOURA, J. C. O. O sistema de ensino escolar: um panorama da educação indígena no estado do Ceará. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, 9, 2020, Online. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2020.

Demografia histórica nos 40 anos do Nepo: trajetória e agenda de pesquisa

Ana Silvia Volpi Scott

Maria Silvia Bassanezi

Maísa Faleiros da Cunha

A Demografia Histórica está próxima de completar 60 anos. Ainda que a primeira apresentação oficial dessa área do conhecimento, a um grupo de historiadores, tenha ocorrido em 1960, no Congresso Internacional de Ciências Históricas (Estocolmo – Suécia), a criação oficial da Comissão Internacional de Demografia Histórica teve lugar somente cinco anos depois, na décima segunda edição do mesmo evento, que ocorreu em Viena (Áustria).

Ao longo do tempo, a Demografia Histórica construiu uma trajetória exitosa. Avançou para além das fronteiras francesas, seu “berço” oficial, disseminando-se pelo mundo, adentrando no Brasil já nos finais da década de 1960, com os estudos de Maria Luiza Marcílio sobre a cidade de São Paulo¹. A partir de então, percorreu um longo caminho e assumiu um lugar importante entre historiadores e demógrafos brasileiros inicialmente inspirados pelo que se produzia na Europa, sobretudo na França e na Inglaterra.

Desde sua introdução no Brasil e durante a década de 1970, a produção acadêmica no campo da Demografia Histórica esteve vinculada a iniciativas individuais de pesquisadores e pesquisadoras de algumas universidades brasileiras que incorporaram de forma inovadora as fontes e os temas da Demografia Histórica.

Entre os pioneiros, alinhavam-se na Universidade de São Paulo, ao lado de Maria Luiza Marcílio, Iraci Del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, autores dos primeiros estudos sobre Minas Gerais. Na Universidade

¹ A tese de doutorado de Maria Luiza Marcílio, *La ville de São Paulo, peuplement et population*, apresentada na Sorbonne (1968), deu origem ao livro publicado no Brasil nos inícios dos anos 1970, Marcílio, 1973. Em 2014, veio a público a segunda edição deste livro pela mesma editora.

Federal do Paraná, destacavam-se Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen, Sergio Nadalin, Ana Maria Burmester, que avançavam para a análise das populações, sobretudo, de imigrantes italianos, alemães, mas também nacionais. Além desses, outros estudiosos pontualmente começavam a explorar as possibilidades do campo, como Luiz R. B. Mott e Johildo Athayde, com estudos sobre o Piauí, Sergipe e Bahia.

O interesse por esse campo se disseminou especialmente a partir da década de 1980, quando surgiram as primeiras iniciativas para constituir grupos de pesquisadores nas universidades (Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual de Campinas) que contribuíram para a consolidação da área no Brasil². A essas iniciativas somaram-se outras que foram surgindo especialmente a partir dos anos 2000, em várias outras regiões do país.

Paralelamente à constituição da área de pesquisa e à formação de quadros no campo da Demografia Histórica nas universidades brasileiras, é importante destacar o espaço de debate que se criou na Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), desde seu primeiro Encontro Nacional, em 1978. Contudo, foi a partir da reunião preparatória para o V Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, ocorrida em Curitiba (1985), que o espaço da Demografia Histórica se ampliou e se tornou mais dinâmico. Desta reunião, participaram como convidados, historiadores, antropólogos e outros estudiosos da população brasileira do passado que, sob a coordenação de Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/ UFMG, gestaram o que posteriormente viria a se constituir no GT “População e História” da ABEP. Esse Grupo de Trabalho tornou-se então *locus* de discussão importante dos trabalhos desenvolvidos em Demografia Histórica no país, que tem lugar, nos Encontros Nacionais da ABEP e no Simpósio Nacional de História da População, que ocorre de forma alternada aos encontros nacionais bianuais desta associação, desde 2005. Além de aglutinar pesquisadores do campo da Demografia

² Na Universidade de São Paulo (USP), Maria Luiza Marcílio criou o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL); Iraci Del Nero da Costa, Francisco Vidal Luna, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e Eni de Mesquita Samara (Departamento de História) concretizaram o Seminário Permanente de História da Família, na FEA, que mais tarde deu origem ao Núcleo de Estudos de História Demográfica (NEHD). Dois outros grupos importantes surgiram na Universidade Federal do Paraná, sob a orientação de Altiva Pilatti, e no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional na Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/ UFMG), em torno de Clotilde Andrade Paiva. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com a criação do Núcleo de Estudos de População (NEPO), a Demografia Histórica originalmente se fez presente através de Maria Sílvia Bassanezi.

Histórica, vinculados à USP, UFMG, UFPR e Unicamp, a institucionalização do GT “População e História” propiciou a integração e favoreceu a interlocução com outros estudiosos da Demografia Histórica que desenvolviam trabalhos sobre a população brasileira no passado, de maneira mais individualizada, sem vinculação a centros de pesquisa dirigidos especificamente à Demografia ou aos Estudos de População.

O encontro regular desse grupo de pesquisadores nos eventos da ABEP e do próprio GT “População e História” estimulou a formação do Grupo de Pesquisa CNPq “Demografia & História”, nos meados dos anos 2000, sob a liderança de Sergio Nadalin (UFPR). Este grupo elaborou o projeto integrado e interinstitucional *Além do Centro-Sul: por uma História da população nos extremos dos domínios lusos na América* que, desde o início, contou com a participação do Nepo. Como se verá a seguir, já naquele momento se desenhava como questão central do grupo o tema dos *regimes demográficos no passado brasileiro*.

A consolidação da Demografia Histórica no Brasil, desde os anos iniciais, contou também com o suporte financeiro das mais importantes agências de fomento à pesquisa, como o CNPq, a Capes, assim como as fundações de amparo à pesquisa de vários estados (FAPs) que financiaram projetos, apoiaram a realização de eventos e de publicações, bem como fomentaram a formação de recursos humanos através de bolsas de estudo em todos os níveis (Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado). Apoio fundamental, nesse sentido, tem sido o do CNPq, através do Comitê de Assessoramento Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional, que, desde 2007, financia o referido projeto *Além do Centro-Sul*, principalmente através de várias chamadas do Edital Universal.

No caso específico da Unicamp, os estudos no campo da Demografia e dos Estudos de População estão vinculados ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo), criado em 1982³. Desde então e ao longo dos seus quarenta anos de existência, este Núcleo tem tido um importante papel na consolidação e fortalecimento da Demografia Histórica e dos Estudos de População em perspectiva histórica no país. A este Núcleo, na tarefa de formação de recursos humanos em Demografia Histórica, vieram se somar o Programa de doutorado em Ciências Sociais na área Estudos de População a

³ O Núcleo de Estudos de População passou a ser designado Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” em 2014 quando agregou o nome de sua fundadora.

partir de 1985, o Programa de Doutorado em Demografia, criado em 1993 e, nos anos 2000, o Programa de Mestrado em Demografia e o Departamento de Demografia, todos vinculados ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp).

Atualmente no Brasil, apenas na Unicamp, através do Nepo, em parceria com o Departamento de Demografia e Programa de Pós-Graduação em Demografia sediado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), mantém-se uma linha consolidada e específica na área da Demografia Histórica.

A demografia histórica no Nepo

A orientação que norteou a criação do Nepo em 1982, sob a direção de Elza Berquó, não contemplava uma linha de pesquisa específica de Demografia Histórica, mas afirmava que a dimensão histórica constituía parte intrínseca dos projetos desenvolvidos nas diferentes linhas de pesquisa propostas naquele momento.

Esta preocupação esteve presente desde os primeiros projetos desenvolvidos neste Núcleo, que buscavam estudar as transformações socioeconômicas e suas relações com a dinâmica demográfica do Estado de São Paulo. A baliza temporal era a segunda metade do século XIX, quando o café passou a predominar na economia do país, incentivando a imigração internacional, a industrialização, a urbanização, a expansão ferroviária, que no seu conjunto impactaram enormemente o crescimento, a distribuição e a dinâmica da população paulista na época e nas décadas que se seguiram.

O Nepo, então, investiu em um amplo e denso esforço em levantamento e sistematização de documentação, em leitura e discussão da bibliografia e na realização de seminários, para os quais eram convidados, para dialogar com seus pesquisadores, historiadores, sociólogos, antropólogos, economistas de diversas unidades da Unicamp e de outras instituições.

Nesse contexto, em 1984, Maria Sílvia Bassanezi passou a integrar a equipe de pesquisadores do Nepo. Esta pesquisadora aprofundou, agora sob a perspectiva da Demografia, mais especificamente da Demografia Histórica, seus estudos anteriores sobre o “colonato”⁴ e a imigração internacional.

⁴ O “colonato” foi uma forma de organização de trabalho que predominou na cafeicultura paulista e empregou milhares de imigrantes estrangeiros.

Coincidentemente, entre as muitas questões demográficas debatidas nos anos 1980, estava a que indagava se o “colonato” poderia gerar, ou não, alta fecundidade, e, dessa discussão, participava a pesquisadora do Nepo Maria Coleta Oliveira. Na época, também Neide Patarra, outra nepiana, estudiosa das migrações internacionais, investia em um amplo levantamento de fontes sobre a imigração internacional de massa para o Brasil destinada em sua maior parte à cafeicultura paulista, junto à Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo.

Portanto, havia um ambiente propício para que Maria Sílvia Bassanezi desenvolvesse um dos projetos embriões da Demografia Histórica no Nepo: *Família e força de trabalho no colonato 1895-1930*. Além da família e do trabalho, este projeto envolvia questões ligadas às variáveis demográficas (natalidade, mortalidade e migração), assim como aprofundava a análise em torno da nupcialidade, do acesso à terra, à produção e ao consumo das famílias envolvidas no colonato. Anos depois, este projeto originaria novos trabalhos que navegaram em temas caros à Demografia Histórica e à História Social como, por exemplo, as relações de compadrio e a nomeação entre os trabalhadores do café⁵. Também abriria o leque para futuras pesquisas que se sucederam no Nepo, tendo como território privilegiado o estado de São Paulo e como espaço temporal os anos entre 1850 e 1950.

Na fase embrionária da Demografia Histórica do Nepo é preciso ainda destacar o projeto *Transformações socioeconômicas e dinâmica demográfica paulista: o café e a urbanização antes de 1930* desenvolvido por Maria Coleta Oliveira e uma série de Textos Nepo sobre a população paulista no tempo do café, escritos por outros pesquisadores do Núcleo (OLIVEIRA, 1985; SYDENSTRICKER NETO, 1985; HOGAN; OLIVEIRA; SYDENSTRICKER NETO, 1986; HAKKERT, 1986; BASSANEZI, 1986; OLIVEIRA, 1988; PATARRA; BAENINGER, 1988; OLIVEIRA; PIRES, 1991).

Na segunda metade dos anos 1980, a pesquisa em uma perspectiva histórica no Nepo atravessou as fronteiras paulistas, com o projeto *Levantamento do potencial do Acervo do Arquivo Público do Ceará para o estudo das populações do passado*⁶. Este projeto, além do levantamento de fontes diversas e de

⁵ Em 2019, Maria Sílvia Bassanezi publicou o livro *Colonos do Café*, que sintetiza os diversos temas trabalhados em sua pesquisa sobre o colonato (BASSANEZI, 2019).

⁶ Este projeto teve o apoio da FAPESP, foi coordenado por Nelson Nozoe (FEA/USP) e contou com a participação de Eni de Mesquita Samara (Depto. de História/USP) e Maria Sílvia Bassanezi (Nepo/Unicamp).

sua preservação em forma de microfilme, resultou em uma série de trabalhos, entre eles, *Os refugiados da Seca: emigrantes cearenses, 1888-1889* (BASSANEZI; NOZOE; SAMARA, 2003), editado no Nepo, em 2003. Em 1988, Maria Sílvia Bassanezi participou como representante do Nepo no curso: Nupcialidade e Família – Demografia Histórica (European University Institute, EUI, Firenze Itália) e, em 1993, do curso latino-americano de Demografia Histórica (Universidad Nacional de Córdoba, UNC, Argentina), que proporcionaram contatos com estudiosos de outros países.

No início de 1990, foram desenvolvidos no Nepo dois outros projetos centrados nas décadas finais do século XIX e primeiras décadas do século XX: *Nupcialidade no período cafeeiro* e *A imigração italiana para o Brasil e as cidades*, coordenados, respectivamente, por Maria Sílvia Bassanezi e Maria Coleta Oliveira, e que deram origem a diversas publicações.

Nos anos que se seguiram, as linhas de pesquisa do Nepo foram evoluindo “à medida que novas questões foram sendo impostas e que iam sendo incorporadas para e pelo avanço do pensamento demográfico e suscitadas pelas transformações em um mundo globalizado” (BERQUÓ; CUNHA; BASSANEZI, 2012, p. 11). A Demografia Histórica no Nepo, ainda que não fosse uma linha de pesquisa autônoma neste Núcleo – o que ocorreu somente em 2006 – se manteve ativa e contribuindo para a discussão dos temas relevantes na área, graças à atuação de Maria Sílvia Bassanezi.

Essa pesquisadora passou a centrar esforços em novas pesquisas sobre a população paulista, em um marco temporal ampliado (1836-1950), com o uso de fontes diversificadas, sobretudo censos e anuários estatísticos publicados, além das atas do Registro Civil, incorporando, ademais, os recursos de mapas com informações georreferenciadas⁷. O enfoque se deslocou então para o conhecimento da distribuição territorial e do perfil dessa população, que congregava uma população escravizada (até 1888), somando-se ainda os nacionais e um grande volume de imigrantes internacionais que aportaram

⁷ Projetos individuais: A População de São Paulo Através dos Censos de 1872 a 1890; População Paulista: Perfil Demográfico no século XIX e Início do século XX, Capital e Interior. Um estudo da população paulista em uma perspectiva comparativa (1836-1920), População, Migração e a Posse da Terra no Estado de São Paulo, 1904-1934; Imigração internacional e dinâmica demográfica paulista no tempo do café; Revisitando as estatísticas demógrafo-sanitárias: ampliando o conhecimento da trajetória demográfica paulista na República Velha; População em tempo de mudanças. Campinas 1875-1921. Entre os projetos desenvolvidos no Nepo, por outras linhas de pesquisa, a linha de Demografia Histórica se fez representar na primeira fase do projeto “Observatório das Migrações” coordenado por Rosana Baeninger, com apoio da FAPESP.

em terras paulistas, sobretudo, a partir de meados dos anos 1880. A imigração internacional também recebeu uma atenção especial em pesquisas que resultaram na publicação de inúmeros trabalhos individuais ou em parceria, sobre temas como: demografia imigrante, família, trajetórias familiares, criança, mulher, grupos étnicos específicos, incluindo ainda questões relativas às fontes e às metodologias.

Nessa nova etapa, foi feito um investimento hercúleo no levantamento, análise crítica e sistematização das fontes e na construção de bancos de dados informatizados, que passaram a embasar não só as pesquisas produzidas no Nepo, mas também de outras instituições⁸. Textos introdutórios aos bancos de dados e outros apresentados em eventos ou publicados buscaram dar visibilidade à riqueza das informações produzidas pelas fontes trabalhadas (BASSANEZI, 1999; 2009; 2011; 2021; BASSANEZI; BACELLAR, 2002).

A primeira década do século XXI marcou inflexões importantes para a consolidação da área e a institucionalização da linha de pesquisa Demografia Histórica no Nepo. A começar pela pesquisa *Migração, humanismo latino e territorialidade na sociedade paulista 1850-1950* (2001-2005)⁹, projeto de caráter interinstitucional desenvolvido neste Núcleo. Sob a coordenação de Maria Sílvia Bassanezi e com a participação dos professores Ana Sílvia Scott (UniABC), Carlos Bacellar (USP) e Oswaldo Truzzi (UFSCar), foi desenvolvido um trabalho intenso de discussão e pesquisa que resultou em uma série de publicações e entre elas a “triologia”: *Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950* (finalista do Prêmio Jabuti, 2009), *Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo 1850-1950 Repertório de legislação brasileira e paulista referente à imigração* (BASSANEZI et al., 2008).

A parceria de Maria Sílvia Bassanezi com esses três professores manteve-se no decorrer do tempo em outros projetos, publicações e em eventos.

Outro fato marcante da Demografia Histórica nepiana foi a realização do Seminário *As atas paroquiais dos setecentos e oitocentos: linhas e entrelinhas*, em 2007, que fez parte do ciclo de eventos que marcou os 25 anos de existência

⁸ Entre esses bancos destacam-se: *São Paulo do Passado (1836-1920)*, *Estrangeiros no Estado de São Paulo – dados censitários 1854-1950*, *Estatística Agrícola e Zootécnica do Estado de São Paulo 1904-1905*, *Estrangeiros no Estado de São Paulo – estatística demógrafo sanitária*, *Eventos Vitais: Campinas 1875-1921*.

⁹ O projeto *Migração, humanismo latino e territorialidade na sociedade paulista 1850-1950* (2001-2005) foi desenvolvido no âmbito do Programa Brasil Latino, financiado pela Fondazione Cassamarca (Itália).

do Nepo¹⁰. Este seminário reuniu especialistas importantes de diversas áreas do conhecimento para discutir as potencialidades dos registros paroquiais (batismo, casamento e óbito) e subsidiar um grande projeto interinstitucional que estava sendo elaborado sobre os regimes demográficos que vigoraram no passado brasileiro: *Além do centro-sul: por uma história da população colonial nos extremos dos domínios portugueses na América*. Originalmente foi coordenado por Sergio Nadalin e atualmente, na sua fase IV, está sob a coordenação de Ana Silvia Scott, pesquisadora do Nepo desde 2015, quando passou a integrar o Departamento de Demografia (IFCH-Unicamp).

Vale salientar que, até a primeira década do século XXI, as pesquisas demográficas em uma perspectiva histórica, concretizadas no Nepo, diferiam da maioria das realizadas em outros centros de pesquisa, centradas na população colonial. A exceção devia-se aos trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal do Paraná (UFPR), que se debruçaram sobre a demografia da população imigrante estrangeira, sobretudo alemães, italianos, ucranianos¹¹.

A partir de então, a pesquisa em Demografia Histórica desenvolvida no Nepo expandiu o recorte temporal; a temática de pesquisa passou a dar ênfase também à população escravizada e incorporou a temática dos regimes demográficos, que norteava o projeto *Além do Centro Sul* do qual passou a participar Maísa Faleiros da Cunha.

Foi na qualidade de Bolsista de Iniciação Científica no projeto *Capital e interior: um estudo da população paulista em uma perspectiva comparativa 1836-1920* (2000-2003), coordenado por Maria Sílvia Bassanezi, que Maísa Cunha se interessou pelo estudo da população escravizada e seguiu nessa linha temática no seu mestrado (2005) e no seu doutorado (2009), ambos desenvolvidos junto ao Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH/Unicamp) (CUNHA, 2005; 2009). Durante o desenvolvimento de suas pesquisas em Demografia Histórica, aprimorou seus conhecimentos participando do curso de verão “Métodos de investigación en Demografía Histórica para el tratamiento de datos censales y parroquiales” promovido pela Associação de Demografia Histórica (ADEH) e Centre d’Estudis Demogràfics (CED) da Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) em 2018 e de estágio durante o doutoramento na Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) em 2006. O

¹⁰ Os textos apresentados no evento deram origem ao livro (BASSANEZI; BOTELHO, 2009).

¹¹ Para um panorama mais alargado sobre a Demografia Histórica fora da Unicamp, veja-se Scott (2017).

interesse de Maísa Cunha pelos escravizados inseriu-se no contexto mais amplo dos estudos de população em perspectiva histórica relativos à escravidão, que então estavam em plena efervescência e, ainda hoje, fazem parte de uma das áreas que mais contribuiu à Demografia Histórica brasileira (MOTTA, 2020, p. 285-306; SCOTT, 2020, p. 213-283).

Sobre a temática dos regimes demográficos, é preciso lembrar que pesquisadores das várias instituições brasileiras retomaram uma discussão lançada por Maria Luiza Marcílio (1984), que admitia a existência de quatro regimes distintos para o Brasil do século XIX. Sergio Nadalin (2004) foi um deles, ampliando a proposta inicial de Marcílio. Entre os vários regimes demográficos, Marcílio e Nadalin lançaram a hipótese da existência de um regime demográfico restrito às populações escravas. Participando dessa discussão através de publicações (CUNHA, 2017b, p. 189-217; 2016, p. 1-16), Maísa Cunha também tem investido na confecção de bancos de dados sobre escravizados, a partir das informações de registros paroquiais e inventários *post-mortem*, para subsidiar suas análises sobre a população escrava *vis-à-vis* à população livre na província de São Paulo durante o período colonial e imperial brasileiro (CUNHA; OLIVEIRA, 2018, p. 1-18; CUNHA, 2015). Dialogando com a História da Escravidão e a Demografia Histórica, essa pesquisadora tem privilegiado os temas como a família e a nupcialidade entre escravizados (CUNHA, 2017a, p. 223-242; CUNHA; TEIXEIRA, 2014).

Nos últimos anos, Maísa Cunha ampliou o enfoque voltando-se para a história econômica e demográfica do município de Campinas, São Paulo, em parceria com a pesquisadora Maria Alice Rosa Ribeiro do Centro de Memória Unicamp (CMU) (RIBEIRO; CUNHA, 2018), assim como o estudo da mortalidade em Campinas durante as epidemias de febre amarela e de gripe espanhola em fins do século XIX e começo do XX juntamente com Maria Silvia Bassanezi (BASSANEZI; CUNHA, 2019).

A integração de Ana Silvia Scott como pesquisadora do Nepo e professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), em 2015, significou um grande reforço para a linha de pesquisa da Demografia Histórica nepiana. Ana Silvia Scott deu um novo dinamismo à pesquisa, trazendo experiências vividas de sua trajetória profissional em outras instituições do Brasil e do exterior. Esta pesquisadora fez seu doutorado no European University Institute (EUI, Firenze Itália) e foi professora na Universidade do Minho durante 1997 e 1999, o que abriu um leque de contatos internacionais, especialmente com colegas europeus.

As pesquisas de Ana Sílvia Scott ampliaram o marco temporal e espacial dos trabalhos até então desenvolvidos no Nepo. Deram ênfase maior à e(i)migração portuguesa para o Brasil, assim como à discussão mais alargada dos regimes demográficos do passado brasileiro, integrada ao projeto *Além do Centro-Sul*, privilegiando o estudo do extremo meridional brasileiro, tendo como foco específico a cidade de Porto Alegre, desde sua fundação até os finais do século XIX.

A ligação de Ana Sílvia Scott ao Nepo, no entanto, remonta à sua integração como pesquisadora visitante, entre 2002 e 2005, tanto na participação no projeto *Migração, humanismo latino e territorialidade na sociedade paulista 1850-1950*, como na coordenação do projeto *A imigração invisível: portugueses no Brasil independente*¹², desenvolvido no Nepo e que contou também com a participação de Oswaldo Truzzi (UFSCar). Embora entre 2005 e 2015 a pesquisadora tenha deixado o Nepo/Unicamp, passando a estar vinculada a instituição universitária, situada no Rio Grande do Sul, nunca deixou de manter contato com os(as) colegas nepianos(as), sobretudo, com Maria Sílvia Bassanezi, pois continuava a parceria no projeto *Além do Centro-Sul*.

Entre 2015 e 2018, já enquanto pesquisadora do Nepo, Ana Sílvia Scott retomou a análise da questão da migração internacional ao ser incorporada ao projeto *Percursos histórico-sociais na incorporação de imigrantes estrangeiros no oeste paulista (1880-1950)*, coordenado por Oswaldo Truzzi (UFSCar) e do qual também participou Maria Sílvia Bassanezi¹³.

Em relação às pesquisas desenvolvidas por Ana Sílvia Scott, sobre o território meridional do Brasil e que passaram a ser desenvolvidas no Nepo, vinculam-se aos projetos *Família e sociedade no Brasil Meridional 1772-1872* e *Entre livres, libertos e escravos: dinâmica da população e da família no Brasil Meridional (1772-1872)*. A partir desses projetos, inúmeros artigos, capítulos e livros têm sido publicados, versando sobre a questão da coexistência de vários regimes demográficos restritos, na linha do que propõe Sergio Nadalin, enfocando o regime demográfico das áreas urbanas (cidade de Porto Alegre),

¹² Projeto apoiado pelo CNPq através de editais (Produtividade em Pesquisa e Edital Universal).

¹³ O projeto que contou com o apoio da FAPESP produziu, entre outros resultados, o livro organizado por Oswaldo Truzzi, *Migrações Internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo*, 2021, que conta com capítulos assinados por Maria Sílvia Bassanezi e Ana Sílvia Volpi Scott, assim como o capítulo “Molliamo tutto e ce ne andiamo a vivere in Brasile: trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo”, que integra o livro organizado por Maíra Vendrame e Alexandre Karsburg, *Micro-história: um método em transformação*, publicado em 2020, outro resultado daquele projeto e que busca o diálogo entre as abordagens macro e micro, calcadas na análise de trajetórias familiares de imigrantes italianos.

assim como problematizando o regime demográfico da escravidão, em contexto urbano¹⁴. Todas as pesquisas têm como base o banco de dados construído a partir do NACAOB¹⁵, cuja coordenação técnica está sob a responsabilidade de Dario Scott, pesquisador do projeto *Além do Centro-Sul*. O NACAOB reúne uma grande base de dados de registros paroquiais, de várias freguesias, que atualmente está hospedada no Nepo.

As fontes utilizadas também se expandiram e incorporaram, para citar alguns exemplos, listas de população, os róis de confessados, o registro civil, os registros hospitalares, os livros de sepultamentos de cemitério, censos municipais, censos de imigrantes etc. Para a coleta e análise dos dados extraídos das várias fontes, têm sido empregados o software NACAOB, softwares estatísticos, linguagem de programação, assim como a aplicação de métodos da Demografia para fazer uma avaliação crítica sobre a qualidade, a cobertura das fontes (muitas delas não produzidas com fins de análise demográfica), bem como para cobrir eventuais lacunas detectadas nessas fontes¹⁶. A preocupação com a aplicação dos métodos da Demografia e da Demografia Histórica se reflete também no investimento na formação dos pesquisadores, organizando eventos, como os realizados em parceria com a IUSSP (2016) e na comemoração dos 35 anos do Nepo (2017), trazendo especialistas estrangeiros para interagir com pesquisadores e estudantes¹⁷, bem como através da participação de pesquisadores e estudantes em cursos no exterior, organizados por importantes centros de pesquisa e associações voltadas para a área da Demografia¹⁸.

¹⁴ Sobre essa discussão, Scott e Scott (2021).

¹⁵ Software desenvolvido por Dario Scott, utilizado por inúmeros pesquisadores brasileiros, muitos dos quais vinculados ao Projeto *Além do Centro-Sul*, que é destinado à coleta, sistematização e organização das informações dos registros paroquiais de batizado, casamento e óbito.

¹⁶ Entre as pesquisas desenvolvidas nesse campo, no âmbito do programa de Pós-Graduação, estão os estudos de Dario Scott, Dayane Júlia Carvalho Dias, Matheus Alves Albino e Thiago Fernando Bonatti.

¹⁷ IUSSP Seminar on Registering and Counting the Population: the production and exploration of census information from early modern times to the end of the 20th century, 2016. Esse evento foi precedido pelo Workshop “Demographic and Statistical analysis with Census and longitudinal Data” organizado pelo Nepo, pela associação ibérica de Demografia Histórica (ADEH) e pela IUSSP, com a participação de Robert McCaa (Minnesota Population Center), Gunnar Thorvaldsen (University of Tromsø) e Bárbara Revuelta Eugercios (Saxo Institute-University of Copenhagen). Disponível em: <https://iussp.org/en/iussp-seminar-registering-and-counting-population-sao-paulo-may-2016>; Seminário Internacional de Demografia Histórica: Envelhecimento e mortalidade: desafios conceituais e metodológicos para o estudo das populações do passado e do presente (2017); I Seminário de Demografia Histórica e História da População na América Latina (2015) em parceria com a ALAP, VIII Simpósio Nacional de História da População em parceria com o GT “População e História” da ABEP, dentre outros. Informações mais detalhadas sobre os eventos, disponíveis em: <https://www.nepo.unicamp.br/eventos.html>.

¹⁸ Participação de Dario Scott, em 2014 e 2015, no curso “Estadística y Demografía” (Universidade do Minho, Guimarães, Portugal), promovido pela ADEH; Estágio do doutorando Thiago Bonatti (2021)

Além disso, há vários anos, a linha de pesquisa Demografia Histórica vem investindo na colaboração com colegas ibéricos visando explorar as dimensões comparativas no que tange aos comportamentos demográficos e familiares ibero-americanos, assim como no que diz respeito à reprodução social dos distintos segmentos populacionais.

O projeto interinstitucional *Além do Centro-Sul* beneficia-se com a colaboração de colegas de instituições portuguesas, como o Departamento de História, Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)¹⁹. Paralelamente a essa colaboração, está em desenvolvimento projeto a ser apresentado à Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (FCT), relativo às cidades coloniais do império português (*Life and death in Portuguese colonial cities – 1760-1900: sources and methods*)²⁰.

Também está em andamento outra parceria com universidades e centros de investigação em Portugal, na colaboração e participação no projeto *Building a global world: migrants across the Atlantic*, no âmbito do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que tem foco na migração açoriana para o Brasil entre os séculos XVIII e XIX²¹, tema que também se integra na discussão relativa à coexistência de regimes demográficos restritos proposta por Nadalin (2004; 2014).

Parcerias e colaboração em projetos com instituições e colegas da Espanha também vêm de longa data, com destaque para o CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), com a Universidad de Murcia, Universidad de Castilla – La Mancha. Neste último caso, destaca-se o projeto em curso, desde setembro de 2021, *Familia, dependencia y ciclo vital en España, 1700-1860* [Referência PID2020-119980GB-I00], que incorpora pesquisadores latino-americanos com o objetivo de aprofundar análises comparadas dos sistemas familiares ibero-americanos, numa abordagem vinculada à História Social da população²².

no Centre d'Estudis Demogràfics (CED) da Universitat Autònoma de Barcelona (CED/UAB), sob a supervisão de Joana Pujadas Mora.

¹⁹ A colaboração do ISCTE também se estende ao programa de Pós-Graduação em Demografia, no âmbito do PRINT, através do colega Paulo Matos.

²⁰ Coordenação de Paulo Matos (ISCTE-IUL) e Helder Carvalho (Universidade de Évora).

²¹ Coordenação de Amélia Polónia (CITCEM-U. Porto) e Antero Ferreira (CITCEM / Casa de Sarmento – Centro de Estudo do Património).

²² Coordenação de Francisco García González, diretor do Seminario de Historia Social de la Población (SEHISP-UCLM) e Jesús Manuel González Beltran (Universidad de Cádiz).

Para a consolidação do campo, uma preocupação constante no Nepo foi e é a formação de quadros nos diferentes níveis, desde a Iniciação Científica à Pós-Graduação em Demografia, incentivando a publicação e a participação em eventos acadêmicos afetos à área. Nesse caso, é necessário chamar a atenção para a integração e colaboração que se estabelece entre as pesquisadoras da linha Demografia Histórica no Nepo e as atividades de docência e orientação que têm lugar no IFCH, tanto na Graduação como na Pós-Graduação. O alargamento de temas, recorte temporal e espacial está, portanto, intimamente relacionado aos projetos desenvolvidos pelos estudantes, nos vários níveis. Recentemente, a força da parceria no campo da Demografia Histórica, entre o Nepo e o Programa de Pós-Graduação, repercutiu com a menção honrosa no Prêmio Capes de Tese, edição 2021, à tese de Dario Scott, orientada por Maria Silvia Bassanezi, que fez um estudo diferencial da mortalidade entre a população livre e escravizada de Porto Alegre, no período de um século (1772-1872)²³.

Algumas das pesquisas, inclusive, estão avançando para a segunda metade do século XX. Entre as temáticas atualmente em foco, estão as questões dos regimes demográficos das secas do sertão, aquelas relativas à mortalidade diferencial (escravizados, livres, libertos; brasileiros e estrangeiros), imigração internacional, priorizando os japoneses, uma análise crítica das fontes produzidas em relação à população indígena.

O Nepo é ainda referência para estudiosos que não têm familiaridade e/ou formação na área, mas que se interessam por temas relativos à população em perspectiva histórica. Especialmente nos anos recentes a linha de pesquisa tem recebido pesquisadores para estágio pós-doutoral, assim como pesquisadores visitantes, que buscam conhecer e se apropriar das fontes e métodos da Demografia Histórica para serem aplicados aos seus próprios temas de interesse²⁴.

A visibilidade da produção nepiana no campo da Demografia Histórica, fora da Unicamp, também se beneficiou através do contato e participação nos principais grupos de pesquisadores que atuavam e/ou atuam no

²³ A tese foi publicada, em 2021, com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Demografia – IFCH/Unicamp (SCOTT, 2021).

²⁴ Maria Luiza Andreazza (UFPR), Odair Cruz Paiva (UNIFESP), Antônia da Silva Mota (UFMA), Marili Peres Junqueira (UFU) e Robson Luís Machado Martins (pós-doutoramento em andamento) integraram/ integram o Programa de Pós-Doutorado do Nepo, e o professor Dr. Flavio dos Santos Gomes (UFRJ) se vinculou como pesquisador visitante.

CEDHAL (Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – centro interdepartamental da FFLCH/USP), no NEHD (Núcleo de Estudos de História Demográfica – FEA/USP), no grupo do CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – UFMG) e no grupo do Departamento de História da UFPR. A maioria destes pesquisadores fez ou ainda faz parte do GT “População e História” da ABEP. Aliás, em diversos momentos, as atuais integrantes da linha de pesquisa em Demografia Histórica do Nepo estiveram na coordenação do GT. Por outro lado, a produção do Nepo nos estudos sobre a população em perspectiva histórica sempre é levada aos principais fóruns internacionais, especialmente os eventos promovidos pela ALAP, ADEH, IUSSP, assim como das publicações vinculadas a essas associações.

Ao longo das quatro décadas de existência do Nepo, as temáticas de pesquisa em Demografia Histórica se ampliaram e novos enfoques teóricos e abordagens metodológicas foram e vêm sendo empregados para a exploração e análise de fontes diversas. À perspectiva quantitativa se uniram os métodos de Micro-história, as trajetórias individuais e familiares e os estudos de “caso”, acompanhando um movimento observado na História Social e em outras disciplinas das Ciências Sociais, assim como mantendo o diálogo com as demais linhas de pesquisa do Nepo. A linha de Demografia Histórica continua aprofundando questões relativas à imbricada relação entre as variáveis demográficas e os processos sociais, econômicos e culturais mais amplos.

A linha de pesquisa aposta no diálogo cada vez mais próximo e colaborativo com a Demografia. Ressalta-se que essa não é apenas uma preocupação da Demografia Histórica “nepiana” ou brasileira. Ela está na pauta da Demografia e da Demografia Histórica internacional, como aponta artigo publicado na *Population Studies* (REID, 2021), que procura evidenciar os benefícios que uma perspectiva de longa duração pode trazer para os demógrafos. Talvez, um dos *insights* mais interessantes seja a reflexão que procura evidenciar que tanto os dados quanto os métodos e os tópicos tratados na Demografia como na Demografia Histórica são mais próximos do que muitos pensam. É nessa perspectiva que se orienta a linha de Demografia Histórica do Nepo nos próximos anos, além de investir ainda mais nas redes colaborativas e parcerias internacionais.

Em 2006, com a institucionalização da linha em Demografia Histórica, o desafio era o fortalecimento e a consolidação de seu espaço no Nepo. Embora se entenda que esse desafio tenha sido vencido e que o lugar da

Demografia Histórica no Nepo esteja consagrado e reconhecido também fora da Unicamp, é necessário definir uma agenda para os próximos anos. Sem dúvida, e apesar do contexto difícil que as universidades, a pesquisa e o Brasil atravessam, a linha continuará investindo na formação de recursos humanos com qualificação tanto em Demografia quanto em História, buscando incorporar fontes e métodos adequados para a exploração e aprofundamento de antigos e novos temas, pois ainda há muito por fazer na análise das variáveis demográficas, assim como dos sistemas familiares e de reprodução social das populações. É preciso continuar a investir na construção e ampliação de bancos de dados, no diálogo com a Demografia e no alargamento do recorte temporal para o século XX.

É uma agenda ambiciosa, mas as pesquisadoras da linha, com a colaboração dos estudantes de Graduação e Pós-Graduação e demais pesquisadores, se empenharão para levar ainda mais longe a Demografia Histórica nepiana.

Para finalizar, destacamos que a escrita deste capítulo ocorreu, coincidentemente, no momento do desligamento da pesquisadora Maria Sílvia Bassanezi junto ao Nepo. Foram 37 anos em que ela investiu em projetos pessoais e coletivos, sempre comprometida com o Nepo, com os colegas e com a formação de estudantes que se interessaram pelos estudos da nossa linha. Uma trajetória vitoriosa de décadas, em que Maria Sílvia não apenas se dedicou a manter acesa a chama da demografia histórica, mas pelo papel fundamental desempenhado na consolidação dessa linha de pesquisa no Nepo. Modestamente, este texto também pretendeu reconhecer as suas contribuições e a sua marca no Nepo, na Unicamp e no campo da Demografia e dos estudos de população.

Referências

BASSANEZI, M. S. B. COLLOCAÇÃO DE IMMIGRANTES: os números e destinos dos alojados na Hospedaria de Imigrantes da capital paulista (1898-1929). In: TRUZZI, O. (org.). **Migrações internacionais no interior paulista**. São Carlos, SP: EdUFSar, 2021. p. 61-84.

BASSANEZI, M. S. B. **Colonos do café**. São Paulo, SP: Contexto, 2019.

BASSANEZI, M. S. B.; CUNHA, M. F. Um espaço, dois momentos epidêmicos: surtos de febre amarela (1896-1897) e de gripe (1918-1919) em Campinas, estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, p. 1-29, 2019.

BASSANEZI, M. S. B. Uma fonte para o estudo da migração e do migrante: os registros dos eventos vitais. **Ideias**, Campinas, v. 1, p. 89-107, 2011.

BASSANEZI, M. S. B. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo, SP: Contexto, 2009. p. 141-172.

BASSANEZI, M. S. B.; BOTELHO, T. R. (org.). **Linhas e entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte, MG: Veredas & Cenários, 2009.

BASSANEZI, M. S. B. *et al.* **Roteiro de fontes sobre a imigração em São Paulo 1850-1950**. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2008.

BASSANEZI, M. S. B.; NOZOE, N.; SAMARA, E. M. **Os refugiados da Seca**: emigrantes cearenses, 1888-1889. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2003.

BASSANEZI, M. S. B.; BACELLAR, C. A. P. Levantamentos de população publicados na Província de São Paulo no século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 1, p. 113-129, 2002.

BASSANEZI, M. S. B. São Paulo do passado: dados demográficos (1836-1920): uma ferramenta de trabalho para os estudos da população paulista do passado. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília, DF, v. 16, n. 1-2, p. 139-141, 1999.

BASSANEZI, M. S. B. Família e força de trabalho no colonato subsídios para compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. **Textos Nepo 8**, Campinas, SP, 1986.

BERQUÓ, E.; CUNHA, E. M. G. P.; BASSANEZI, M. S. C. B. (org.). **Reprodução das gerações**: Nepo 30 anos. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.

CUNHA, M. F.; OLIVEIRA, L. L. A velhice em uma vila de São Paulo/Brasil, 1820-1836. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, 8., 2018, Puebla, México. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2018.

CUNHA, M. F. Casamentos mistos: entre a escravidão e a liberdade Franca-São Paulo/Brasil, século XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, MG, v. 34, n. 2, p. 223-242, 2017a.

CUNHA, M. F. Uma reflexão sobre regimes demográficos da escravidão. In: BERQUÓ, E. (org.). **Demografia na Unicamp**: um olhar sobre a produção do Nepo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017b. p. 189-217.

CUNHA, M. F. Nupcialidade da população livre e escrava em uma área de abastecimento interno. Franca-SP, século XIX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, 20. E CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, 7., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

CUNHA, M. F. A escravidão em números: demografia escrava em Franca-SP, 1811-1888. **Textos Nepo 70**, Campinas, SP, 2015.

CUNHA, M. F.; TEIXEIRA, P. E. “Se receberão em matrimônio”: o casamento de cativos em duas vilas paulistas. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE POBLACIÓN – ALAP, 6., 2014, Lima, Peru. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2014.

CUNHA, M. F. **Demografia e família escrava**. Franca-SP, século XIX. 265 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

CUNHA, M. F. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX**. 161f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

HAKKERT, R. Uma aplicação do método dos filhos próprios. **Textos Nepo 7**, Campinas, SP, 1986.

HOGAN, J.; OLIVEIRA, M. C. F. A.; SYDENSTRICKER NETO, J. M. Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro. **Textos Nepo 5**, Campinas, SP, 1986.

MARCÍLIO, M. L. Sistemas demográficos no Brasil do século XIX. In: MARCÍLIO, M. L. (org.). **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. São Paulo, SP: Vozes, 1984. p. 193-207.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo. Povoamento e População 1750-1850**. São Paulo, SP: Pioneira, 1973.

MOTTA, J. F. Lázaro e a âncora – Brasil: demografia da escravidão, demografia histórica, interdisciplinaridade. In: RÉ, H. A.; SAES, L. A. M.; VELLOSO, G. (org.). **História e historiografia do trabalho escravo no Brasil**: novas perspectivas. São Paulo, SP: BBM, 2020. p. 285-306.

NADALIN, S. Questões referentes aos regimes demográficos no passado colonial brasileiro. In: SCOTT, A. S. V.; BERUTE, G. S.; MATOS, P. T. (org.). **Gentes das ilhas**: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro, entre as décadas de 1740 e 1790. São Leopoldo, RS: Oikos, 2014. p. 13-30.

NADALIN, S. **História e demografia**: elementos para um diálogo. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; PIRES, M. C. S. A imigração italiana para o Brasil e as cidades. **Textos Nepo 21**, Campinas, SP, 1991.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Mercantilização e urbanização em São Paulo. **Textos Nepo 14**, Campinas, SP, 1988.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo. **Textos Nepo 1**, Campinas, SP, 1985.

PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. São Paulo: Povigente povovigente povo e gente. **Textos Nepo 15**, Campinas, SP, 1988.

REID, A. Why a long-term perspective is beneficial for demographers. **Population Studies**, London, v. 75, supl. 1, p. 157-177, 2021.

RIBEIRO, M. A. R.; CUNHA, M. F. A “Segunda Escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888. **História**, São Paulo, SP, v. 37, p. 1-19, 2018.

SCOTT, D. **Livres e escravizados**. População e mortalidade na Madre de Deus de Porto Alegre 1772-1872. São Leopoldo, RS: Oikos, 2021.

SCOTT, A. S. V.; SCOTT, D. Entre constrangimentos e vontades: casamentos entre escravizados em Porto Alegre (1772-1850). **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 38, p. 1-26, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0155>>.

SCOTT, A. S. V. Demografia da escravidão: um balanço. In: RÉ, H. A.; SAES, L. A. M.; VELLOSO, G. (org.). **História e historiografia do trabalho escravo no Brasil: novas perspectivas**. São Paulo, SP: BBM, 2020. p. 213-283.

SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, M. S. B. “Molliamo tutto e ce ne andiamo a vivere in Brasile!”: trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo. In: VENDRAME, M.; KARSBURG, A. (org.). **Micro-história: um método em transformação**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020. p. 249-281.

SCOTT, A. S. V. “Com os olhos no futuro da Demografia Histórica da América Latina”: uma homenagem à Maria Luiza Marcílio. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 25, n. 2, p. 7-26, 2017 (Dossiê História Econômica e Demografia Histórica).

SYDENSTRICKER, John M.; ROCHA, Maria Isabel Baltar da; HAKKERT, Ralph. **Perfil sócio-econômico de Rio Claro**: relatório de pesquisa. Campinas, NEPO/ UNICAMP, 1985. (Textos NEPO 2)

SYDENSTRICKER NETO, J. M.; ROCHA, M. I. B.; HAKKERT, R. Perfil sócio-econômico de Rio Claro. **Textos Nepo 2**, Campinas, SP, 1985.

TRUZZI, O. S. **Migrações internacionais no interior paulista**: contextos, trajetórias e associativismo. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2021.

Sobre os autores e as autoras

Alberto A. Eichman Jakob. Bacharel em Estatística, Mestre em Engenharia Agrícola e Doutor em Demografia. Pesquisador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Demografia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador nível 2 do CNPq. Principais temas de pesquisa: Distribuição Espacial da População, Geoprocessamento e Estatísticas Espaciais, dedicando-se às áreas de mobilidade residencial e espacial, segregação espacial da população e geoestatística.

Álvaro de Oliveira D’Antona. Bacharel em Ciências Econômicas, Mestre em Antropologia, Doutor em Ciências Sociais. Livre-docente da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA-Unicamp), Pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Atuação em projetos de pesquisa sobre População e Ambiente em áreas rurais da Amazônia e no Nordeste do Brasil, com especial interesse nas inter-relações entre a redistribuição espacial das populações e as dinâmicas de uso-cobertura da terra.

Ana Silvia Volpi Scott. Graduada e Mestre em História (USP), Doutora em História & Civilização (European University Institute – EUI, Florença/ Itália). Professora do Departamento de Demografia, dos Programas de Pós-Graduação em Demografia e em História (IFCH-Unicamp) e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Bolsista Produtividade 1C do CNPq. Principais temas de pesquisa: história da família, história da população, demografia histórica e imigração portuguesa para o Brasil.

Dimitri Silva. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília, Mestre em Economia pela Hitotsubashi University, e Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas. Principais temas de pesquisa: economia da educação, economia política e avaliação de impacto.

Everton Emanuel de Lima. Graduado em Ciências Políticas e Sociais e Mestre em Sociologia pela Université Libre de Bruxelles, Doutorado em Demografia pelo Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (Cedeplar-UFMG). Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Principais temas de pesquisa: Estudos de Fecundidade, Métodos Demográficos e Análises Espaciais de Fenômenos Demográficos.

Glaucia dos Santos Marcondes. Graduada em Ciências Sociais, Mestre em Antropologia e Doutora em Demografia pela Unicamp. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia. Principais temas de pesquisa: arranjos familiares e domiciliares, parentalidade, nupcialidade, relações de gênero e geracionais, saúde reprodutiva.

Humberto Prates da Fonseca Alves. Economista, Mestre em Sociologia e doutor em Ciências Sociais, com toda sua formação feita pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor associado do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Atua na área de Ciências Sociais e Meio Ambiente.

Joice Melo Vieira. Licenciada em Ciências Sociais, Bacharel em Antropologia, Mestre em Antropologia Social e Doutora em Demografia. Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Dedicase aos seguintes temas de pesquisa: Demografia da infância e juventude; curso de vida; demografia e políticas públicas; e tendências da fecundidade e nupcialidade.

José Marcos Pinto da Cunha. Graduado em Estatística (USP), Mestre em Demografia (Centro Latino-Americano de Demografia-CELADE), Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Professor Titular do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Dedicase aos seguintes temas de pesquisa: dinâmica demográfica metropolitana, segregação socioespacial, migração interna e urbanização.

Laetícia Rodrigues de Souza. Bacharel em Economia pela PUC Minas. Doutora em Demografia (Cedeplar/UFMG). Pós-doutora pela University

of Wisconsin-Madison. Foi pesquisadora associada do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Principais temas de pesquisa: Demografia Econômica, da Saúde e da Educação e Avaliação de Políticas Sociais.

Luciana Correia Alves. Fisioterapeuta e Mestre em Demografia (UFMG), doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) com pós-doutorado em Epidemiologia pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Docente do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Principais linhas de pesquisa: demografia e epidemiologia do envelhecimento, mortalidade, saúde da população, modelagem estatística e modelos de aprendizado de máquina.

Maísa Faleiros da Cunha. Graduada em Ciências Sociais, Mestre e Doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp). Principais linhas de pesquisa: Demografia histórica, demografia da escravidão e família escrava.

Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi. Historiadora. Doutora pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Pesquisadora aposentada do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp) e ex-professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). Autora de livros, capítulos de livro e artigos que se inserem nas linhas de pesquisa: Demografia Histórica e Histórica Social.

Margareth Arilha. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Mestre em Psicologia Social, Doutora em Saúde Pública, com formação em Psicanálise. Assessora e consultora em órgãos das Nações Unidas. Principais linhas de pesquisa: saúde sexual e reprodutiva, gênero e direitos. Atualmente trabalha na fronteira entre campos disciplinares com a saúde mental, destacando-se os impactos da violência autoprovocada e suicídios, Covid-19, escutas e linguagem.

Marta Maria do Amaral Azevedo. Demógrafa e Antropóloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp) e professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH-Unicamp). Possui experiência na área de Demografia, com ênfase em Demografia Antropológica, Demografia de Etnias, atuando principalmente com os seguintes temas: povos indígenas, saúde e educação indígena, demografia, etnologia indígena.

Roberto Luiz do Carmo. Sociólogo, Mestre em Sociologia e Doutor em Demografia, com toda a formação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Estágio pós-doutoral na Brown University. Professor Livre Docente do Departamento de Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), gestão 2021-2022.

Regina Maria Barbosa. Graduada em Medicina, Mestre em Medicina Social e Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Principais linhas de pesquisa: Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Reprodutiva, atuando principalmente nos seguintes temas: Aids, sexualidade, gênero, saúde reprodutiva e políticas públicas.

Rosana Baeninger. Doutora em Ciências Sociais/Área Estudos de População. Professora Livre-Docente Aposentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp). Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Demografia e pesquisadora no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (Nepo-Unicamp), Pesquisadora 1A no CNPq. Temas de interesse: migrações internas, migrações internacionais, urbanização.

Tirza Aidar. Demógrafa pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora no Programa de Pós-Graduação em Demografia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp), e Pesquisadora no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp). Atua nos seguintes temas: saúde e mortalidade das populações, acidentes e violência, desigualdades sociais e iniquidades em saúde, e projeções populacionais e de domicílios.

Nesse momento histórico com nossas vidas ainda pautadas pelas consequências de uma crise sanitária mundial, um campo de incertezas permanece a guiar muitas de nossas inquietações sobre as condições de vida das populações, mas sem perder aquela linha no horizonte que nos impulsiona a querer conhecer, entender e buscar caminhos melhores e mais justos para diversos grupos sociais. A publicação deste livro reforça nossa missão de contribuir e retribuir à sociedade, ofertando pesquisa de qualidade, cujos resultados possam servir como subsídios para as políticas públicas, de forma a promover uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Convidamos todos, todas e todes para que celebrem conosco os 40 anos do Nepo com boas leituras.

PPGD Programa de
Pós-Graduação
em Demografia



ISBN 978-65-5974-078-9

